

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**A Cooperação para o Desenvolvimento na Vida da Mulher  
Moçambicana em Meios Rurais: Estudo de Mudanças no Contexto da  
Educação para o Desenvolvimento Sustentável**

**Ana Paula da Silva Oliveira Saldanha Coelho**

**Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento**

**Dezembro de 2022**



**UNIVERSIDADE ABERTA**



**A Cooperação para o Desenvolvimento na Vida da Mulher  
Moçambicana em Meios Rurais: Estudo de Mudanças no Contexto da  
Educação para o Desenvolvimento Sustentável**

**Ana Paula da Silva Oliveira Saldanha Coelho**

**Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento**

**Tese Orientada pelo**

**Professor Doutor Marc Jacquinet**

**Coorientada pelo**

**Professor Doutor Luca Bussotti**

**Dezembro de 2022**



## Agradecimentos

A primeira palavra deste texto tem de ser dirigida a todas as pessoas que até hoje têm feito parte da minha vida pois há ao longo do tempo toda uma construção, ideológica e de consciência, que culmina na realização deste trabalho.

A sua realização deve agradecimento ao professor doutor Marc Jacquinet, orientador. Ao professor doutor Luca Bussotti, coorientador, cuja energia vibrante pelos assuntos moçambicanos me conduziu desde os primeiros debates de ideias em terra *bantu*.

Agradeço especialmente o trato simples e delicado da professora doutora Sandra Caeiro. Ao professor doutor Jorge Trindade e ao professor doutor João Simão, que na parte escolar do curso de doutoramento deram força à minha motivação. Espaço especial tem a professora doutora Natália Ramos cuja importantíssima retórica me construiu leveza para os desafios finais do percurso.

Ao Riccardo Tatasciore que, entre Maputo e Itália, sempre me ofereceu os seus eloquentes e contagiantes discursos, ideias esclarecedoras e, sobretudo, questionamentos que pela sua pertinência me permitiram direcionar e focar o tema de trabalho.

Um especial agradecimento aos amigos Álvaro Sales Lopes e Fernando Monteiro que sempre quiseram saber *como isto corria*. Ao meu irmão António Leandro, sempre disponível. À Daisy Vasconcelos e ao Amauri Shön. Não menos importante agradecimento, à ‘minha Marisa’ que nos nossos tempos de *SOS café* me socorreu com a melodia das suas ideias e reforços positivos. À Liliana e ao Martins que viveram os primeiros tempos do que viria a ser um trabalho de investigação.

Ao Raul Calane da Silva † amigo e professor. Nele, a todos os moçambicanos, mesmo aos menos fáceis. A cada mulher moçambicana, em especial àquelas que se sentaram para formar grupos de discussão e às que ajudaram a tornar possível este acontecer, aqui não mencionadas individualmente por razões da sua privacidade.

Aos entrevistados e entrevistadas, ao Ministério do Género, Criança e Ação Social, à Agência de Cooperação Sueca, aos intervenientes do Programa AGIR II, às ativistas cujo papel é merecedor de destaque. À Sónia da Silveira, à Heike Friedhoff, à Hemma Tengler, à especialíssima Carlota Inhamussua, à *mamã* Lídia e à minha *xará*.

Devo ainda agradecer o permanente cuidado dos meus colegas da Universidade Aberta que com delicadas e entusiasmantes palavras me davam alento para visualizar o momento final desta parte do meu percurso de vida. Devo referir os especiais cuidados da Ana Paula Silva, da Telma Viegas, da Teresa Santos, da Susana Mântua, da Leonor Couto, da Guilhermina Cunha, da Rosália Cera, da Adla Vieira da Fonseca, do José Carlos Paula. Ainda à professora doutora Carla Padrel de Oliveira, à Dra. Valentina Matoso e à Dra. Rita Alves Pereira, pela compreensão oferecida.

A toda a comunidade académica e a todas as mulheres rurais que no espaço etéreo se manifestaram em contributo-incentivo, grata.

A última palavra de agradecimento é dirigida aos primeiros. Ao Doutor Salvador Saldanha Coelho, cujo brilhante exemplo de retidão, integridade, persistência e coragem me construiu ao longo desta exigente missão. Ao António Mário Oliveira e à Palmira. À Shanti, sempre presente, ao Samir e ao Ganges!

À Mãe Divina – Mulher, no Índico,  
Aos Mestres,  
ao Salvador, dedicado Esposo e  
Amigo em incontáveis momentos,  
ao meu Pai e aos meus insubstituíveis Avós,  
à minha Tia Odete,  
aos meus sogros,  
à Sofia e a todas as Mulheres.



## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

### STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.ª série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 20 de dezembro de 2022

Nome completo/Full name: Ana Paula da Silva Oliveira Saldanha Coelho

Assinatura/Signature:

manuscrita ou digital / handwritten or digital

## **Resumo**

Esta investigação ancora-se na ligação da Cooperação para o Desenvolvimento à condição de vida da mulher rural a partir da identificação das mudanças que se verificam na sua vida após experiências educativas promovidas pelos doadores. A mulher rural vive por longos períodos de tempo os efeitos das crises e dos conflitos e vive num meio cujas características, sociais e culturais, condicionam o exercício completo dos seus direitos.

O trabalho constrói-se a partir de um estudo de caso que contempla o contacto direto com atores da Cooperação Sueca e com a mulher rural examinando a perceção que ela tem da intervenção dos parceiros de Cooperação assim como as mudanças reais com impacto na sua vida. O estudo empírico recorre à entrevista semiestruturada e privilegia, numa fase posterior, a técnica do grupo de discussão que bem se insere na investigação qualitativa e proporciona a produção de discursos da mulher rural favorecendo a representação dinâmica da realidade.

Os resultados constroem-se no período 2015 a 2020 a partir de duas categorias, a atuação da Cooperação para o Desenvolvimento em Moçambique e as Mudanças que Educação para o Desenvolvimento Sustentável proporcionou na vida da mulher rural dos distritos de Buzi e de Zavala, províncias de Sofala e de Inhambane, respetivamente. A análise aos dados direciona-nos para as limitações e para uma narrativa de atuação da Cooperação para o Desenvolvimento que precisa ser reformulada, renovada na sua complexidade e no seu impacto no espaço e vida rural em Moçambique.

### **Palavras-Chave:**

Capacidades, Desenvolvimento Rural, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Ética, Mulher Rural, Pobreza

## **Abstract**

This research is centered in the connection between Cooperation for Development and the living conditions of rural women by identifying the changes that take place in their lives after educational experiences promoted by donors. Rural women live for long periods of time under the effects of crises and conflicts and live in an environment whose social and cultural characteristics affect the full exercise of their rights.

The work is based on a case study that includes direct contact with Swedish Cooperation actors and with rural women, examining their perception of the cooperation partners' intervention as well as the real changes affecting their lives. The empirical study uses semi-structured interviews and favors, in a later phase, the focus group technique, which is well suited to qualitative research and provides for the production of rural women's discourses, favoring the dynamic representation of reality.

The results are structured between 2015 and 2020 on two categories, the performance of Cooperation for Development in Mozambique and the changes that Education for Sustainable Development has provided in the lives of rural women in the districts of Buzi and Zavala, provinces of Sofala and Inhambane, respectively. The data analysis directs us to the limitations and to a narrative of the actions of Development Cooperation that needs to be renewed in its complexity and its impact on rural space and life in Mozambique.

## **Keywords**

Capabilities, Education for Sustainable Development, Ethics, Rural Development, Rural Woman, Poverty

## Índice geral

Agradecimentos .....	3
Resumo .....	7
Abstract .....	8
Índice geral .....	9
Índice de tabelas e figuras .....	13
Abreviaturas, siglas e acrónimos .....	14
Introdução.....	16
A. Justificação e enquadramento geral .....	16
B. Dimensões da análise, objetivos e relevância .....	21
C. O objeto e o sujeito da investigação .....	22
D. Questões e opções metodológicas .....	23
E. Estrutura orgânica do trabalho de investigação.....	24
<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>28</b>
<b>Capítulo 1. A Cooperação para o Desenvolvimento.....</b>	<b>30</b>
Genealogia e doutrina .....	31
Correntes de Pensamento .....	39
<b>1.1 Conceitos .....</b>	<b>44</b>
1.1.1 Perspetivas e desafios .....	47
1.1.2 A moral, necessidade e fim .....	48
1.1.2.1 Construção crítica .....	51
<b>1.2 O Caso de Moçambique.....</b>	<b>53</b>
<b>1.3 Governação e Poder .....</b>	<b>56</b>
1.3.1 Corrupção .....	59
1.3.1.1 Na vida dos pobres e das mulheres .....	62
<b>1.4 Governação Local.....</b>	<b>64</b>
1.4.1 Capacidade humana e institucional.....	66
1.4.2 Articulação com os atores da Cooperação .....	69
<b>1.5 O espaço social do meio rural.....</b>	<b>70</b>
1.5.1 O espaço social.....	71
1.5.2 A construção da consciência.....	73
1.5.2.1 Educar no espaço social <i>bantu</i> .....	75
<b>Capítulo 2. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável no meio rural.....</b>	<b>79</b>
<b>2.1 O Meio Rural .....</b>	<b>80</b>
2.1.1 Desenvolvimento do meio rural, limitações .....	81
2.1.1.1 Na Mulher Rural Moçambicana .....	86

2.2 A Agenda 2030.....	88
2.3 A Educação para o Desenvolvimento Sustentável.....	93
2.3.1 Construções do conceito de Educação.....	94
2.3.1.1 Em Moçambique .....	96
2.3.2 Desenvolvimento Sustentável e Educação.....	100
2.3.2.1 Transversalidade da Educação nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	102
2.3.2.2 Educação para o Desenvolvimento Sustentável nos atores da Cooperação ...	103
2.4 Pobreza em Moçambique .....	104
2.5 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 e Meta 4.7 .....	109
2.5.1 Nas Estratégias e Planos Internacionais e Regionais .....	111
2.6 <i>Capabilities</i> e Educação: Teoria do Desenvolvimento Humano .....	115
2.7 Um modelo educativo para o Desenvolvimento.....	119
Capítulo 3. Planos e Políticas nacionais que servem a mulher rural moçambicana .....	125
3.1 Instrumentos Nacionais .....	128
3.1.1 Planos de Ação para a Redução da Pobreza.....	129
3.1.2 Programa Quinquenal do Governo .....	133
3.1.3 Política de Género e Estratégia da sua Implementação.....	139
3.1.4 Plano Nacional para o Avanço da Mulher .....	143
3.1.5 Plano Estratégico da Educação 2012-2016.....	145
3.1.6 Estratégia de Género do Setor de Educação e Desenvolvimento Humano 2016-2020 .....	148
3.1.7 Plano Estratégico da Educação 2020-2029.....	150
3.2 Uma análise aos instrumentos na realidade moçambicana .....	152
PARTE II – METODOLOGIA.....	158
Capítulo 4. Opções Metodológicas.....	159
4.1 Questões metodológicas .....	160
4.1.1 Principais argumentos .....	163
4.1.2 Justificação do estudo de caso.....	164
4.1.3 Fases de investigação.....	167
4.2 Técnicas e instrumentos de recolha de dados .....	170
4.2.1 Pesquisa documental.....	171
4.2.2 Observação direta .....	174
4.2.3 Entrevistas semiestruturadas, um diagnóstico .....	178
4.2.4 Entrevista aos informadores privilegiados.....	179
4.2.5 Grupos de discussão com mulheres rurais.....	182
4.3 Procedimentos de análise dos dados .....	183

4.3.1	Análise documental e de conteúdo .....	185
4.3.2	Codificação dos informantes .....	189
4.4	Contextos e sujeitos de investigação .....	189
4.4.1	Caracterização da mulher rural do Distrito .....	190
4.4.2	Amostra e participantes na investigação .....	195
4.4.3	Questões éticas de investigação .....	199
<b>PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....</b>		<b>203</b>
<b>Capítulo 5. A Cooperação para o Desenvolvimento na vida das mulheres rurais: mudanças no quadro da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.....</b>		<b>205</b>
	Análise à primeira recolha de dados: entrevistas e diagnóstico .....	205
5.1	Resultados da atuação da CD na vida da mulher rural moçambicana: mudanças no quadro da Educação para o Desenvolvimento Sustentável .....	209
5.1.1	A Agência Sueca de Cooperação e o Programa AGIR II: o ator da Cooperação para o Desenvolvimento do nosso estudo de caso .....	210
5.1.2	Análise aos relatórios dos Subprogramas .....	214
5.1.2.1	A atuação dos Subprogramas OXFAM e We Effect .....	216
5.1.3	Análise aos dados das entrevistas aos informadores .....	228
5.1.4	Objetos da realidade moçambicana.....	229
5.1.4.1	Um contexto histórico .....	230
5.1.4.2	O espaço sociocultural da mulher .....	235
5.1.4.3	A Governação .....	241
5.1.4.4	O papel do Estado e os doadores.....	246
5.1.5	A Cooperação para o Desenvolvimento na Vida da Mulher Rural .....	253
5.1.5.1	Políticas e quadro legal .....	253
5.1.5.2	Visibilidade e mobilização .....	254
5.1.5.3	Fatores limitantes .....	264
5.1.6	Uma ativista como informadora privilegiada .....	269
5.1.6.1	Contributos sobre a Educação .....	274
5.1.7	Análise aos dados dos grupos de discussão .....	277
5.1.7.1	A caracterização sociodemográfica dos grupos .....	282
5.1.7.3	Caracterização da mulher rural do Distrito de Zavala .....	284
5.1.8	Perceções da mulher rural moçambicana sobre a Cooperação para o Desenvolvimento.....	287
5.1.8.1	Grupo I.....	287
5.1.8.2	Grupo II .....	291
5.1.9	Mudanças através da Educação para o Desenvolvimento Sustentável .....	297
5.1.9.1	Grupo I.....	298

<b>5.1.9.2 Grupo II .....</b>	<b>299</b>
<b>5.2 Retrospectiva .....</b>	<b>307</b>
<b>5.3 Conclusões.....</b>	<b>320</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>324</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>338</b>

## **Índice de tabelas e figuras**

Figura 1.1 - Elementos que influenciam a ação da CD e a vida da mulher rural

Figura 2.1 - Prioridades das Nações Unidas e da União Africana

Quadro 2.1 - Exemplos de ações de Educação

Quadro 2.2 - Dados da pobreza em Moçambique

Quadro 2.3 - Meta 4.7 da Agenda 2030 e Objetivo Específico da Agenda 2063

Quadro 3.1 – Áreas de Intervenção e Objetivos Estratégicos do PNAM 2019-2024

Quadro 4.1 - Técnicas de análise e procedimentos de descrição de conteúdo

Quadro 4.2 - Categorias e subcategorias definidas para os dados recolhidos

Quadro 4.3 - Ligação das categorias e subcategorias ao guião da entrevista

Quadro 4.4 - Ligação das categorias e subcategorias ao guião dos grupos de discussão

Quadro 4.5 - Ligação das categorias e subcategorias aos instrumentos de recolha de dados

Quadro 4.6 - Ligação das categorias de participantes aos instrumentos de recolha de dados

Quadro 5.1 - Perspetiva dos respondentes sobre a EDS

Quadro 5.2 - Perspetiva dos respondentes sobre o espaço social e a Governação

Quadro 5.3 - Perspetiva dos respondentes ao diagnóstico sobre a Cooperação para o Desenvolvimento e Educação

Quadro 5.4 - Lista de relatórios analisados do Programa AGIR II, da OXFAM e da We Effect

Quadro 5.5 - Ligação das categorias de análise ao guião dos grupos de discussão

Quadro 5.6 - Aspectos geográficos das participantes do grupo de discussão I

Quadro 5.7 - Caracterização socioeconómica das participantes do grupo de discussão I

Quadro 5.8 - Aspectos geográficos das participantes do grupo de discussão I

Quadro 5.9 - Caracterização socioeconómica das participantes do grupo de discussão I

## **Abreviaturas, siglas e acrónimos**

AGIR	Acções para Uma Governação Inclusiva e Responsável
BM	Banco Mundial
CD	Cooperação para o Desenvolvimento
CDAM	Conselhos Provinciais Distritais
CEE	Comunidade Económica Europeia
CESA 16-25	Continental Education Strategy for Africa
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CNAM	Conselho Nacional para o Avanço da Mulher
CPAM	Conselhos Provinciais
DAC	Development Assistance Committee
DPEC	Províncias existem Direções Provinciais de Educação e Cultura
DS	Desenvolvimento Sustentável
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EGSEDH	Estratégia de Género do Setor de Educação e Desenvolvimento Humano
ENF	Educação Não Formal
FMI	Fundo Monetário Internacional
G-77	Grupo dos 77
GPI	Índice de Perceção da Corrupção
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IIAG	Índice de Governação Africana Mo Ibrahim
ILO	International Labour Organization
GIZ/BGF	Cooperação Alemã

MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Ação Social
ODM	Objetivo(s) de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivo (s) de Desenvolvimento Sustentável
OE	Objetivos Específicos
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Organizações Parceiras
PARP	Plano de Acção para Redução da Pobreza
PARPA	Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta
PEE	Plano Estratégico da Educação
PG	Política de Género
PNAM	Plano Nacional para o Avanço da Mulher
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
PSAEA	Programa Setorial Alfabetização e Educação para os Adultos
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SDEJT	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia
SIDA	Agência Sueca de CID
SNE	Sistema Nacional de Educação
SNP	Sistema Nacional de Planificação
SO	Objetivos Estratégicos
TDH	Teoria do Desenvolvimento Humano
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## **Introdução**

A introdução apresenta a justificação e enquadramento geral do estudo, as dimensões da análise, objetivos e relevância, introduz o objeto e o sujeito de investigação, as questões e opções metodológicas assim como deixa a imagem da estrutura orgânica do trabalho de investigação.

### **A. Justificação e enquadramento geral**

A preocupação com a questão dos resultados da ação da Cooperação para o Desenvolvimento (CD) é inevitável. A apreensão em relação ao impacto que tem numa das maiores massas da população, que o são as mulheres moçambicanas, e na melhoria da sua condição de vida é apropriação deste trabalho.

A CD é um instrumento de construção de parcerias para o desenvolvimento, que alcança maior eficácia quando recorrem às competências e experiência de todos os intervenientes no Desenvolvimento, sejam doadores, OSC ou mesmo o sector privado. Ao mesmo tempo é apenas uma parte do quadro do desenvolvimento já que é essencial resolver desigualdades, estabelecer o respeito pelos direitos humanos e a sustentabilidade enquanto pedras basulares para conseguir um impacto duradouro nas vidas e no potencial de mulheres rurais.

A elevada desigualdade, sobretudo entre ricos e pobres, entre o urbano e o rural, entre as Províncias do Sul e do Centro-Norte permite afirmar Moçambique como um dos países com maiores desigualdades na África Subsaariana. Moçambique possui 13 milhões de pessoas na pobreza absoluta e tem políticas públicas que não se adequam ao crescimento populacional sendo que boa parte da população fica excluída da distribuição e acesso a serviços básicos (Siúta 2019). Nos últimos 15 anos a pobreza monetária e multidimensional no país reduziram-se, mas ainda assim é urgente que o caminho do Desenvolvimento seja abraçado de uma outra forma já que se prevê que em 2040 o número de pessoas na pobreza, e 79% vivem nas áreas rurais, seja igual ao atual (Embassy of Sweden in Maputo, 2019).

Segundo Ferguson (2009) temos um conjunto de grupos dominantes que executam um conjunto de políticas públicas que enriquecem os detentores de capital e conduzem ao aumento da desigualdade, carentes de um processo de inovação conceptual e institucional

(Foucault, 2008) e de uma Governação assente numa estratégia baseada em políticas redistributivas (Mosca, 2009) que assegure o bem-estar social coletivo e o desenvolvimento humano (CIP, Moçambique et al, 2016). Se o neoliberalismo constitui um desafio para o modelo político democrático, por estar a constituir uma forma profunda de dominação (Merrill & Bourdeau, 2015), é preciso contribuir para o conhecimento de que o bem-estar humano pode ser melhor promovido por via das liberdades e capacidades empreendedoras individuais (Harvey, 2005) no que a Educação tem um papel a desempenhar.

Neste molde escolhemos explorar a atuação dos doadores em Moçambique e identificar em que tipologia de doador nos queríamos focar, no nosso caso a Cooperação bilateral. Ainda, escolher, em termos de projeto de ação, um doador cuja intervenção nos revelava maior proximidade à sociedade civil.

Adicionalmente, a CD é uma área importante do Plano Quinquenal do Governo e da Política de Género em Moçambique. Igualmente na Estratégia de Género do Setor de Educação e Desenvolvimento Humano, nos valores da promoção da boa Governação, da Igualdade e Equidade de Género, da Justiça Social e da Cooperação (MINED, 2016). Estes instrumentos, sem que se desconsiderem outros complementares, têm o importante papel de coordenar as intervenções dos doadores através de uma linha orientadora, a partir de uma agenda direcionada para as prioridades locais.

A preocupação com a pobreza das zonas rurais em Moçambique dá especial espaço à importância da intervenção na vida das mulheres rurais, cuja comunidade onde vivem precisa ser fortalecida para gerar recursos necessários à sua vida e assegurar os seus direitos. Por conseguinte, preocupa-nos a questão dos direitos humanos da mulher rural moçambicana, em especial o direito à Educação que observado a partir da análise ao Programa AGIR II ilustra a abordagem que pode ser feita às suas dificuldades.

Também a Constituição da República de Moçambique (2004) contempla a “edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos” (art.º 11º, c), da “promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país.” (art.º 11º, d) e anota que “todo o cidadão tem o direito de viver num ambiente equilibrado” (art.º 90º).

Assim, vemos as mulheres no “direito de viver com dignidade e com a liberdade das carências e do medo [...] (por ser) uma condição prévia para o avanço do

desenvolvimento e redução da pobreza” (UNFPA, 2021), o que contribui para a saúde e produtividade das famílias e das comunidades influenciando as gerações vindouras. Se a vida consiste em várias coisas que as pessoas são capazes de fazer ou ser - como poder ter boa saúde, saber ler e escrever, e assim por diante - a pobreza tem que ser vista como a falha de certas capacidades básicas (Sen, 2006).

Vemos o distrito em Moçambique como a base para o desenvolvimento local, tal como o são os assuntos de interesse da mulher da comunidade. Nesta condição é “preciso empoderar a mulher rural para poder produzir mais e melhor e sair da extrema pobreza” (Mia Couto, sd). Esta pobreza limita o acesso da mulher rural à Educação, por ter de cuidar dos filhos, por gravidez precoce, por casamento precoce, por responsabilidades domésticas, por dificuldades financeiras da família, por imposição da família do marido, pela dificuldade em comprar alimentos, entre outras realidades.

Nisto, torna-se pertinente conhecer em que é que os atores vários da sociedade influenciam a qualidade de vida do nosso sujeito de investigação no Direito à Educação, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no ODS4 – Educação de Qualidade – e na sua Meta 7 - aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para promover o Desenvolvimento Sustentável “por meio da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o DS” (Nações Unidas, c2020).

Preocupa-nos também o papel importante que o Estado tem na redução de disparidades nas comunidades, na redução da pobreza, em criar políticas alinhadas com as suas obrigações e deveres (UNESCO, 2015) pelo que é importante compreender a sua influência na reprodução de boas condições de vida para a mulher. No entanto, uma realidade política, económica e social nem sempre favorável aos interesses dos mais pobres, em especial no meio rural das mulheres, o Governo tem abraçado esforços em prol da implementação de ações pela igualdade de género e pelos direitos da mulher.

Moçambique tem instrumentos que guiam as políticas e as estratégias nacionais e servem de base às questões de género e da mulher. No entanto, é necessária a participação efetiva das mulheres através de mecanismos específicos para desencadear a sua participação. Neste aspeto particular interessam-nos as Organizações da Sociedade Civil já que criam

mobilização social e coletiva e têm o poder de desencadear a conscientização pública, de desenvolver abordagens e metodologias inovadoras e complementares que ajudem a impulsionar o direito à Educação geradoras de diálogos políticos estruturados e de advocacia (UNESCO, 2015).

Políticas e planos setoriais transversais desenvolvidos e melhorados ajudam a lidar com barreiras sociais, culturais e económica numa abordagem transformativa, que fortalece as contribuições da Educação para a realização dos direitos humanos, da paz e da cidadania responsável, da igualdade de género, do DS e da saúde (UNESCO, 2015).

Assim, ao papel dos instrumentos políticos associamos a Educação para o que concretizamos uma proposta de delimitação teórica do conceito, focado na mulher rural moçambicana e adaptado ao contexto local moçambicano enquanto vetor importante e direção privilegiada para o desenvolvimento da mentalidade, da atitude da razão (Prabhath, 2011), da construção da ética e da moral para gerar espírito de consciência e mentalidade social na tarefa de mudança social (Devi, c2021) de modo a criar desenvolvimento humano e desafiar a sociedade tradicional moçambicana e as próprias regras invisíveis (Mazula, 1995).

Neste computo temos a visão Educação-Governança que deve subscrever atitudes políticas e económicas baseadas na moral e na ética, respeitando os indivíduos e valorizando as suas particularidades, ampliando o desenvolvimento humano (Costa & Barbosa, 2018). Já que todo o indivíduo é um agente da ética será a partir dele que a construção da mudança ocorre.

A opção por um conceito de Educação, próprio, nosso, sem que se desvalorizem outros, assume especial interesse e justifica-se por agregar as correntes expressões da atuação e da intervenção dos atores da Cooperação em Moçambique. Também, porque integra as características da mulher rural moçambicana e do seu próprio espaço de vida traduzindo-o numa expressão real contempladora do próprio sujeito.

A este quadro associamos o conceito de capacidade, enquanto oportunidade, ínsito na liberdade, ligada a vantagens individuais, à formação da capacidade humana, poderes cognitivos e interpretativos, centrado na vida humana e não apenas nos objetos de conveniência, como o rendimento ou dos bens materiais que a mulher rural possa ter à sua disposição e que lhe permite escolher a maneira como se vive (Sen, 2009). Liga-se aqui a importância da EDS, ausente em referências no país e nos documentos nacionais,

com muito trabalho feito, mas que não é tratado e trabalhado para que se construa a sincronização dos esforços.

Estes elementos são importantes para nós uma vez que expõem a deficiência da atuação, ou seja, a não existência de uma linha de atuação coordenada e orientada para um fim específico. Assim, apesar de conhecida a importância do seu papel e influência, queremos explorar se existe um trabalho específico e coordenado sobre as mulheres rurais.

Reside ainda alguma pertinência em questionar se a atuação dos doadores está a contribuir para que não haja mudança e transformação, já que há projetos que colocam as Organizações numa posição como se fossem empresas, num sistema-forma que gera dependência. Posto isto, levamos para o estudo a questão se são os financiamentos elevados que fazem a transformação, ou se é a atuação por abordagens específicas que responde adequadamente às necessidades.

A abordagem tradicional não explora as necessidades de forma satisfatória e não tem vindo a gerar respostas corretas aos problemas. Este é um aspeto importante para a nossa decisão de abordar a CD. Esta aproximação não exclui que a Cooperação esteja a contribuir para que os recursos disponibilizados sejam eficiente e eficazmente utilizados, mas há projetos a atuar de forma fragmentada, com limitada continuidade no tempo, dispersos e sem um quadro estratégico coerente e consistente (Mosca, 2009).

Apesar das falhas e problemas que possa apresentar, a Cooperação funciona e os próprios atores argumentam, segundo Hancock (1991), que os pobres não viveriam sem ela e que os países perderam a capacidade de sobreviver sem ela. No entanto, os pobres deveriam estar em muito melhor forma do que estavam antes de começarem a receber a intervenção do doador. Preocupa-nos que a maioria das pessoas pobres não chega a ter um contato com essa Ajuda, usada por vezes de forma irresponsável pelos que estão no poder. Importante ainda deixar a noção-preocupação de que a CD possa ser hostil aos interesses dos pobres por em alguns casos, não no caso do doador que servirá de base a este trabalho, ter financiado a criação de projetos monstruosos, com grandes despesas, que impactam o meio ambiente e influenciam vidas de forma desarmoniosa.

## **B. Dimensões da análise, objetivos e relevância**

Em Moçambique, a pobreza e a desigualdade ainda constituem um problema das mulheres. De acordo com o Relatório da Revisão Nacional Voluntária de Moçambique da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2020), o país é um dos que tem maiores níveis de desigualdade na África Subsaariana e a disparidade entre os que se encontram em melhor situação financeira e os agregados familiares mais desfavorecidos está a crescer (República de Moçambique, 2020).

Com o avançar da pesquisa foi-se notando que seria necessário definir uma questão de investigação cuja resposta realçasse a realidade social de que a investigadora é conhecedora fazendo-a assentar em observações socialmente situadas nos mundos do observador e do observado (Aires, 2011). Daqui saber se a CD contribui para a melhoria da condição de vida da mulher rural moçambicana através da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, conduz à compreensão não apenas do fenómeno contemporâneo, mas, também, proporciona a aprendizagem e a atribuição de um significado (Yin, 2011) específicos tanto para o objeto como para o sujeito de investigação.

Na questão de investigação ancoramos como objetivos o conhecimento da atuação da CD no meio rural e na vida da mulher rural moçambicana, a identificação de que mudanças tiveram lugar na vida da mulher rural moçambicana com as experiências educativas e o contributo para o conhecimento de como é que a CD pode ter um contributo eficaz para a melhoria da condição de vida da mulher rural moçambicana.

Deve ser salientado que, ocupando a CD um papel proeminente e de destaque no país, é relevante extrair aspetos específicos ligados à sua atuação e às mudanças que faz acontecer através da EDS, na vida da mulher rural moçambicana. Assim, neste trabalho ocupa importante espaço a Meta 4.7 do ODS 4, por abordar a moral entre os conhecimentos e habilidades necessárias para o DS fundando-se assim a preocupação em como cada indivíduo e ator deseja viver e contribuir (Gerard Hughes, 2001).

Para que se produza a mudança e para uma nova metodologia de intervenção da CD, renovada na sua complexidade e no seu impacto na vida da mulher rural moçambicana e mesmo em cada indivíduo da sociedade e da comunidade, vemos importante explorar a pobreza das mulheres rurais, a Educação e, rumo ao Desenvolvimento Sustentável, as

áreas rurais, partindo do melhor dos valores do indivíduo, olhando as barreiras das adversidades e impulsionando o caminho do desenvolvimento inclusivo.

Consideramos que temos uma dimensão exógena e outra endógena da CD na vida da mulher rural moçambicana que nos faz dar uma pré-resposta à questão de investigação. Mas, até que se chegue a essa resposta, vamos explorar que aspetos endógenos influenciam a vida do nosso sujeito. Neste aspeto específico apontam-se o contexto histórico, o próprio espaço social e cultural a que é exposto a mulher e a Governação, enquanto fator gerador de barreiras ou facilitador do reconhecimento dos direitos da mulher rural. Aqui formularam-se os objetos da realidade moçambicana enquanto dimensão endógena.

Em termos exogéneos, mas interagente, identificam-se políticas e estratégias nacionais enquanto instrumentos favorecidos pela atuação da CD e, por conseguinte, tida enquanto mudança. Mais, a EDS geradora de comportamentos, habilidades e conhecimentos para a mudança. Ainda de anotar foram as perceções que a própria mulher rural apresentou sobre a atuação dos agentes da Cooperação, para nós aspetos que geram limitações aos mais eficazes e eficientes resultados.

Finalizamos com a relevância do trabalho enquanto contributo para entender melhor a questão da liberdade de exercício de direitos pelas mulheres e a sua influência na capacidade de atuação rumo ao DS.

### **C. O objeto e o sujeito da investigação**

Sobre a nossa a justificação e escolha de objeto, sujeito e tema é importante reter que a noção de bens públicos inclui a paz (Sangreman, 2009) onde bem cabe a necessidade de vontade política em ação de erradicação da pobreza. Não só a paz, mas também o próprio desenvolvimento humano e a satisfação dos direitos humanos (World Bank, 2013).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) tem desempenhado um papel fundamental em termos da mudança que tem vindo a promover. A Política de Cooperação Internacional da República de Moçambique (2010) observa-a como um instrumento vital na mobilização de recursos essenciais para a implementação da agenda de desenvolvimento do país. Anota-se a inexistência de um trabalho específico dos próprios atores da CD que também incide na mulher rural. O mesmo deve ser dito sobre os espaços rurais assim como sobre os direitos humanos que encontram especial ligação à mulher

em que se deve ter uma atenção cada vez mais alargada e inovadora, passadas tantas décadas de Cooperação.

Em Moçambique a pobreza e a desigualdade ainda constituem um problema das mulheres sendo um dos países com maiores níveis de desigualdade na África Subsaariana. A preocupação com a pobreza das zonas rurais do país leva-nos a centrar a atenção no potencial transformativo que a intervenção dos parceiros de Cooperação tem na vida da mulher em termos de construção da mudança. Por conseguinte, o nosso objeto de estudo é a CD.

A escolha da mulher rural foi um passo importante para o objeto de estudo porque nos permite focar num sujeito de investigação que tem características próprias, que se apresenta numa realidade e num espaço especial, diferenciado e que carece de uma intervenção direcionada. Por agrupar elementos-carência, por questões de género, culturais e, sobretudo pela desigualdade que assola este sujeito.

A atenção em torno da problemática da atuação da Cooperação e do seu contributo para a melhoria das condições de vida da mulher rural moçambicana leva-nos a colocar algumas questões que se definem enquanto categorias de referência ao longo do trabalho e acabam por definir as nossas opções metodológicas.

#### **D. Questões e opções metodológicas**

O estudo de caso é a estratégia de pesquisa que considerámos fundamental para analisar a extensão do fenómeno da CD na vida da mulher rural moçambicana através da EDS. Acrescentamos que esta estratégia nos permite obter uma análise multiperspetiva, útil ao contexto moçambicano dado que se sabia da experiência de campo que não seria possível observar a CD na vida da mulher rural moçambicana a partir de um só fator ou elemento.

Considerados os métodos e técnicas implementadas recolhemos elementos de forma direta que nos deram o conhecimento sobre a realidade das intervenções dos doadores, em contexto real, e sobre a perspetiva dos participantes. A análise documental foi de elevada importância porque nos situou na realidade dos parceiros de Cooperação, também muito em especial da Cooperação Sueca, a partir das OSC e levou-nos aos pontos críticos do espaço social e cultural, no meio rural, da mulher moçambicana. Desde o início decidimos privilegiar uma postura interdisciplinar criando um diálogo entre o social e o político; entre o cultural e a própria história. Assim, as diversas opções metodológicas

permitiram-nos colocar uma especial ênfase nos processos e dinâmicas dos diversos atores.

Em termos sincrónicos toma-se como referência o fim da guerra que, não sendo uma componente fundamental, cria uma plataforma a partir da qual se apresentam os problemas relacionados com a mulher. Encontrámos uma realidade empírica muito complexa, detalhada em interações e ligações. Existe toda uma produção social que converge para a realidade atual da mulher rural moçambicana. Se se tomar como referência a problemática da pobreza na vida da mulher rural e a colocarmos perante toda a atuação da Cooperação temos um conjunto descritivo que nos faz questionar sobre a escassez da geração de atividades e de ações concertadas que contribuam para uma consolidação de esforços e consequente concertação de resultados.

Desde cedo objetivámos que esta investigação resultasse num produto útil à mulher rural moçambicana e à própria sociedade e seus elementos atuantes já que o benefício do nosso sujeito também suporta o benefício dos demais. Seguimos descrições sugeridas pela revisão da bibliografia e pela análise documental e interpretámo-las para produzir conhecimento que sirva uma construção útil.

Ainda, realçamos que a escolha da nossa opção metodológica partiu do estudo do local, da comunidade, para obtermos dados empíricos detalhados e profundos e autênticos que constituíssem evidência ao que é necessário ser feito no meio rural e, com isto, criar ganhos para os próprios resultados da investigação e deixar uma linha orientadora para o futuro onde bem cabe a especificidade do meio rural e do desenvolvimento regional.

### **E. Estrutura orgânica do trabalho de investigação**

O corpo principal deste trabalho de investigação compõe-se de três partes. A Parte I – Enquadramento Teórico, a Parte II – Metodologia e a Parte III – Apresentação e Discussão dos Resultados.

Na **primeira parte**, que descreve o problema de investigação, encontramos três capítulos. O Capítulo 1 debruça-se sobre a CD, o Capítulo 2 sobre a EDS no meio rural e o Capítulo 3 que abarca os Planos e Políticas nacionais que servem a mulher rural moçambicana.

O **Capítulo 1** debruça-se sobre as origens da CD e agrega as correntes de pensamento enfocando na especificidade do país do estudo de caso, Moçambique. Daqui parte para a apresentação de conceitos oferecidos pelas Instituições Internacionais, observa as

perspetivas e os desafios que esses mesmos conceitos apresentam e envereda numa análise à moral e à sua necessidade para os fins da Cooperação fazendo uma, necessária, construção crítica. Ao falar de Moçambique aborda-se que aspetos do neoliberalismo se colocam na CD, fala-se da Governação e do Poder tomando o assunto da corrupção em termos do seu impacto, sobretudo na vida dos pobres. Associa-se ainda à narrativa a Governação Local, não apenas em termos da sua conceptualização, mas, numa acoplagem à capacidade humana e institucional e à importância da articulação com os atores da Cooperação. Encerra o capítulo a abordagem específica ao espaço social e ao meio rural fazendo uma transição para a Educação a partir da construção da consciência e do que é educar no espaço social *bantu*.

O **Capítulo 2** começa por abraçar o desenvolvimento do meio rural e faz uma incursão pelo seu desenvolvimento com a necessária referência às limitações que se lhe colocam e à própria mulher rural moçambicana. Sequencialmente, toma em consideração a principal Agenda enquanto introdução à Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Neste tema, central para o nosso estudo, são percorridos alguns conceitos, observados para o caso de Moçambique, faz-se a sua ligação ao DS e à Educação e observa-se a transversalidade da Educação para a prossecução dos ODS, sem descurar a atuação dos atores da Cooperação. Da referência à pobreza em Moçambique parte-se para o ODS4 e para a Metra 4.7 o que nos leva a imergir e referir algumas, as escolhidas, Estratégias e Planos Internacionais e Regionais. Feita esta construção entra-se na teoria central do nosso estudo, a Teoria do Desenvolvimento Humano (TDH) a qual vemos enquanto parte de um modelo educativo para o Desenvolvimento.

O **Capítulo 3**, intitulado Planos e Políticas Nacionais que servem a mulher rural moçambicana, é por nós delineado em torno dos instrumentos que em Moçambique são referência e comumente utilizados e referenciados nas Instituições do Estado, enquanto guias e orientações para a construção e definição de ações. Termina, incontornavelmente, com uma análise aos instrumentos da realidade moçambicana.

A **segunda parte** dedica-se à Metodologia e compõe-se do **Capítulo 4**, intitulado Opções Metodológicas. Este, estruturalmente, percorre as Questões Metodológicas, as Técnicas e Instrumentos de Recolha de dados, os respetivos Procedimentos de análise assim como os Contextos e sujeitos de investigação.

Abordar as questões metodológicas requereu da nossa parte a justificação da escolha de um estudo de caso e a exposição das fases que percorremos na nossa investigação. Nestas diferentes fases foram aplicados diferentes instrumentos nomeadamente a Pesquisa Documental, Observação Direta, Entrevistas gerais, Entrevista a Informadores Privilegiados e, por fim, Grupos de Discussão com Mulheres Rurais. A continuidade desta fase do trabalho é conseguida com a explicação dos procedimentos de análise de dados em que nos alicerçámos, concretamente a análise documental e de conteúdo. A completar esta estrutura das questões metodológicas caracterizamos a mulher rural moçambicana do Distrito, concretamente de Buzi e de Zavala, apresentamos a nossa amostra de participantes na investigação assim como anotamos a importância das questões éticas de investigação.

No último momento, a **terceira parte** deste trabalho de investigação, fazemos a Apresentação e Discussão dos Resultados, na qual cabe o **Capítulo 5 – A CD na vida das mulheres rurais: mudanças no quadro da EDS**. Este último capítulo começa por analisar e discutir os primeiros dados, dos diagnósticos realizados. A partir destes primeiros elementos avança para os resultados da CD na vida da mulher rural moçambicana, explorando as mudanças no quadro da EDS. Neste repto procede-se à análise dos relatórios do doador em que fazemos centrar o nosso trabalho – a Agência Sueca para a Cooperação – e no Programa que implementou – AGIR II. De forma complementar avançamos para a observação da atuação dos subprogramas associados ao programa AGIR II, falamos dos seus beneficiários, das metodologias e das áreas de atuação.

Abrangidos os documentos do doador, avançamos para a análise aos dados das entrevistas aos informadores privilegiados onde bem cabem os objetos da realidade moçambicana e a CD na vida da mulher rural moçambicana. Nos objetos da realidade moçambicana abordamos o contexto histórico do país, o espaço sociocultural da mulher e a Governação, enquanto dimensões do estudo. Em termos da CD na vida da mulher rural entramos nas políticas e quadro legal, na visibilidade e mobilização que a Cooperação proporciona, na Educação para o Desenvolvimento e, ainda, fatores limitantes.

Por forma a aprofundar a construção inserimos a voz de uma ativista como informadora privilegiada introduzindo os seus contributos sobre a Educação na vida da mulher rural, que beneficia de projetos de CD. Deste momento especial, em que avançámos o mais fundo que as técnicas nos permitiram, temos a análise aos dados dos grupos de discussão. Dos dois grupos de discussão criados apresentamos as perceções da mulher rural

moçambicana sobre a CD e as mudanças geradas, na sua voz, através da EDS. Dos resultados obtidos redigimos as conclusões que constituem um contributo sobre o papel da CD na melhoria da condição de vida da mulher rural moçambicana. Não deixamos de juntar às evidências recolhidas as limitações encontradas assim como o anúncio de linhas de investigação futuras. Deste enquadramento saímos favorecidos ao conhecer que aspetos da atuação da Cooperação beneficiaram as mulheres rurais e o que constringe uma melhor atuação.

## **PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

*Elephants hiding behind mice.*

*Susan Schwab*

## Capítulo 1. A Cooperação para o Desenvolvimento

O capítulo por que iniciamos o nosso discurso abrange um amplo, mas delimitado, espectro temático pelo que nos incumbimos da construção de uma muralha orientadora dos assuntos cuja importância é vital para o nosso trabalho de investigação. Constrói-se a partir do que designamos de genealogia e doutrina e atravessa as correntes de pensamento para que possamos construir um entendimento da realidade atual e compreender o mundo da Cooperação de hoje, sobretudo aquele que se oferece à mulher rural moçambicana.

Consideramos importante percorrer uma estrada de conceitos, que servem o tema do capítulo, já que o conceito é “uma abstração extraída da observação de fatos particulares (e) [...] cada fato particular ou cada coisa particular só tem significado a partir do conjunto em que estão incluídos” (Santos, 1985, p. 7). Assim, e pela experiência da investigadora tornou-se possível uma escolha e direcionamento específico com base no conhecimento e experiência da realidade local. E se o “real passa a ser o conceito” (*ibidem*) temos espaço para apresentar a observação do real. Assim, compreender o percurso de um facto ou fenómenos orienta-nos ao longo de um percurso e traz-nos à superfície da realidade, a mais importante, atual e real.

Mas já que “o conceito só é real na medida em que é atual” (*ibidem*), para nós significa entender a Cooperação - “à luz da sua História e do presente” (*ibidem*) - e o espaço social por ser neste espaço de características próprias que o ator cooperante intervém e com o qual tem de interagir. Assim, da narrativa do neoliberalismo e da forma como se coloca nos Estados africanos exploramos conceitos, partindo de uma generalização ampliada à observação da importância da moral já que interjeta valores humanos e morais que culmina com aquela que será a mais construtiva crítica solucionadora da patologia da pobreza e difícil condição de vida da mulher rural moçambicana.

Considera-se então, oportuno entrar no caso concreto de Moçambique para que se compreenda que aspetos da realidade nacional e local, na própria atuação do Estado e dos doadores, corrompem a redução da pobreza e a própria concretização do DS. Finaliza-se a construção com uma abordagem à Governança e ao poder, sem descurar o meio local em termos do que a corrupção e a existência de elites afetam os mais pobres, sobretudo as mulheres já que o seu acesso a bens e serviços depende de uma combinação de posição

socioeconómica e competência sociocultural. O termo do capítulo abre espaço para outros ideais, relevantes e explicativos para o segundo capítulo, ao apresentar o espaço social e o meio rural enquanto instrumentos da Cooperação para atuar na vida da mulher rural moçambicana. Assim, insere-se a construção da consciência como resultado da Educação no espaço social *bantu* já que todos estes aspetos são elementos, matéria em que a Cooperação pode estabelecer prioridades de assistência e que podem representar práticas para o Desenvolvimento e conseqüente erradicação da pobreza.

### **Genealogia e doutrina**

A observação às ligações e afinidades entre períodos históricos e atores é um auxiliar importante para analisar as relações de Cooperação do século XXI, como também para compreender tendências, ligações ou necessidades. Trata-se de uma introdução, histórica que tem por objetivo situar e criar o entendimento de que a atuação dos doadores tem raízes em momentos históricos marcados por um cenário [geo] político, económico e social no qual aparecem como atores, países e potências, com capacidade e posição para exercerem o seu poder e a sua força. Toda esta atuação acaba por se ligar a teorias e doutrinas alicerçadas num tríplice política, economia e sociedade.

A exposição da nossa arquitetura de doutrinas assume a linha expositiva de Bartenev e Glazunova (2013) anunciada no documento *International Development Cooperation. Set of Lectures*, editado pelo Banco Mundial, já que se nos afigura bem construída para uma adequada visualização do panorama global. Apresentamos não só os aspetos mais marcantes do pós-guerra, como também os ligamos a instituições então existentes situando-os em momentos de viragem como são os anos de 1940 a 1960 com a institucionalização do crescimento económico.

Os anos 70 são mais centrados na redução da pobreza e não apenas no crescimento económico, enquanto que os anos 80 são caracterizados por políticas de adaptação estrutural e com tentativas de reestruturação e de criação de medidas para ultrapassar os défices dos países mais endividados. A década de 90 é um tempo de importantes iniciativas para a fundação de novas políticas para o Desenvolvimento. A transformação toma lugar em 2000, anos de novas perspetivas e abordagens, como veremos.

No quadro político tomamos como referência o pós-ssegunda guerra mundial e temos a imagem dos atores que se destacam, os grandes blocos<sup>1</sup>, que assumirão o papel central na Cooperação. Neste pós-guerra, apesar de a Europa ser o foco de ação do Plano Marshall, as colónias formam parte integrante do contexto de polos de poder, os Estados Unidos e a União Soviética, do que resultou o Terceiro Mundo de Alfred Sauvy.

É neste pós-guerra que Inês Rosa (2015), no seu livro *Emerging Countries - Fading dichotomy in Development Cooperation?* aponta a CD como um instrumento relevante da política externa de um país, pelo que ambiciona construir. Oferece a imagem com que o presidente Harry Truman, em 1949<sup>2</sup>, retrata a realidade do Terceiro Mundo no seu desejo de criar prosperidade e melhores condições de vida para as pessoas. Neste seu discurso Truman dá-nos o que pode ser uma abordagem-conceito à Cooperação e aos seus objetivos, uma referência às suas origens, ou seja, à necessidade de promoção do desenvolvimento nos países menos desenvolvidos.

No entanto, a Guerra Fria constitui uma barreira aos diálogos do desenvolvimento, um período de tensão em torno de uma luta ideológica e geopolítica entre duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética. A ambição de Truman não é de aplicação imediata e fará parte de um ciclo no qual os acontecimentos vão ditando a própria mudança. Neste percurso do longo período de Guerra Fria, é a dissolução da União Soviética que põe fim a um ciclo de muita tensão.

Até aos anos 60 temos uma assistência ao Desenvolvimento, enquanto instrumento de crescimento económico, que acontece através da implementação de programas de assistência técnica aos países subdesenvolvidos, pela mão de novas instituições governamentais que nascem e crescem nos países dessas maiores potências (Bartenev & Glazunova, 2013). A anteceder a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, que dá lugar à institucionalização da Comunidade Económica Europeia (CEE), a conferência de Bandung, em 1955, leva-nos até ao Movimento dos Países não Alinhados com temas

---

<sup>1</sup> “la situation géopolitique a fondamentalement changé sous la pression du monde non occidental. Politiquement, ce monde se divisait en deux secteurs, avec, d’un côté, le bloc communiste (dit socialiste) et, de l’autre, le Tiers Monde [...]” (Wallerstein, 1996, p. 5).

<sup>2</sup> We must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half of the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people. (Truman, 1949 *apud* Rosa, 2015, p. 35).

como independência, combate à pobreza, desenvolvimento económico, colonialismo e imperialismo.

Os anos 60 e 70 começam a dar ares de movimentos de paz e é no início da década que se fazem os movimentos de independência coloniais. Entre eles Moçambique, país de estudo, que forte relação de Cooperação estabelece com as potências de ocidente e de oriente. A nossa narrativa do enquadramento histórico prossegue, então, com a Conferência do Cairo, realizada em 1962. Nela, os problemas do desenvolvimento foram assunto central com o convite a que os países em desenvolvimento cooperassem, de forma próxima, para assegurar o progresso económico e o fortalecimento da paz entre nações.

O ponto 5 do preâmbulo da Declaração [do Cairo]<sup>3</sup> vem marcar a viragem na forma como é observada a Cooperação e as relações entre os países, já que elevam o trabalho conjunto em diversas áreas de atuação, falam de novas oportunidades sobretudo para a criação de iniciativas conjuntas nomeadamente na área da Educação (United Nations, 1962). Na parte II da Declaração<sup>4</sup> lê-se sobre o incentivo à expansão das relações comerciais entre países em desenvolvimento, na sua iniciativa de promoção da ação conjunta.

Os países do Terceiro Mundo posicionam-se contribuindo desta forma para o estabelecimento de várias instituições<sup>5</sup> entre 1964 e 1969. Em 1964 é criado o Grupo dos 77 (G-77), atuação não menos importante em termos da sua intenção de proporcionar meios e promover interesses económicos coletivos, de reforçar a capacidade de negociação conjunta em todos os assuntos económicos internacionais dentro do sistema da Nações Unidas e promover a CD, especificamente Sul-Sul (UNCTAD, 1964; G-77, 2021c).

Antes de nos adentrarmos nos anos 70, em 1969 é criada a International Labour Organization (ILO). A criação da Instituição marca a viragem na medida em que identifica e defende as duas principais componentes das necessidades básicas humanas,

---

<sup>3</sup> “New opportunities for international co-operation amongst the developing countries have been created and maximum advantage should be taken of those opportunities to formulate and implement joint programmes and projects in the fields of education, research, technical assistance, trade, industry, transport and communication.” (United Nations, 1962, p. 2-3).

<sup>4</sup> “For the promotion of mutual, bilateral and broader relations in the fields of trade, payments, financing, technical and scientific co-operation, industrial co-operation, transport and communication.” (United Nations, 1962, p. 5).

<sup>5</sup> United Nations Development Programme (UNDP), United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) e World Employment Program (ILO) (Bartenev & Glazunova, 2013).

especificamente as necessidades mínimas de nutrição, vestuário e habitação para uma família, assim como de serviços básicos essenciais (Bartenev & Glazunova 2013).

A década de 70 é um período assinalado por uma Crise Mundial Alimentar. O momento é ligado a uma assistência ao Desenvolvimento mais focada na transformação das estratégias até então abraçadas. Nesta linha, o Banco Mundial (BM) refere uma mudança positiva ligada à mudança das modalidades da Ajuda (*ibidem*). Assim, é contextualizável a mudança nas políticas económicas nos setores prioritários e tem lugar uma mudança de paradigma económico. Um aspeto muito interessante que os autores apontam é de que se assiste ao fortalecimento do comércio privado ao nível das comunidades rurais, através da especial atenção que passa a ser dada ao setor informal da economia. Não será apenas o conceito de necessidades básicas a ser considerado, mas, também, o das desigualdades no combate à pobreza extrema.

Para falar do período de 80 é importante realçar a adaptação estrutural de políticas. Estamos numa época que ainda é de alguma tensão entre os atores Estados Unidos e União Soviética, com uma severa crise económica, de 1982 a 83. Encontra espaço nesta conjunção o relatório da Comissão Independente de Assuntos de Desenvolvimento Internacional, *North-South: A Programme for Survival* no qual Willy Brandt fala do sistema económico como a causa da pobreza (Heath, 1981).

Apesar da importância e do papel das Organizações, da estabilização e do ajustamento estrutural, a ajuda dos anos 80 e 90 não deixa exalar uma nova ordem, um novo aspeto: a boa governação. Este conceito-prática passa a ser tido enquanto condição para a prática da Cooperação entre intervenientes, dominantes e dominados (tenha-se Estados Africanos). Este critério - da boa governação - foi acrescentado ao campo da CD enquanto critério normativo acrescentando aos critérios sociais e económicos (Proença & Santos, 2012).

Estas visões vestem e adaptam-se ao Moçambique dos anos 80 que vivia um “contexto político regional e global que se caracterizava pelo colapso do bloco soviético e pela decadência da supremacia do regime *Apartheid* na África do Sul” (Jemuze, 2013, p. 47). O autor fala de um período de conflito e luta armada em que “os sistemas educativos, sanitário, de produção agrícola foram destruídos, provocando descontrolo e instabilidade, arrasando áreas extensas no país” (*ibidem*).

Se por um lado é no período da Guerra Fria que o piloto do projeto da assistência internacional para o desenvolvimento é aprovado (Bartenev & Glazunova, 2013), por outro, o fim deste período de tensão marca o começo de um estágio qualitativamente diferente na evolução da assistência para o desenvolvimento<sup>6</sup> que passa a ser entendido como o processo pelo qual as pessoas se livram de todas as formas de dependência e obtêm oportunidades para realizar seu potencial humano (*ibidem*).

O ano de 1990 é marcado pelo Consenso de Washington de onde sai um conjunto de medidas económicas assentes numa política neoliberal. O período é assinalado essencialmente pelo posicionamento das estruturas dominantes já exaltadas por Brandt - BM e Fundo Monetário Internacional (FMI) - e por uma elite de economistas.

Em 1992, com a Conferência do Rio das Nações Unidas, foram adotados dois principais documentos que colocaram a redução da pobreza no topo da agenda: *Declaration on Environment and Development* e *Agenda for the 21st Century*. No mesmo ano, olhando para o país de estudo e para a atuação das grandes OI, em Moçambique termina o período de conflito que “com o auxílio da comunidade internacional e com a adopção do modelo de nacionalização, liberalização económica e democracia [...] apresentou notáveis avanços na área de estabilidade e crescimento económico” (Jemuce, 2013, p. 47).

Inicia assim um milénio marcado pela transformação da doutrina da assistência ao desenvolvimento (Bartenev & Glazunova, 2013). Em 2000, com particular olhar na África Subsariana, o Acordo de Cotonu vem substituir a Convenção de Lomé (de 1975) contribuindo para reduzir a pobreza, “tendo em vista a sua erradicação, apoiar o desenvolvimento económico, cultural e social sustentável dos países parceiros e facilitar a integração progressiva das suas economias na economia mundial” (Conselho Europeu, 2021c). Destacamos os direitos humanos e o desenvolvimento de políticas de paz como parte integrante da dimensão política do Acordo<sup>7</sup>.

A partir deste Acordo, o Banco Mundial e as Nações Unidas serão líderes ideológicos de uma campanha de erradicação da pobreza. Pela adoção dos Objetivos de

---

<sup>6</sup> While the political component of aid remained, and the economic motivation strengthened, the end of a bipolar confrontation allowed donors to define the Third World in terms that were human as opposed to political. Development was now perceived not only as economic growth, modernization or poverty reduction [...] but as the process through which people get rid of all the forms of dependency – social, economic or political, and get opportunities to fulfill their human potential. (Bartenev & Glazunova, 2013, p. 41).

<sup>7</sup> Aspectos relevantes nesta investigação pelas especificidades da Meta 4.7 do Objetivo de DS 4.

Desenvolvimento do Milénio (ODM), como resultado da *Millennium Summit* em 2000, a assistência ao desenvolvimento assume uma nova formulação. Os objetivos nos quais os cooperantes vão alicerçar a sua atuação são a erradicação da pobreza e da fome, Educação, igualdade de género, redução da mortalidade infantil e melhoria da saúde materna, combate ao HIV, malária e outras doenças, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento de uma parceria global para o desenvolvimento.

Em 2001 assiste-se a uma reestruturação de larga escala da economia global (James, 2002), o mundo recebe o *The Brandt Equation - 21st Century Blueprint for the New Global Economy* com a proposta de ligar os objetivos de satisfazer as necessidades básicas mundiais e o de reformar a economia internacional, com um foco que ia além dos interesses individuais e pontos de vista nacionalistas na ordem dos requisitos da globalização (Quilligan, 2002c). Neste ponto, se revisitarmos o discurso de Truman, que transcrevemos no início, encontramos ligação já que são referidas as condições para o aliviar da pobreza e do sofrimento dos pobres e a reformulação dos interesses, portanto um objetivo antigo.

Em 2002, da *International Conference on Financing for Development*, realizada no México, resulta o Consenso de Monterrey - *Monterrey Consensus on Financing for Development*. Reforça-se o objetivo comum de erradicação da pobreza e o do DS, com ações específicas para ajudar a alcançar os ODM. O documento é forte na referência à Cooperação e reconhece que “o desenvolvimento é da competência dos governos dos próprios países” (Afonso & Fernandes, 2005, p. 11) já que é fundamental para o DS instituições democráticas sólidas responsáveis pelas necessidades das pessoas<sup>8</sup> (United Nations, 2003).

Neste novo milénio, 2000 e 2001 são anos de graves inundações em Moçambique, causa do enfraquecimento da atividade económica no país, cuja posição fragilizada leva à intervenção dos doadores em diversas áreas. Todos os movimentos internacionais até 2015 irão servir os interesses e as necessidades do país, para ele convergindo a atuação da comunidade internacional.

---

<sup>8</sup> “Economic policies, solid democratic institutions responsive to the needs of the people and improved infrastructure are the basis for sustained economic growth, poverty eradication and employment creation. Freedom, peace and security, domestic stability, respect for human rights, including the right to development, and the rule of law, gender equality” (United Nations, 2003, p. 7).

Entramos num período histórico de reuniões de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda. Toma o primeiro lugar Roma, com a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento; segue-se-lhe a Mesa-redonda de Marrakech. A segunda reunião de Alto Nível acontece em Paris - igualmente tendo como pano de fundo a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento, seguida do Fórum de Alto Nível de Acra da qual resulta a Declaração de Bogotá. A anteceder a ampla Agenda 2030, temos o 4º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, em Busan.

Note-se que a primeira Reunião de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda dará origem à Declaração de Roma (2003) e estrutura-se no Consenso de Monterrey. Reafirma o compromisso com a erradicação da pobreza e com o DS através da harmonização das políticas, procedimentos e práticas da Ajuda com especial direcionamento para os sistemas dos países parceiros de modo a aumentar a eficácia da assistência ao desenvolvimento e, assim, contribuir para alcançar os ODM (OECD, c2019b).

Acontece, em 2004, a Mesa-redonda de Marrakech, que coloca o olhar na melhoria da performance dos países e das agências de desenvolvimento para assim alcançar melhorias sustentáveis nos resultados de cada país. O debate encontra referência em 5 princípios fundamentais: diálogo focado nos resultados dos parceiros, gestão por resultados, atividades de planeamento, monitoria e avaliação alinhadas com os resultados esperados, um sistema de reporte simples e uso da informação para a tomada de decisão e gestão da aprendizagem (OECD, 2004).

A Reunião de Alto Nível de 2005, em Paris, sobreveio centrada no aumento da eficácia da ajuda ao desenvolvimento e num compromisso de que os doadores baseassem o seu apoio nas estratégias nacionais de desenvolvimento, instituições e procedimentos dos países parceiros. Posto serem estes aspetos tão específicos é importante observar que seguem a orientação de Roma e de Marrakech, ou seja, uma gestão centrada nos resultados em matéria de desenvolvimento com o objetivo de “aumentar os efeitos da ajuda na redução da pobreza e das desigualdades, incrementando o crescimento, o desenvolvimento das capacidades e a aceleração da realização dos ODM” (OECD, 2006c).

O ano de 2008 é rico em conferências. Anotamos o Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda de Acra, o Evento de Alto Nível das Nações Unidas sobre os ODM e a Reunião de Acompanhamento do Financiamento para o Desenvolvimento. Alinhado com os

outros dois eventos, no fim comum de abraçar o total do potencial da Ajuda, o terceiro Fórum de Alto Nível dá origem à Agenda para Ação de Acra. Esta objetiva fortalecer e aprofundar a implementação da Declaração de Paris propondo áreas de melhoria que tocam na participação dos países para a formulação de políticas de desenvolvimento, uso dos sistemas nacionais para o desenvolvimento, parcerias inclusivas, desenvolvimento de capacidades e impacto mensurável da Ajuda<sup>9</sup> (OECD, c2021c).

Alinhada com os objetivos de Acra, temos em 2010 a Declaração de Bogotá sobre a Eficácia da Ajuda na Cooperação Sul-Sul. No ano seguinte, 2011, acontece em Busan o quarto Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda com o lema *Strengthening New Global Partnership for Effective Development Cooperation*. O documento que resultou - *Global Partnership for Effective Development Co-operation – (2011)* leva-nos à mudança de paradigma na assistência internacional ao desenvolvimento já que o termo *aid effectiveness* é substituído por *cooperation for effective Development*. O documento diz-nos que a Ajuda é apenas parte da solução para o desenvolvimento<sup>10</sup> e dá relevo ao papel do setor privado, à Cooperação triangular, ao combate à corrupção e fluxos ilícitos, assim como ao financiamento para a mudança climática.

Da nossa análise a Busan fica que os princípios para atingir os objetivos comuns seguem a linha dos compromissos anteriores num fio condutor de aprofundamento, fortalecimento, alargamento e de facilitação para um efeito catalítico do desenvolvimento. Incluir novos atores, melhorar a qualidade e eficácia da CD, torná-la transparente e responsável, criar parcerias para o fortalecimento da resiliência e redução da vulnerabilidade são pontos que fazem parte da mudança subscrita.

Aproximamo-nos do fim de uma agenda, a dos ODM que estruturou os esforços para o desenvolvimento entre 2000 e 2015. Aprovada em 2015, surge a Agenda 2030 guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e enraizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração do Milénio que constituíram uma sólida fundação para o DS (United Nations, 2015).

---

<sup>9</sup> aimed at strengthening partner countries capacities in aid management, increasing aid efficiency and the level of inclusion of various agencies and stakeholders in partner countries in the partnerships, enhancing accountability and transparency of official development assistance (ODA)” (Bartenev & Glazunova, 2013, p. 52).

<sup>10</sup> Tradução da autora. No original “*Aid is only part of the solution to development.*” (2011, p. 9)

A Agenda para o DS da Organização das Nações Unidas (ONU) é constituída por 17 ODS que representam as áreas de intervenção necessárias para alcançar o DS. Nela encontram-se “cinco dimensões críticas: pessoas, prosperidade, planeta, parceria e paz” (United Nations, 2021c) e as três dimensões do DS” (económica, social e ambiental) de forma interligada, considerando novos domínios não contemplados nos ODM, como a paz e a segurança, o combate às alterações climáticas, a promoção do crescimento económico inclusivo e a adoção de padrões de consumo sustentáveis (MNE, c2021).

O nosso mapa genealógico, no contexto da CD, encerra-se. De 1945 a 2015 temos um conjunto de fatores sistémicos que se ligam e que criam, gradualmente, uma rica herança que resulta de um extenso processo evolutivo, do que a Cooperação objetiva e pretende, que influencia os anos que se seguem. Toda a atuação das Instituições e dos Fóruns que se foram organizando, resultam numa recente Agenda, a Agenda 2030 que acopla ODS. Tais objetivos repertorizam o entendimento do problema da pobreza e do Desenvolvimento e visualizam a operacionalização da solução através de diversas e diferentes Metas.

A certa altura deste percurso passar a haver foco, ou consciência, da importância de atuar a partir das comunidades rurais, de estimular e dar relevo à Educação, à igualdade de género, à saúde materna, à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento de uma parceria global para o desenvolvimento marcam uma interessante transição dos anos 60 do século XX para os meados da segunda década do século XXI.

### **Correntes de Pensamento**

As doutrinas, determinadas por objetivos e visões teóricas dominantes (Bartenev & Glazunova, 2013), revelam um encadeamento nos processos que dominam a atuação e atenção dos diferentes atores mundiais e, que, os colocam como agentes ativos, na tomada de decisão quando a realidade económica e política obriga a uma modelização e (re) programação.

A moldura deste subcapítulo é constituída pelas abordagens clássica, keynesiana e neoliberal. A primeira apenas em esboço a fim de melhor destacar as características da segunda, esta com tempo próprio por sustentar conceitos de Cooperação. Quanto à terceira, uma abordagem pela sua atualidade e enquadramento na realidade global e na moçambicana.

Segundo Keynes e Volcker (1920) o capitalismo é uma estrutura de construção de riqueza, estimulada pelos novos ricos do século XIX. Referem que as desigualdades de distribuição da riqueza proporcionaram a acumulação de capital e o aumento de riqueza, o que não aconteceria numa sociedade na qual a riqueza estivesse distribuída equitativamente, o que constitui a principal justificação do Sistema Capitalista<sup>11</sup>.

A teoria clássica, que surge no meio do movimento iluminista e a preceder a revolução do pensamento económico, abarca um tempo, como nos dizem os citados autores, de ricos e de formação de capital fixo, mas, ainda assim caracterizado por filosofias morais que elevam a melhor forma de agir assim como o bem-estar. Numa perspetiva crítica, o que faltava na economia clássica era uma teoria que apoiasse a economia capitalista, alicerçada na desigualdade, para que da eficiência económica se passasse à justiça social<sup>12</sup> (Minsky, 1978).

O colapso de 1929 e a realidade económica que dele decorre, difícil de explicar pela teoria da escola Clássica, nomeadamente a incapacidade de a economia se autorregular, criam a base para um novo movimento. O liberalismo económico de Adam Smith e de David Ricardo e o liberalismo ético de Stuart Mill caracterizam o pensamento da época, mas perdem espaço e a gestão da economia pela mão invisível do mercado encontra o seu fim.

Da base clássica passamos para a da teoria económica keynesiana em que o economista britânico John Keynes rompe com o pensamento dominante da época. Na sua visão temos um Estado regulador, mas, ao mesmo tempo, um Estado do bem-estar social. Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as ideias económicas de Keynes foram adotadas pelas principais potências económicas do Ocidente. Mais do que o equilíbrio resultante das forças da oferta e da procura, da plena utilização dos fatores de produção, da eficiência do capital e da taxa de juro. Diz Minsky (1976) que em Keynes têm de ser considerados três aspetos, concretamente a eficiência económica, a justiça social e a liberdade individual.

Durante os anos de 1950 e 1960, a popularidade das ideias Keynesianas refletiu-se na influência dos seus conceitos sobre as políticas. O liberalismo embutido produziu

---

<sup>11</sup> “Like bees they saved and accumulated, not less to the advantage of the whole community because they themselves held narrower ends in prospect.” (Keynes & Volcker, 1920, p. 16).

<sup>12</sup> Such a theory would offer policy handles, i.e., operations that men imbued with a strong passion for social justice could urge and carry through. The objective would be to so guide the economy that economic efficiency could be a handmaiden of social justice and individual liberty. (Minsky, 1978, p. 148).

elevadas taxas de crescimento económico nos países capitalistas avançados durante os anos 1950 e 1960 (Harvey, 2005). A influência de Keynes na política económica começa a declinar a partir de 1970 quando se anuncia um outro padrão, o neoliberalismo. Assim, estabelecer uma boa sociedade financeira (Minsky, 1977) passou a ser um objetivo no sentido de limitar a atuação financeira especulativa.

Na época, o paradigma keynesiano recebe críticas de Milton Friedman e de outros economistas liberais sobre a capacidade do Estado enquanto agente regulador. Ascende, então, uma ideologia que já se vinha a desenvolver e, que, agora, assume o papel principal enquanto paradigma do neoliberalismo, produto de um pensamento coletivo, constituído a partir da *Mont Pelerin Society*. Fundada em 1947, cria uma rede transnacional de neoliberais que promove a imagem do mercado enquanto agente central da sociedade humana colocando a atenção da Governação na proteção do mercado.

Na apresentação desta nova corrente de pensamento temos presente que “as figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tomando-os como "os valores centrais da civilização" (Harvey, 2005, p. 6). Esta corrente, cujos anéis de ligação persistem até hoje, marcadamente, nas políticas e práticas da Cooperação, é explorada não só na política<sup>13</sup> e na economia, mas, marcadamente, na sua figura sociológica. Este modo de abordagem representa o direcionamento do estudo no qual o DS e as pessoas, na sociedade e através da Educação, são parte central.

Segundo Harvey falamos de “uma teoria das práticas político-económicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido através das liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos, a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (p. 3). Acresce o autor observações sobre o papel do Estado em “preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas [...] (já que) o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado” (p. 4). Para Lave, Mirowsky e Randalls (2010), o neoliberalismo acredita na capacidade dos mercados funcionarem adequadamente para melhorar o bem-estar social, enquanto novo compromisso político.

---

<sup>13</sup> “A teoria neoliberal, em especial em sua versão monetarista, passou a ter influência prática numa variedade de campos políticos.” (Harvey, 2005, p. 22).

Para Ferguson (2009) temos uma doutrina macroeconómica que valoriza a iniciativa privada na qual grupos dominantes levam a cabo um projeto de uma classe, o neoliberalismo, que se tornou o nome de um conjunto de políticas públicas que enriqueceram os detentores de capital, ao mesmo tempo que levaram ao aumento da desigualdade, à insegurança, à perda de serviços públicos e à deterioração geral da qualidade de vida dos pobres e da classe trabalhadora<sup>14</sup>.

No ensejo das correntes filosóficas, em Merrill e Bourdeau (2015), o neoliberalismo constitui um desafio para o modelo político democrático. Observam-no como uma forma profunda de dominação que não tem fronteiras e cujo fim é a acumulação de capital num cada vez menor número de atores financeiros com influência na forma como os indivíduos hoje pensam sobre as suas necessidades e como criam a sua própria conceção de boa vida. Referem que o Estado deve estar separado da iniciativa privada, já que mais abertura traz mais oportunidades para o crescimento económico e defende o corte em despesa pública como saúde, Educação e serviços sociais.

Especial anotação de que o conceito de bem comum é inexistente e que “a existência do próprio ser humano é reduzida ao estatuto de comodidade dada a perda de valor da condição humana em detrimento da acumulação de capital por parte de uma elite cada vez mais concentrada e reduzida (Merrill & Bourdeau, 2015).

Temos a intervenção mínima do Estado, gastos públicos sob controlo, uma política de privatizações e, sobretudo, um livre mercado no qual o Estado atua como facilitador do comércio entre países, eliminando barreiras. Essencialmente, o Estado deve garantir os direitos básicos da população. São tecidas críticas à redução da soberania nacional, tendente a criar limitações ao desenvolvimento dos países mais pobres e à redução das despesas sociais.

Numa outra perspetiva, em Sangreman (2009) encontramos as teorias neoliberais a defenderem “que o excesso de intervenção estatal é a causa central do fraco crescimento dos países menos desenvolvidos e do agravamento das consequências económicas [...]”

---

<sup>14</sup> “Neoliberalism”, in this sense, has become the name for a set of highly interested public policies that have vastly enriched the holders of capital, while leading to increasing inequality, insecurity, loss of public services, and a general deterioration of quality of life for the poor and working classes. (Ferguson, 2009, p. 170).

pela distorção dos preços ou de outras formas de apropriação de recursos por parte dos grupos sociais dirigentes do Estado” (p. 10).

Esta mudança de paradigma, para um marcadamente monetarista, resulta do Consenso de Washington, em 1989. Os grandes atores desta nova ideologia são o BM e a Comissão Europeia (CE) que lideram a era do ajustamento estrutural e têm o domínio global dos princípios neoliberais (Lave, Mirowsky & Randalls, 2010). Harvey (2005) descreve que estas instituições se tornaram centros de propagação e implantação do fundamentalismo do livre mercado e da ortodoxia neoliberal.

Se, por um lado, o liberalismo tinha em linha de conta encontrar o equilíbrio entre Estado e mercado, entre público e privado, o neoliberalismo coloca os mecanismos governamentais na esfera privada levando a que as principais funções do Estado sejam subcontratadas externamente e funcionem como uma espécie de negócio, organizando-se o próprio Estado num modelo empresarial.

Encontramos em Ferguson (2009) o que significa neoliberalismo no sentido Africano. Em primeiro lugar, têm de se referir as medidas políticas impostas aos Estados africanos na década de 1980 por bancos e agências internacionais de crédito, sob o nome de ajuste estrutural, reformas focadas na remoção de tarifas, desregulamentação dos mercados de câmbio e remoção do estado da produção e distribuição. Fala de uma celebração ideológica do mercado com uma forte presença da privatização.

Fala o autor, de algo que não é muito *neo*, mas antes um velho estilo de um liberalismo *laissez-faire*, ao serviço do capital com resultados desastrosos e extremamente impopulares, nomeadamente a venda de preciosos ativos estatais para empresas estrangeiras a preços de liquidação, desindustrialização maciça e aumento do desemprego. Temos que numa grande parte do continente africano se criou uma espécie de recolonização. Pelo que se pode dizer que o neoliberalismo em África se refere a uma situação fundamentalmente diferente da que ocorre na Europa Ocidental e na América do Norte. A aplicação apressada e acrítica das ideias do neoliberalismo-como-racionalidade em África é, portanto, claramente um erro, que tem por base uma espécie de artifício do Governo *versus* um golpe bruto nos mercados do Terceiro Mundo.

Ora, é nesta tessitura de influência e de dominação, que acopla um conjunto de setores e de serviços, que vemos Moçambique aparecer numa lógica de intervenção de doadores que exercem a sua ação sobre o Governo. Em termos de Cooperação e de Ajuda significa

a implementação do pensamento internacional dominante, em termos das estratégias de Ajuda, posta em prática pelos estrangeiros seguindo os países as políticas prescritas pelos maiores doadores (Vidal, 2011). Os níveis de dependência externa que se virão a mencionar neste trabalho são já reflexo deste tema. Acrescentamos que estes fatores são o manuscrito de toda uma conjuntura económica e, sobretudo, política que serve a caracterização do próprio país.

Importa deste enquadramento-apresentação da Cooperação orientar o discurso para uma conceptualização, para o entendimento de qual é o foco, muito embora o percurso histórico faça a sua própria identificação.

### **1.1 Conceitos**

Passa agora a ser nosso objetivo apresentar um conjunto de conceitos de Cooperação, mas numa perspectiva evolutiva, de recolha de contributos. Esta decisão resulta do que o próprio processo de leitura e investigação trás consigo, o contacto com um conjunto diversificado em pontos de vista e práticas, em definições e em palavras, para descrever o fenómeno da Cooperação. Muito embora não tenhamos um conceito único, o património de contributos do século XIX ao XXI descreve bem os objetivos da atuação da Ajuda para o Desenvolvimento e tem o potencial de configurar descrições que nos permitem formular uma base-conceito.

Anotamos que não é possível dissociar nas várias leituras alguns termos nomeadamente, Desenvolvimento, Ajuda e Assistência. Por vezes parecem-nos ser usados como sinónimos termos para descrever um mesmo fenómeno, associados precisamente por aquilo em que se centra a Cooperação, ligações e intenções-objetivo.

Apesar de o Desenvolvimento ser apropriação de um outro capítulo, tenha-se por referência que o termo aparece, naturalmente, associado ao de Cooperação uma vez que esta, no seu fim, é o que objetiva [Desenvolvimento], nossa interpretação. São, portanto, termos mutuamente inclusivos no contexto de aplicação do nosso estudo. Observando a Ajuda enquanto fluxos de capital direcionados a partir de um conjunto de atores para países em desenvolvimento, esta constitui-se instrumental para [o fim da] a Cooperação. A Assistência é um termo que inúmeras vezes é encontrado ao longo da literatura, sempre associado ao Desenvolvimento e, por vezes, em nossa análise, em substituição do termo Cooperação.

Partimos agora de uma perspectiva interdisciplinar. Segundo Darwin (1871) uma tribo cujos membros estivessem sempre prontos para se ajudar<sup>15</sup> uns aos outros e se sacrificar pelo bem comum, seria vitoriosa sobre outras tribos. Ampliando a generalização, falam Axelrod e Hamilton (1981) da luta pela vida e pela sobrevivência do mais apto sendo a cooperação algo comum entre membros da mesma espécie e de espécies diferentes. Para Nowak (2012) a cooperação evolui a partir de uma estrutura interatuante e essencial à evolução social<sup>16</sup>.

Noutra perspectiva, a Cooperação, enquanto projeto criador, expõe-se à crítica por forma a que, objetivamente, desempenhe um papel específico na definição e evolução do seu próprio projeto, como nos diz Pierre Bourdieu (1983). O mesmo autor, na sua obra *Campo del poder y campo intelectual*, conduz-nos à ideia de um sistema de relações sociais com um conjunto de agentes num determinado momento, um sistema de interações - entre uma pluralidade de instâncias, agentes isolados, sistemas de agentes - colocado numa relação de interdependência funcional infinitamente complexa.

Prosseguimos para um mapeamento dos conceitos tendo como ponto de partida a seguinte questão de Bourdieu (1983): “¿Qué ocurre en realidad?” (p. 25). No artigo *Cooperation across cultures - An examination of the concept in 16 countries*, encontram-se três abrangentes abordagens de meados do século XX. A abordagem de Durkheim (1938) – uma socialização de valores que se liga às normas sociais; a de Deutsch (1949) – em que as pessoas cooperam se visualizam metas interligadas; e a de Kerr (1975) e Smith (1776;1991) – em que se requerem incentivos já que indivíduos interessados são mais propensos a cooperar. Podemos ainda falar de uma perspectiva de troca social e de reciprocidade, segundo o texto de Leonard, Cosans, Pakdil e Collaborator (2012). Segundo o Development Assistance Committee (DAC) consiste na promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar, como objetivo principal, nos países em desenvolvimento (Esteves & Assunção, 2014).

Conforme referimos, os anos 90 iniciaram a transformação da Assistência ao Desenvolvimento através da implementação de reformas. A transformação da abordagem conceitual, acontece sobretudo com a publicação, desde 1990, dos relatórios de

---

<sup>15</sup> *give aid* – expressão original.

<sup>16</sup> “cooperation is abundant in nature and appears to be involved in all great constructive steps of life on earth [...] is a key aspect of social evolution, where interactions among individuals affect reproductive success” (Nowak, 2012, p. 2).

Desenvolvimento Humano (DH). Anos mais tarde, o próprio DAC, em 1996, publica o seu relatório *Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Assistance*, que cria a fundação para as futuras doutrinas da Ajuda e da Cooperação. O documento oferece novas perspetivas e um conceito que vemos enraizado na doutrina e na política económica da época. Refere que a Assistência ao Desenvolvimento<sup>17</sup> não como uma mera relação entre doador e recipiente, mas como o atingir objetivos comuns que tenham implicado a divisão de responsabilidades entre todos os participantes (Bartenev & Glazunova, 2013).

No seu artigo *Bargaining, enforcement, and international cooperation*, Fearon (1998) partilha a visão dos teóricos da Cooperação na necessidade de coordenar políticas e ações para a obtenção de benefícios. Anos mais tarde, Gore (2000) defende que a Cooperação, maioritariamente associada aos países em desenvolvimento, consiste na mobilização e alocação de recursos para a transformação das economias e das sociedades para que sejam mais desenvolvidos<sup>18</sup>. Keohane (2005) acrescenta que a Cooperação, de individuais e de Organizações, ocorre quando os atores ajustam os seus comportamentos às preferências, atuais ou antecipadas, dos outros mediante um processo de coordenação de políticas<sup>19</sup> onde vemos encontrar refúgio o oitavo ODM que respeita essencialmente à metodologia da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), definindo-a enquanto parceria mundial para o desenvolvimento (ODM, 2000).

Assim, a Cooperação tem o significado de “trabalhar ou agir para determinado fim específico” (IPAD, 2005, p. 52). No conceito do Estado português, “contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável [...] caracterizado pelo desenvolvimento económico e social, e pela consolidação e o aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito.” (Governo de Portugal, 2006, p. 7).

Esta predisposição – natural – para ajudar e procurar o bem-comum numa interatuação necessária à evolução social, para a qual todos têm o poder de contribuir deveria ser fundadora do pensamento neoliberal em termos de propor o bem-estar humano, a

---

<sup>17</sup> “development assistance was not just a relationship between a donor and a recipient, but multilateral cooperation in the name of achieving common goals that implied division of responsibilities among all participants” (Bartenev & Glazunova, 2013, p. 50).

<sup>18</sup> “is the mobilization and allocation of resources, and the design of institutions, to transform national economies and societies, in an orderly way, from a state and status of being less developed to one of being more developed” Gore (2000, p. 789).

<sup>19</sup> No original: “that the actions of separate individuals or organizations—which are not in pre-existent harmony [...] occurs when actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination” Keohane (2005, p. 51).

igualdade, a segurança, bons serviços públicos e melhoria geral da qualidade de vida dos pobres. Se o neoliberalismo na sua natureza original, enquanto teoria, propõe o bem-estar humano e se fundamenta nos ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, cabe-nos observar que bem se liga aos ideais da Cooperação.

### 1.1.1 Perspetivas e desafios

A Cooperação é um fenómeno permanente direccionado para “as áreas geográficas e para os países com os quais um Estado tem relações preferenciais” (DGPJ, 2021c). Envolve “atividades desenvolvidas [...] no âmbito das relações com múltiplas organizações internacionais atuantes no domínio da Educação e da ciência [...] bem como no quadro da Cooperação bilateral estabelecida com os outros países” (MEC, 2021c).

No conceito dos ODS vemos-na como parceria colaborativa, enquanto plano para paz e prosperidade para as pessoas e para o planeta. Erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, mesmo a pobreza extrema, é o maior e indispensável desafio global, conseguido através de uma parceria colaborativa (United Nations, c2021a).

No artigo *More Actors, More Money, More Ideas for International Development Cooperation*, Zimmermann e Smith (2011) aborda-se a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), como responsável por promover crescimento económico e desenvolvimento, realçando o seu principal objetivo - *sustainable development*. Focados nele, os intervenientes devem procurar trabalhar em parceria com os recipientes para alinhar e harmonizar aspetos técnicos e financeiros para bem suportar a implementação local das estratégias de desenvolvimento, rumo a resultados partilhados.

Numa observação mais temperada, Grimm et al. (2009) no artigo *European development cooperation to 2020 challenges by new actors in international development*, alertam para o facto de a CD do futuro<sup>20</sup> ter um conceito e ação agregados ao aumento da volatilidade global, da instabilidade económica e da incerteza como resultados da crescente escassez de recursos chave.

Carlos Sangreman (2009) traz a abordagem de que a Cooperação internacional é definida pelas relações internacionais como “a ação dos Estados [...] subordinada antes de mais a

---

<sup>20</sup> “The effect of uncertainties can be sharpened when a new powers in the global economy compete for the scarce resources; we might have to prepare for a ‘turbulent multilateralism’, i.e. increasing needs for cooperation to solve global problems” (Grimm et al., 2009, p. 33).

uma ética de sobrevivência política [...] entre aqueles que detêm mais poder militar e económico-financeiro e os que detêm menos” (p. 14-16). Fernando Cardoso (2020) sustenta a ideia de “um conjunto de interesses, uma ideia humanista, veiculada como promoção de “valores” europeus [...] uma indústria, na medida em que sustenta estruturas, nacionais e internacionais, que trabalham essencialmente em rede, que empregam centenas de milhares de pessoas e que dá apoio diversificado a vários milhões” (p. 10).

Esta exposição, de conceitos e de ideias, seria conveniente que se encerrasse com um texto completo e incisivo, que bem conceptualizasse a Cooperação. Da mesma forma que tivemos oportunidade de percorrer vários textos, temos por certo que o conceito continuará a construir-se ou não fossem dados “sinais da emergência de uma nova teoria da Cooperação (numa perspetiva) interdisciplinar, descentralizada e evoluindo num processo aberto de participação de múltiplos atores seja dos países financiadores seja dos recetores da ajuda, que pode ter um impacto local e no sistema internacional” (Sangreman, 2009, p. 16). E esta é, a nosso ver, a perspetiva de evolução de conceitos para a qual encontramos analogia em Gaston Bachelard na sua obra *Filosofia do Não*.

Este contexto é uma ponte entre elementos do processo, construtora de um novo conceito. Se considerarmos que “a cooperação é vital para a evolução da espécie humana, como é crucial dentro do corpo numa articulação de órgãos e substâncias [...] (e que) órgãos e sistemas têm de fazer o seu jogo de forma coordenada porque senão há mais doença, pelo que tem de ser extremamente eficiente” (Almeida, A.J, 2020), temos uma chave que antecipa a compreensão da importância na forma como se processa a atuação e sobretudo como tende a acontecer e no que se deve centrar.

A coordenação e ação adequadas da Ajuda, partindo de atores que são pessoas e que é delas que parte toda a forma de fazer acontecer, acontecerá tão bem ou mais estruturada quanto mais equilibrada e consistente for a estrutura moral e ética de cada indivíduo.

### **1.1.2 A moral, necessidade e fim**

Acrescentamos ao tema da Cooperação um detalhe temático que lhe imprime um mais amplo espetro na atuação, na sociedade e no próprio indivíduo. Objetivamos ampliar o

conceito numa outra base, complementar, para o que introduzimos a Moral<sup>21</sup> na Cooperação. Já que “ninguém delibera acerca do que já aconteceu, mas sobre o futuro e o que é possível” (Aristóteles, 2012, p. 47), mencionamo-la enquanto elemento estruturante, presente e para o futuro, da ação da Cooperação. Atendendo a que a concretização do objetivo primordial da Cooperação interseta “valores humanos e morais” (Ramos, 2006, p. 2) tomamo-los como proposição, tratando-os como uma necessidade de ser parte integrante do conceito e da ação.

Pierre Bourdieu (1984) apresenta-nos o mundo como uma tipologia social sob a forma de espaço e o campo social, como um espaço multidimensional. Vemos neles a Cooperação, enquanto sistema operante, num espaço caracterizado por diferentes atores no qual a moral é parte indispensável. Bauman e Bauman (1993) acrescentam a noção de espaço moral – construído através de uma distribuição desigual da responsabilidade assumida – e de espaço cognitivo – construído pela aquisição e distribuição de conhecimento. A utilidade desta associação passa pelo entendimento de que a atuação da Cooperação no espaço multidimensional tem associada a responsabilidade e o conhecimento para a tomada de decisões éticas, por cada indivíduo, sob a supervisão das agências sociais (*ibidem*).

Nowak (2006) observa que um sistema vivo deve ser interpretado no contexto da sua evolução e Ridley (2009) diz-nos que “não existe qualquer processo evolutivo especial para criar novas estruturas [...] [pois] o efeito cumulativo de muitas modificações pequenas pode ser tal que faça surgir algo ‘novo’” (p. 291). Assim, entendemos que a consagração de valores morais nos fins da Cooperação possa ser considerado um resultado do avanço ligado ao desenvolvimento do intelecto do próprio homem e do progresso da civilização (Yuktswar, 2011).

No texto *Crítica da Razão Pura* encontramos a moral enquanto doutrina das virtudes que tem como pedras angulares um “eu pensante seja de natureza simples e portanto incorruptível” (Kant, 1781, p. 453). A moral pura “contém unicamente as leis morais necessárias de uma vontade livre em geral” e a ética “examina essas leis em relação aos obstáculos com que tropeçam nos sentimentos, inclinações e paixões a que muito ou

---

<sup>21</sup> Fazemos notar que encontramos frequentemente dois termos, ética e moral, mas sempre os observamos convergentes. Na assunção dessa convergência, o uso da ética deve ser tido estritamente na sua ligação à moral. Assim, entendemos que a ética e a moral concorrem enquanto elemento único para o propósito desta análise na sua aplicação aos fins e aos objetivos da Cooperação.

pouco estão sujeitos os homens” (*ibidem*, p. 59). Ainda, impregna o conceito de moral com a “sã inteligência comum” (*ibidem*, p. 47).

Para Kant as leis morais, imperativos<sup>22</sup> categóricos<sup>23 24</sup>, têm como princípio formal “age de tal modo que a máxima da tua ação se possa converter numa lei universal” (1797, p. 339). E é essencialmente este o ponto a que desejámos chegar. Uma atuação, que parta do individual, que beneficie todos os intervenientes e que concorra para o DS. Cada ator “que tem o poder de deliberar corretamente [...] é alguém absolutamente sensato” (*ibidem*, p. 50) o que atua sobre o horizonte prático.

Em Pedro Galvão (2015) encontramos associadas a teoria da moralidade pessoal e a filosofia pública, pois “os titulares de cargos públicos, sempre que tomem decisões nessa qualidade, devem escolher as suas políticas tendo em vista a maximização do bem-estar” (p. 15). Uma vez que “só a felicidade geral é desejável como fim” (*ibidem*, p. 31) deve estar arreigada na satisfação das necessidades dos cidadãos, no caso do nosso estudo da mulher rural moçambicana,

David Lumsdaine e Risse-Kappen (1993), na sua obra *Moral Vision in International Politics: The Foreign Aid Regime*, referem os princípios e a ordem como causas favoráveis aos fins da Cooperação. Dizem que a ajuda externa não pode ser contabilizada apenas com base nos interesses económicos e políticos dos países doadores, mas antes residir em princípios igualitários e humanitários.

Pablo Yanguas (c2021), acrescenta mais elementos sobre o pensamento de Lumsdaine ao argumentar que a Ajuda externa só pode ser explicada na sua totalidade pela visão moral<sup>25</sup>. Refere que a política das grandes potências por si só não poderia explicar a expansão gradual do regime de Ajuda, nem a amplitude de questões que visa resolver, antes, ser melhor explicada pela moral. A ajuda externa é uma parte cada vez mais irrelevante do desenvolvimento, refere o autor.

Este objetivo final, no atual paradigma da Cooperação, aplica-se a expandir a comunidade de interesses e de valores necessários para a administração dos problemas (OECD, 1996).

---

<sup>22</sup> “O imperativo é uma regra prática em virtude da qual se toma necessária uma acção contingente.” (Kant, 1797, p. 73).

<sup>23</sup> Em A Metafísica dos Costumes.

<sup>24</sup> “O imperativo categórico, que só enuncia, em geral, o que é obrigação, reza assim, segundo uma máxima que possa valer simultaneamente como lei universal!” (Kant, 1797, p. 77).

<sup>25</sup> Tradução livre da autora. No original “The foreign aid regime could only be fully explained by the moral vision” (DAS c2021).

Na concretização dessa comunidade entram os atores nomeadamente “o perito em política (que) deve saber como é com as coisas respeitantes à alma [...] na criação de uma melhor cidadania”, sobretudo porque a “produção da boa cidadania terá de ter em vista a alma humana no seu todo” (Aristóteles, 2012, p. 43).

A referência à cidadania leva-nos a considerar a Meta 4.7 do ODS 4, por abordar entre os conhecimentos e habilidades necessárias para o DS na ligação da moral ao atributo excelência, “uma disposição constituída em Cooperação” (Aristóteles, 2012, p. 164). Funda-se assim a preocupação em como cada indivíduo e ator deseja viver e contribuir para as suas comunidades tendo como pano de fundo a natureza da virtude moral (Gerard Hughes, 2001).

Para finalizar a nossa escolha de atribuir importância à moral enquanto parte integrante do conceito de Cooperação, uma observação crítica aos conceitos toma lugar já que a não-constância da moral nas visões e conceitos que apresentámos corresponde, em nosso ver, a uma limitação à manifestação, um impedimento à tomada de consciência, de mecanismos relevantes que concorrem solidamente para o fim da Cooperação.

### **1.1.2.1 Construção crítica**

Numa perspetiva multidisciplinar apreendemos de Hahnemann (1785-1843) que um tratamento inadequado não elimina o que é crónico, mas suprime aquele que é o problema e frequentemente, depois desse tratamento, volta a aparecer da mesma forma ou ainda pior do que antes. Vendo no tratamento a forma como a Cooperação atua, o modo como define a sua ação, sobretudo em termos de sustentabilidade, é importante refletir se a moral pode ser contemplada na ação.

Os sinais da emergência<sup>26</sup>, dadas as ausências que continuam a existir passadas décadas de atuação dos atores da Cooperação, temo-los como sintoma. A contínua definição de instrumentos de atuação da Cooperação sem a moral corresponde a uma terapêutica não sanadora que trata o problema e não o que o origina. Tendo por base aquilo por que se caracterizou a moral e a forma como pode ser observada consideramos haver lugar a uma supressão<sup>27</sup>, nos conceitos, com reflexos na estruturação da ação, pelos indivíduos, e potencialmente dos seus resultados.

---

<sup>26</sup> Palavras de Sangreman no subcapítulo anterior.

<sup>27</sup> Eliminação, conceito segundo o Cambridge Dictionary online.

Uma vez que toda a ação tem um fim (Kant, 1797) o da Cooperação é, naturalmente, influenciado, pelos atores. Estes propõem-se à prossecução desse Fim, mas para tal têm de ser eles próprios o objeto desse Fim, pois “ninguém pode ter um fim sem se propor a si mesmo como fim do objeto do seu arbítrio [...] na medida em que o fim subjetivo se subordina ao fim objetivo (a que cada um deve propor-se)” (Kant, 1797, p. 339). Aqui entra não só a moral, mas fazemos constar o papel da EDS centrado na construção dessa moral.

Defendemos, então, que a supressão dos valores morais no conceito e na ação da Cooperação obstaculiza o caminho mais direto para a evolução e renovação da atuação da Cooperação, conseqüentemente da melhor atuação, centradas nas permanentes e existentes necessidades, muito especificamente aos do meio rural moçambicano e da figura feminina. A ausência de um instrumento-ação que assegure e desenvolva a sã inteligência e a sensatez, leva a que se crie um obstáculo à renovação da atuação alinhada com os ODS sobretudo em termos de Educação de Qualidade e para o DS.

Vemos então a moral como uma afeção dinâmica forte (Hahnemann, 1921) no seu contributo para uma renovada e melhorada atuação da Cooperação. Esta afeção deverá ser capaz de extinguir fraquezas do sistema, que sejam geradoras de condições de vida desfavoráveis à mulher rural moçambicana.

Sendo a política feita de valores e de poder (Viotti & Kauppi, 1987) a terapêutica passaria por introduzir princípios morais universais<sup>28</sup> como instrumento revitalizador do campo social e, conseqüentemente, do campo cognitivo para que tenhamos um conceito (e atuação) da Cooperação cujo fim esteja associado ao desenvolvimento moral, individual e coletivo, sentidos no espaço social e cultural rural moçambicano. Defendemos, portanto, que a vontade pura de Kant (1797) e o universalismo da moral são essenciais para o DS e alcançáveis através da Educação para que se tenham políticas e instituições democráticas sólidas e responsáveis pelas necessidades das pessoas (United Nations, 2003)<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Segundo Hans Morgenthau – “there is “tension between the moral command and the requirements of successful political action,” but that as a practical matter “universal moral principles . . . must be filtered through the concrete circumstances of time and place” (Viotti & Kapupp, 1987, p. 51)

<sup>29</sup> “Is essential for sustainable development. [...] economic policies, solid democratic institutions responsive to the needs of the people” (United Nations, 2003, p. 7).

## 1.2 O Caso de Moçambique

O panorama em que o Estado moçambicano se vê submergido é descrito pelas orientações internacionais que inscrevem a dependência da Ajuda, mas carente de uma terapêutica para resolver essa dependência e as necessidades exacerbadas das elites por mais riqueza. A esta elite foi possibilitada a aquisição de património que lhe viabiliza uma condição de vida mais do que favorável, face aos restantes milhões de pobres existentes no país que vivem o dia a dia para alcançar a aquisição do alimento diário.

A alguns destes pobres foi concedido o acesso a um lugar profissional que lhes confere a subsistência e em vez de transformarem estes aspetos em algo mais a partir da sua força de trabalho, vivem ancorados em outros estratos elitistas que alimentam as mesmas correntes de uma filosofia-pedinte. É preciso criar um sentido orientador para estas próprias elites a partir de um código de valores das ações das pessoas, capaz de apontar propósitos e rumos nas suas vidas que combatam a extorsão de direitos humanos individuais (Macamo, 2010) com impacto na vida das próprias mulheres rurais moçambicanas por ser no espaço local que estes aspetos muito se sentem, em termos da pobreza que alimentam.

Neste contexto emerge a importância de uma forma inovadora de fazer política, que parta da polivalência do próprio Governo e que, segundo Ferguson (2009), passa apenas por mudar a existente para uma que assegure o que é mais significante<sup>30</sup>. Este mais significante não passa exatamente pela questão de se terem ou não boas políticas, mas por formas de raciocínio e instrumentos de governação. Segundo Steven Collier (2005) o desafio passa por desenvolver uma arte progressiva de Governação.

A partir deste pensamento afirmamos que uma coisa é o projeto neoliberal, e outra são as técnicas neoliberais aplicadas a um fim. Ferguson (2009) defende formas específicas de resolver problemas específicos, mecanismos institucionais e intelectuais que podem agilizados para atingir diferentes fins sociais.<sup>31</sup> Foucault (2008) refere que estes problemas requerem um processo de inovação conceptual e institucional.

No caso africano o neoliberalismo, nas suas técnicas e instrumentos, deve proporcionar um crescimento que não se autolimite nem seja destruturante, que trave o agravamento

---

<sup>30</sup> “The Point is to Change It! For what is most significant” (Ferguson, 2009, p. 175).

<sup>31</sup> “Governmental problems, specific institutional and intellectual mechanisms can be combined in an almost infinite variety of ways, to accomplish different social ends” (Ferguson, 2009, p. 182).

da dependência e que “reforce uma economia de serviços ou mesmo a sua transformação numa economia de renda e uma elite muito reduzida” (Mosca, 2009, p. 44) ausente de uma lógica de caciquismo que se mistura com características feudais e de nepotismo, sem corrupção.

Nas palavras do autor vê-se que “quase tudo do não desejável está acontecendo” (*ibidem*). A própria “instabilidade política e social [...] a inconsistência e debilidade institucional, as políticas erráticas [...] e a concentração dos interesses nos centros urbanos [...] revelam a secundarização da agricultura e do meio rural” (*ibidem*, p. 88) que seria base para o desenvolvimento induzindo “a redução das desigualdades espaciais, assim como a existência de elementos de coesão territorial (como saúde, educação e outras infraestruturas) [...] (fundamentais) para a construção da Nação” (*ibidem*, p. 105).

Nestes elementos de coesão territorial, se virmos os espaços que eles geram e que neles se constroem “transformações culturais e sociais” (*ibidem*, p. 141) e se lhe implantarmos a mulher como agente em todo o seu potencial de dinamizar relações sociais e económicos, temo-la no exercício da sua autonomia e atribuímos-lhe um protagonismo que a empodera e contribui para a melhoria da sua condição de vida.

São políticas e estratégias como a criação de emprego, aumentos de produtividade, formação e qualificação, inovação, administrações eficientes, iguais oportunidades para todos os cidadãos e um Estado em todo o potencial das suas funções, que são importantes para o desenvolvimento e podem ser a própria estratégia de combate à pobreza: No entanto, toda a inclusividade teria de agarrar os próprios elementos do meio rural, os milhões de moçambicanos que sobrevivem da economia informal e colocá-los na agenda do desenvolvimento. Isto, em si, também seria o dedo modelador de uma nova Governação que teria de se integrar numa nova estratégia baseada em políticas redistributivas (Mosca, 2009).

Alargando a nossa abordagem, em Moçambique encontramos um político descrito por um conjunto de práticas e representações sociais e um paradigma [político] que reduz o comportamento político africano a essências culturais e um Estado não emancipado onde é visível a “ausência dum aparelho burocrático independente e a confusão do pessoal com o estatal” (Macamo, 2002, p. 15). Significa dizer que não há uma separação entre a área política e as instituições políticas e há um ambiente intelectual que transparece boa

vontade, mas que mascara a atuação limitada do Estado pelas forças impostas no próprio mercado. Este é o ambiente com que a CD se cruza.

Segundo Vidal (2011), em termos de OSC, há casos reportados de déficit na democracia interna, várias organizações que tendem a ser o reflexo de um único indivíduo, um líder que concentra as decisões e ações em si e tende a manter o poder nas suas mãos durante anos. Temos um “sistema político essencialmente estruturado à volta da pessoa do príncipe, que tende a reproduzir um modelo de dominação personalizado, essencialmente orientado para a proteção da elite no poder e que procura limitar, ao máximo, o acesso da periferia aos recursos detidos pelo centro” (Salvador Forquilha, sd, p. 74).

Também, em Moçambique, existe uma relação íntima entre negócio e poder político o que leva e impede o setor privado de atuar de forma mais ampla, clara e independente relativamente ao Governo. Forquilha transporta-nos para a noção de que um dos traços mais visíveis da crise do Estado em África está relacionada com a forma como funciona que se descreve bem pela ausência de distinção entre público e privado, pelas práticas de corrupção, seja “puramente económica ou ligada a uma troca social, ou ainda o clientelismo” (p. 75).

Esta forma de atuar é descrita como neopatrimonialismo, sistema “caracterizado pela dificuldade em distinguir o Estado do partido no poder” (*ibidem*, p. 79), no qual há um poder dominante, onde se encontra o “Estado enquanto fonte de recursos financeiros, emprego, serviços de informação pública e poder da polícia, é gradualmente posto ao serviço direto do partido no poder” (*ibidem*).

A principal implicação deste paradigma neopatrimonial, focando essencialmente no Estado, é de que “a desordem tem uma lógica inserida no esquema generalizado da sua instrumentalização para fins particulares [...] (que) é funcional ao sistema político” (*ibidem*). Existem condições para esta forma de funcionar, digamos assim, já que a própria sociologia africana menciona a relação entre a comunidade e a economia moral, numa complementaridade, pois continuam a dominar relações sociais baseadas na comunidade<sup>32</sup> o que demonstra o relativo atraso africano (*ibidem*). De anotar ainda que a evolução política moçambicana se caracteriza pela tensão entre Estado e sociedade,

---

<sup>32</sup> Aplicação da noção de “moral economy” da autoria de E.P. Thompson (Macamo, 2010, p. 19).

tensão essa que é extremamente importante na produção de espaços políticos e definição dos seus atores (*ibidem*).

Se por um lado “o fim do conflito armado e a liberalização da economia foram determinantes para a criação de um ambiente propício ao investimento direto estrangeiro” (Feijó, 2015, p. 37) por outro a dependência externa para a qual o neoliberalismo se diz ter contribuído não é necessariamente desejada. Segundo Mosca (2009), “os africanos desejam outro tipo de cooperação governamental e alguns países (os que possuem recursos) já recusam os programas de ajuda e querem Cooperação para o Desenvolvimento [...] sem a intenção do domínio civilizacional” (*ibidem*, p. 159;161).

Não podemos encerrar sem uma conhecida expressão retirada de Mosca: “para que o ‘xicuembo<sup>33</sup>’ entre em casa, alguém (‘alguéns’) lhe abriu a janela.” (*ibidem*, p. 66). Entre o que persiste ou mesmo o que tem de ser objeto futuro das boas práticas neoliberais em Moçambique temos a “acumulação centrada no exterior, a extração de recursos, a exploração do fator trabalho, a marginalização do meio rural e a secundarização da agricultura” (Mosca, 2009, p. 56), um Estado desregulado - que beneficia elites e um “capitalismo selvagem e de mão estendida (tou a pidiri)” (*ibidem*) – uma educação e uma saúde de má qualidade e infraestruturas menos eficientes.

Posto isto, justifica-se que dediquemos o momento seguinte à Governação e ao poder por serem realidades com que os atores da Cooperação se encontram. Embora tenha sido introduzido na abordagem ao caso moçambicano, usamos a oportunidade para entrar num outro nível de detalhe que sirva melhor e complete o entendimento e posicionamento da CD.

### **1.3 Governação e Poder**

Abordamos o tema da Governação e do Poder numa atipicidade intencional ao lembrar que muitos moçambicanos iniciam a sua jornada laboral, seja qual for o setor em que trabalhem, com um chá e, por vezes, um jantar de arroz ou de xima<sup>34</sup> é a única refeição diária. Entramos numa arena de contrastes com um pódio que é de todos, mas em que uma maioria está no contraste do pouco. Este é o nosso enquadramento à Governação a que aplicaríamos a narrativa da construção crítica que fizemos atrás.

---

<sup>33</sup> Feitiço.

<sup>34</sup> Cozedura da farinha de milho ou de mandioca, muito usada na alimentação moçambicana.

No entanto, atrevemo-nos a partir da cultura, fazendo-lhe um recorte próprio colocando-a na Governação e criando uma justificação, parcial, para os males governativos. Definimos cultura como um processo organizado do comportamento humano que suporta os indivíduos, a família, a comunidade ou a sociedade. Quanto mais ética for uma cultura, ou seja, quanto mais ético for o comportamento humano, maior será a integridade e a harmonia, a segurança e a resistência à mudança (Karnad, 1996). O fenómeno do ético, e da moral, na cultura, se assim se pode considerar, aplicado à Governação em termos do importante exercício da liderança, flui a partir do indivíduo, através da família e da comunidade, para a sociedade (*ibidem*).

Temos aqui o campo social e o campo cultural de Pierre Bordieu caracterizados pela posse desigual de recursos o que faz deles [os campos] “espaços de disputa e de conflitos pela aquisição de capital” [...] (o que estimula) a “reprodução das estruturas de classes e de poder na sociedade” (Feijó, 2015, p. 174). Neste sentido Severino Ngoenha (2021) constrói uma imagem que associa as classes a interesses vigentes: “Uma postura maquiavélica da política, onde o príncipe [...] ou a República (Platão) são o centro da política, com todas as baixezas da luta pela conquista do trono que isso implica”.

O filósofo moçambicano fala de subalternidades no interior dos próprios partidos políticos e da manipulação das pertenças étnicas e regionais, filiações e direitos herdados, de pessoas de destaque nas Instituições “cujas posições dependem, não tanto das competências, mas da subalternização, favores e proximidade com o Napoleão do dia” (Ngoenha, 2021).

Nesta perspetiva, João Feijó (2015) aborda este quadro comparando formas de atuar. Vai de uma “conduta moral estruturada em pressupostos meritocratas e baseada no respeito para com o bem público, de uma outra ligada ao favoritismo e à estruturação de redes clientelistas” (p. 150). Percorre o que Weber considerava importante - “a dominação racional ligada à legalidade dos regulamentos por parte do indivíduo detentor de um cargo de poder sem que haja lugar a apropriação para fins pessoais” - apontando que a “formação e a detenção de competências técnicas constituem os imperativos legais para a execução das tarefas [...] (de) um trabalho puramente objetivo e independente” (p. 151).

Este espaço de entendimento permite-nos explorar o poder enquanto parte integrante das relações sociais e da vida social moçambicana já que “desde que dois indivíduos se encontrem em relação, existem relações de poder, e elas constituem uma parte

fundamental dessa mesma relação, pois existe sempre a tendência de influenciar a relação no sentido do interesse de cada uma das partes” entrando-se na realização de objetivos e vontades facilitadas pela “existência de assimetrias sociais de base [...] (das) quais se alimenta e desenvolve (Florêncio, 2005, p. 32).

A capacidade de um grupo conseguir que nas suas relações com outro grupo ou grupos os termos de troca lhe sejam favoráveis” (Feijó, 2015, p. 7) como é o caso dos mais pobres e da própria mulher rural moçambicana, inscreve a formação de elites geradora de desigualdade. Aqui inscreve-se um aforismo muito comum, e dizemos aceite, em Moçambique, como que uma entidade associada ao fenómeno: “*o cabrito amarra-se onde pode comer*<sup>35</sup>”.

Anotamos a geração de um poder e de relações entre senhor e súbditos que geram benefícios e dividendos a ambos e por conseguinte apropriação de oportunidades, ou seja engrandecimento oportunista, “em benefício próprio, de familiares e de amigos, por parte de indivíduos que atinjam posições de autoridade e de influência” (*ibidem*, p. 152). Este aspeto é encontrado nos discursos dos entrevistados na segunda parte deste trabalho.

Assim, da nossa parte há todo o interesse em socializar a Governação e o poder numa perspectiva de complexidade o que nos permite falar de Governação sem que seja no estrito sentido do exercício da política. Segundo Carlos Serra “os seres humanos não nascem egoístas, racistas ou étnicos. Tornam-se nisso devido as lógicas combinadas de três fenómenos: interação social, disputa de recursos de poder e Educação” (*ibidem*, p. 6).

Em termos do objeto do nosso estudo “o jogo da cooperação, [...] é dominado por problemas de poder [...] relações de poder [...] para saber quem perde, quem ganha, quem conduz, quem influencia, quem depende de quem, quem manipula e até onde o faz” (*ibidem*, 2015, p. 5-6). As organizações acabam por não ser apenas um espaço de produção e de relações económicas, mas “um espaço de troca e de formação de valores e de modelos de conduta” (Sainsaulieu, 2001, p. 275). Estamos em condições de dizer que Maputo absorve uma importante fatia o investimento estrangeiro e é onde nasce, a nosso ver, a competição pelo acesso a recursos que geram poder, que tendem a acentuar assimetrias e sentimentos de revolta por quem não lhes tem acesso.

---

<sup>35</sup> Expressão por nós introduzida resultante do conhecimento adquirido trabalho de campo da investigadora.

Lembramos que esta atuação se funda em atitudes, onde a Educação tem o papel e o poder de estruturar posicionamentos, uma conduta e uma moral no indivíduo através de um processo (educativo) no qual “a integridade, o civismo ou o bem público” (Feijó, 2015, p. 151) têm maior peso. No entanto “o desafio existencial com que estamos confrontados é a coragem política de retirar o poder usurpado pelo principado (como instituição de poder) e restituí-lo à polis, à civis através de uma reforma, em profundidade, das instituições, da distribuição democrática de poderes” (Ngoenha, 2021). Ngoenha fala de um “imperativo ético-político de voltar à gênese e ao espírito do direito positivo” (*ibidem*). Neste papel de ação que está nas mãos de poucos nasce facilmente a corrupção, elemento desestabilizador da boa ação de todos os atores da Sociedade Civil.

### **1.3.1 Corrupção**

Severino Ngoenha (2021) fala ainda de substituir a classe política, “todos, ou quase todos, por gente honesta e, de fato, comprometida com o bem-estar do povo” (*ibidem*) já que o costume de corruptores e corrompidos “na sua relação de confidencialidade à procura de vantagens individuais mútuas [...] não é conduzido pelo sentido de responsabilidade e envolvimento com o bem-estar social coletivo, desenvolvimento humano” (CIP, Moçambique et al, 2016, p. 6).

Assim, este tecido que veste a Governança leva-nos a figuras menos necessárias, mas que circulam na realidade dos espaços. Testemunhamos que o comportamento corrupto é reconhecido e quase aceite, num silêncio que se ouve nas vozes das casas rurais, que dificilmente se encontra abordado na perspectiva do que prejudica o desenvolvimento e a redução da pobreza. Diz-nos Lamsdorff (2007) que “danifica o tecido social de uma sociedade e tem efeitos tóxicos sobre a economia [...] (pois) o efeito global das formas endêmicas de corrupção [...] são os danos a uma economia e o atraso do desenvolvimento” (CIP, Moçambique et al, 2016, p. 6) impactando os agregados familiares pobres que destinam parte dos seus rendimentos a subornos. Concretamente:

a polícia, as agências de licenciamento, as unidades de aquisição de bens e serviços públicos, as alfândegas, assim como os serviços de saúde, educação e justiça são os mais afetados pela corrupção endêmica do ponto de vista do mundo de negócios e dos agregados familiares. [...] O governo (políticos e

funcionários do governo), seguidos pelos negócios das multinacionais e os traficantes de drogas são vistos como sendo as instituições com uma influência considerável sobre as práticas de corrupção (CIP, Moçambique et al, 2016, p. 7).

Centrar o olhar nos mais pobres significa dizer que a corrupção não só prejudica o desenvolvimento e que reduz a eficácia da ajuda ao desenvolvimento, como também prejudica particular e desproporcionalmente essas pessoas, pois o fluxo de recursos financeiros ilícitos é uma consequência do florescimento das práticas de corrupção, geralmente no seio das camadas mais ricas na sociedade (CIP, Moçambique et al, 2016).

Falamos de “um tipo de economia considerado *poroso*” e de uma corrupção de alto nível que afeta orçamentos públicos e envolve desvios de dinheiro para o estrangeiro (Castel-Branco, 2015) construindo a economia moçambicana como extrativa, já que o capital de investimento geralmente é recompensado no estrangeiro e não dentro do país: “No contexto Africano, Moçambique, em conjunto com a Serra Leoa e a Tanzânia, posiciona-se na 20ª posição no conjunto dos 20 países mais corruptos do continente Africano” (CIP, Moçambique et al, 2016, p. 8).

De acordo com o Índice de Perceção da Corrupção (GPI) global em 2021, Moçambique situa-se na 147ª posição num conjunto de 180 países com uma classificação de 26 pontos (numa escala de 0 a 100, sendo 0 o mais elevado e o 100 o mais baixo (TI, 2021). Comparativamente a 2015, situava-se na posição número 111 num conjunto de 168 países, numa classificação de 31. No Índice de Governação Africana Mo Ibrahim (IIAG) encontramos Moçambique, na subcategoria que avalia os mecanismos anticorrupção<sup>36</sup>, de 2015 a 2019 (último ano de dados disponíveis), o país passou de uma pontuação de 24.9 para 34.1, respetivamente, o que em termos de *ranking* o desloca de uma posição de 41 para uma de 29. Em termos de Governação Global, em 2019, uma pontuação de 49 em 100, ocupando a 26ª posição de 54 em África tendo assim pontuações superiores à média africana (48.8) e inferiores à média regional para a África Austral (53.3) (IIAG, 2019).

---

<sup>36</sup> A saber: a ausência de corrupção no judiciário, legislativo e executivo, ausência de corrupção no setor público, incluindo suborno na polícia e nas forças armadas, procedimentos de contratação pública, bem como ausência de corrupção no setor público. setor privado.

Nestes números encontramos a imagem da corrompida boa Governação, ou seja, a provisão política, social e económica de bens públicos e serviços a que todo o cidadão tem o direito de receber do seu Governo e que esse mesmo Governo tem a responsabilidade de entregar aos seus cidadãos<sup>37</sup> (Mo Ibrahim Foundation, 2021c).

A propósito da referência a mecanismos de anticorrupção, o que engloba políticas, procedimentos e legislação, é importante ter em conta um facto que é a sua existência também nas camadas mais desfavorecidas da população, ou seja, ela existe entre os pobres, da mesma forma que os submete a ela. Quer-se com isto introduzir que no setor informal, de grande peso na economia moçambicana, existe um grande número de pobres. Ora fazer exercer o controlo sobre esta parte da economia pode ser contraproducente. Então notamos que nenhum setor deve ser ausente em intervenção, nenhuma medida tendente à construção do bem-estar da sociedade deve ser descurada, mas é importante que seja a mais pesada forma de corrupção, monetária e financeira, que avassala de forma endémica o país, a que deve ser intervencionada.

Com isto é incontornável referenciar que recursos destinados para o bem-estar humano e ao Desenvolvimento “são desperdiçados através da corrupção [...] (que) impede a aplicação de recursos para a produção de benefícios para todos os cidadãos, no sentido de provisão de bens e serviços públicos para grupos de pessoas, crianças e idosos, e a sociedade, de um modo geral” (CIP, Moçambique et al, 2016, p. 17). Se por um lado se verifica este prejuízo, por outro “os recursos públicos, incluindo os recursos fiscais, apropriados de forma ilícita através de práticas corruptas, são privatizados e partilhados entre pessoas e pequenos grupos, incluindo famílias, negócios, partidos políticos, etc” (*ibidem*), no qual se anotam “fracas qualidades dos comportamentos humanos, tais como a ganância, o ganho de vantagens pessoais sobre os outros e a asseguaração de posições de poder”. (*ibidem*).

Se por um lado há autores que defendem que as práticas corruptas podem contribuir para o crescimento económico e constituir um meio com base nas evidências em que os dados nos colocam, centra-nos que é prejudicial para a economia e para o desenvolvimento, a nossa posição, pois existe “uma ordem na qual o acesso aos benefícios é limitado aos que pertencem à elite hegemónica e aos que a apoiam numa relação de clientelismo” (*ibidem*,

---

<sup>37</sup> No texto original: Mo Ibrahim Foundation defines governance as the provision of political, social and economic public goods and services that every citizen has the right to expect from their government, and that a government has the responsibility to deliver to its citizens.

p. 25), na qual as elites dominantes ocupam posições-chave no partido, na administração pública, nas instituições militares e económicas.

Segundo Macuane (2010) as elites possuem uma tendência de manter o poder através da reciclagem fazendo arranjos institucionais e políticos<sup>38</sup>: “podem ser consideradas como sendo agentes que estão para se servir e que consolidam o poder organizando grupos de clientes, oferecendo-lhes determinados benefícios (financeiros, organizacionais, económicos, etc.) e acesso aos recursos em troca do seu apoio” (p. 25).

Todas estas práticas e realidade refletem-se ainda de uma outra forma que a investigadora testemunhou: estas elites, ou grupos de interesse, vendo satisfeitas as suas necessidades de acumulação de capital e tendo acesso facilitado a determinados bens e serviços não se encontram diretamente dependentes, pelo menos nas décadas mais recentes, do que é produzido nacionalmente. Este aspeto marca a diferença, em relação aos pobres e às mulheres, muito em especial em relação ao meio rural.

### **1.3.1.1 Na vida dos pobres e das mulheres**

Vendo as suas necessidades satisfeitas e daqueles que rodeiam a dita elite, está criado espaço para que se negligencie por exemplo o desenvolvimento da agricultura, nomeadamente de forma a que beneficie diretamente os mais pobres já que não é entre estes que se encontra uma família-elite. Não significa que não exista uma continuada atenção a ações e a uma atuação que contemple *alguém, lá*<sup>39</sup>, que esteja a precisar de apoio. Isso há e sempre haverá porque nunca se encontraram pessoas indiferentes, antes pessoas muito centradas em si e no que é seu, pelo que a perceção das necessidades humanas e da própria sociedade fica prejudicada por aquilo que mais interessa a uns privilegiados porque não ocupa o primeiro lugar da consciência.

Ora, tudo, num conjunto, é muito e afeta negativamente a geração de emprego, o comércio, a saúde, a educação, o investimento na agricultura de pequena escala, no desenvolvimento rural, no abastecimento de água, nas escolas, no licenciamento, no tratamento hospitalar, a redução da pobreza e o próprio desenvolvimento. Nisto, Macuane

---

<sup>38</sup> Expressão comum a toda a literatura.

<sup>39</sup> Expressão introduzida pela investigadora, de uso comum em Moçambique, que anota a diferença social.

fala de “grandes tendências de gastos a favor do desenvolvimento de infraestruturas urbanas, não rurais” (Macuane, 2010, p. 48).

Tendo em conta estas prioridades diz-nos Macuane que a corrupção relacionada com a reduzida capacidade orçamental é mais provável que afete os pobres (da zona rural) com menos ou nenhuma voz e poder de negociação e por conseguinte a mulher rural moçambicana.

Não podemos deixar de referir que, em termos do setor da Educação, esta realidade afeta a geração de capital humano pois é através das perdas [na Educação], daquilo a que a própria sociedade deixa de ter acesso – as mulheres rurais no nosso caso - que o país tem uma grande parte da população que não se liberta das razões da sua própria pobreza.

Há autores que referem que estes fatores atuam como impostos sobre os mais pobres e que são aplicados pelos próprios indivíduos e instituições corruptos. A Cooperação Sueca aponta que a combinação da baixa capacidade ao nível local e dos altos níveis de corrupção leva a desigualdades para as pessoas que vivem na pobreza, muito em particular para as mulheres já que seu o acesso a bens e serviços depende de uma combinação de posição socioeconómica e competência sociocultural (Embassy of Sweden in Maputo, 2019).

Ora, este aspeto é mais uma reflexão que identifica uma forma concreta, um resultado concreto da corrupção, mais desigualdade, menos crescimento económico, inadequada distribuição de recursos, bens e serviços o que funciona como um ciclo negativo de auto-fortalecimento da pobreza (Razafindrakoto & Roubaud, 2007).

Em matéria de Ajuda externa, digamos de CID, para que esta funcione nos seus mais importantes fins é preciso que Moçambique coopere tendo Instituições e um Governo que funcione na direção certa. Definimos direção certa por uma atuação cuja receita do Governo seja direcionada para a disponibilização de bens públicos e de serviços, como atestam alguns documentos. Também pela adequada aplicação dos dinheiros dos doadores e, aliada, pela capacitação e desenvolvimento das próprias pessoas que implementam os projetos.

Com o aumento da ajuda externa não se consegue necessariamente ajudar a lutar contra a pobreza já que grande parte [da ajuda externa] se perde na corrupção, porque as fontes de renda criadas são apropriadas pela elite política e administrativa (CIP, Moçambique et

al, 2016) ou seja, a corrupção provoca mais desigualdade económica e desencoraja a luta contra a pobreza (Gupta et.al, 2002; Blackburn & Forgues-Puccio, 2011). Assim, são necessárias boas políticas e os próprios doadores têm de se colocar nelas, assegurando a sua concretização e não tendo uma presença aparente que poderá criar estruturas viciadas, negativamente.

#### **1.4 Governação Local**

Não menos importante que a Governação ao nível central, é a Governação local onde há um conhecimento implícito e explícito da realidade, sobretudo em contacto próximo com o rural. Julgamos importante começar pela abordagem ao conceito de poder local e dele construir uma narrativa que explore como é visto em Moçambique e terminar na participação da comunidade local. Neste quadro falamos da importância do poder local e das autoridades comunitárias, nas pessoas dos “secretários de bairros ou aldeias, régulos, líderes religiosos e outros localmente legitimados no processo de tomada de decisão” (Canhanga, sd, p. 95-96).

A arena política ao nível local é “onde o aspeto participativo tem potencial de promover a cidadania, a prestação de contas, a transparência, a abertura, a capacidade de resposta por parte dos governos locais às necessidades dos munícipes e o melhoramento das condições de vida dos cidadãos” (Forquilha, sd, p. 72). No país, há uma marcada posição centralizadora, dos tempos do pós-independência, que, segundo o investigador marca o distanciamento entre o Estado e os cidadãos.

Apesar das reformas que pudessem anunciar o reforço da democracia através da “transferência de responsabilidade (autoridade), recursos (humanos e financeiros), responsabilização e regras (instituições) do governo central às entidades locais” (*ibidem*, p. 76), Moçambique continua num sistema de poder dominante onde a participação do cidadão na tomada de decisão continua precário, para não dizer quase inexistente, permitindo a permanência da distância com o Estado. Diz-nos que “a democracia continua algo superficial, há uma fraca participação política em períodos não eleitorais, e as elites políticas de todos os partidos são geralmente consideradas pelos cidadãos como sendo corruptas, interessadas em si mesmas e ineficientes na resolução dos problemas do país” (*ibidem*, p. 79).

Em termos locais não se verifica apenas o reflexo existencial do neoliberalismo, mas também o das práticas ligadas ao referido neopatrimonialismo em que a dominação limita a participação dos cidadãos e a proteção da elite o que, no contexto municipal, se reflete na fraca ligação entre esta elite política e os cidadãos que melhores contactos têm com líderes religiosos, comunitários e pessoas influentes (Forquilha, sd).

Não nos é difícil fazer o entendimento de que “as instituições formais definem a preferência das prioridades que devem fazer parte da agenda política, ignorando o conjunto de ansiedades definidas pelos cidadãos no âmbito do processo de planificação participativa” (Canhanga, sd, p. 92) logo o processo de democratização fica limitado e, conseqüentemente, o desenvolvimento local pelo não envolvimento das comunidades locais já que ainda não lhes é reconhecida capacidade de tomada de decisão e de solucionarem os seus próprios problemas (Canhanga, sd).

Cabe-nos dizer que do processo de recolha de elementos sobre o tema, retemos a disponibilidade que começa a existir para referenciar as comunidades locais nos debates e de as ligar diretamente ao desenvolvimento. Isto significa descentralizar, isto é aproximar e des-limitar o poder, para “reforçar o desenvolvimento local através da inclusão justa e equilibrada, da distribuição de recursos pelos diferentes grupos sociais, inclusão de sentimentos, valores e prioridades e uma melhor gestão dos projetos de desenvolvimento” (*ibidem*, p. 97). Portanto, incluir as comunidades nos processos de resolução de problemas a nível local.

Anota o mesmo autor que esta realidade exige dirigentes e funcionários do Estado, nos vários setores responsáveis, comprometidos com a qualidade dos serviços. Pessoas que estejam em diálogo e negociem as prioridades locais para o que se recomenda que “organizações de participação dos cidadãos (autoridades municipais, secretários de bairros e de aldeias, régulos, líderes religiosos, partidos políticos, sociedade civil, sector privado), envolvidos nos mecanismos de planificação” (*ibidem*, p. 98) já que assim é possível negociar e escolher alternativas que visam alcançar objetivos coletivos para os fazer parte da agenda política local.

Apesar de todo este conhecimento e já, de certa forma operacionalização da melhor forma de atuar, referenciamos o parceiro Sueco de Cooperação que nos trás a realidade. Revela-nos o ator que a “análise ao nível distrital mostra a forte influência da Frelimo no Estado através da exigência de filiação partidária para o pessoal civil [...]. Combinado com

sistemas de Governança hierárquica [...] (o que tem) consequências negativas para a competência, diversidade de opiniões [...] e Governança democrática” (Embassy of Sweden in Maputo, 2019, p. 17).

A análise do doador traz a mensagem de que a tomada de decisão a nível local ainda é limitada devido ao forte foco no ganho individual, dentro de um sistema centralizado, hierárquico, burocrático e de fraca capacidade. Este é um importante fator explicativo das ineficiências e que se alia à corrupção que vive noutras instâncias da sociedade.

#### **1.4.1 Capacidade humana e institucional**

De Canhanga (sd) temos que “a consolidação dos pilares da boa Governança é compensada pelo aleitamento de instituições e regras que assegurem o desenvolvimento da capacidade humana e institucional” (p. 96). Esta é uma oportunidade para voltar a anunciar a importância da Educação na boa Governança pois a tomada de decisão baseada em padrões morais melhora o desempenho das Instituições, através das pessoas, logo a qualidade dos serviços do setor público. No autor “o sucesso da prática governativa é alcançado através de instituições eficazes que respeitem princípios universais como participação, *accountability*, transparência e descentralização.

O envolvimento ativo das comunidades proporciona informação que tida em conta permite uma atuação inovadora e fornece dados que podem levar a um adequado acompanhamento da atuação e correta orientação dos recursos existentes para as prioridades. Refere o citado autor que desta forma “fecham-se as portas do desvio por grupos das elites locais” (p. 100). Esta forma de atuar constitui o “desafio para melhoria e qualidade na prestação de serviços públicos, reforço das capacidades locais e o alcance da redução da pobreza [...] melhoria das condições de vida das comunidades” (p. 99-100).

Neste escopo sobre a Governança local questionamos o papel das Instituições Internacionais que são o rosto da CD e das intenções do Desenvolvimento. É observável que as Instituições e as Agências de Cooperação Internacional, orientaram o seu apoio para a consolidação da democracia e da boa governação em função de fatores como “existência de um sistema político estável [...] eficiência e eficácia das instituições de poder local, por uma autoridade política legalmente estabelecida e exercida com base na

transparência, legitimidade e com habilidades na gestão dos recursos económicos e sociais existentes a nível local” (p. 100).

Este apoio supostamente cria ligações entre autoridades locais, municípios e órgãos municipais e Governo central para o reforço das capacidades institucionais e da consolidação de práticas ligadas aos princípios da boa governação tendo em vista beneficiar o máximo número de pessoas. Nesta ação é preciso “definir focos territoriais, áreas geográficas específicas, descritas sobretudo pelos problemas que se pretendem intervir, onde as pessoas, as mulheres, são mais desfavorecidos em termos de acesso a serviços como saúde, educação, água, emprego, ou seja em contexto de significativa pobreza” (p. 101).

Complementarmente é considerada uma abordagem de que desigualdades são superadas “através do aumento da capacidade, eficiência, eficácia e transparência dos governos municipais na gestão dos recursos financeiros e prestação de serviços básicos [...] com o aumento da participação dos cidadãos (homens e mulheres, crianças e idosos, grupos comunitários e civis, líderes locais)” (*ibidem*). Tem-se que esta participação nas várias fases de formulação de políticas públicas e a interação com os órgãos municipais em conjunto com o “reconhecimento da capacidade dos diferentes grupos sociais locais tomarem e imporem decisões viáveis em prol do seu próprio benefício e desenvolvimento” (*ibidem*) é ingrediente fundamental à concretização não só da boa Governação local como também da conção da melhoria das condições de vida dos mais pobres e sobretudo das mulheres rurais.

Apresentamos como exemplo as Agências Internacionais terem incluído nas suas estratégias de atuação a componente “*boa governação* para o fortalecimento da capacidade institucional e melhoramento das condições de vida das comunidades locais nos municípios de Dondo e Marromeu (Província de Sofala)” (*ibidem*). Esta Província tem especial interesse para o nosso estudo já que nela reside parte das mulheres rurais com quem trabalharemos e que têm envolvimento ativo através dos, acima referidos, grupos sociais locais na vida social por meio de metodologias específicas.

Estes grupos estão organizados localmente, muitas são Associações de mulheres rurais, ligados a projetos de Cooperação e às Organizações Parceiras do Programa AGIR II, que têm um importante papel já que conseguem relações privilegiadas entre as populações rurais e o Estado e mesmo entre o Governo Distrital pelo que constroem, potencialmente,

linhas de governação e desenham a adequação da vaga neoliberal ao que realmente importa. Assim, “com uma linha de ação orientada para a melhoria das condições de vida das comunidades locais e consolidação de mecanismos transparentes e participativos na gestão de coisas públicas [...] (a) intervenção contou com o apoio de vários grupos sociais locais” (p. 101-102).

Esta forma de atuar contém uma “ligação direta entre a redução da pobreza absoluta e o melhoramento das condições de vida das famílias residentes nas zonas rurais” (p. 102). Toda esta atuação tem ou deve ter o papel de estruturar a não manipulação de prioridades e preferências dos cidadãos em benefício dos desejos das elites políticas locais para que as necessidades sociais e comunitárias não sejam desvirtuadas nem reforçadas em fragilidade, o que se contrapõe ao exercício democrático e à legitimidade dos cidadãos e da própria mulher rural.

A atuação ideal deve ser descrita por “autarquias locais que auscultam as opiniões e sugestões das autoridades tradicionais reconhecidas pelas comunidades como tais, de modo a coordenarem com elas a realização de atividades que visem a satisfação dessas comunidades” (p. 107). No caso das autoridades tradicionais torna-se indispensável que as olhemos no seu papel de gerir situações e de gerarem resultados justos para as suas comunidades, sem que deixem de ser olhadas com os binóculos do patriarcado, já que é limitador da equidade (Shenga, & Mattes, sd).

Os funcionários dos projetos de Cooperação, as autoridades tradicionais, portanto uma multiplicidade de atores em permanente confrontação política, modelam uma relação em rede e integram a relação Estado-sociedade. Sendo as autoridades tradicionais parte integrante desta rede, até porque são reconhecidas na própria organização do Estado, têm de ser chamadas a colaborar em assuntos como gestão das terras, recolha e informação relevante para a resolução dos problemas das comunidades, proteção do meio ambiente, promoção da atividade produtiva, preservação do património cultural, entre outros assuntos por vezes muito críticos para a vida da mulher rural moçambicana.

Ainda que um cenário seja construído positivamente, o da CD, “a policefalia das instâncias políticas, a autonomia parcial das arenas locais, a grande flexibilidade dos arranjos institucionais, a fraca capacidade do Estado para impor normas e a fraca capacidade de regulação dos problemas coletivos por instância políticas locais e a forte dependência face ao exterior” (CIP, Moçambique et al, 2016, p. 7) são variáveis de um

sistema cujas equações têm de ser equilibradas para que não se tenham operações que não gerem resultados.

#### **1.4.2 Articulação com os atores da Cooperação**

Encontramos espaço para alicerçar a boa Governança na posição que o Governo possa definir para a Assistência dos Parceiros de Cooperação, isto é a forma como no país se gere e constrói a narrativa dos fundos externos. Se não existe em algum momento uma adequada coordenação entre todos os atores e adequada definição do destino dos fundos significa, em termos práticos, não ter existido uma reflexão sobre as prioridades nem mesmo na construção de uma parceria coerente que não distorça o foco da Ajuda e não comprometa a qualidade e a eficácia.

Ora se os fundos não forem direcionados para áreas em que a capacidade de trabalho e de gestão esteja instalada, a consolidação de resultados será sempre um *puzzle* com espaços em branco já que temos interações entre parceiros que não se fazem sentir em todo o seu potencial, que comprometem o elemento fundamental da sustentabilidade e a melhoria da condição de vida dos grupos-alvo dos projetos de Cooperação assim como a própria mulher rural moçambicana.

Trabalhar desta forma significa desenvolver e atuar na e para a agricultura e pesca, promover o emprego assim como o desenvolvimento social e humano (IFM, 2014), a Educação. O que mais se torna preocupante e onde os atores da Cooperação têm de se centrar é nos aspetos onde a situação mais se deteriorou e um deles centra-se na participação e nos direitos humanos<sup>40</sup> (Embassy of Sweden in Maputo, 2019) onde a EDS tem muito a fazer, apesar do caminho ser longo.

Conseguimos uma conclusão fácil e clara para este aspeto se resumirmos a Ajuda externa a uma resposta a emergências e a falências que derivam das próprias condições do país e, muito, do partido político no poder. Da experiência, ou dos fatos atuais, não só a partir dos números, mas dos relatos das populações, é preciso pensar como repensar a dependência e a própria Ajuda de que se carece já que os próprios atores - a sociedade civil, o Estado, as Instituições - vivem numa teia de dependência da qual criar libertação é difícil sobretudo por parte dos governantes que escolhem e trocam doadores, o que acaba por não gerar nenhuma acumulação financeira interna construtora, antes matar a

---

<sup>40</sup> “The human rights situation is on a declining trend.” (Embassy of Sweden in Maputo, 2019, p. 18).

possibilidade de um rico país evoluir com base nas suas próprias riquezas (Francisco, 2012).

Evitar que para alguém ganhar, outrem tenha de perder é parte do jogo que tem de ser redefinido até porque a imagem da necessidade e do que se precisa e quer encobre formas de gestão e de Governação centralistas e de exploração, convenientes para as massas mais abastadas do pobre país e do moçambicano onde a dimensão do meio rural é enorme e nele, igualmente de grande dimensão, as mulheres rurais.

### **1.5 O espaço social do meio rural**

Quando as cumeeiras de nosso céu se  
juntarem

Minha casa terá um telhado.

Paul Éluard

Dignes de Vivre, ed. Julliard, 1941.

A pobreza e a falta de infraestruturas têm “muitas consequências sociais e políticas, talvez a mais importante, do ponto de vista do desenvolvimento democrático de Moçambique, sejam as limitações que esses obstáculos colocam à capacidade de os seus habitantes atuarem com cidadania plena” (Shenga & Mattes, sd, p. 119) o que faz persistir o país enquanto uma das sociedades mais pobres e subdesenvolvidas no mundo, segundo os autores.

Desde os aspetos que descrevem a Governação central até aos da Governação local encontramos fenómenos endémicos como a corrupção, outros que ligados a tradições, marcadamente ligados ao domínio, que limitam o exercício de direitos, da cidadania e corrompem o que a mulher rural tem, ou deveria ter por natureza, à sua disposição. No âmbito local, o maior conflito que o país viveu aconteceu maioritariamente nas áreas rurais e muito à volta das populações, com muita violência. Este conflito deixou vivas raízes das quais brotam alguns problemas atuais, sejam eles em termos de Governação ou mesmo numa abordagem à pobreza e ao indivíduo.

No nível local, particularmente nas áreas rurais, as tensões refletem tanto as profundas divisões sociais resultantes da longa guerra como as desesperadas táticas de sobrevivência de muitos moçambicanos que tentam reconstruir as suas vidas para fazer face a uma

pobreza avassaladora (Honwana, 1998). Curar esta enfermidade vai além do alívio de traumas individuais, inclui a reparação das divisões sociais que existem tanto dentro como entre as comunidades, segundo a autora.

Estes aspetos são elementos de destaque na medida em que é neste meio rural que os doadores vão implementar as suas ações e onde terão de atuar cirurgicamente para resolver os problemas a partir da sua raiz e assim criarem condições para redução da pobreza dos mais fragilizados, nomeadamente da mulher rural. Para tal é necessário compreender o espaço no seu conceito base e na sua essência do local.

### **1.5.1 O espaço social**

O conceito de espaço, ou de local, é encontrado em Castiano (2010) em referência à “posição cultural e epistémica a partir do qual o cientista argumenta, central para a afrocentricidade, porque o local é o contexto no qual se situa o discurso” (p. 144). Este espaço gera conhecimento, gera saber, já que gera um encontro com o sujeito e onde há um contacto com a realidade, com as próprias “questões do género e libertação da mulher analisando as perceções sobre o lugar reservado para ela” (*ibidem*).

O autor leva-nos à noção de que a verdade deve estar submetida às questões éticas já que “a verdade se submete ao bem [...] (e) um afrocentrista informa-se primeiro sobre o valor ético de um facto ou atitude para a comunidade” (*ibidem*, p. 146). Assim, intervir corretamente e adequadamente o espaço depende da capacidade de interferência do homem por sua vez ligada a conhecimento para poder influenciar a direção da interação (*ibidem*, p. 67).

O espaço é ainda “um conjunto complexo de ideias” (Tuan, 2013, sp) na medida em que integra diferentes valores, de diferentes sujeitos e culturas, com maior ou menor grau de diferença. O espaço é o resultado das necessidades do próprio indivíduo, “sujeito do poder nas sociedades bantu” (Castiano, 2010, p. 67), que o organiza, o manipula e o domina.

Na perspetiva do tempo, sugerimos o espaço “como um fator da evolução social, não apenas como uma condição [...] uma instância da sociedade” (Santos, 1985, p. 2) económica, cultural e ideológica. Interessante é dizer que o espaço contém e é contido, já que a “essência do espaço é social” (*ibidem*) é tudo mais a própria sociedade numa configuração própria, com uma continuidade visível de funções e processos. Para nós tais funções e processos são a representação da paisagem observável que corresponde a um

todo, mas que é possível dividir em partes, em constituintes da realidade “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas” (*ibidem*, p. 5). Para nós os atores diversos entre os quais acontece a atuação.

Posto isto, cada “ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social” (*ibidem*, p. 6), e são estas interdependências, dominações, poderes, enquanto elementos, que nos fazem ou permitem compreender a realidade e mesmo o que perdura dela ao longo do tempo. O contexto permite que introduzamos as relações de poder enquanto componente central da constituição do espaço já que este reproduz arranjos e estruturas nacionais (Löw, 2006), que influenciam a posição da mulher. Os poderes constituem-se também como capital económico, capital cultural, capital social e que, de acordo com o volume que cada um assume, legitimam os poderes (Bourdieu, 1984) do espaço social local.

Nesta lógica de evolução e interdependência, encontramos o espaço a integrar estruturas e as próprias estruturas a formar o espaço que mais não é do que a justaposição e coexistência de diferentes esferas simultâneas, pluralidades e arranjos relacionais dos seres vivos, segundo Harve (1994). Para Santos (1985) as estruturas constroem a realidade social e o espaço e “evoluem segundo [...] o princípio da ação externa, responsável pela evolução exógena do sistema; o intercâmbio entre subsistemas (ou subestruturas), que permite falar de uma evolução interna do todo [...] (e de) uma evolução particular a cada parte ou elemento do sistema tomado isoladamente” (*ibidem*, p. 14).

Então, os elementos do espaço interagem uns com os outros e nos seus atributos temos um sistema “comandado por regras próprias ao modo de produção dominante [...] (que) funciona em relação ao sistema maior como um elemento [...] formado de variáveis que, todas, dispõem de força própria na estruturação do espaço” (Santos, 1985, p. 11). Assim, compreender o espaço implica saber o que o caracteriza para, particularmente, identificar o que é de interesse para o nosso sujeito mulher rural, para assim o definir, descrever e interpretar para, em nova ou renovada função, ter um ambiente espacial cuja análise resulte favorável à condição humana feminina.

Posta toda esta retórica, vemos o espaço moçambicano como um produto histórico, de processos sociais típicos de uma determinada sociedade (Harve, 1994) intimamente ligado com as estruturas de poder e pleno em relações sociais, modos particulares de

produção e de consumo. Não obstante o que predomine, as sociedades mudam, mesmo num contexto de subserviência, a contestação dentro da sociedade e dos seus segmentos, a multiplicidade de interesses que emergem e definem a heterogeneidade do espaço constrói gradualmente subespaços que refletem novos poderes baseados noutra tipo de interesses, que sejam, preferencialmente os da mulher rural moçambicana.

Tomamos como referência e exemplo o Governo da Província de Sofala, no centro de Moçambique, submetido a normas burocráticas e de ação emanadas de fora da Província. Se, por um lado, aos fatores externos cabe sempre um papel ativo, a sua presença, em determinada área, depende de necessidades a ela externas que nem sempre se coadunam com os interesses ou condições internas (Santos, 1985).

O espaço está em evolução permanente. Bachelard (2008), em *A poética do espaço*, defende que uma nova ideia ao integrar um corpo de ideias já aceites, mesmo com o que ela aporta de exigência, gera mudança. Mesmo que o que é externo gere limitações, o conjunto das interações e o próprio sistema geram movimento pelo que sendo o espaço da sociedade um *continuum* a atuação vai sempre gerar resultados. Assim, espaço e social são conceitos relacionais, aportam uma relação, são um resultado de estruturas construídas que reproduzidas geram e geraram uma forma, uma ordem que tem integrada a mulher rural, inscrita ela própria na produção dos espaços (Harve, 1994; Löw, 2006).

### **1.5.2 A construção da consciência**

O social e a vida social estão além dos aspetos da consciência, existem causas. O conhecimento é desenvolvido dentro da própria comunidade. A partir da sua evolução constrói um novo conhecimento que é objetivo, factual e coerente para aqueles que estão a participar da sua construção e que tem associada a capacidade dos seres humanos criarem oportunidades de crescimento e de transformação.

A comunidade tem a sua realidade social construída tendo um acesso privilegiado à sua própria realidade, e consegue compreender o seu modo de uma forma que os externos não conseguem. Observamos que, em termos da Cooperação, ou mesmo uma parte da sociedade, a quem se verifica capacidade de exercício do poder, uma parte com maior força, consegue impor a sua força silenciando a voz da parte dominada e assim, recriar estruturas de poder entre diferentes realidades sociais.

A mudança ocorre se se mudar a forma de fazer e a forma como os grupos são produzidos e reproduzidos. Isto leva-nos à ideia de poder simbólico no que tem importância o discurso enquanto capital no sentido de impor uma visão, facto bem conseguido por aqueles que obtiveram reconhecimento a partir da sua atuação. Daqui resulta o poder de mobilizar, de uma pessoa, de um indivíduo, que atua como representante e que concretiza coisas a partir das palavras. Desta forma a mudança acontece. Esta formação tem sido desencadeada pelos atores da Cooperação a partir dos processos educativos que proporcionam.

Sobre construção, Bourdieu (1989) distingue estruturalismo de construtivismo. São estruturalistas as estruturas objetivas independentes da consciência dos agentes, capazes de orientar e constringer as suas práticas. Construtivistas os esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos de *habitus* e de estruturas sociais, de campos e de grupos, as classes sociais.

Observamos que a disposição estruturalista interage com a construtivista, em termos do nosso espaço social. A percepção e a construção da realidade social ligada a estruturas cognitivas que foram elas socialmente estruturadas têm uma génese social e resultam de um empreendimento coletivo (Santos, 1985) no qual a CD tem tido o seu papel de mudança.

Estes aspetos têm um papel importante na construção social. Através da linguagem abre-se a oportunidade para a transformação colaborativa das realidades na qual cada ator faz o seu melhor na perspetiva da sua compreensão e entendimento num determinado contexto (Geldenhuis, 2015). Todas estas práticas são relacionais o que no contexto africano tem especial relevo dado o papel vital que possuem a relações entre pessoas.

Não podemos esquecer que o construcionismo social foca em transformar relações e que a transformação foca na mudança das partes criando espaço para múltiplas realidades locais sem que umas se imponham às outras, que ao mesmo tempo funcionam como centrais para a transformação (Geldenhuis, 2015). Assim, a mudança acontece quando as pessoas tomam consciência das diferentes histórias e quando tomam consciência do seu papel na geração de padrões improdutivos de interação e de como isso afeta a realidade social.

Esta complexidade permite a criação de novas possibilidades e realidades. Ter-se-á um novo comportamento de grupo que co-constrói o espaço. Segundo o mesmo autor, esta é

uma perspectiva relacional da realidade na qual estão inseridos os seres humanos, e no qual o diálogo assume importante papel e proporciona uma perspectiva única do individual e da organização com base na natureza relacional de três conceitos: da natureza humana, da linguagem e do conhecimento.

No entanto, Bachelard (1996) lembra que as crises de crescimento do pensamento implicam uma reorganização total do sistema de saber. Ainda assim é importante notar que o povo já possui uma “matriz ontológica de pensamento” (Castiano, 2010, p. 76) e que, por tal, é importante primeiro “dar atenção ao homem africano e não em primeira linha à industrialização à introdução de uma economia à moda europeia ou ao aumento da produção” (*ibidem*).

Significa para nós que produzir alterações no espaço social através da construção da consciência requer um adequado e ampliado conceito de Educação. Um conceito que deve ser propriedade de todos os atores da sociedade e que seja moldável ao interesse do público a que ela se dirige fazendo coexistir um novo conhecimento e ao mesmo tempo assegurando o próprio património do povo em sabedoria prática.

#### **1.5.2.1 Educar no espaço social *bantu***

Apesar da importância da mudança e do que ela constitui é importante ter em conta a dimensão do próprio espírito africano no qual, numa perspectiva realista e construtivista, se lançam sementes que ampliam a consciência e tornam o complexo sistema interrelacional mais próspero e completo na medida do que uns atores podem e devem influenciar os outros.

Para que o papel da Cooperação seja potenciado deve ser tido em conta que o espaço social sai reforçado, como nos diz o próprio Tempels (1959) se o *bantu* for educado tendo por base “a sua aspiração permanente em fortificar a vida” (p. 78) ou seja, na “habilidade de não deixar definir-se a si próprio através de um outro grupo poderoso [...] (na) capacidade de o homem negro testar as suas possibilidades de desenvolvimento usufruindo de tudo o que a natureza lhe oferece” (Ngoenha, 1993, p. 154).

Tempels (1959) é muito objetivo na sua crítica à ação externa no espaço africano quando afirma que “os brancos já deveriam ter notado que o muntu [...] não está disposto a abandonar a sua filosofia de vida [...] conserva basicamente os seus valores” (p. 116).

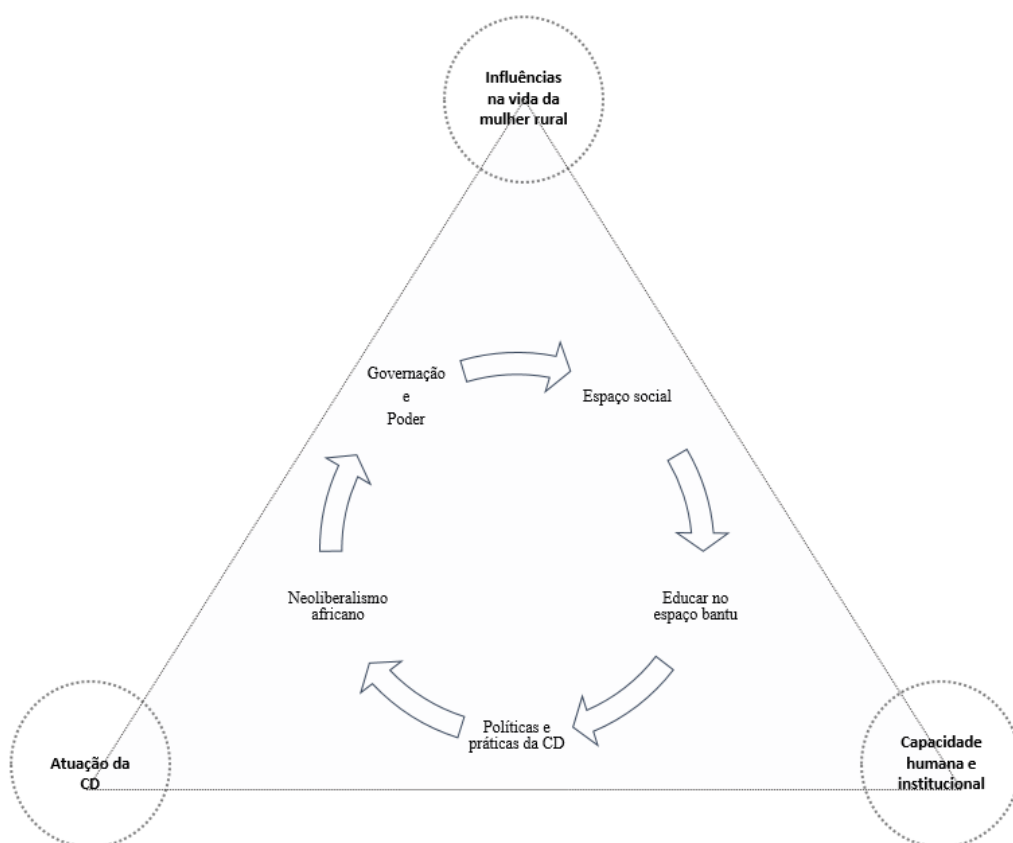
Não obstante, existe, por verificação e experiência da investigadora no terreno, disponibilidade para receber sabedoria, com um sentimento de gratidão muito profundo.

A enorme qualidade do humano caracteriza a pessoa *ubuntu*, são “qualidades éticas” (que) “constituem o alicerce para o princípio de uma nova forma de justiça: a restaurativa [...], na qual a preocupação central (é) focalizar as iniquidades, as desigualdades, enfim, a restauração das relações e dos valores humanos quebrados” (*ibidem*, p. 167). Estas qualidades descrevem um espaço social ideal no qual “não se tiram vantagens pessoais da fraqueza dos mais fracos, mesmo que seja um chefe falta-lhe a integridade fundamental para um ser humano” (*ibidem*).

Posto isto, é oportuno acrescentar os valores fundamentais *ubuntu*, fortemente enraizados na EDS, que Severino Ngoenha (1993) apresenta nomeadamente o humanismo, a tolerância, a compreensão, paz e humanidade, a empatia, a simpatia, a ajuda mútua, a caridade e a amizade, a abertura e a atitude de ‘mão aberta’, o cometimento, a obediência, a ordem e a predisposição para cumprir normas sociais e, por fim, a coesão, a informalidade, o perdão e a espontaneidade. Todos são aspetos fundamentais para a construção da mudança feita através de processos educativos.

A partir de todo este conteúdo temos de fazer uma síntese, que seja objetiva, ofereça uma imagem fiel da realidade e que, ao mesmo, tempo seja suportada pelos elementos que foram deixados ao longo deste capítulo. Observamos que a atuação da CD, as políticas e práticas emanadas pelos próprios doadores são influenciadas pelas correntes neoliberalistas. Tal atuação por sua vez agrega a governação nacional e local ao mesmo tempo que os atores da Cooperação exercem a sua própria Governação. Toda esta atuação desenrola-se num espaço social no qual é necessário intervir no sentido educativo, mas no respeito pelas características dos princípios *bantu*. Tal intervenção supõe-se geradora de capacidade humana e, conseqüentemente, institucional já que o processo de Educação deve contemplar todos os atores da sociedade civil. Assim, a atuação dos cooperantes para uma criação, ampliada, de capacidade humana exerce influência nas condições de vida da mulher rural.

Figura 1.1 - Elementos que influenciam a ação da CD e a vida da mulher rural



**Fonte:** Elaboração própria com dados da literatura

Para Ngoenha, no livro *Filosofia Africana: das Independências às Liberdades*, é preciso dedicarmo-nos ao futuro para que não seja igual ao passado. Nas suas palavras questionamos o caminho trilhado para alcançar os fins da Cooperação, enquanto peça modeladora do espaço social fazendo da EDS a sua pedra angular.

*Hosi Katekisa, África*

*Título do Hino de África*

*Tradução: Deus te abençoe, África*

## Capítulo 2. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável no meio rural

Para entrar na definição e na aplicação da EDS ao meio rural, tomámos por importante construir uma sequência lógica que parte do próprio meio rural, percorre o seu desenvolvimento e o que se lhe coloca como limitações sem que se deixe de observar a própria mulher rural enquanto atora-chave desse espaço. Neste capítulo colocamo-nos na trilogia Pobreza, Desenvolvimento e Educação e adentramo-nos numa espécie de conceito de forças vitais, dada a capacidade que estas têm de interferir na sociedade e no indivíduo. Olhamos para a mulher rural moçambicana na distorção que estas forças produzem naquela que deveria ser a sua vida e associamos o desenvolvimento humano como fator diferenciador e construtor.

Por ser a Agenda 2030 um elemento importante para o nosso estudo introduzimo-la e dela avançamos para a EDS. Explorado o conceito de Educação e apresentado o nosso, observamos o caso concreto de Moçambique a partir da construção ideológica de Brasão Mazula. Exploram-se alguns conceitos, também dinâmicas, estratégias, movimentos associados e visões que nos ajudam a engajar no papel fundamental da Educação muito em especial na vida da mulher rural moçambicana.

O conjunto das observações encetadas dá-nos a oportunidade de expor a nossa compreensão de que a sociedade, o ambiente, a economia, a saúde, a cultura, a Educação, o nível de vida, o conhecimento, a aprendizagem social e comportamental – mesmo a emocional – constituem-se elementos do próprio estudo já que todos interagem e são objeto da Cooperação e da Educação no meio rural.

A pobreza é outro tema que diretamente ligamos à Meta 4.7 dos ODS no qual a Estratégias e Planos Internacionais e Regionais têm ligação. Yunus (2007) afirma que a “pobreza não faz parte da sociedade humana civilizada” (p. 373) pelo que depreendemos estarmos numa sociedade global que ainda não atingiu tal maturidade, sociedade essa de onde provêm os atores da Cooperação para intervencionar essa mesma pobreza.

Na última fase da narrativa trabalhamos o nosso discurso nas *capabilities* e na Educação não deixando de anotar a aprendizagem no potencial que tem para reduzir a pobreza. Amartya Sen ocupa a posição central do discurso com a sua TDH a partir do que nos atrevemos a enunciar um modelo educativo para o Desenvolvimento. Avançamos na visão de Mahatma Gandhi cuja ideologia enceta aquele que pode ser um, ponderável,

modelo para o desenvolvimento enraizado na Educação específica e concreta das necessidades locais.

## **2.1 O Meio Rural**

A pobreza é um problema estrutural na maioria dos países africanos e tem sido o alvo das estratégias de desenvolvimento. Para Vidal (2011) a situação de pobreza é composta por fatores como desnutrição, fome, sem terra, insegurança alimentar, desastres climáticos, desigualdades de gênero, marginalização, elevada mortalidade, conflitos dentro do próprio país, corrupção e fraca governação assim como desigual poder nos regimes comerciais. Nesta apresentação vemos Moçambique, um país com um elevado leque de oportunidades e de riqueza, mas com um meio rural onde predomina uma pobreza dura.

Tomamos como exemplo a Serra Leone, num estudo de Bangura e Kim (2017), com um conjunto de recursos necessários para fechar o *gap* da pobreza especificamente nas áreas rurais. Esse estudo destaca a Educação como elemento que lidera a predição da pobreza a vários níveis sugerindo que o Estado lhe devota uma substancial parte do orçamento nacional. Afirmam os autores este aspeto ser expansivo à África em geral, embora foquem na Serra Leone em particular. Referem ainda que, inversamente, a pobreza tem um substancial impacto na Educação com enorme efeito espiral e efeito autorreforçador.

Vemos que são várias as barreiras em África e várias as do espaço rural. Em Moçambique, percorrido nas suas várias e vastas áreas, especialmente as áreas rurais, sofre-se por uma larga variedade de razões, seja saúde ou por razões de alimentação, seja pela vulnerabilidade a fenómenos climáticos até mesmo devido a estradas e acessos de fracas condições que criam limitações e que frustram as políticas estatais de conseguirem providenciar serviços adequadamente.

Falar do meio rural significa observar uma vida social descrita por interações entre indivíduos que se colocam na vida uns dos outros sob a forma de crenças, atitudes, comportamentos que têm influência, direta e indireta, na forma como se processa a vida das pessoas vulneráveis. A pobreza rural encontra intermediários urbanos prósperos que retêm para si grandes quantias da Ajuda que deveria ser direcionada para os pobres, quem realmente necessita (Hancock, 1991). O meio rural acaba por ser um espaço que os atores com maior poder de decisão dificilmente decidem vivenciar e explorar para conhecer

reais problemas e assim tentar resolvê-los. Todos estes aspetos requerem transformação, até mesmo em termos de fortalecimento da capacidade do serviço público.

Posto isto, apresentamos o meio rural numa perspetiva peculiar, não num conceito predeterminado, mas enquanto espaço [social] contíguo no qual existem fatores e agentes interatuantes. Posto isto, perceber a pobreza de uma família rural implica não só conhecer o rendimento, mas a *capacidade* de acesso à Educação assim como outros aspetos da sua inclusão ao nível político e social. Dão-nos os autores exemplos de graduados de famílias agrícolas, com Educação básica, que detêm conhecimento suficiente para significativamente impactarem a produtividade agrícola e a transformação rural.

Vemos na formação de conhecimento um requisito implícito tanto para crescimento económico como para o Desenvolvimento. O mundo rural pode ser percebido como uma fonte indispensável para financiar a Educação na fase inicial do desenvolvimento em todas as sociedades já que os recursos da agricultura são direcionados para a Educação dos filhos. Adicionamos Bangura e Kim (2017) que nos conduzem ao contraste entre o potencial que os países têm e a necessidade de aumentar a Educação nas áreas rurais. Referem os abundantes recursos naturais e, por conseguinte, uma grande necessidade de aumento do conhecimento dando especial ênfase à Educação nas áreas rurais.

Apesar do que se tenta proporcionar à mulher rural, mesmo aos pobres em geral, existem variados fatores que limitam o exercício da sua escolha. Ensaíamos a ausente liberdade de escolher saúde, Educação, bem-estar, rendimento, trabalho, bem-estar mental, entre outras coisas, partes integrantes da pobreza, esta potenciada pelos diferentes atores do meio local e do meio nacional, pessoas que não pertencem àquele grupo ou comunidade.

### **2.1.1 Desenvolvimento do meio rural, limitações**

Se falar do meio rural implica falar de pobreza, esta, por sua vez, não dispensa, em nossa análise, que seja abordado o desenvolvimento rural. Neste ímpeto recebe-se o convite para questionar e abordar porque é que o desenvolvimento rural não acontece ou pelo menos como seria desejável. A literatura leva-nos a esclarecimentos que, da experiência de campo da investigadora, confirmamos serem de peso e, mais, serem como que um elemento comum, uma estrutura que se não desmancha e de que é assim porque é assim, porque resulta da própria forma de agir e de pensar dos atores. Não eliminando a certeza

de que a integridade existe, de que a ética está presente, apresentamos algumas ideias do que contribui para a pobreza do meio rural.

No pensamento de Yunus (2007) “as análises sobre as causas da pobreza concentram-se em grande parte na questão de saber por que razão certos países são pobres, em vez de se concentrarem na questão de saber porque é que certos segmentos de uma dada população vivem abaixo da linha da pobreza. Os economistas com preocupações sociais sublinham a ausência de “direitos dos pobres” (p. 93) sendo um dos problemas, apontados por Chambers (1983), o de que os pobres não pertencem a um determinado grupo. Forma-se assim o grupo dos mais pobres, no nosso caso o das mulheres rurais, pobres.

Dizemos que este não saber porque este segmento vive na pobreza, corresponde ao subdesenvolvimento da compreensão do que é o meio rural. Assim, criam-se vieses, limitações, à necessária aprendizagem a partir dos mais pobres, mesmo porque a experiência direta do rural é limitada logo as pessoas mais pobres do mundo rural são pouco vistas e assim, ainda menos é compreendida a natureza da sua pobreza.

No entanto, referimos que a limitada experiência tem justificações, que foram vividas pela investigadora: ou porque o ator escolhe o espaço que prefere e em que possa ter interesse, ou porque se está na estação das chuvas e tempestades, ou porque se fez uma construção em torno do que se pretende saber e não é preciso ir além de um determinado contacto pessoal. Estes são exemplos. As limitações do próprio indivíduo e a construção que ensaiou, adicionadas à ignorância sobre o seu estado de consciência em relação ao que realmente seria importante, constituem um importante constrangimento à interpretação da pobreza do meio rural e ao desenho gradual da sua cura.

Em Chambers (1983) encontramos os nossos fatores e agentes interatuantes, ou seja, o espaço, a atuação nesse espaço e os sujeitos condicionados. Fala de projetos implementados onde existem pessoas que são as que estão em melhor situação, fala de homens em vez de mulheres e refere a sazonalidade, que, evitando os maus momentos da estação chuvosa se instala a implementação de um projeto num outro local. Ainda, e muito interessante, a não procura dos pobres por medo de ofender e uma atuação confinada às preocupações da especialização do forasteiro.

Chambers apresenta a pobreza rural como remota, algo que está distante o suficiente, no seu próprio espaço, para ser entendida. Falar da pobreza rural faz-nos abordar a natureza do contacto, ou sua ausência, entre quem está no meio urbano preocupado como

desenvolvimento rural e os mais pobres do mundo rural. Há um desconhecimento da realidade rural por parte um grupo de pessoas que não sabem que não sabem – “Outsiders are often ignorant about rural poverty [...]. The less they have of direct and discordant contact and learning, and the less they know, so the easier it is for myth to mask reality” (Chambers, 1983, p. 6).

Segundo o autor, estes atores sendo externos à comunidade, ao complexo mundo rural, tomam assento na não resolução das questões de fundo derivado daquilo que eles próprios concebem. Nisto, refere que usam crenças reconfortantes nomeadamente que a privação rural não é tão ruim, que os mais pobres estão acostumados e gostam da vida à sua maneira ou que eles são preguiçosos e imprevidentes e trouxeram isso para si mesmos. Refere que muitas vezes os atores da Cooperação veem os pobres rurais como ignorantes, atrasados e primitivos e como pessoas que têm culpa da sua pobreza.

Refere ainda que é preciso colocar estas pessoas do exterior a pensar na forma como aprendem, pensam, sentem e agem já que estão preocupadas com o desenvolvimento rural, para verem o que é que pode ser mudado de forma a que as coisas não sejam tão más, especialmente para os que vivem em maior privação, os rurais e pobres.

Ainda, Kanbur e Squire (1999) anotam projetos implementados pelo próprio Governo e com a sua anuência sem que sejam consultados os pobres, as comunidades, que supostamente seriam beneficiadas. Um aspeto que constrange esse desenvolvimento começa no momento em que os próprios oficiais de distrito não vão às aldeias ou apenas passam por lá rapidamente sem que falem com os pobres sobre os seus próprios problemas<sup>41</sup>.

A este construto somamos o fato de estas pessoas externas ao meio rural viverem a sua própria realidade e, em alguns casos, terem absorvido uma forma de atuar que os leva a terem um especial foco nas suas necessidades para o que se servem dos meios que potencialmente serviriam para ajudar os outros, colocando-os ao seu próprio serviço. Nisto Chambers (1983) vê o Darwinismo social a viver na ideologia dos prósperos e das elites virtuosas que olham para a massa rural cuja pobreza reflete a sua própria falta de

---

<sup>41</sup> “The Government carried out projects without consulting the communities that were meant to benefit from them [...] district officials tended not to go to villages or only passed through quickly without talking to the poor about their problems.” (Kanbur & Squire, 1999, p. 21).

virtude. Hancock (1991) contrapõe com a observação de que a corrupção ao nível da comunidade é um assunto menor comparado à corrupção de topo<sup>42</sup>.

Nesta sequência é importante falar das características essenciais dos poderes nas aldeias, no meio rural. Nisto, refere Bierschenk (1998), a policefalia das autoridades políticas, a autonomia parcial das arenas locais, a multiplicidade de formas de legitimidade, a grande flexibilidade de arranjos institucionais, a fraca capacidade do Estado de impor normas, as fracas capacidades de regulação de problemas coletivos por parte das autoridades políticas locais e a forte dependência do mundo exterior.

Para o autor, estes fatores formam a base para entender a atitude ambivalente da população rural em relação ao Estado em geral e, em nosso entendimento, a ancoragem junto das entidades locais com poder, seja formal ou não, normalmente ligada à tradição e à cultura. Estas estruturas decisórias são compostas por atores, recursos e lógicas de ação. Assim, cada meio local pode ser considerado como uma arena sociopolítica, na qual diferentes *grupos estratégicos* estão em permanente confronto, cooperação e negociação entre si verificando-se, em casos concretos, a cedência de favores ou serviços em troca de votos o que descreve a interação entre os que estão no poder e os pobres (Kanbur & Squire, 1999). Para os autores este mecanismo comercial, se assim se pode designar, é a forma a partir da qual os pobres adquirem terra, casa, água ou eletricidade, inserindo esta forma de atuar no seio de um sistema composto por canais verticais que originam ausências de oportunidades para agir individual ou coletivamente em direção aos seus próprios interesses.

São estes aspetos que descrevem o meio rural e, ao mesmo tempo, explicam o que constrange o desenvolvimento desse mesmo espaço. Falar de aspetos limitantes permite apresentar um outro lado da questão, a elite que recebe e acolhe os visitantes e que faz a articulação em função dos interesses e desejos das pessoas da comunidade. Falamos de pessoas que embora sendo do meio rural são menos pobres, mas muito influentes. Deles resulta a apresentação das prioridades da comunidade e é a eles a quem é dada a maior atenção assim como é quem introduz a comunidade aos visitantes.

Chambers (1983) traz-nos Paul Devitt, quando refere que a voz dos pobres não é ouvida em reuniões públicas, em comunidades, onde é costume que apenas alguém importante

---

<sup>42</sup> “Corruption at village level in the developing countries, however, is a minor issue by comparison with corruption at the top” (Hancock, 1991, p. 175).

exponha os seus pontos de vista. Menciona que é raro encontrar um órgão ou instituição que represente adequadamente os pobres no meio local já que as pessoas de fora e os funcionários do Governo invariavelmente acham mais lucrativo e agradável conversar com influentes locais do que com pobres pouco comunicativos.

Um outro aspeto está ligado ao inferior *status* que as mulheres têm na sociedade. Há exceções e estamos num momento da cronologia do mundo em que estas se fazem bem representar através de Movimentos Sociais. No entanto, no geral, as mulheres não se apresentam aos visitantes externos. Como diz Chambers - “quite often women are a poor and deprived class within a class” (p. 19). Com as suas longas horas de trabalho e o seu baixo rendimento, comparativamente ao dos homens, temos ainda uma outra realidade grupal, mulheres rurais solteiras, líderes de famílias e, por vezes, viúvas que constituem as pessoas mais invisíveis do mundo, mas que têm um rosto e uma experiência individual (Ravallion, 1992).

Apreciando este último aspeto temos a possibilidade de anotar que esta invisibilidade se assevera com a atitude de estes profissionais se aproximarem e posicionarem para obterem as suas informações, focados apenas nos seus objetivos. Do campo sabemos que é assim que funciona, mas com os Movimentos da Sociedade Civil que estão a acontecer no terreno começa-se a fazer da narrativa outra.

Apesar disto, a tendência e o que acaba por acontecer é a falta de espaço-tempo para perceber as pessoas, saber das suas coisas tornando-as no cérebro do que poderia ser o Desenvolvimento. Falamos da ligação aos pobres, de estabelecer com eles ligações diretas para que assim se traga à superfície a sua voz. Sejam quais forem as ideias há uma verdade importante que é perceber que nenhuma pessoa é uma ilha, o que é central para avaliar e conhecer a pobreza (Sen, 2006).

Neste rumo passamos a algumas importantes reflexões, especificamente focadas na mulher rural moçambicana que foram partilhadas por voz de uma Ativista e gestora de projetos de CD. São aspetos muito reais e trazidos das próprias mulheres aqueles em que nos adentramos na seção seguinte.

### **2.1.1.1 Na Mulher Rural Moçambicana**

As mulheres rurais moçambicanas nas suas reflexões têm discutido, no âmbito das suas atividades no espaço social rural, a questão da pobreza e concluem que falar da pobreza é tão complexo que só pode falar dela quem a está a viver. As mulheres rurais, de base comunitária, trouxeram-nos a noção de que ninguém pode escrever da pobreza com as suas emoções ou mesmo a partir de informações de relatórios, dado o sensível que a pobreza tem em si. Quem quer escrever ou ajudar a resolver a pobreza deve viver o ambiente de pobreza, já que só assim será possível ter uma visão mais concreta de como a pobreza deve ser resolvida.

As mulheres com quem a investigadora tomou contacto no seu trabalho de campo revelaram um aspeto comum sobre os que os outros pensam da pobreza. Pensam que o não acesso à eletricidade, à água, a transportes, assim como a outros bens, não tem que ser necessariamente sinónimo de pobreza. Dizem que o fato de não terem eletricidade pode não determinar o ser pobre. Uma mulher não ter casa feita de blocos de cimento não determina que ela é pobre. No caso da mulher rural, tem de ser referido que a pobreza acontece se as mulheres rurais não poderem produzir alimentos seja porque o clima não permite ou porque está a chover muito ou mesmo por se estarem a deparar com altas temperaturas. Estas mulheres podem ser definidas como pobres porque não vão produzir, logo não vão ter acesso a alimentos, nem aos mercados.

O acesso à Educação, na questão de ter uma escola que seja institucional, para estas mulheres não é conveniente já que em termos de alfabetização um dos seus critérios não é o espaço, elas preferem sentar-se no chão, em algum lugar, por ser o melhor para elas porque, inclusive, lhes permite gerar uma dinâmica na própria comunidade. Ao sentarem-se no chão, numa esteira, e terem a oportunidade de aprender em grupo, no seu próprio contexto, é o que consideram importante. Um espaço de aprendizagem com luz e água não é o que consideram necessário muito menos sinal de que estão a sair da pobreza.

Na sua própria forma de entendimento das coisas, simples, mas objetivo, explicam que os países que já alcançaram determinados níveis de desenvolvimento excluem os outros. Dizem, a propósito da sua produção agrícola, do seu feijão e das mangas que têm para venda, que não tendo os produtos as características impostas por países importadores como a África do Sul, não podem sequer ser vendidos senão localmente. Isto cria pobreza já que falamos de mulheres que têm um produto gerado a partir dos seus próprios

recursos, que têm potencial para usufruir dos mercados de países desenvolvidos e que estes, por sua vez os recusam por não terem determinadas características, exigidas pelos seus próprios padrões. Dizem estas mulheres rurais que estes países não só as consideram como pobres, por não conseguirem cumprir com as regras, como também lhes impõem essa pobreza. A isto as mulheres respondem com um *não somos pobres, temos uma terra rica e pode produzir e somos consideradas pobres*.

Segundo as mulheres rurais, o conceito de pobreza não está a ser bem utilizado e está a ser equiparado ao conceito dos países que já adquiriam um determinado nível de avanço ou de riqueza. As mulheres precisam de aprender as técnicas de produção requeridas e serem consideradas na sua própria técnica e terem os seus produtos nos mercados com o valor que merecem e daqui se gerarem rendimentos. Referiram que não podiam ficar indiferentes a que a economia internacional cria entraves à contribuição para a redução das desigualdades entre países; colocam-se a ética e a economia em conflito em termos de resolução de problemas sociais já que estes constrangimentos impedem a geração de rendimento e por conseguinte a geração de capacidades e não geram um benefício mútuo ou uma sensação de comunidade, como o que nos sugerem Costa e Barbosa (2018).

Este é um debate interessante embora não seja frequente. Há que discutir o conceito de pobreza que se alia à questão de olhar para o como as mulheres rurais estão a ser definidas como pobres e como as grandes instituições, que as próprias mulheres chamam de capitalistas, estão a conotar os países pobres, os seus recursos, classificando-os como recursos de pessoas pobres, desvalorizando-os. Esta discussão merece atenção porque vale a pena perceber que não é possível dizer que uma mulher que produz todo o tipo de bens para que haja vida humana é pobre. Uma coisa é dizer que o país não tem recursos naturais e esse país por si é pobre. Em contrapartida um país que não está a dar oportunidades às mulheres para escoar os seus próprios produtos e produzir mais tem limitações. Para nós tem muita validade explorar e perceber que estes aspetos constituem limitações ao desenvolvimento do meio rural.

Aprendemos ainda, a partir da mulher rural, de base comunitária, a visualizar a pobreza ainda numa outra dimensão, muito específica. Queremos com isto dizer que a força e união, o coletivismo, a solidariedade que expressam perante a necessidade de uma mulher é visto como um comportamento que resulta numa situação de não pobreza, isto é, a mulher que no seu Ser encontra o ativo de servir a outra enraizado em elevadas qualidades

morais não é pobre, encontra-se na sua própria liberdade e parte dela para a tomada de decisão e de ação.

Este Ser solidário e esta união que as mulheres rurais constroem em benefício de outra põe um indivíduo que tenha colocado uma mulher numa situação de fragilidade, por exemplo em casos de comportamentos de violência, perante a realidade do seu comportamento errado e gera consciência. Esta união solidária grupal constituiu-se como uma mensagem, um comportamento que se dissemina e se direciona para a resolução de situações e que constrói a oportunidade de afirmação do papel da própria mulher rural moçambicana.

Notamos que estamos na posse de elementos delineadores da pobreza da mulher moçambicana rural e que esses elementos devem ser parte integrante de um conceito atual e que, como expusemos no início, ser instrumental para a ação da Cooperação. Estamos perante uma parte integrante do conceito de pobreza que não a liga apenas à fome ou ao rendimento, por exemplo, enquanto indicador de pobreza, mas, também, ou sobretudo, coloca-a na abordagem das *capabilities*. Observar a pobreza em África, onde a população ainda é predominantemente rural e onde os rendimentos estão entre os mais baixos do mundo (Hancock, 1991) não é suficiente, há que ir mais além.

Apontamos para a explicação, intervenção e redução da pobreza as *capabilities* onde a Educação tem parte do seu papel. Apesar da estrita e forte ligação que encontramos com a Educação, inserimo-las neste subcapítulo já que as exploramos do ponto de vista do papel que desempenham na pobreza, ainda que sejam e possam ser trabalhados no seio de processos educativos executados pelos Cooperantes.

## **2.2 A Agenda 2030**

Para ultrapassar limitações e fazer concretizar o desenvolvimento do meio rural e da condição de vida da mulher rural, é necessária uma ação concertada e potenciadora para atingir resultados que beneficiem o espaço social e os próprios agentes interagentes. Para tal, um instrumento que estabeleça Metas e Objetivos, orientador é uma ferramenta para que um país possa definir a sua atuação na direção de aos poucos suprir limitações como as que anunciámos. Assim, apontamos 2015 como data com relevo, o ano em que se define uma nova Agenda e que apresentamos enquanto instrumento útil no desenvolvimento do meio rural moçambicano.

Constitui-se a Agenda 2030 na qual 17 ODS “são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta” (Nações Unidas, c2020). Todos os países membros das Nações Unidas, incluindo Moçambique, adotam esta Agenda que substitui os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Assim, a 1 de janeiro de 2016 entra em vigor a resolução da ONU, intitulada “*Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*” (UNGC, c2021).

Esta é uma iniciativa global, um plano de ação internacional para o Desenvolvimento. Sem que se deixe de ter em mente o que os ODM construíram, digamos assim, é de 2015 que partimos em termos de foco. Apesar da importância dos instrumentos de ação e de Governança cuja ação foi desencadeada antes de 2015, em termos de ação nacional e internacional, o Plano fundamental pelo qual diligenciaremos a nossa observação é a Agenda 2030, tendo presente que tudo o que a antecede gerou resultados nos quais vai assentar esta nova ação, cumulativa.

A Agenda 2030 consagra as, referidas, três dimensões do DS - económica, social e ambiental - adicionando a paz e a segurança, o combate às alterações climáticas, a promoção do crescimento económico inclusivo e a adoção de padrões de consumo sustentáveis. Assenta em Objetivos e Metas universais, a serem implementados por todos os países, incluindo as nações desenvolvidas, ao contrário dos ODM, que se focavam nos países em desenvolvimento. Portanto, é notória a importância dada a conjugação de esforços de uma multiplicidade de atores [de países desenvolvidos e em desenvolvimento] do setor público, do setor privado, do terceiro setor e restante sociedade civil (República Portuguesa, 2019).

O combate às desigualdades e a promoção dos Direitos Humanos assumem também uma maior dimensão enquanto preocupação transversal a todos os Objetivos. O “apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (Nações Unidas Moçambique, c2021) tem em vista atingir, nomeadamente em Moçambique, nos Objetivos da Agenda 2030.

Para nós é importante anotar uma ligação com a Governança pelo potencial que tem de dar suporte à melhoria da condição de vida da mulher rural moçambicana. No *Relatório Local Voluntário: Avanços e Desafios de 16 Municípios de Moçambique* (ANAMM,

2020), que tem como financiadores a União Europeia, a Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA) e Cooperação Alemã (GIZ/BGF) encontramos evidência de governos locais e regionais que não estão suficientemente familiarizados com o conjunto de compromissos consagrados na Agenda.

Tocando no modelo de organização territorial do país, temos um Governo Central que atribui aos órgãos locais autoridade para administrar o território sob a sua jurisdição cujas competências resultam de Leis aprovadas, que por sua vez têm ligação aos ODS. Tais “atribuições e responsabilidades mostram que os municípios têm um papel fundamental na melhoria da vida dos cidadãos e, portanto, contribuir para o avanço da Agenda 2030” (ANAMM, 2020, p. 11).

Ora, se “uma das lições aprendidas com os ODM foi a inclusão e participação dos governos locais e regionais, cujo papel na implementação é extremamente inquestionável” (*ibidem*, p. 6) é tempo de observar o que tem vindo a falhar já que “desde 2016, o Estado moçambicano tem vindo a realizar diferentes iniciativas de implementação da Agenda 2030, junto dos seus parceiros nacionais e internacionais” (*ibidem*) continuando-se a tomar contacto com a limitada participação da mulher em assuntos de relevo continuando a viver numa realidade de vulnerabilidade, também ligada ao poder local.

Aqui importa realçar a necessidade de o país estabelecer “uma articulação de longo prazo com os ODS, do ponto de vista dos instrumentos de planificação. Seria pertinente uma ligação e alinhamento estabelecidos num horizonte temporal mais longo (extravasando os 5 anos do PQG)”, refere o mesmo documento. Significa, aprimorar a coordenação intra e interinstitucional entre as instituições do Governo - sejam Ministérios Sectoriais e dentro destes e entre estes - entre os atores não-estatais - Sector Privado, Sociedade Civil, Parceiros Internacionais, Parlamentares, Académicos e outros.

A articulação e alinhamento assumem importância quando pensamos na qualificação de recursos humanos e no desenvolvimento de Instituições eficazes “de forma a enfrentar os grandes desafios de redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida da população” (*ibidem*). No nosso olhar decorreriam deste ponto importantes mudanças às quais seria desejável somar trabalho colaborativo, entre atores, focado em áreas prioritizadas cujos resultados da atuação afetem a vida da mulher rural moçambicana.

Sabemos que faz parte das competências exclusivas dos municípios aspetos como a gestão do solo urbano, estradas urbanas, recolha e tratamento de resíduos sólidos, mercados e feiras. Outras responsabilidades são compartilhadas com o Governo Central ou Provincial tais como Educação e saúde primária, iluminação pública e distribuição de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento, transporte público e estradas.

Se a nível local existem programas, projetos e actividades que têm ressonância com a Agenda 2030 (ANAMM, 2020) e se existem ainda tantas necessidades por satisfazer, nomeadamente em termos de redução da pobreza da mulher rural, há aqui um campo de ligação entre os ODS e o poder central e local que tem de emergir e ser intervencionado.

Em termos do nosso ODS 4, nos municípios não são identificadas ações específicas para mulheres nem relatadas pelos próprios municípios. É um trabalho que mereceria detalhe. Encontramos referências de Municípios da Província de Sofala, tais como palestras para prevenir gravidezes e casamentos prematuros, HIV/SIDA e violência, programas de prevenção nos rádios comunitárias que não têm associados resultados. Quando se encontram apenas resultados associados à construção de salas de aulas ou distribuição de material escolar para crianças carentes, percebe-se que o espectro é limitado e não há sequer uma visão e intervenção global do ODS 4, especificamente no caso da meta 4.7.

Em contrapartida quando observamos a ação dos municípios em termos do ODS 5, que incontornavelmente se liga ao 4, temos referência ao aumento do número de mulheres a realizarem actividades económicas, à realização de palestras sobre equidade de género, a treinamento a mulheres em empreendedorismo - as quais depois fazem pequenos negócios - criação de redes de mulheres para apoiar as vítimas de violência doméstica e casos de casamentos prematuros, temos palestras para evitar uniões prematuras, treinamentos em corte e costura para mulheres em situação de pobreza por meio de Associações, actividades de conscientização e visitas de acompanhamento às vítimas de violência doméstica assim como oportunidades de negócios para os diversos segmentos sociais de mulheres (*ibidem*).

De forma resumida pretendemos anotar a existência de evidências de processos educativos no âmbito de outros ODS que não no âmbito do ODS 4 e que se não são apresentados no reflexo que têm ou podem ter noutros Objetivos, Portanto, a transversalidade não a vemos contemplada. Falamos de capacitações em gestão de negócios junto a parceiros, do fomento do associativismo e do cooperativismo, da

mobilização de mulheres para a adesão à alfabetização e a outros níveis de escolarização e à formação profissional ou da assistência social à mulher portadora de deficiência física e em situação difícil, cujos resultados não são explorados e/ou contemplados na Meta 4.7 do ODS 4.

Congregámos num quadro alguns dados recolhidos que constituem evidência do que pode ser trabalhado, numa perspetiva transversal, da EDS:

Tabela 2.1 - Exemplos de ações de Educação

<b>Exemplos de ações de educação no âmbito do ODS 5</b>		
<b>Temas-ação</b>	<b>Participantes</b>	<b>Província</b>
palestras sobre equidade de género	6500 mulheres em 3 anos	Sofala
12 palestras sobre os direitos de igualdade de género	4350 pessoas	
treinamento a mulheres em empreendedorismo, as quais depois fazem pequenos negócios	10 mulheres	
capacitação das mulheres de todas idades em matéria de empoderamento da mulher e violência baseada no género	256 mulheres por ano	Inhambane
palestras sobre equidade do género e empoderamento da mulher para sua inclusão social, política e económica	2000 mulheres em 5 anos	
treinamentos técnicos para mulheres, em situação de pobreza, em corte e costura e, em seguida, kits básicos foram oferecidos para que elas pudessem começar a trabalhar	45 mulheres	
capacitação em empreendedorismo, em coordenação com um instituto de treinamento técnico	180 mulheres	
5 treinamentos em corte e costura para mulheres, em situação de pobreza	100 mulheres e 5 homens	
palestras para divulgar a lei que proíbe as uniões prematuras		

**Fonte:** Elaboração própria a partir de ANAMM, 2020

No mesmo documento encontramos referência a resultados importantes para a vida da mulher moçambicana no que toca aos ODS 6 – Água Limpa e Saneamento – e ODS 8 – Emprego Digno e Crescimento Económico - mas que apenas se encontram expressos em termos de famílias beneficiadas e sem desagregação por género. O mesmo para o ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis - já que se fala de Direito do Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), de construção de habitação e mesmo de ações que se refletem em termos de saneamento e melhores condições de vida. Identificámos importantes ações, mas sem evidência de uma atuação coordenada e coorientada já que

existem temas transversais. Também vemos aqui cumprida a meta 4.7, no ODS 5, através das ações que nele são introduzidas, mas numa ausência de estratégia de articulação entre instrumentos e ações.

Da Agenda 2030 e da atuação que acontece em prol da concretização dos seus Objetivos, que conta com o apoio dos parceiros de Cooperação e das próprias estruturas de poder central e local, passamos da apresentação do meio rural para a EDS, por ser tema central do nosso trabalho já que é estruturante, consolidadora e potenciadora da mudança, sobretudo para a mulher rural moçambicana.

### **2.3 A Educação para o Desenvolvimento Sustentável**

A verdade é de que os pobres continuam a ter dificuldade em lutar contra problemas de saúde, de casa, de alimentação. Se, por um lado, temos a importância das políticas e da Governação enquanto instrumentos com forte potencial para apoiar a resolução de problemas, tal não acontece sem que a construção do individual, através da Educação, assuma o seu papel fundamental.

Antes de chegar propriamente à EDS percorremos somente a Educação, em conceito, como algo que não é estático nem impreciso para o contexto local, nem limitador já que se alia à compreensão das dinâmicas sociais e culturais. As definições encontradas prestam-se para entender um conceito que geralmente nos remete para um mundo muito concreto, de aprendizagem e de conteúdos. Contudo, ir mais além, centrar no sujeito e na sua construção cria uma definição aberta e adaptável à necessidade, sobretudo a local.

Uma verdadeira Educação significa que a mente humana, de cada indivíduo, é capaz de discernir, sem que se deixe arrastar pela corrente da sociedade, uma corrente que Krishnamurti (2019) diz ser imoral e violenta. A Educação a que se refere não é a de aprender matemática, geografia ou história, vai além, passa pelo conhecimento coletivo, das gerações passadas que se associa a uma experiência recente, que gera conhecimento pessoal.

Assim, o conceito de Educação designa então a construção individual de onde se retira um critério que delimita um amplo universo, que é o da construção de capacidade. Por tanto, o conceito é especial e adequado ao espaço africano local. Atendendo a que são vários os conceitos de Educação e que o nosso se prepara muito específico, encontramos diante de uma necessidade de delimitação teórica que, no contexto africano local,

precisa de uma definição precisa “para evitar confusões semânticas e epistemológicas com outros conceitos que tem sido utilizado para definir o mesmo objeto<sup>43</sup>” (Florêncio, 2005).

O nosso conceito será um lugar privilegiado que deriva de o espaço local assumir um papel preponderante na construção da própria sociedade que, bem delineado, pode dominá-la e ser uma boa construção já que normas e valores éticos corretos poderão sobressair e impor-se sobre os demais existentes e em mau uso. Temos, então, que a Educação como sinónimo de construção ética e moral surge por necessidade de criar uma conotação e ligação entre as usuais ações de capacitação e outras ações formativas com a construção de conhecimento e de habilidades no indivíduo, sobretudo na mulher rural moçambicana.

Em nossa análise, o interesse académico sobre este aspeto está ligado ao interesse de construir um conceito capaz de fazer progredir a sociedade rumo a um verdadeiro e efetivo Desenvolvimento, dizemos construir um conceito renovado. O desafio da Educação é complexo, mas numa variedade de estratégias terapêuticas, de reabilitação e de enriquecimento (Smith, Havens & Hoyt, 1992) encontramos a fundação desse desafio que nos proporciona uma formulação teórica, mas de base muito prática para uso da Cooperação e de todos os seus atores.

### **2.3.1 Construções do conceito de Educação**

Tomamos como casa de partida Gandhi (1938), um dos principais cientistas ingleses do século XIX, que nos conduz a um conceito de Educação que aborda o homem com um intelecto lógico, com uma mente que tem armazenado o conhecimento das verdades fundamentais da natureza e que respeita os outros como a si mesmo.

Kumar (2021) aponta a Educação como um processo que ocorre ao longo da vida e que tira o ser humano do estado de ambiguidade, ignorância e perplexidade as principais causas de tumulto na vida aumentando o seu poder de argumentação, que amplia a sua compreensão e desenvolve nele virtudes para alcançar a prosperidade e a paz, que desenvolve a personalidade nas dimensões moral, mental e emocional.

---

<sup>43</sup> Na sua obra o autor faz esta afirmação com referência ao poder tradicional em Moçambique. Pela especificidade do espaço encontramos compreensão para o nosso objeto e tomámos a decisão de fazer a analogia.

Observamos, assim, uma nova dimensão do desenvolvimento educacional, assente em dois pontos essenciais: moral e ética. O estrito regime da elevada moral, autocontrolo e pensamento correto aliados à importância de cada indivíduo servem a sociedade em respeito pelos pais, professores, idosos, crianças, seguindo as tradições sociais e a constante consciência de deveres e responsabilidades, constituem a base da Educação.

Em Gandhi tomamos ainda contacto com um peculiar aspeto que integra a sua ideia de Educação que é o mundo rural já que associa a Educação baseada em valores à Educação técnica ou básica usando, por curiosidade, a palavra *buniyadi*, que significa conhecimento com potencial de ajudar as pessoas rurais na promoção da sua aldeia, que torna jovens e mulheres autossuficientes no campo económico (Kumar, c2021a). Numa perspectiva aplicada ao nosso contexto moçambicano rural, temos a Educação na utilidade na geração de emprego e de meios de subsistência, devendo as suas bases, do indivíduo, ser estabelecidas na moral e na ética. Neste enquadramento, a Educação tem uma associação muito próxima com o desenvolvimento socioeconómico da sociedade.

Para Sarvepalli Radhakrishnan<sup>44</sup> a Educação vai além da aquisição de informação ou da aquisição de aptidões técnicas. Apesar de não desconsiderar tal importância na sociedade moderna, aponta o desenvolvimento da mentalidade, da atitude da razão, do espírito de democracia como aquilo que nos constrói cidadãos responsáveis (Prabhath, 2011). Fala ainda de interação e de complementaridade. Diz que a Educação e a vida baseada em valores é que levam ao Desenvolvimento verdadeiramente Sustentável do setor rural já que a Educação tem que servir de motor para o Desenvolvimento, especialmente nas áreas rurais, partindo do melhor dos valores do indivíduo, criando barreira para as adversidades e impulsionando o caminho do desenvolvimento inclusivo.

Ainda em Gandhi, no objetivo principal da Educação temos o desenvolvimento da personalidade que visa não apenas produzir bons indivíduos, mas que os leva a compreender as próprias responsabilidades e a gerar espírito de consciência social e mentalidade social (Devi, c2021). Nisto temos a Educação a construir o carácter, a cultivar tolerância, um espírito público de responsabilidade enquanto qualidades que criam um harmonioso equilíbrio entre o indivíduo e o objetivo social da Educação (*ibidem*).

Se um bom fim deve ser alcançado, é essencial que os meios adotados para a realização do fim também sejam bons. Assim, fim e meio são os dois conceitos associados a uma

---

<sup>44</sup> Primeiro vice-presidente da Índia e segundo presidente; um dos mais distintos académicos do século XX.

vida pacífica na qual a cooperação de uns com os outros assume especial espaço e onde o conhecimento não pode ser separado da ética. A educação desempenha um papel importante que ajuda a dotar os indivíduos das habilidades e atitudes necessárias para se adaptarem a situações de mudança e adicionar o espírito criativo na tarefa de mudança social. Trabalho e conhecimento devem andar juntos e este é o princípio Gandhiano da Educação (Devi, c2021).

Vemos, então, a Educação enquanto instrumento do progresso social e económico, evolução política e desenvolvimento moral de um indivíduo, condutores a uma vida equitativa, ao empoderamento rural, à reconstrução e transformação rural voluntária e ao desenvolvimento rural sustentado. Neste quadro é possível construir um conceito, próprio e adequado à mulher rural, um nosso conceito, adaptado. Assim, em nossa análise, pensando nas necessidades e no espaço sociocultural do nosso sujeito, a **Educação** pode definir-se como **um conjunto de metodologias e de ações de potencial transformativo, desencadeadas por diferentes atores da sociedade civil, focado nas necessidades específicas da mulher rural, que assegurem a construção da sua liberdade e o respeito pelos direitos humanos**. Nas metodologias tenha-se a advocacia, a capacitação, os grupos de estudo assim como todas as ações geradoras de informação e formação.

De todas estas proposições entramos num campo de asserções mais concreto, visto por Brazão Mazula, personagem moçambicana, cuja crítica e análise aos perfis da sociedade constroem e definem um caminho trilhável e dimensionável para os mais importantes objetivos que, por sua vez, se coadunam com os juízos acima apresentados.

### **2.3.1.1 Em Moçambique**

O sistema colonial criou sérios constrangimentos à Educação e, mesmo aquela que permitia ou introduzia, tinha a intenção de fazer propagar ideais e ideologias que servissem o propósito da dominação. Não era a emancipação que trazia consigo e muito menos progresso. Isto cria deceções, formas de pensar e de ver a realidade que, em poucas gerações, não se dilui e que coloca as pessoas fora de um caminho-circuito que gera Desenvolvimento. Mesmo assim, sustentado no seu próprio Ser, o homem avança e agarra-se às suas próprias características que, diferenciadas pelas adversidades a que está sujeito, fazem uma construção bem delineada.

Entramos agora numa concetualização a partir de Brazão Mazula cujo trabalho na área da Filosofia (e) da Educação é geradora de uma construção inovadora e destaca-se, sobretudo, por integrar a ideia de Desenvolvimento do Homem. A realidade é uma “atividade produtiva do homem” (Mazula, 1995, p. 41) e por tal, que acontece em determinadas condições de vida.

Nos elementos dessas condições de vida temos o trabalho e a cultura, que Mazula apresenta como complementares e que implicam uma relação “homem-sociedade-homem, como a que ocorre no processo educativo” (*ibidem*, p. 53) e que é *humanizada*. Transmite Mazula, de Lefebvre, que temos a cultura “enquanto ato criador da máxima liberdade possível” (*ibidem*, p. 54). Na reflexão marxiana, cultura é trabalho, ligado à realização do homem pelo que “educar o homem pelo trabalho [...] significa dedicá-lo a realizar o trabalho humano [...] que satisfaça não somente as necessidades, acumulando riqueza, mas a realizá-lo livremente, de modo a contribuir para a humanização de si mesmo e da sociedade” (*ibidem*).

Daqui referimos que o “bantu<sup>45</sup> guia-se pela força vital como uma força viva, uma força pessoal”, acredita que ela seja suscetível de reforço ou diminuição e [...] que a razão dessa força vital e pessoal está na superioridade do *muntu*<sup>46</sup> sobre os animais, as plantas e os minerais” (Mazula, 1995, p. 93). No autor, é nesta relação com a comunidade e com as coisas que se estabelece um homem que nunca está isolado e que, a nosso ver, caracteriza a atuação da mulher rural moçambicana que, em pobreza crónica, se coloca no coletivo e age em função de um seu interesse e pelas outras mulheres.

Os laços que existem são muito fortes e criam ação social. Inclusive, introduzimos, existe um “saber emocional, que permanece inconsciente, não chega a verbalizar-se, a revestir-se de palavras” (*ibidem*, p. 96) que se associa a uma calma sensibilidade onde está presente, em nossa análise e experiência, um conhecimento da moral que facilita e propicia o desenvolvimento do indivíduo.

Então, nesta complexidade do real e do cultural, o processo educativo reforça a identidade e cria desenvolvimento humano que, apesar da vastidão de contrastes do país, tem valor para a criação de fontes de rendimento e, sobretudo, para a resolução dos problemas de cada indivíduo e da própria comunidade. Neste desenho levamos a reflexão para como

---

<sup>45</sup> Pessoas de um grupo etnolinguístico africano.

<sup>46</sup> Singular de *bantu*.

“construir uma sociedade nova [...] frente à complexidade cultural e ao desafio da dita sociedade tradicional, ainda hoje organizada em comunidades linhageiras e instituições domésticas” (*ibidem*, p. 139).

Graça Machel costumava dizer que a Educação é uma tarefa de todos e, para isso, é necessário criar um entendimento sobre a prática da Educação e mesmo sobre o seu comportamento em termos de planificação a partir de um diálogo com a sociedade e com a própria comunidade que não só iniciam, mas também são parte da construção do conhecimento e do saber. Nesta construção do saber e do conhecimento que decorre de processos educativos entendemos ter lugar a “formação do Homem Novo [...] um processo eminentemente cultural, porque implica, segundo Graça Machel, uma *nova conceção do mundo*, da nação, do povo, no cultivo de *novos valores* de “aldeia comunal, de direção coletiva, liberdade da mulher, os conselhos de produção e na nova consciência” (*ibidem*, p. 179).

Torna-se incontornável referir que o Sistema Nacional de Educação (SNE) moçambicano contempla desde o início “a criação do Homem Novo [...] a seleção de conteúdos significativos, métodos de ensino e aprendizagem novos, a precisão de condições de desenvolvimento do aluno” (*ibidem*, p. 139). Ora o escrito não mais é do que o reflexo daquela época e do estado de arte da Educação para as coisas e para as gentes.

No entanto, olhar para esta construção-objetivo e colocá-la nos dias de hoje encontra certamente uma ágora já que a própria evolução não exige que o indivíduo, a mulher rural, se sente na cadeira da escola, para defender direitos e ampliar conhecimentos para potenciar o seu acesso aos recursos produtivos. Assim conteúdos, condições de desenvolvimento do aprendente - nossas palavras - e um método que se identifique apropriado à realidade social encontra, completo espaço. E completa o espaço.

Daqui é incontornável que se exponham parcialmente os princípios que se identificaram para orientar o processo de instrução e Educação do SNE, retirado de Mazula. Não por estarmos a analisar o Sistema, mas apenas por encontrarmos na exposição uma conceptualização que contém sementes das ideias-conceito que temos vindo a desenvolver. Em nosso entendimento antes reforçam a tarefa educativa a que a Sociedade Civil e a CD se devem propor, ou seja, “proporcionar o desenvolvimento das capacidades e qualidades da personalidade de uma forma harmoniosa, equilibrada e constante – onde cabe a moral” (*ibidem*, p. 181).

Não sendo a Educação sinónimo de escola, firmamos passo de que esta acontece num outro espaço não deixando por isso de dar substância à construção da mulher rural, sem que deixe dúvidas que a transmissão de saber se coloca no processo informativo a que a mulher tem de ter acesso e que também lhe está disponível a partir de outras mulheres que se constituem enquanto instrumento e recurso do saber.

Aqui entramos com a mudança social algo que acontece a partir da Educação, ou seja, a partir dos atos humanos produzidos em comunidade, onde é importante a consciência plural, que reflete o desenvolvimento humano integrado ou a integrar na própria humanidade, na comunidade, no pequeno espaço rural, na família. Esta dialética filosófica que temos vindo a descrever é fortemente influenciada pelo discurso de Brazão Mazula que na aplicação da Educação ao trabalho e no seu percurso pelos clássicos como Marx e Engels se nos adentra e permite uma compreensão do que difunde nas linhas do seu livro e que se estende às linhas das observações da investigadora.

No capítulo destinado a descrever *Os Rumos da Educação*, Mazula diz que a Educação se articula no mesmo espaço cultural e que serve a sociedade, aquela que não se restringe a interesses de um único grupo (*ibidem*). Fala de uma “atividade cognitiva e científica que leva ao reconhecimento, ajudando a dissolver e a superar as resistências ou ideologias, para se alcançar um real autorreconhecimento [...] tornando-se um processo de autorreflexão e, como tal, um processo de emancipação” (*ibidem*, p. 235). Significa, emancipação das qualidades humanas significa a humanização das próprias atividades desempenhadas pelo homem que se torna “num projeto histórico e social e uma “esperança racional” (*ibidem*, p. 236).

Uma Educação crítica é “um projeto social [...] exige de todos os atores uma capacidade de comunicação com toda a sociedade” (a todos os níveis, desde dirigentes até ao nível popular, tornando-a) [Educação] contínua até que se elimine a ausência de conhecimento que leva ao erro na ação do Homem (*ibidem*). A haver “uma política educativa [...] como projeto crítico [...] (restaura-se) a comunicação entre todos os domínios do conhecimento e níveis da sociedade” (*ibidem*, p. 238). Assim, para nós cuja realidade se tornou visível em muitos aspetos e, não menos, na ausência de ligação entre os tais níveis da sociedade, o projeto moçambicano da Educação, nas condições moçambicanas, poderia sustentar-se nesta exposição.

Nesta exposição bem assenta a perspetiva da capacidade na qual se ajuíza a vantagem de uma pessoa, tendo em conta a sua capacidade para fazer aquelas coisas a que dá valor (Sen, 2009, p. 318). Assim, numa menor capacidade, ou seja, numa menor “oportunidade real” (*ibidem*) terá associadas menores vantagens individuais que, do lado da Educação, se reflete em oportunidades presentes e futuras alteradas, cuja alocação ao Desenvolvimento Humano se reflete no da comunidade, na sociedade.

### **2.3.2 Desenvolvimento Sustentável e Educação**

O conceito de DS traz consigo, da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1987, o conceito paralelo de Educação. O Plano de Ação que corporiza a Agenda 21, no seu capítulo 36 - *Promoting education, public awareness and training* – apresenta-se como um meio de implementação da Agenda.

Explana o documento que reorientar a Educação em direção ao DS consubstancia a base de ação e reconhece-a como um processo para que seres humanos e sociedades atinjam o seu máximo potencial a partir do desenvolvimento das suas capacidades (UN, 1992, Chapter 36). Mais, aborda a educação não formal como indispensável para a mudança de atitudes das pessoas, crítica para a aquisição de uma consciência ética, valores e atitudes, aptidões e um comportamento consistente com o que é o DS e para a participação pública efetiva na tomada de decisão. Sustenta que a educação para o desenvolvimento deve lidar com a dinâmica do ambiente físico, biológico, socioeconómico e do desenvolvimento humano que deve ser integrada em todas as disciplinas e deve empregar métodos formais e não formais e meios eficazes de comunicação (*ibidem*).

Segundo Hopkins e McKeown (2002) a EDS é uma combinação de princípios, conhecimento, aptidões, perspetivas e valores organizados em torno dos conceitos e aspetos ligados à sustentabilidade. Para nós, um aspeto que boa referência merece é a de comunidade, por ser realçado pelos autores a importância de que cada comunidade deve identificar princípios relevantes para incluir nos seus próprios programas de EDS.

A EDS deve fornecer habilidades práticas que permitam que as pessoas continuem a aprender depois de saírem da escola, garantindo meios de subsistência sustentáveis e vidas sustentáveis (*ibidem*, p. 19). Acresce-se ainda, a partir dos autores, que as comunidades devem selecionar alguns assuntos relevantes localmente - sejam o ambiente, a economia ou a própria sociedade – como guia para os princípios da sustentabilidade.

Neste enquadramento, apontam uma lista de aptidões consistentes com a boa Educação básica, que as pessoas das comunidades, enquanto adultos, necessitam ter e que têm ligação ao DS, das quais destacamos: habilidade para comunicar efetivamente, oralmente e em escrita, para pensar no sistema social, para planear, pensar no futuro, para pensar criticamente no valor dos assuntos, habilidade para passar da consciência do conhecimento para a ação, trabalhar cooperativamente com outras pessoas, capacidade para usar vários processos de entre os quais valorizar, questionar e escolher. Estes são aspetos aos quais, necessariamente, se adicionam outros, de características muito locais, como referido, e que se prendem com a regeneração de materiais e produção locais, proteção de fontes de água locais e da sua contaminação, aprender sobre plantações e colheitas pouco exigentes em água e outros cuidados (Hopkins e McKeown, 2002).

Apesar de todos os desafios que ainda existem, refira-se que estes aspetos foram observados no terreno, que quanto mais interior é uma localidade ou quanto mais atípicas são as condições a que está exposta a comunidade, e que dificultam a sua vida, mais algumas organizações da Cooperação investem na formação de recursos e na partilha de conhecimentos que emitam e construam um ambiente sustentável. São valores e perspectivas que suportam a sustentabilidade ao nível local, que podem ser aprendidos no seio dos próprios sistemas educativos ou, no nosso caso, a partir de um contexto cultural natural criado pelos atores intervenientes no terreno.

O objetivo é de que a EDS ajude a sociedade a colocar a sua boa mão nos aspetos que mais ameaçam a sustentabilidade do planeta e dos próprios seres humanos. Não é por acaso que a Agenda 21 integra quatro seções que se interligam e alimentam. Atentamos que nas dimensões social e económica (Seção 1) encontramos a cooperação internacional, o combate à pobreza, a mudança de padrões de consumo, população e sustentabilidade, proteção e promoção da saúde humana, povoados humanos sustentáveis e tomada de decisão para o DS.

Numa outra seção do documento, vemo-la direcionada para a conservação e a gestão de recursos na qual a gestão da sustentabilidade da terra, o combate à desflorestação, a desertificação e secas, a agricultura sustentável e o desenvolvimento rural, a proteção da água potável, entre outros aspetos, ganham espaço próprio. O fortalecimento do papel dos grandes grupos nomeadamente das mulheres no DS, das crianças e dos jovens, das parcerias com Organizações Não Governamentais, das autoridades locais, e papel dos agricultores, é parte integrante da terceira Seção.

Para a exequibilidade destes elementos, financiar o DS, a Educação, a tomada de consciência e a formação, criar capacidade para o DS assim como criar instrumentos legais para a adequada tomada de decisão, são os meios de implementação considerados na última Seção da Agenda (UN, 1992, Chapter 36).

Todos estes aspetos revestem não apenas o nosso conceito de Educação, mas também os elementos que fomos apontando como essenciais, ao conceito e à própria vida local e da mulher rural. Assim, na Agenda 21 passamos a olhar para o ODS.

### **2.3.2.1 Transversalidade da Educação nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Ora, é no ambiente descrito que construímos a nossa observação dos ODS, com os quais a Educação sempre está relacionada. Do Objetivo 1 ao Objetivo 17 vemo-la enquanto aspeto crítico para tirar as pessoas da pobreza (ODS 1); no seu papel de ajudar as pessoas a usarem métodos de cultivo sustentáveis e a compreenderem o papel da nutrição (ODS 2); de fazer a diferença em matérias de saúde tais como estilos de vida saudáveis e bem-estar e saúde reprodutiva (ODS 3); alcançar a literacia básica aumentar as habilidades e as aptidões participativas e aumentar as oportunidades de vida para mulheres e raparigas (ODS 5); aumentar a capacidade de usar os recursos naturais de forma sustentável e promover a higiene (ODS 6); criar programas educacionais formais e não-formais direcionados para fontes de energia renováveis (ODS 7); a ligação dos níveis de educação à vitalidade económica, ao empreendedorismo e às aptidões necessárias para o mercado de trabalho (ODS 8); tocar na desigualdade social e económica influenciada pela igualdade de acesso à Educação (ODS 10); construir resiliência perante situações de catástrofe (ODS 11); marcar a diferença nos padrões de produção e de consumo (ODS 12); compreender o impacto das mudanças climáticas e adaptação e mitigação sobretudo ao nível local (ODS 13); aumentar e criar aptidões para estilos de vida sustentáveis e conservação dos recursos naturais (ODS 15); a aprendizagem social enquanto elemento vital para facilitar e assegurar sociedades participativa, inclusivas e justas (ODS 16) assim como, construir capacidade e promover políticas e práticas de DS a partir da aprendizagem ao longo da vida (ODS 17).

A abordagem de a Educação ser transversal, a partir de Hopkins e McKeown (2002), torna claro que a Educação não é apenas um instrumento para o DS, mas um conceito de ensino e de aprendizagem que tem de ser usado para que sejam os indivíduos os agentes

da mudança. Ao mesmo tempo que a observam-na como um direito humano e enquanto elemento da promoção da qualidade de vida.

Para Leicht, Heiss e Byun (2018), a EDS é holística e transformacional na medida em que considera os resultados da aprendizagem, a pedagogia e o próprio ambiente de aprendizagem priorizando conteúdos sobre pobreza. Referem ainda que é caracterizada por elementos como aprendizagem direcionada, participação e colaboração, orientação para problemas e tem uma perspetiva de transdisciplinaridade, essencial para o desenvolvimento de competências vitais para a promoção do DS.

Venkataraman (2009), presidente da Índia entre 1987 e 1992, corrobora a ideia deste contexto colocando-a numa perspetiva de fatores socioculturais e de questões sociopolíticas de equidade, de pobreza, democracia e de qualidade de vida. No autor vemos os já referidos pilares do DS - sociedade, ambiente e economia – na indispensável ligação à cultura. Defende que a EDS permite que todos os indivíduos desenvolvam plenamente o conhecimento, as perspetivas, os valores e as habilidades necessárias para tomar parte nas decisões de forma a melhorar a qualidade de vida, tanto local quanto globalmente, nos termos mais relevantes para suas vidas diárias.

### **2.3.2.2 Educação para o Desenvolvimento Sustentável nos atores da Cooperação**

Da mesma forma que é necessário intervencionar a comunidade, também é necessária uma nova geração de elementos humanos externos para bem abordar os complexos problemas da pobreza extrema e do desenvolvimento do século 21, uma nova geração de profissionais com fortes aptidões de gestão assim como um conhecimento prático. Neste quadro tão específico, chegamos a uma parte da meta a que nos propusemos que é a do entendimento de que a própria CD se faz a partir de *cidadãos da sustentabilidade* ou seja de pessoas que têm certas competências-chave – focadas, transversais, multifuncionais e independentes do contexto (Rychen, 2003; Weinert, 2001) - que lhes permitem e facilitam envolver construtiva e responsávelmente com o mundo e, sobretudo com o meio local.

Quando falamos destas competências chave, ou atributos especiais, não nos distanciamos da experiência obtida no terreno, do contacto com a realidade específica moçambicana local. Dela apreendemos que tais competências representam as necessidades daquilo com que os cidadãos, mulheres rurais, necessitam de lidar no dia-a-dia. Aquilo que a mulher rural apreende ou adquire enquanto conhecimento deve corresponder a dados que

satisfaçam as suas necessidades e que contribuam para uma atuação indutora da melhoria da sua vida.

Em Venkataraman (2009) encontramos referência às competências da sustentabilidade<sup>47</sup>, habilidades para desenvolver soluções viáveis, inclusivas e equitativas, compreender e refletir em normas e valores, negociar valores, princípios e objetivos sustentáveis; implementar ações inovadoras em direção à sustentabilidade ao nível local; aprender a partir dos outros, compreender e respeitar as necessidades, perspetivas e ações dos outros (empatia), compreender e ser sensível com os outros (liderança empática) e facilitar a resolução de problemas de forma colaborativa e participatória assim como refletir no papel de cada um na comunidade local e na sociedade global.

Desta moldura queremos deixar visível que todos os intervenientes nos projetos de Cooperação, sejam eles nacionais ou internacionais, proporcionam mais benefício ao país e ao meio rural se eles próprios desenvolverem as suas habilidades. Assim, serão cidadãos da sustentabilidade.

## **2.4 Pobreza em Moçambique**

Moçambique possui 13 milhões de pessoas na pobreza absoluta pelo que o crescimento e a estrutura demográfica assim como o assistencialismo do Estado moçambicano merecem atenção já que a “população moçambicana cresce a um ritmo estável, quase 3% ao ano para o período 1960-2017” (Siúta 2019, p. 1). No mesmo autor somos levados até ao tema das políticas públicas que “não se adequam ao crescimento populacional, boa parte da população fica excluída da distribuição e acesso a serviços básicos pois o crescimento populacional coloca pressão sobre serviços e infraestruturas cuja oferta é reduzida (e.g.: água, transporte, Educação, saúde, emprego, habitação)” (*ibidem*).

No seu artigo *Principais Desafios da Proteção Social em Moçambique*, Siúta deixa-nos algumas reflexões sobre as crises económicas que agravam a condição de pobreza em que vive a maioria da população. Destacamos o agravamento do “custo de vida, geralmente pela subida de preços de bens e serviços, depreciação do Metical e subida das taxas de juro [...]” por “[...] desviar recursos destinados a sectores sociais” (*ibidem*) de entre os quais destaca o da Educação.

---

<sup>47</sup> Systems thinking, anticipatory, normative, strategic, collaboration, critical thinking, self-awareness, integrated problem-solving.

No seu texto fala ainda do fracasso dos programas de combate ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) em Moçambique relacionando-o com a dependência financeira e mesmo com a ineficácia das políticas e ações impostas pelos doadores. Referimos este exemplo não por estar ligado, diretamente, à Educação, mas por ser objetivo deste estudo analisar tais políticas, ações dos doadores neste sector [o da Educação] e analisar as vantagens que Moçambique tira da cooperação com outros países numa lógica de dependência, ou não.

Num documento elaborado pela Embaixada da Suécia em Maputo, *Mozambique Multidimensional Poverty Analysis - status and trends*, de 2019, encontramos parte do nosso enraizamento para abordar a pobreza rural em Moçambique. Esta escolha e afirmação resulta do fato da Agência Internacional Sueca para a Cooperação e Desenvolvimento<sup>48</sup> ter abraçado a análise à pobreza na consideração de múltiplas dimensões, ao ponto de terem lançado uma *framework* analítica – *Multidimensional Poverty Analysis*. Também porque, segundo o descrito no mesmo documento, contém informação que resulta de elementos a que se teve acesso dentro da própria Embaixada em conjunto com outros cuja compilação é para nós considerada de grande valor<sup>49</sup>. Adicionalmente este é o nosso primeiro passo para introduzir um doador, a Cooperação Sueca, a partir de quem extraímos informação temática, da qual se desenhará o nosso estudo empírico.

A análise à pobreza por parte desta Agência carrega em si dimensões importantíssimas, em nossa análise, o poder e a voz e a segurança humana. Sobretudo, na primeira dimensão, revemos o nosso trabalho e nela temos vindo a estar presentes ou não convergissem a narrativa em diferentes momentos para a participação da mulher rural, para a sua presença económica e política. Daqui partem para associação das dimensões da pobreza aos ODS. Como os Objetivos da Agenda estão fortemente ligados ao sujeito do nosso estudo, apesar de nos focarmos na EDS, tem-se a oportunidade de fazer tal exposição neste centro. Assim, faremos o apontamento dos principais elementos de cada Objetivo para que tenhamos uma referência da evolução da pobreza no país já que o documento nos oferece esta perspetiva.

---

<sup>48</sup> Swedish International Development Cooperation Agency (Sida).

<sup>49</sup> National Poverty Assessment 2016 do Ministério da Economia e Finanças, World Bank Mz Poverty Assessment 2018, Swedish Poverty Analysis series.

Apesar da pobreza ter reduzido em Moçambique não é novidade dizer que permanece, e nas nossas palavras, é endémica. Nos últimos 15 anos a pobreza monetária reduziu-se de 60,3% para 48,4%, a pobreza multidimensional de 92,8% para 71% e, considerando a linha internacional da pobreza de 78,5% para 62,9%. A redução da pobreza monetária resulta, segundo o documento, da estabilidade do ambiente macroeconómico enquanto que a redução da pobreza multidimensional se observa a partir do aumento do acesso aos serviços básicos como a Educação, água, saneamento e eletricidade, o acesso a ativos tradicionais e não tradicionais. Apesar disto as provações por agregado familiar continuam a existir ainda que, na terceira perspetiva de observação, a pobreza também tenha reduzido.

Verificamos que o país continua em termos de Índice de Desenvolvimento muito mal colocado, em 2020 sem alterações de significado em relação a 2017, por exemplo. O que parece otimista detém o leitor na advertência para o facto de em 2040 termos o mesmo número de pessoas a viver na pobreza:

An expected growth of +24 million people over the next 23 years reaching 53 million in 2040, will put pressure on service delivery and employment. Unless Mozambique embarks on a different Development path, it will miss out on the so-called “demographic dividend”, have the same number of people living in poverty in 2040 and not reach SDG 1 of eradicating poverty by 2030” (Embassy of Sweden in Maputo, 2019, p. 4).

Outros aspetos que queremos apresentar são o da elevada desigualdade, sobretudo entre ricos e pobres, entre o urbano e o rural, entre as Províncias do Sul e do Centro-Norte podendo-se afirmar Moçambique como um dos países com maiores desigualdades na Africa Subsahariana. Esta elevada desigualdade associada às diferenças geográficas e regionais assim como o padrão de desenvolvimento económico que não é inclusivo explica a pobreza: “79% of the poor live in rural areas, with substantially worse welfare indicators [...] driven by lower access to basic public services among other things” (*ibidem*, 2019, p. 5).

Tabela 2.2 - Dados da pobreza em Moçambique

	2015-2020	
<b>Pobreza Monetária</b>	60,30%	48,40%
<b>Pobreza Multidimensional</b>	92,80%	71%
<b>Linha Internacional da Pobreza</b>	78,50%	62,90%
79% dos pobres na áreas rurais, engre os quais a maioria mulheres		

**Fonte:** Elaboração própria com dados de Embassy of Sweden in Maputo, 2019

Outro aspeto que nos detém é a pobreza em termos de poder e de voz, ligada aos direitos humanos e democracia. Aqui salientamos a fraca governação democrática do que decorre uma menos eficiente administração do Estado com mais fraca disponibilização de serviços, gastos públicos desiguais entre as províncias e um dos países com maior dívida pública em África. Tudo isto ameaça a governação democrática em benefício dos cidadãos, mas ainda mais aqueles de regiões e segmentos da população que já estavam *para trás* como é o caso da mulher rural.

Outro ponto a destacar é a igualdade de género pois as pessoas que vivem na pobreza tendem a viver em agregados familiares grandes liderados por mulheres, especialmente quando esta é solteira, separada ou divorciada. Estes agregados familiares, suportados pela mulher, têm-na a trabalhar na agricultura, com pouca segurança no acesso à terra, geram o seu próprio emprego no setor informal e têm pouco acesso à Educação formal. Os casamentos precoces e outras práticas discriminatórias agravam os aspetos da pobreza e comprometem a vida futura das raparigas e geram, por sua vez, uma contínua desigualdade ao longo do tempo.

A pobreza em termos da segurança tem ligação aos resultados dos conflitos na vida da mulher e na disrupturas que causam à continuação das linhas de pobreza. Este aspeto será abordado em maior detalhe na segunda parte do estudo, por adequação e conveniência para o seu propósito.

Os aspetos elencados cabem no Objetivo 5 e ligam-se, incontornavelmente, a outros. Falamos do setor da saúde, Objetivo 3, onde se anotam progressos como na redução da

maternidade infantil, redução das infeções por HIV. Ainda assim afirma-se uma elevada mortalidade materna devido a más e inseguras praticas de saúde, gravidezes não planeadas o que por sua vez está ligado a baixos nível de Educação, estruturas patriarcais crenças da sociedade, a dependência económica e social que a mulher tem do homem assim como o limitado poder de decisão. Sobre o Objetivo 2, Fome Zero, não podemos deixar de apontar a malnutrição crónica, a insegurança alimentar que a sustenta, a pobre higiene, saúde e saneamento assim como inadequados cuidados de saúde maternos.

Para o nosso Objetivo foco, 4 - Educação de Qualidade – houve progressos e os elevados dispêndios com o setor mostram que o Governo o considera um setor prioritário com gastos de 6-7% do Produto Interno Bruto. O documento refere a redução da distância média de casa às escolas e a duplicação do número de professores de 2004 para 2016. Contudo, o país tem um dos mais baixos níveis educacionais do mundo com severas desigualdades de género e geográficas com consequências para o desenvolvimento socioeconómico. Apenas 56% da população é literada com melhorias recentes na faixa etária dos 15-24 anos onde a taxa é de 71%.

Ainda, poucas crianças terminam o ensino primário e muitas nem são elegíveis para o secundário onde cai um elevadíssimo absentismo dos professores por ordens várias, e absentismos dos estudantes, fortemente no Norte e Centro. Ainda: “District Analysis report that despite the existence of school buildings, there are not being used since many have lost faith in Education as a way out of poverty, that children are needed for work, especially in the poorest segments of the communities.” (Embassy of Sweden in Maputo, 2019, p. 12).

O Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Económico - leva-nos a destacar o comércio informal onde grande maioria das mulheres rurais tem assento. Falamos de trabalho vulnerável e de muito baixo rendimento, por vezes abaixo dos 3,10 dólares por dia. Apesar de se verificarem algumas melhorias no acesso ao emprego, mesmo no setor formal, temos de fazer justiça ao seguinte: “District level Analysis confirms that new type of employment opportunities, mainly in Agriculture and services, have increased [...] and that this has benefitted the slightly better-off (those with some resources, networks and skills) and not the poorest.” (*ibidem*, 2019, p. 14)

There are gender specific aspects of employment: women are overrepresented in the informal sector and many more women work in Agriculture. Women

also spend more time doing unpaid domestic work. Men are more likely to work in formal wage jobs [...]. One underlying reason for this is likely to be related to the sharp difference in Education between women and men, as well as traditional and discriminatory practices (*ibidem*, p. 15).

Os aspetos que caberiam aqui, ligados ao Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes – integrados no primeiro capítulo, são e serão sempre assuntos transversais, os da corrupção e da Governação.

Posto tudo isto, à data de 2019 temos 12,4 milhões de pessoas a viverem na pobreza, 92% de pessoas na pobreza, segundo o mesmo documento. Apesar das tentativas nos últimos 15 anos para reduzir a pobreza, com aspetos muito positivos, consideráveis recursos da pobreza permanecem com elevados níveis de vulnerabilidade:

People living in poverty are not catching up with the small richer segment, people in rural areas (79% of the resource poor) and central/northern provinces in general – but Zambezia and Nampula in particular (50% of the resource poor) – have lagged behind in terms of resources, opportunities and choice. All service delivery is less accessible and/or of lower quality in rural areas and in central/northern provinces” (*ibidem*, 2019, p. 24).

Falar da pobreza e transferi-la para o contexto do ODS 4 é o nosso objetivo já que neste trabalho olhamos para a Educação enquanto instrumento de apoio à melhoria da condição de vida da mulher rural moçambicana e, por conseguinte, no qual a CD deve centrar especiais esforços.

## **2.5 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 e Meta 4.7**

Ainda que todos os ODS se cruzem com as necessidades de melhoria de condição de vida da mulher rural moçambicana, o Objetivo em que nos concentramos e de onde parte toda a nossa análise é o Objetivo 4 – Educação de Qualidade. Este Objetivo acopla objetivos de aprendizagem, os cognitivos, socioemocionais e comportamentais. Neles, a EDS providencia conteúdo de aprendizagem assim como oportunidades para a transformação pessoal e da sociedade, estimula a aprendizagem e promove competências chave, tais como o pensamento crítico e tomadas de decisão colaborativas (UNESCO, n.d.).

Segundo Rieckmann (2017), nos referidos três tipos de objetivos de aprendizagem cada elemento participante beneficia de um processo educativo de diferentes maneiras. Nos objetivos de aprendizagem **cognitivos** o aprendente percebe a importância do papel da educação e das oportunidades de aprendizagem ao longo da vida – formal, não-formal e aprendizagem informal – para a melhoria das condições de vida das pessoas; percebe a Educação como um bem público e como direito humano fundamental; entende e reflete sobre a desigualdade no acesso à Educação entre rapazes e raparigas nas zonas rurais e sobre as razões das desigualdades neste acesso ao longo da vida; como também percebe a ajuda da Educação na construção de um mundo pacífico e equitativo.

Nos objetivos de aprendizagem **socioemocionais** o aprendente aumenta a consciência sobre a importância da qualidade da Educação para todos, torna-se capaz de motivar e empoderar os outros indivíduos, de identificar as suas necessidades de aprendizagem para o seu próprio desenvolvimento assim como reconhecer e melhorar as suas aptidões e conhecimentos para a melhoria da sua vida, em especial em termos de emprego e empreendedorismo.

Nos objetivos de aprendizagem **comportamentais** o aprendente promove a igualdade de género na Educação, dá suporte ao desenvolvimento de políticas ligadas à Educação para todos, torna-se capaz de promover o empoderamento dos mais jovens e usa as oportunidades de educação para a sua própria vida e aplica o conhecimento adquirido nas várias situações do seu dia-a-dia.

Todos estes objetivos, concretizados, empoderam os indivíduos, no nosso caso a mulher rural moçambicana, para a tomada de decisão e realização de ações responsáveis, constroem uma sociedade justa numa perspetiva e aprendizagem contínua enquanto parte integral da Educação de qualidade. Também se ligam à Educação para a Cidadania Global, ligação importante na medida em que impacta a criação de um sentimento de pertença a uma humanidade comum, estimulam o respeito por todos, empoderam as pessoas, os aprendentes, a assumirem papéis ativos na resolução de problemas e desafios enquanto contribuidores proativos para um mundo tolerante, pacífico, inclusivo e seguro (UNESCO, 2017).

Daqui, ou seja, do ODS4, entramos na especificidade da meta 4.7. Leia-se o seu texto:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o DS, inclusive, entre outros, por meio da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas, 2020).

Esta Meta 4.7 integra a EDS que deve ser concretizada com o apoio de políticas e instrumentos nacionais. Falamos de uma Educação que foca na qualidade, nos resultados que gera e no seu potencial transformacional. Neste potencial e nas oportunidades que gera é importante que existam instrumentos que façam a ligação entre a praticidade destes aspetos e a capacidade de atuação do Estado adotar e adaptar a sua atuação aos moldes das Agendas internacionais. Posto isto, fazemos a seguir uma abordagem aos instrumentos internacionais de aos da região.

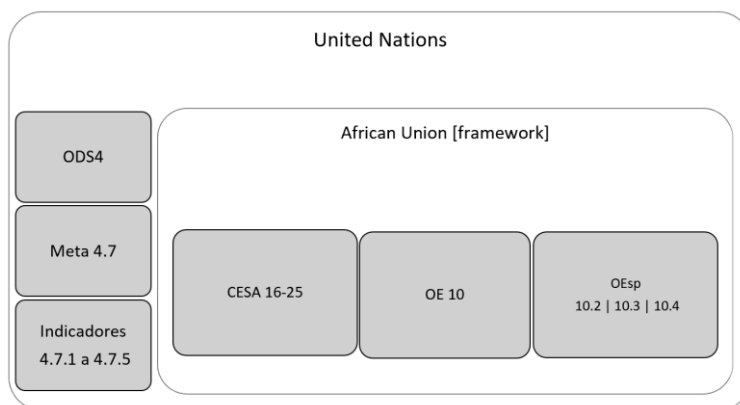
### **2.5.1 Nas Estratégias e Planos Internacionais e Regionais**

No cômputo dos aspetos explorados, temos elementos de referência internacional que são promovidos numa perspetiva de encorajar os países a adaptarem metas e indicadores internacionais às suas condições nacionais refletindo assim as suas prioridades, assumindo desafios, com metas atingíveis e que integrem os Planos Nacionais de Desenvolvimento (United Nations, 2020).

Importa, neste nosso contexto explicativo, alinhar este raciocínio e propósito com a Continental Education Strategy for Africa (CESA 16-25), enquanto parte da Agenda 2063: “*The Africa We Want*”, um guia para o desenvolvimento da Educação na região. Proporciona importante conhecimento observar que a *framework* que a Agenda 2063 consubstancia, espelha os ODS, muito especificamente o quarto, na sua meta 4.7; é nos Objetivos Estratégicos (SO) da Agenda 2063, especificamente no número 10, que encontramos a promoção da Educação para a paz e prevenção e resolução de conflitos a todos os níveis da Educação e para todos os grupos de idades. Nos três Objetivos

Específicos (OE) encontram-se as prioridades internacionais, definidas pelas Nações Unidas, neste SO, o OE 10.4. Abaixo transmitimos esta imagem:

Figura 2.1 - Prioridades das Nações Unidas e da União Africana



**Fonte:** Elaboração própria com dados da Agenda 2030 e da Agenda 2063

Vemos este conteúdo, SO e OE, em correspondência à nossa Meta 4.7 e seus indicadores. Esta seleção acontece não porque nos proponhamos a medições, antes apresentar que aspetos e que conteúdo integram os indicadores da Meta.

No quadro abaixo apresentamos o alinhamento dos dois instrumentos, a Agenda 2063 e os ODS, no OE 10 e na Meta 4.7, respetivamente:

Tabela 2.3 - Meta 4.7 da Agenda 2030 e Objetivo Específico da Agenda 2063

Meta 4.7	OE 10
<p>4.7.1 Extent to which (i) global citizenship education and (ii) education for sustainable development, including gender equality and human rights, are mainstreamed at all levels in: (a) national education policies (b) curricula (c) teacher education and (d) student assessments</p>	<p>10.4 Extent to which (i) global citizenship education and (ii) education for sustainable development, including gender equality and human rights, (iii) peace, life skills, media and information literacy education, are mainstreamed in: (a) national education policies, (b) curricula, (c) teacher education and (d) student assessment</p>
<p>4.7.2 Percentage of schools that provide life skills-based HIV and sexuality Education</p>	

**Fonte:** African Union, 2016

De acordo com o documento Continental Overview: Bridging CESA and SDG 4 in Africa, no qual encontramos os dados e as realizações na Meta 4.7 por país, Moçambique

aparece sem dados, sem qualquer referência. Referem esta ‘nossa’ Meta como uma das mais desafiantes de medir e de monitorar o seu progresso e que é fortemente influenciada por diferentes entendimentos culturais pelos diferentes países (UNESCO, 2021). Para nós é interessante observar que a própria Swazilândia, país muito próximo a Moçambique e com especial ligação, apresenta resultados e execução da Meta 4.7. Assim, não podemos deixar de lembrar que os países são encorajados a criarem os seus próprios indicadores e componentes necessários para esta Meta e que no país não se tornou realidade. Moçambique não apresenta nem resultados para os indicadores 4.7.1 nem 4.7.2, nem constrói os seus indicadores.

Quando falamos desta Meta e pensamos na medição da sua realização, lembramos o indicador<sup>50</sup> número um que pretende saber até que ponto a EDS, na qual se destacam temas de igualdade de género e de direitos humanos, é integrada nas políticas nacionais de educação, currículo, educação de professores, e avaliação dos estudantes. Para nós é um indicador limitadíssimo e que não nos oferece importante margem de trabalho. Isto, porque o país não criou o(s) seu(s) próprio(s) indicador (es) em adequação à própria realidade nacional e local moçambicana.

Merece também referência o Marco de Ação da Educação 2030, adotado por 184 Estados-membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2015, obra de agências das Nações Unidas, agências multilaterais, OSC e entidades privadas que participaram ativamente e fizeram contribuições cruciais para estabelecer uma nova visão para a Educação. Resultou a declaração de Incheon enquanto Marco de Ação para a implementação do ODS4.

Neste plano de ação os participantes observam a importância da CD como complementar ao investimento do Governo, dos países desenvolvidos, dos doadores tradicionais e emergentes, dos mecanismos de financiamento internacional, no aumento dos recursos para Educação por forma a apoiarem a implementação da Agenda de acordo com as necessidades e as prioridades dos países (UNESCO, 2015). Assim, a Declaração de Incheon constitui “o compromisso da comunidade educacional com a Educação 2030 e a

---

<sup>50</sup> 4.7.1: Extent to which (i) global citizenship education and (ii) education for sustainable development, including gender equality and human rights, are mainstreamed at all levels in: (a) national education policies (b) curricula (c) teacher education and (d) student assessments.

Agenda de DS 2030, como também reconhece o importante papel da educação como principal motor do desenvolvimento” (*ibidem*, p. 21).

Em termos de abordagens estratégicas o documento refere que é necessário mobilizar esforços nacionais, regionais e globais para estabelecer parcerias eficazes e inclusivas, aprimorar políticas educacionais, garantir sistemas educacionais equitativos, inclusivos e de qualidade para todos assim como mobilizar recursos para um financiamento adequado da educação (*ibidem*, p. 31).

O Marco de Ação refere políticas e planos setoriais transversais que deveriam ser desenvolvidos ou melhorados, “em coerência com toda a Agenda 2030, para o DS, para lidar com barreiras sociais, culturais e económicas” (*ibidem*, p. 32). Regressamos à já referida abordagem transformativa, também mencionada na Declaração, por ser vital fortalecer as “contribuições da educação para a realização dos direitos humanos, da paz e da cidadania responsável – do âmbito local ao global –, da igualdade de género, do Desenvolvimento Sustentável e da saúde” (*ibidem*, p. 49).

As estratégias indicativas abordadas e propostas neste Marco de Ação passam pelo desenvolvimento de políticas e programas para desenvolver a EDS por meio de intervenções mesmo de carácter informal, disseminar boas práticas desta educação transformativa para implementar programas educacionais e fortalecer a compreensão e a cooperação internacionais, garantir o papel e importância da cultura na direção do respeito pelos direitos humanos e avaliar resultados de aprendizagem cognitivos, socioemocionais e comportamentais (UNESCO, 2015).

Em termos de implementação da EDS, a Governança, as responsabilidades e as parcerias são fundamentalmente um aspeto do domínio nacional de cada país. A essência da Educação 2030 concentra-se no nível nacional e é o Estado que tem um papel importante na redução de disparidades nas comunidades, na redução da pobreza, em criar políticas alinhadas com as suas obrigações e deveres (UNESCO, 2015, p. 57). Refere o documento as Organizações da Sociedade Civil (OSC), as coalizões, num importante e fundamental papel já que criam mobilização social e têm o poder de aumentar a conscientização pública. Podem desenvolver abordagens inovadoras e complementares que ajudem a impulsionar o direito à Educação enquanto geradoras de diálogos políticos estruturados, conduzir ações de advocacia baseada em evidências, analisar gastos e até de garantir a transparência no orçamento e na governança da Educação.

O que pretendemos com estes últimos elementos é não só justificar a importância de todos os aspetos elementares que temos vindo a adicionar a este trabalho desde que nos adentrámos na Cooperação, mas, sobretudo, expor que é o próprio país, o próprio Governo moçambicano, que tem de desencadear o seu papel e aliar-se aos vários atores no terreno para executar aquilo que se espera que surja da Educação.

Portanto, cingindo-nos aos planos de ação, enraizados na Agenda 2030, não encontramos substância suficiente contruída para que possamos extrair indícios de uma linha orientadora aplicada pelo Governo Moçambicano. Em contrapartida, no estudo de caso, da aplicação de entrevistas e nos grupos de discussão, identificamos ações e uma atuação a que se lhe pode conferir o ‘estatuto’ de EDS, uma Educação que reveste o descrito na meta 4.7. Achamos que esta situação se deve, sobretudo, por não ser compreendida nacionalmente não só a amplitude da Meta como também não ser observada a contínua atuação construtora de conhecimento direcionada para o meio rural e sobretudo para a mulher rural moçambicana.

## **2.6 Capabilities e Educação: Teoria do Desenvolvimento Humano**

Nas palavras de Amartya Sen, as *capabilities* descrevem-se pela liberdade que a mulher rural tem para usufruir do tipo de vida que valoriza, em termos sociais, melhor Educação, saúde e longevidade. Para Sen, o rendimento é apenas um meio para uma boa forma de viver. Digamos que a utilidade métrica do dinheiro não tem elevada importância.

Como tal, e pondo o olhar na vida rural, o acesso a bens e serviços que uma boa Governança pode proporcionar à mulher rural, independentemente e o seu rendimento ser reduzido, confere-lhe a possibilidade de construir uma vida adequada numa condição de vida favorável. Se a vida consiste em várias coisas que as pessoas são capazes de fazer ou ser - como poder ter boa saúde, saber ler e escrever, e assim por diante - a pobreza tem que ser vista como a falha de certas capacidades básicas (Sen, 2006). Para Sen (2009) “pessoas diferentes poderão ter oportunidades muito diferentes de converter os rendimentos e outros bens primários em características de uma vida boa e naquele tipo de liberdade considerada valiosa para a vida humana” (p. 347).

Estes dois excertos remetem-nos para a liberdade de ter acesso ao que a mulher rural moçambicana considera útil para ter uma vida livre de pobreza onde se inclui o próprio ambiente, espaço social. Aqui inserimos a caracterização da pobreza como *capability*

*deprivation* onde o baixo rendimento é apenas instrumentalmente significativo já que não é a única influência que gera privação. Anota-se a importância de uma cidadania bem preparada para aproveitar as oportunidades económicas já que o impacto do rendimento nas *capabilities* é variável.

Dos vários tipos de contingências apontadas por Sen, que influenciam a conversão do rendimento em diferentes géneros de vida, são relevantes para a vida da mulher rural moçambicana a diversidade do ambiente físico, as variações do clima social e as perspetivas relacionais. A mulher rural, para converter rendimentos em qualidade de vida, tem de viver num espaço que lhe confira segurança. No clima social vemos os cuidados de saúde públicos, as medidas que providenciam Educação, a existência de violência e mesmo a “natureza das relações existentes dentro da comunidade” (Sen, 2009, p. 348). Estas fontes de privação facilitam a compreensão da pobreza da mulher rural e ser vista “a pobreza real (atendida em termos de privação de capacidades)” (*ibidem*, p. 349), bastante intensa comparativamente à observação que poderíamos fazer apenas a partir do rendimento.

Apesar do nosso centro ser a teoria de Amartya Sen assume interesse crítico conhecer a perspetiva de Nussbaum. Ela desenvolve três categorias de capacidade, diferentes das de Sen, as capacidades básicas que são habilidades inatas, as capacidades internas como estados de uma pessoa que lhe permitem exercer uma capacidade específica, se as circunstâncias e constrangimentos permitirem este exercício e as capacidades combinadas que são as capacidades internas juntamente com o que externamente capacita a pessoa a exercer a capacidade (Robeyns, 2005).

Isto leva-nos a Rawls, abordado também por Amartya Sen, especificamente na crítica que lhe dirige ao considerar que os bens primários são meios e não fins e que não conseguem abarcar todas as necessidades de todos os seres humanos, dada a sua diversidade. Pragmatiza-se se os bens introduzidos pela Cooperação encontram aqui correspondência na medida em que as necessidades do meio rural são outras, muitas vezes, que não as supostas pelos que vêm do exterior alojados nos seus próprios conceitos de necessidades e não nas da própria mulher moçambicana rural.

Em Sen, as capacidades básicas são um subconjunto de todas as capacidades isto é a liberdade de fazer algumas coisas necessárias para a sobrevivência e para evitar ou escapar à pobreza. Assim, estas capacidades permitem criar uma delimitação de se estar

ou não na pobreza e de criar um ponto para avaliar a pobreza, isto é, a oportunidade real de evitar a pobreza (Robeyns, 2005).

Interessa-nos particularmente referir que Nussbaum foca no entender melhor as esperanças, desejos, aspirações, motivações e decisões das pessoas; dá atenção às habilidades e traços de personalidade das pessoas como aspetos das capacidades. Propõe uma lista de *capabilities* de vida, de saúde corporal, de integridade corporal, dos sentidos, da imaginação e do pensamento, das emoções, da razão prática, da afiliação, assim como controle sobre seu ambiente (*ibidem*, p. 104-105).

Hulme e Shepherd (2003) criam uma aproximação na medida em que a pobreza é a privação das *capabilities* adicionada ao rendimento, à Educação, à saúde e aos direitos humanos concetualizando-a como privação material ou psicológica. Noutros autores, mas em semelhança, “a pobreza é identificada com uma condição de precariedade em que o homem vive desprovido da sua dignidade. [...] é relegada para um plano de carência de bens materiais”, sendo na visão Bonaventuriana a “expressão de uma dependência ontológica dos seres para com o Ser” (Calvário, Meirinhos & Rosa, 2009, p. 14), que vai além do que é o mínimo para sobreviver.

Esta metafísica da pobreza permite percebê-la do ponto de vista da Educação em termos do que se pode construir, o que nos remete para aspetos de consciência, comportamentais, de conhecimento. No caso de Moçambique, a pobreza tem associado um baixo capital humano, financeiro e social.

As dimensões de pobreza, de acordo com necessidades básicas insatisfeitas que caracterizam um individual ou família (a literacia, comparecer na escola, ter torneiras com água em casa, casa com esgoto e casa adequada assim como alimentos calóricos e proteicos, ter carro, frigorífico, televisão, casa com casa-de-banho, tipo de chão e de telhado da casa, assim como o acesso a água potável e eletricidade, telemóvel com ou sem acesso à internet) não nos satisfazem enquanto medidas quantitativas, baseadas naquilo que se tem possibilidade de comprar.

Apesar de poderem ser boas medidas e objetivas, existem diferenças substanciais no meio rural em que o fator Educação faria a diferença para a redução de desigualdades, pois, temos de avaliar as privações comuns com que se vê confrontada a mulher rural e que afetam a sua vida no dia a dia, não apenas enraizadas no rendimento, mas em termos de

condições de vida inseguras, vulnerabilidade a riscos relacionados com saúde, desastres naturais ou desigualdade relacionada com problemas de exclusão.

Assim, a abordagem às *capabilities* não dispensa referência ao Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que até já introduzimos, nas suas 3 dimensões - saúde, Educação e nível de vida - uma construção que tem interesse em explicar a pobreza dinâmica ao nível individual, mais do que de forma agregada. Referir Mahbub ul Haq, que na sua perspetiva do desenvolvimento humano, defende a atenção centrada nas características das vidas humanas já que não são os rendimentos e a opulência o que realmente é importante, mas sim aquilo em que “ajudam as pessoas a realizar nomeadamente uma vida boa e com valor” (Sen, 2019, p. 312).

Mais do que concordar ou corroborar a realidade que o autor nos apresenta, interessa extrair dela o que nos é útil em termos de *capabilities*, pobreza e Educação, na visão de Sen. O cientista refere que “ao fazermos uma avaliação das nossas vidas, temos boas razões para nos interessarmos, não apenas pelo tipo de vida que conseguimos levar, mas também pela liberdade de que efetivamente gozamos para que possamos escolher diferentes estilos de vida ou diferentes maneiras de viver as nossas vidas” (Sen, 2009, p. 313) na perspetiva da *capacidade* “dessa pessoa para fazer aquelas coisas que, por alguma razão, dá valor” (*ibidem*, p. 319).

Introduzimos que a mulher rural está na menor capacidade, ou seja, segundo Sen, na menor oportunidade real que para si tem importância. Por conseguinte, o conceito de *capacidade* associa-se “ao aspeto da oportunidade ínsito na liberdade” (*ibidem*) ligada a vantagens individuais e centra-se na vida humana e não apenas sobre objetos de conveniência como o rendimento ou dos bens materiais que alguém possa ter à sua disposição. Propõe-se que a atenção se centre nas “oportunidades de vida em vez dos meios e, sobretudo, na base da liberdade para se atingirem os fins que, em devida argumentação, são queridos” (Sen, 2009, p. 321-322).

Aqui é possível adentrar o olhar na relevância da *formação da capacidade humana* no que toca à liberdade o que indicia a importância do desenvolvimento dos poderes cognitivos e interpretativos (Sen, 2009). Esta formação e o próprio desenvolvimento do cérebro que lhe está associada são elementos importantes pois neste foco ter-se-ia o poder de contribuir para a redução da pobreza. Pois, então, não são os meios o essencial para uma vida satisfatória, mas “os fins próprios do bem viver” (*ibidem*, 323).

Numa visão Educação-Governança “as sociedades devem orientar as suas atitudes políticas e económicas por meio de uma moral segundo princípios éticos que respeitem todos os indivíduos e valorizem as suas particularidades, ampliando o desenvolvimento humano como um todo” (Costa & Barbosa, 2018, p. 404). Todo o indivíduo é um agente da ética e será a partir dele que a construção ocorre, aliada a uma motivação que advém da moral, no pensamento de Adam Smith.

Encontramos muitos projetos de CD que atuam na área dos direitos humanos e que, através de percursos educativos, têm como objetivo fortalecer as camadas vulneráveis aumentando as competências necessárias para se defenderem. Trata-se de um âmbito rico em experiências, de grande valor, que produz resultados pouco publicitados, mas que tem uma grande importância a nível de defesa da integridade física e moral humana e das comunidades, sobretudo da mulher.

Um aspeto a ter em consideração é o de que a melhoria da condição da mulher vai depender da mudança do contexto em que está inserida, seja a família, a comunidade ou a sociedade em geral. Apesar da Educação em género, de uma mulher passar a estar esclarecida por meio de uma atividade de Educação, quando sai desse ambiente confronta-se com a sua realidade, tem um ambiente que é o mesmo, que não mudou. Quando mulheres ou jovens saem do ambiente educativo estamos perante uma transição crítica já que a sociedade é a mesma. Nesta observação, pode a capacitação ter menores resultados já que existem fatores determinantes – locais, culturais e de ausência de competências sociais – que levam a que se não consigam aplicar os conhecimentos adquiridos.

Pelo exposto, é importante explorar o uso que a mulher faz dos resultados da aprendizagem e qual o seu impacto a longo prazo, numa perspetiva de avaliação de resultados. De entre os vários elementos que compõem a EDS é importante conhecer que mudanças ocorreram nas competências sociais e emocionais enquanto indutoras e construtoras de atitudes e do ajustamento comportamental.

## **2.7 Um modelo educativo para o Desenvolvimento**

O Desenvolvimento enquanto conceito multidimensional combina o conjunto das forças para criar condições para a realização de uma personalidade humana maior (Mishra, 2015) promovendo formas de mudança social que satisfazem as necessidades humanas materiais e não materiais (Roseland, 2000). Hancock desperta-nos para a ideia de que é

preciso pensar no que o Desenvolvimento atualmente é já que identificar medidas para promover o crescimento económico e combater a pobreza são as tarefas fundamentais de grandes organizações mundiais.

Estas abordagens dão importância a um modelo de Desenvolvimento económico, intelectual, emocional, e espiritual, que promove um bem-estar não dependente da destruição da natureza e se enraíza na noção Gandhiana. Esta noção contempla uma abordagem holística que põe ênfase na reconstrução socioeconómica da sociedade com base na construção moral, numa perspectiva humanitária (Mishra, 2015).

Daqui, criamos oportunidade para introduzir o modelo de Desenvolvimento de Gandhi enquanto modelo alternativo, líder na importância que dá à economia das aldeias, da comunidade, na sua autossustentação através da produção doméstica e artesanal, às tecnologias simples de produção por forma a assegurar o emprego e uma vida rural decente: “Ghandiji argue that progress of the country lies in the Development of the people in rural areas and the development of rural economy lies in the Development of villages industries” (Mishra, 2015, p. 29).

Pensando no Ocidente, o modelo de Gandhi contrapõe-se ao capitalismo em uso, às próprias teorias neoliberais. Mishra argumentou que a civilização moderna não se baseia na moralidade e na ética. O modelo de desenvolvimento de Gandhi dá ênfase à igualdade, ao saudável ambiente que se baseia na ética e na moralidade o qual assegura um futuro. Assim, no seu modelo, encontramos o desenvolvimento rural e a economia rural como o ponto central já que acredita na interdependência e na autossuficiência da indústria rural.

Também, funda o modelo na conservação da biodiversidade e diz que uma vez que o ser humano não tem poder para criar a vida não deve destruí-la. Inclui a importância do uso dos recursos locais e dá ênfase às aptidões locais por serem o que é importante para a autossuficiência das pessoas e dependência de si próprias já que as pessoas desenvolvem as suas condições económicas e daqui se tornam autossuficientes. Alimenta o modelo com o fato de que cada pessoa tem a capacidade de criar o seu próprio trabalho. Defende uma estrutura organizacional na qual a produção pode ser organizada e os meios de produção distribuídos pelas massas em vez de centralizar o poder económico nas mãos de uma pequena elite (Mishra, 2015).

No seu modelo encontramos a importância das indústrias indígenas e da maquinaria tradicional já que defende que o sistema de produção deve ser localizado e o sistema de

distribuição das indústrias locais ajudam a economia a ser mais sustentável ajudando assim a evitar problemas sociais. Considera no seu modelo a indústria da comunidade e das aldeias, a educação básica, a educação dos adultos, o saneamento e o bem-estar das mulheres o que permite utilizar e fortalecer as aptidões dos habitantes da comunidade e a produzirem tudo aquilo de que precisam, à exceção de alguns bens que são adquiridos nas áreas vizinhas e, ao mesmo tempo, favorecer a construção da personalidade humana, evitar o desemprego e a exploração dos mais fracos pelos mais fortes.

O nosso foco em Sen, e neste modelo, faz-nos pensar que o paradigma de Desenvolvimento existente ignora a abordagem humanística, retira direitos aos pobres, cria uma maior distância entre ricos e pobres levando à destruição da sociedade rural, da agricultura e da produção de alimentos ou influenciando mesmo a degradação ambiental (Mishra, 2015). Para Daly (1991) combater a pobreza é possível com a ajuda do Desenvolvimento, mas a grande redução passa também por uma adequada redistribuição para limitar a desigualdade da riqueza. Assim, no autor, falamos de economia humana enquanto subsistema de um ecossistema finito global onde o foco deve ser a realização de potencialidades para um completo ou melhor estado. Apesar desta visão, temos um quadro em que “o benefício de alguns justifica o sofrimento de outros” (Carr, 1986, p. 66).

Assim, consideramos que o Desenvolvimento se baseia no crescimento inclusivo focado na economia rural assim como num modo de vida simples, baseado em padrões de pensamento elevados. Portanto, é necessário um processo de crescimento, para progredir, evolucionário, que contemple transformação (Hancock, 1991) no qual encontramos o capital humano e a expansão da capacidade humana - *human capability* (Sen, 1997). Por tal, se for definida a perspetiva do capital humano em termos das qualidades humanas, que podem ser empregadas enquanto capital para a produção do capital físico, temos um conceito que se torna inclusivo do outro e que, em conjunto, beneficiam o Desenvolvimento.

A construção de capital humano, por meio da Educação, acompanhada da construção do capital físico, natural e financeiro por meio de doações, redistribuição dos direitos à terra e aos recursos naturais e pela proteção dos direitos aos ativos existentes, entre outros exemplos que poderíamos oferecer, no contexto da CD, tem o potencial de trazer empoderamento à mulher rural moçambicana. A construção dos bens dos pobres crónicos, como o é a mulher rural, é suscetível de envolver investimento público em

infraestruturas físicas nas áreas menos favorecidas onde estão frequentemente concentrados (Hulme e Shepherd, 2003).

A construção desse capital humano gera pessoas mais eficientes na produção de bens, adiciona valor de produção à economia assim como rendimento à pessoa que foi educada. Há, portanto, uma transformação significativa ao se reconhecer o papel do capital humano para reforçar as capacidades - “If a person can become more productive in making commodities through better Education, better Health, and so on, it is not unnatural to expect that she can also directly achieve more -and have the freedom to achieve more – in leading her life.” (Sen, 1997, p. 1959).

Todo este processo de geração e de construção de capital e de capacidade tem o potencial de gerar o que o Desenvolvimento supõe, a expansão da liberdade, vista como um fim primário e como o principal meio [do Desenvolvimento] já que este consiste na remoção dos vários tipos de não liberdades que levam as pessoas com pouca oportunidade de escolha e pouca oportunidade de exercerem os seus quereres. Em Sen (1999) as *substantial unfreedoms* são um constitutivo do Desenvolvimento que limitam a liberdade positiva e a possibilidade de as pessoas gerirem as suas vidas e poderem participar económica e politicamente na sociedade.

Não podemos deixar ausente que a criação de capital humano se coloca em todas as esferas da sociedade, também junto dos fazedores de políticas, dos líderes tradicionais e locais, dos servidores do Estado, dos agentes da Cooperação, dos que mais influência têm, já que é preciso criar conhecimento nessa esfera para tornar a política e a ação social mais efetiva em termos da redução da pobreza. Assim, para assegurar que a mulher rural moçambicana beneficia do Desenvolvimento, argumentamos que o conhecimento formula políticas com precisão.

Neste cômputo surge espaço para a Governação, que precisa de se colocar numa forma diferente, evolucionária em termos daquilo que pretende efetivamente fazer acontecer, inclusive na vida da mulher rural moçambicana. A realidade que encontramos em Nhantumbo, Norfolk e Pereira (2003) revela-nos que a mentalidade de dirigir de cima para baixo, do central para o local, depara-se a nosso ver com fraco nível de implementação e de execução, com políticas cujos resultados nem sempre impactam o Desenvolvimento e prendem as populações rurais, que são incapazes de escapar totalmente às exigências e controles centrais. Assim, a Ajuda tem de estar ligada à

capacidade do Governo que, por sua vez, não pode descurar as pessoas como a chave para o progresso, assim como as comunidades locais têm de ser envolvidas nessa mesma Governança.

Lembramos o espaço [social] como parte integrante do DS, que supõe a criação de valor social e, muito importante, o alinhamento entre os aspetos sociais e económicos para promover o DS, soluções inovadoras e de empoderamento da população (Bento, Jacquinet & Albuquerque, 2018) e das comunidades:

Considering the impact that social enterprises have, facilitating communities to generate wealth and solve social problems [...] the major challenge is to continue the long road to eradicating social problems, [...]. More important than charity is the generation of real social value, through social entrepreneurship, allowing results to last in the medium and long-term (Bento, Jacquinet & Albuquerque, 2018, p. 292).

Mais concretamente e direcionando um olhar para uma Organização que participa da implementação do projeto de Cooperação da Embaixada da Suécia em Moçambique tocamos numa atuação focada no social enquanto realidade que já acontece que, ao mesmo tempo, responde às atuais e futuras exigências:

Organizations such as [...] Oxfam [...] show us how social entrepreneurship can have an impact and act positively on the various dimensions of sustainable development in societies most in need, but also in the wealthier, on a more local or more global scale (Bento, Jacquinet & Albuquerque, 2018, p. 293).

O capital social, no discurso do DS, é popularizado pelo sociólogo Robert Putnam; tem características da organização social, como a confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas: “When people engage in networks and forms of association [...] they develop a framework of common values and beliefs that can become a “moral resource” (Putnam 1993, p. 169).

Atuar em rede, coletivamente, pode ser visto enquanto ingrediente indispensável para o DS pois congrega instituições, relações e normas que modelam a qualidade e a quantidade das interações sociais emergindo assim a coesão social para a prosperidade e, sobretudo, para que o Desenvolvimento possa ser, efetivamente, Sustentável (World Bank 2001).

Para concluir, a Educação da mulher rural não pode acontecer completamente separada da dos demais agentes da sociedade e tem de ter em vista a criação de condições para a mudança social de forma a satisfazer as necessidades humanas e promover o bem-estar e o reforço da moralidade e da ética. Para tal é preciso focar no desenvolvimento das pessoas das áreas rurais dando importância ao reforço das aptidões locais para desenvolver melhores condições económicas e de autossuficiência. Acresce que deve ser nestes meios rurais onde a atenção se deve centrar em alternativa ao meio onde permanece a elite. Isto é conseguido através da educação dos adultos, que fortalece aptidões, para produzir o que se necessita e desenvolver a personalidade humana.

Um modelo educativo para o Desenvolvimento, significa assegurar uma abordagem humanística, dar direitos aos pobres, focar no crescimento inclusivo, evolucionário e transformativo que agrega capital humano e capacidade humana.

### Capítulo 3. Planos e Políticas nacionais que servem a mulher rural moçambicana

“More of a bad thing can only be a worse thing”

Hancock, 1991.

A decisão de atribuir a este trabalho de investigação um capítulo dedicado a Planos e a Políticas justifica-se por termos identificado, para Moçambique, um conjunto de instrumentos que servem a intenção de contribuir para a melhoria da vida da mulher moçambicana. A nossa escolha abraça os instrumentos nacionais de ação nos quais observámos a referência à mulher, o nosso sujeito. Também, os instrumentos que constituem linhas orientadoras para o país em termos de Cooperação, o nosso objeto.

Feita a introdução à problemática da pobreza, que afeta a mulher moçambicana, percorrida a natureza e impacto das políticas, observa-se a importância das políticas públicas e a sua execução na ligação às *capabilities*. A referência e introdução da Educação acontece não só por influenciar as liberdades efetivas de que as pessoas realmente beneficiam, mas também porque se integra nas próprias políticas e planos de ação. Apesar de ser significativo o número de instrumentos de política que Moçambique tem, a nossa atenção e análise crítica recaiu sobre 7 instrumentos nacionais a referir: os Planos de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), o Programa Quinquenal do Governo (PQG), a Política de Género (PG), o Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM), o Plano Estratégico da Educação (PEE) 2012-2016, a Estratégia de Género do Setor de Educação e Desenvolvimento Humano (EGSEDH) 2016-2020 e, pela perspetiva futura, o Plano Estratégico da Educação (PEE) 2020-2029.

Começamos por fazer notar que uma realidade, na sua própria contextualização, carecerá sempre de intervenções que criem oportunidades para aqueles que precisam escapar à pobreza, o que terão dificuldades sem ajuda. Uma das questões que se levanta num dos documentos, de 2019, elaborado pela Embaixada da Suécia em Maputo - *Mozambique Multidimensional Poverty Analysis - status and trends* – é a de que *porque é que as pessoas são pobres*. Indiretamente, a pergunta tem vindo a receber resposta gradual ao longo da nossa exposição, mas ainda carece de uma abordagem adicional que nos adentrará na importância da existência de políticas, ainda que essas mesmas políticas sejam algumas vezes corrompidas pelas razões da própria pobreza.

A solução, diz-nos Hulme e Shepherd (2003), será favorecida por políticas que respeitem os direitos universais e a redistribuição dos ricos para os pobres já que a pobreza crónica está associada a baixos níveis de ativos. O elevado crescimento populacional, resultante de altos índices de fertilidade, a elevada vulnerabilidade de uma grande parte da população - sendo as áreas rurais mais vulneráveis que as urbanas - a limitada transformação estrutural, a limitada diversificação e existência de cadeias de valor subdesenvolvidas e um desenvolvimento não inclusivo, descrevem a pobreza que as políticas devem intervencionar.

O papel da Governação foi referido no primeiro capítulo deste trabalho. Acrescentamos que sendo a Governação democrática em Moçambique fraca, com consequências na deterioração dos Direitos Humanos, impacta a eficácia das políticas e leva a uma contínua falta de poder e voz das pessoas que vivem na pobreza, devido a uma administração estatal menos eficiente com prestação de serviços fraca (Embassy of Sweden in Maputo, 2019).

Esta é a realidade moçambicana que se coloca entre ricos e pobres, entre o rural e o urbano, entre homens e mulheres e, inclusive, na Educação. No meio rural – onde a população tem limitado acesso às oportunidades e onde as vulnerabilidades são maiores, onde há falta de recursos, onde há falta de infraestruturas e maior isolamento, maiores distâncias dos mercados, das escolas, dos serviços de saúde – os pobres precisam de aptidões para beneficiar de oportunidades, sobretudo as mulheres sempre as mais afetadas a quem a Educação confere resultados positivos na saúde e no emprego (Embassy of Sweden in Maputo, 2019).

São estas dimensões que as políticas do país devem abordar e assegurar, rumo a melhores condições de vida para a mulher rural moçambicana. Hulme e Shepherd (2003) dizem-nos que políticas efetivas de Educação interrompem a pobreza crónica e que para a reduzir as políticas são um imperativo. Referem também que a desigualdade tem de ser desconstruída para ganhar poder exploratório na medida em que as estruturas de poder e a distribuição da riqueza - mantida por essas próprias estruturas - explicam a pobreza.

Apesar dos compromissos para redução da pobreza terem atingido níveis não alcançados nos últimos dez anos, através de ambiciosos objetivos que focam na mobilização de recursos e em influenciar políticas a favor dos pobres (Chamburi, Karim & Hamdan, 2012), um conjunto de aspetos relacionados com políticas tem de ser melhor avaliado,

nomeadamente as *capabilities* pelo potencial que têm de ajudar na elaboração de políticas públicas.

Assim, importa que sejam observados os diferentes aspetos da pobreza já que estão relacionados e requerem compreensão para o adequado desenho de políticas, programas e projetos por forma a que ajudem as pessoas a escapar à pobreza. No que concerne à Educação, enquanto algo que é transversal a todas as áreas, são necessárias políticas com concretas especificações já que estratégias bem-sucedidas devem construir uma imagem de investimentos na população enquanto fator de crescimento (*ibidem*).

Kanbur e Squire (1999) dizem que uma melhor saúde melhora a ida à escola, que a ausência da Educação, a pobre nutrição e saúde influenciam os efeitos funcionais da capacidade de trabalho, que a Educação das mães tem um forte efeito positivo na saúde das crianças já que a mãe passa a fazer parte de um processo de informação e de conhecimento que a torna num veículo direto. Para os autores têm de existir blocos construtores que criem condições para os pobres adquirirem vantagem e oportunidades que constituam um elemento de crescimento da sociedade.

Ainda que estes autores bem nos conduzam pela importância do crescimento e da Educação, fica claro que apesar do impacto individual que a Educação tem, a um nível agregado há que observar as liberdades que se adquirem para a prossecução de outros fins. Queremos chegar à importância das diferentes dimensões da definição de pobreza por forma a que expanda a variedade de instrumentos que as políticas de combate à pobreza disponibilizam, já que políticas que, por exemplo, melhoram a saúde dos indivíduos e aumentam a sua capacidade de absorver e trocar informações, melhoram a qualidade das suas vidas (*ibidem*).

As políticas devem, preferencialmente, ser orientadas para os pobres tendo assim, necessariamente, uma abordagem participatória. Tendo os pobres a noção da sua situação e das suas necessidades, contribuírem para o desenho de políticas e projetos tem forte importância e influência nos resultados sobretudo porque há um comprometimento com os resultados e, conseqüentemente, as decisões políticas são tomadas com base na compreensão atual da natureza e extensão da pobreza (Callan & Nolan, 1991).

Enquanto a prosperidade económica ajuda as pessoas no direcionamento das suas vidas e a viverem-na realizadas, a Educação, tal como outros fatores, causalmente influencia as liberdades efetivas de que as pessoas realmente beneficiam. Para Sen (1997) estes

desenvolvimentos sociais são tidos como desenvolvimentistas. Para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento é importante empoderar a mulher. Segundo as Nações Unidas a igualdade de género é um direito humano e as mulheres têm o direito de “viver com dignidade e com a liberdade das carências e do medo [...] (pois) mulheres poderosas contribuem para a saúde e produtividade das famílias e comunidades inteiras, e melhora as perspectivas para a próxima geração” (UNFPA, 2021). Esta observação-conceito beneficia a construção de políticas e dá suporte ao papel construtor que estas têm, ou podem ter.

Construída a apresentação da pobreza na ótica das políticas públicas e do aporte que a Educação lhes pode conferir, passamos então ao nosso foco, os instrumentos dessas políticas públicas. Na ligação aos instrumentos elencados no presente estudo situamo-nos no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), no Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MIEDH) e no Ministério do Género, Criança e Ação Social (MGCAS).

A análise a cada um dos selecionados instrumentos do Governo de Moçambique cria uma sucessão de constatações e é percussora da visão de que intervir passa por um trabalho e ação multidimensionais e multissetoriais que tem de envolver Ministérios. A nosso ver o aspeto multidimensional leva a que se devam abranger todos os Ministérios legalmente constituídos na República de Moçambique por forma a que uma ação co-colaborativa seja realidade no país.

### **3.1 Instrumentos Nacionais**

O Governo tem abraçado esforços em prol da implementação de ações pela igualdade de género e pelos direitos humanos. Moçambique tem instrumentos que guiam as políticas e estratégias nacionais e servem de base às questões de género, muito especificamente no que serve as necessidades da mulher moçambicana. No entanto, apesar dos documentos que consubstanciam esses instrumentos terem a figura feminina sempre presente, encontramos neles ausências. Na narrativa que se segue elencamos os aspetos de força dessas estratégias e políticas, mas, será nas ausências que a nossa observação crítica maior espaço encontra.

Moçambique teve em marcha alguns Planos de Ação que tiveram em vista a redução da Pobreza. O combate à pobreza vê introduzida a “componente social no programa de

ajustamento estrutural no começo da década de 1990, corporificado no então Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES)” (Macuane, 2012, p. 59). Estes Planos e documentos têm associada uma mudança na “abordagem de financiamento aos países pobres por parte das instituições de Bretton Woods – o FMI e o Banco Mundial – nos anos 1990 [...] (devido) à ineficácia dos programas de ajustamento estrutural no combate à pobreza, principalmente nos países altamente endividados como Moçambique” (*ibidem*).

Macuane fala-nos de um processo de aprendizagem que resulta na mudança de estratégia, mas não altera a “tendência excessivamente prescritiva desses instrumentos de políticas, muitas vezes impostos aos países pobres como parte dos condicionalismos da ajuda externa e de acesso ao crédito” (Macuane, 2006). Esta é aliás uma preocupação e observação que adoça os ingredientes do nosso capítulo da Cooperação e que, em termos de estudo de caso, exploramos. Falamos de dependência e de condições que constroem limitações. As receitas dos doadores não foram eficazes ou não fosse este estudo focado na existente pobreza rural, meio que abrange a maior parte do país. Por outro lado, o país, Moçambique, não se debruçou suficientemente para “apresentar políticas públicas alternativas e credíveis para se contrapor às receitas das instituições” (Macuane, 2012, p. 60).

Vamos então passar a observar analiticamente os instrumentos que foram por nós selecionados e, ao mesmo tempo, tidos como de importância para efeitos do nosso estudo já que consideramos que trazem valor acrescentado à discussão.

### **3.1.1 Planos de Ação para a Redução da Pobreza**

O primeiro PARPA de Moçambique, o PARPA I, respeita ao período 2001-2005. É seguido pelos PARPA II, no período 2006-2009, estendido até 2010, e pelo Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP), respeitante aos anos 2011-2014. Referimos o PARPA I por constituir um exemplo da ausência de participação da sociedade civil, do setor privado e dos próprios cidadãos. Apesar de não ter especial detalhe no nosso trabalho convém referir pelo quanto centrámos a atenção na participação da sociedade para a redução da pobreza. E se há elementos que influenciam os menores sucessos, este terá sido certamente um deles.

Aludir ao PARPA II tem importância compreensiva para a nossa abordagem e Teoria do Desenvolvimento Humano pois refere a pobreza como a “impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas” (República de Moçambique, 2011). Contempla que a pobreza “não é somente carência de meios materiais, mas sim falta de acesso aos serviços, exclusão da tomada de decisões, falta de participação, maior exposição a abusos perpetrados por funcionários públicos (incluindo a corrupção), menor segurança em relação à criminalidade, e a falta de valorização do património. (*ibidem*, p. 73).

O ponto 103 do Plano, inscreve o objetivo de reduzir a pobreza através da redistribuição de recursos por beneficiar a população mais desfavorecida e pobre da sociedade. O Plano refere o desenvolvimento de políticas, as relações de estreita coordenação com a comunidade internacional na Ajuda ao país e o assegurar a redistribuição do rendimento à população, em particular aos mais pobres, exercendo assim o Estado a sua melhor Governação.

A Estratégia de Desenvolvimento deste Plano enraíza-se em três pilares, o da Governação, Capital Humano e Desenvolvimento Económico. Os dois primeiros são-nos especialmente importantes para nós. O terceiro, complementar por abordar o Desenvolvimento Rural. Em termos do pilar Governação, nas prioridades vemos um importante aspeto, a garantia da defesa dos direitos de propriedade ligada à regulamentação do uso e aproveitamento da terra em coordenação com a Sociedade Civil, ponto que é de levada importância para as mulheres rurais, dada a importância do uso da terra na geração de rendimento e de alimento, portanto ligado à sua condição de vida. Ainda encontramos no Plano referência à importância da participação das mulheres no processo de planificação descentralizada ao nível Provincial e Distrital e o combate à corrupção, um dos grandes objetivos por ter em um impacto importante sobre as condições de bem-estar da população.

No pilar capital humano destacamos as prioridades do acesso ao ensino, e da sua eficiência, com particular atenção para mulheres e raparigas, do aumento dos níveis de cobertura dos serviços de saúde, criação de oportunidades iguais entre mulheres e homens, sem discriminação negativa ou positiva, e dando preferência à harmonia entre a evolução social e as tradições locais; a inclusão no sistema de Educação, a partir do nível primário, os temas da moral, da cultura do trabalho, e da responsabilização individual.

Em todas estas prioridades encontramos os objetivos-intenção com importante peso para a mulher rural, sejam eles melhorar e aumentar o acesso a cuidados de saúde, à água potável, promover e consolidar o espírito de autoestima dos cidadãos e potenciar o jovem moçambicano para a realização das suas potencialidades e capacidades criativas, empreendedoras e de espírito voluntarista.

No pilar do Desenvolvimento Económico encontramos o objetivo Desenvolvimento Rural o que nos faz pensar e observar na importância do desenvolvimento social no meio rural e do desenvolvimento económico em termos da melhoria da vida das famílias rurais, muitas chefiadas por mulheres, fortemente dependentes do desenvolvimento agrícola, por sua vez influenciador da redução da pobreza. Falamos de transformação social e económica e do bem-estar nas zonas rurais, da melhoria da condição de vida da mulher rural para inverter a pobreza rural.

Ora todos estes aspetos não têm vindo a ser intervencionados ou objetivados apenas a nível nacional, pelo Governo, ao longo do tempo. Há e houve sempre atores internacionais com que é necessário articular e harmonizar a ação muito direcionada para o meio rural, para o desenvolver, com foco numa ação sustentável, que fortaleça os intervenientes e o próprio meio, a cultura, a economia, o social e o local.

Esta é uma apresentação que nos permitiu tomar contacto com objetivos e intenções que têm objetivos subsequentes que visam criar um caminho evolutivo. Assim, o mais recente Plano de Ação – ainda anterior ao nosso período de estudo (2015- 2020) - o PARP 2011-2014 é a estratégia de médio prazo do Governo de Moçambique que operacionalizou o Programa Quinquenal do Governo 2010-2014 e que foca no objetivo de combate à pobreza e promoção da cultura de trabalho, com vista ao alcance do crescimento económico inclusivo e redução da pobreza e vulnerabilidade no País.

Tal instrumento de médio prazo, enquadra-se e alinha-se com a visão da Agenda 2025. A estrutura do Plano, face ao anterior, mostra-se diferente. No entanto, ancora-se nos mesmos elementos, o que nos permite alguma comparabilidade, nomeadamente a Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira, a promoção de emprego e o Desenvolvimento Humano e Social, que tem como pilares de apoio a Boa Governação<sup>51</sup> e a Macroeconomia.

---

<sup>51</sup> Interessante é notar que no Plano anterior o termo Boa Governação não foi introduzido e isto, por si, a nosso ver, já mostra alguma tomada de assunto no que corresponde à mudança que deve ocorrer.

Tomamos em conta o Desenvolvimento Humano e Social que assume um importante papel para os outros objetivos, seja ao nível de emprego, Educação, saúde, segurança alimentar, acesso à água, portanto ao bem-estar social e mesmo no desenvolvimento local. Referimos a Educação em termos do foco na mulher e nas raparigas, na expansão do acesso para os jovens e adultos aos programas de alfabetização e de habilidades para a vida, através da consolidação e harmonização das diferentes intervenções dos parceiros.

Este é um ponto importante já que é explícito em como a intervenção da Ajuda, da CD, se deve fazer na Educação, foca nas habilidades para a vida, Educação para o Desenvolvimento. Ainda, é interessante referir a menção ao envolvimento de parceiros dentro e fora do Estado, a expansão das oportunidades de formação profissional não formal e de curta duração e a criação dos Centros Comunitários de Desenvolvimento de Competências.

A qualidade e as possibilidades de formação profissional pública e privada no sector informal urbano e rural são também referidas na perspectiva de desenvolver programas de formação profissional focados na agricultura, agro-processamento e manutenção industrial, incluindo a atribuição de meios de trabalho para os mais carenciados entre os quais as mulheres (República de Moçambique, 2011). No objetivo Desenvolvimento Humano e Social encontramos a promoção da equidade no acesso aos cuidados de saúde privilegiando a saúde e nutrição da mulher, a promoção de actividades geradoras de rendimento com particular enfoque na mulher.

Anotamos a ‘presença’ da mulher na prioridade garantir o acesso aos recursos naturais. Este é um aspeto muito importante já que são muitas as reais barreiras a que a mulher moçambicana enfrenta para ter acesso à terra. Haver no Plano de Ação a menção à titulação de parcelas para as comunidades locais e agentes económicos, com especial atenção às mulheres, e ao objetivo de facilitar o acesso aos serviços financeiros nas zonas rurais, assegurando o maior alcance das mulheres enquanto produtoras e agentes económicos assim como promover e incentivar o desenvolvimento de iniciativas que adicionem valores aos recursos naturais, com especial atenção para aquelas que permitem maior participação da mulher, são marcas importantes do documento.

Notamos que em todos os objetivos e prioridades se encontra a referência à mulher, ainda que parca, e à Educação, mas em nenhum existe uma clara especificação que abrace a mulher do meio rural. Por forma a dar continuidade às observações e aferir se a mulher

moçambicana do meio rural é colocada em termos da aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para promover o DS por meio da EDS e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, por forma construir mudanças na sua vida e contribuir para redução da pobreza, passamos ao instrumento que tem relevo para o nosso período em estudo. Este percurso de apresentações conclui-se percebendo o enquadramento atual e onde têm origem os mais atuais objetivos de Governação.

### **3.1.2 Programa Quinquenal do Governo**

Entramos agora num outro período, 2015-2019 onde o PQG ganha espaço. Este Programa tem como objetivo central “melhorar as condições de vida do Povo Moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza e gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, segurança, harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os Moçambicanos” (República de Moçambique, 2019). Falamos de um Programa que se constitui como “o compromisso do Governo em focalizar a sua ação na busca de soluções aos desafios e obstáculos que entravam o desenvolvimento económico e social do País” (República de Moçambique, 2015).

Este Programa compôs-se de 5 prioridades de governação: a consolidação da unidade nacional, paz e soberania; desenvolver o capital humano; promover o emprego e melhorar a produtividade e a competitividade; desenvolvimento de infraestruturas económicas e sociais e assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais. Estas prioridades alicerçam-se em três pilares, dos quais o reforço da cooperação internacional nos é bastante caro e relevante para análise e estudo.

Um aspeto que encontramos na avaliação do Programa é que os conflitos político-militares, calamidades assim como outros fatores de ordem económica e financeira, “condicionaram o desempenho da ação governativa” (República de Moçambique, 2019, p. 7). O que se não encontra é que estes elementos figuram por conta das características danosas dos aspetos negativos da ação Governativa, concretamente os apontados por nós no primeiro capítulo e os que gradualmente vão sendo adicionados na ligação à Pobreza e ao DS e à própria mulher rural moçambicana, entre outros.

No primeiro objetivo - a *consolidação da unidade nacional, paz e soberania* – encontramos pouco mais do que uma listagem de cerimónias, comemorações e algumas ações de valorização do património artístico e cultural. Não ficamos indiferentes dado que são elementos-espelho do próprio Governo e da sua atuação num modo de fazer e tentar a ação emblemática. Sem que se retire importância e relevo ao que se fez, porque

há sempre muito mais a acontecer do que se vê ou se regista e os fenómenos micro por vezes são invisíveis e até, potencialmente, favoráveis a algum bom objetivo, tudo é muito daquilo que a elite governativa gosta de fazer e que dá muito movimento às Direções dos Ministérios e a outras Instituições ou órgãos em Moçambique: fazer-parecer.

Interessa-nos particularmente a prioridade *Desenvolvimento do Capital Social e Humano*. Sendo notável a intervenção ao nível do Ensino Superior, o reforço do efetivo escolar, o desenvolvimento do ensino técnico e de qualificações profissionais alinhadas com “as reais necessidades requeridas pelo mercado de trabalho” (p. 18) é na prioridade de melhorar a qualidade dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade materna, a mortalidade por desnutrição crónica, malária, tuberculose, HIV, que encontramos oportunidade de entrar na esfera da redução da pobreza da mulher rural.

Há uma melhoria nos serviços e cuidados de saúde, das unidades sanitárias, execução de medidas de saúde preventivas, mas não encontramos uma abordagem específica que nos coloque na distinção que mereceriam os grupos mais vulneráveis da sociedade e ao próprio espaço rural.

Relativamente ao objetivo aumento da *provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação*, encontram-se importantes referências em termos de urbanismo, construção de habitação e cedência de terra para construção, assim como “melhoria das condições de saneamento e do meio rural, foram construídas 266,288 latrinas melhoradas, beneficiando 1,331,440 pessoas (692,349 mulheres)” (p. 23) – única referência à mulher e ao meio rural.

Em termos do objetivo *promover a participação da juventude nas actividades socioculturais, desportivas e económicas* como mecanismo para massificar a prática regular da atividade física e desportiva e melhorar a qualidade da vida, saúde e bem-estar da população, encontram-se importantíssimas referências à formação e capacitação tais como agro-processamento, cozinha e bar, serralharia e eletricidade, com menção a serem “financiados 1,125 projetos de geração de rendimentos juvenis nas áreas de Turismo, fabrico de blocos, refrigeração, agricultura, agropecuária, carpintaria, serralharia, corte e costura, informática, sapataria, pesca e comércio beneficiando 5,352 jovens” (p. 24), formação de “59,904 jovens em matéria de liderança, gestão associativa, gestão de projeto, educação financeira, recursos naturais nas áreas de carvão mineral, gás e petróleo” assim como capacitação de “605,874 cidadãos, criando condições para melhorar a sua expressão e empregabilidade, com especial destaque para os jovens”.

No Objetivo Estratégico *promoção da igualdade e equidade de género* nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a proteção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade, encontramos importantes referências tais como a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica e da Estratégia de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros. Em nossa leitura contributos para melhorar as intervenções direcionadas ao atendimento dos grupos populacionais vulneráveis e incidir nos casamentos prematuros, no apoio a mulheres vítimas de violência e no atendimento a crianças e agregados familiares com benefícios para melhorar o seu nível de sustento.

Na prioridade *promover o emprego e melhorar a produtividade e a competitividade*, no objetivo aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas, refere-se o aumento do número de produtores agrários, da disponibilidade de sementes e da produção agrária com referência para os cereais, ações para a promoção do aumento da produtividade e aumento da produção e comercialização das culturas de rendimento.

Sobre este último aspeto encontramos o contributo para a melhoria da vida dos produtores nomeadamente uma melhor dieta alimentar, habitação e educação dos filhos:

Durante os quatros anos, foram ainda financiados 42 produtores no valor de 51 milhões de meticais, nas Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Zambézia, Nampula e Niassa, o que permitiu aumentar o acesso dos produtores aos serviços financeiros bonificados, o aumento da produção e da renda familiar, bem como a redução da importação de frangos e a redução do défice de hortícolas (República de Moçambique, 2019, p. 29).

Posto isto, são várias as concretizações que, em termos de emprego, têm o potencial de dinamizar positivamente melhores condições de vida:

Resultante de esforços do Governo e do sector privado, 1,415,141 novos empregos foram criados (com incidência na Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, Construção e Comércio por Grosso e a Retalho) dos quais 495.299 preenchidos por mulheres. O resultado alcançado no período

em referência corresponde 95,38% da meta traçada para o quinquénio  
(*ibidem*, p. 38).

Na prioridade quatro, *desenvolvimento de infraestruturas económicas e sociais*, encontramos objetivos que têm em consideração desenvolvimento das actividades socioeconómicas, o consumo doméstico a partir da disponibilidade e acesso à energia elétrica; melhoria e expansão da rede das estradas e pontes, vitais para o desenvolvimento socioeconómico; construção e expansão de infraestruturas de saneamento e, especialmente para o trabalho em curso, expansão da rede de infraestruturas sociais, da Administração Pública e justiça e de formação profissional.

Posto tudo isto, interpretamos que nos objetivos são delineadas importantes ações para a melhoria das condições de vida da população. Especificamente, na nossa mulher rural, concluímos que em termos de objetivos visualiza-se a criação de condições estruturais que são importantes desde educação, saúde, infraestruturas, alimentação, trabalho, entre outras. No entanto, apesar de ser evidenciável que os resultados e os contributos para a vida das comunidades são sempre possíveis, apesar de existir um potencial de fazer refletir a ação na vida da mulher, seja em termos da saúde – medicamentos e vacinas bem conservados nas unidades sanitárias de vido à eletrificação, apenas um exemplo – ou de acesso à educação – escolas com eletricidade permitem aulas à noite - ou segurança – vias públicas iluminadas – assim como muitos outros resultados, muito poucas vezes existe uma menção à mulher rural e às comunidades anotando-se assim um pensamento de construção ainda muito fora daquele que representa a maior área habitada por mulheres, a área do meio rural.

Para o nosso estudo encontramos importantes referências como a criação de centros de atendimento à mulher tais como a “construção do Centro de Emprego de Búzi e do bloco de agro-processamento do Centro de Formação Profissional de Malema” (República de Moçambique, 2019, p. 56) e a melhoria das condições de ensino-aprendizagem tendo sido “construídas, reabilitadas e apetrechadas 24 Instituições do Ensino Técnico Profissional” (p. 58). Também encontramos resultados ligados a serviços de saúde especializados, prestados pelos grandes hospitais, às comunidades que favorecem a “redução das distâncias e dos custos de acesso a estes serviços pela população” (p. 57).

Na última prioridade, *assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente*, importa-nos a regularização de “614.096 parcelas de ocupantes de boa-fé e registadas no Sistema de Gestão de Informação de Terras em 10 Províncias (Maputo,

Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa) (p. 64) importantíssimo no uso e direito de posse de terra e outros recursos naturais às comunidades e pela própria mulher rural, tendo sido “delimitadas 1.400 comunidades” (República de Moçambique, 2019, p. 57). Aqui enquadra-se importante a referência aos esforços para “alargar as oportunidades de diálogo entre o Governo, a sociedade civil, sector privado e outros atores para a consolidação e aperfeiçoamento do quadro regulador da política e legislação de terras que contou com a participação de 1303 mulheres e 130 homens” (*ibidem*).

Nesta prioridade tem peso a capacitação de funcionários da Administração Pública e temos a referir “58 Administradores Distritais, 19 Presidentes Municipais e 185 técnicos das Administrações Distritais e Município” (República de Moçambique, 2019, p. 66) que tiveram acesso a conhecimentos em boas práticas ambientais e ordenamento do território. Lembramos a importância, referida, da capacitação dos agentes do Estado, da influência que constitui um agente formado e capacidade não apenas no meio local, mas como se replica essa formação e informação em termos de Governança, do micro para o macro espaço nacional.

Em termos de impacto na vida da mulher é de anotar a “produção e distribuição dos fogões melhorados [...] junto das comunidades beneficiárias, visando contribuir para a redução do consumo dos combustíveis lenhosos e criar mecanismos de desenvolvimento de mercados locais e transferência de conhecimentos” (p. 69).

Nos objetivos estratégicos *promover estudos e investigação visando a redução de risco de calamidades adaptação as mudanças climáticas e reduzir a vulnerabilidade das comunidades, da economia e infraestruturas aos riscos climáticos e às calamidades naturais e antropogénicas*, é de destacar a “capacitação de 10.423 pessoas, através de palestras [...] (que contemplou) “1.285 famílias em actividades para geração de renda no âmbito protecção e sensibilização das comunidades, sector privado, OSC localizadas em áreas de elevado risco climático e de desastres naturais” (p. 70).

Ainda, outros exemplos, retirados do mesmo documento de avaliação, como a “criação de 662 Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades nas comunidades mais vulneráveis de um total de 1085 planificados” (p. 70), a “promoção do empoderamento das comunidades vulneráveis e lideranças locais sobre as medidas de adaptação à seca, cheias, ciclones e sismos através de capacitação de 6124 pessoas” (p. 70), a “construção de 67 sistemas de captação de águas pluviais, 4 bebedouros para animais, 4 tanques piscícolas, 120 celeiros melhorados do tipo Gorongosa, 1 represa; e abertura de 17 furos

de água e reabilitação de 41 hectares de mangal (p. 71), criação de “534 Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades nas comunidades mais vulneráveis [...] e capacitação de 830 pessoas entre lideranças locais, membros das comunidades e técnicos em matérias de gestão de risco de desastres” (p. 71).

Para dar base a toda esta descrição deve ser referido que a materialização do objetivo central deste Plano Quinquenal<sup>52</sup>, assim como dos objetivos estratégicos de cada prioridade, encontra sustento em políticas e no reforço do quadro legal nas diversas áreas de desenvolvimento; pelos investidores estrangeiros e empresariado nacional; por um quadro macroeconómico robusto e, de nosso interesse, por “uma cooperação internacional que reforce e estimule a integração económica” (República de Moçambique, 2015, p. 6-7). Anotamos que as intervenções em cada prioridade se alicerçam nos resultados da ação de três Pilares de suporte: “Consolidar o Estado de Direito Democrático, Boa Governação e Descentralização; promover um Ambiente Macro-económico Equilibrado e Sustentável; (e) Reforçar a Cooperação Internacional” (*ibidem*), estes importantes e estruturante do nosso estudo.

Por ser a CD nosso objeto de estudo e a mulher rural moçambicana o nosso sujeito, daremos seguimento à apresentação do Plano e dos resultados com a Política de Cooperação Internacional e com a Política de Género e Estratégia da sua Implementação. No entanto, importa ainda ressaltar que, em termos de Cooperação internacional a análise aos resultados se foca essencialmente em eventos, cimeiras, protocolos e acordos. Não deixa de ser interessante anotar aquilo em que o país é muito bom, em viajar e participar: “Em relação às Conferências Ministeriais, Comissões Mistas, Diálogos Políticos, Consultas Políticas, Reuniões Técnicas e outras, estava prevista uma meta de 353 de realização e Moçambique tomou parte de 788 eventos, o que corresponde a um grau de realização de 278%.” (República de Moçambique, 2019, p. 84).

No objetivo reforçar a Cooperação Multilateral, referem-se financiamentos e a implementação de programas ligados à prevenção e combate à violência contra as mulheres e raparigas, assim como a parceria global para a educação. Em termos dos resultados dos acordos, protocolos e compromissos firmados, com referência à mulher,

---

<sup>52</sup> Relembramos o objetivo: melhorar as condições de vida do Povo Moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza e gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, segurança, harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os Moçambicanos.

explicita e diretamente encontra-se: “reafirmada a validade e actualidade da Declaração e Plano de Beijing sobre o empoderamento da mulher e da rapariga” (*ibidem*, p. 87).

Daqui fazemos, então, a necessária passagem pelo instrumento que o Governo aprovou através da Resolução nº 19/2007, de 15 de maio, do Conselho de Ministros, a Política de Género e Estratégia da sua Implementação, sem deixar de introduzir o Plano Nacional para o Avanço da Mulher.

### **3.1.3 Política de Género e Estratégia da sua Implementação**

A Política de Género e Estratégia da sua Implementação estabelece linhas de orientação com vista a permitir a tomada de decisões e identificação de ações para a elevação do estatuto da mulher e da igualdade de género, sobretudo objetiva incorporar a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher nos instrumentos de Governação (PNAM, 2019). Anotamos que a responsabilidade da sua implementação é coordenada pelo Ministério do Género, Criança e Ação Social, mas partilhada por todos os atores da sociedade. Ainda, o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher (CNAM) e os Conselhos Provinciais (CPAM) e Conselhos Provinciais Distritais (CDAM) têm a importante função de coordenar a execução da Política.

Após 10 anos de vigência da Política a avaliação revelou avanços: “a reforma da legislação sobre os direitos da mulher, o incremento do ingresso e retenção da rapariga na escola, a melhoria do acesso à saúde e o atendimento às vítimas da violência baseada no género” (Governo de Moçambique, 2018, p. 2) apesar de ainda persistirem “desafios no empoderamento económico das mulheres, no que se refere a formação, acesso aos meios produtivos e ao financiamento” (*ibidem*), assim como se anota a importância do “conservadorismo nas políticas e nos sistemas de valores, que limita os direitos das mulheres e diminui o espaço da sua participação” (p. 3).

Ora, focando-se o objetivo da investigação na melhoria das condições de vida da mulher rural moçambicana como resultado das ações de Educação promovidas pela CID, a noção-consciência de que existe um percurso a fazer em termos de políticas e sistemas de valores constitui para este trabalho um importante elo de ligação ao que serão os resultados deste trabalho da mesma forma que permite alicerçar aqui o nosso objetivo de estudo.

Anotamos que esta “Política de Género foi baseada na avaliação feita sobre os resultados atingidos na primeira Política de Género, operacionalizada pelos sucessivos Planos

Nacionais de Ação para o Avanço da Mulher” (*ibidem*). A consciência da transversalidade dos direitos e “a maior sensibilidade às questões de género é também resultado da influência do trabalho persistente da sociedade civil e das contribuições dos parceiros de cooperação internacional” (*ibidem*). É nas práticas nocivas que violam os direitos das mulheres e raparigas, na igualdade de direitos e de oportunidades para raparigas e mulheres no acesso à Educação, a um rendimento, a recursos produtivos e no acesso à saúde sexual e reprodutiva que a Estratégia de género tem parte do seu enfoque.

A Estratégia é particularmente interessante porque *refere explicitamente acções que concorrem para a eliminação de todas as formas de violência baseada no género*, em particular contra as mulheres e raparigas, nas esferas públicas e privadas, numa parceria entre o Governo, parceiros de cooperação, sector privado e a sociedade civil. Cria como pilar de apoio, assim o entendemos, o incentivo aos contributos dos órgãos de comunicação social para a transformação de mentalidades e também alargar o acesso às tecnologias de informação e comunicação entre as mulheres e raparigas.

Apesar dos 9 eixos da Estratégia<sup>53</sup> concorrerem para o empoderamento da mulher através das questões de género, focamos no **eixo 3 - Educação e formação**. Este toca maioritariamente na Educação formal, defende a aquisição de conhecimentos da rapariga em ciências e tecnologias, o alinhamento dos currículos escolares com os assuntos do foro doméstico; refere acções para eliminar a violência baseada no género nas escolas, o desenvolvimento de competências para a comunicação e tomada de decisão, sobretudo nas raparigas vulneráveis. Ainda, assegurar o acesso, a retenção e a conclusão com sucesso das mulheres (e homens) em todos os níveis de ensino.

Ora, apesar de todos estes aspetos terem uma amplitude não descrita na Estratégia, já que a concretização de cada um deles na mulher, individual e coletivamente, a empodera, existem lacunas na referência à importância e papel da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, onde cabe a Educação não formal. Somos da opinião que este eixo 3 deveria ser estruturante dos outros oito eixos, ou seja, constituir-se como um

---

<sup>53</sup> Eixo 1: Legislação; Eixo 2: Governação; Eixo 3: Educação e formação; Eixo 4: Saúde sexual e reprodutiva e direitos reprodutivos; Eixo 5: Recursos produtivos e emprego; Eixo 6: Violência baseada no género; Eixo 7: Mediação de conflitos e consolidação da paz; Eixo 8: Meios de comunicação social e tecnologias de informação; Eixo 9: Meio ambiente e mudanças climáticas (Governo de Moçambique, 2018, p. 7)

eixo transversal. Não enquanto eixo setorial, mas enquanto conceito que dá suporte e que é gerador de mudança.

Exemplificamos com o Eixo 1, no reforço da legislação para assegurar que os direitos “não são violados ou anulados por quaisquer disposições, práticas culturais que afetam mulheres” (Governo de Moçambique, 2018, p. 7) e na aplicação das políticas públicas que visam “eliminar práticas sociais e culturais prejudiciais ao exercício dos direitos humanos das mulheres” tem lugar o eixo 3 (*ibidem*). Do mesmo modo, no âmbito da Igualdade de Acesso à Justiça e no âmbito dos Direitos da Família, onde cabem os casamentos prematuros e o respeito pela instituição família e direitos de homens e mulheres, cabem e existem um conjunto de práticas de carácter educativo para corporizar a existência desta legislação no meio rural.

O mesmo dizemos sobre o eixo da Governança – Eixo 2 - no seu potencial de transversalidade, de assegurar a capacitação das mulheres para uma participação efetiva, a capacitação em matéria de género para todos os governantes homens e mulheres assim como ações para elevar o papel e responsabilidade dos homens no avanço da equidade de género nos diferentes sectores, órgãos e níveis de governação que requerem a ação da Educação.

Nos eixos saúde e direitos sexuais e reprodutivos e Violência Baseada no Género encontramos – Eixos 4 e 6, respetivamente - a presença da legislação, de políticas, programas e estratégias para melhorar a prestação de cuidados de saúde de qualidade, garantir o gozo da saúde sexual e reprodutiva assim como prevenir, eliminar e transformar práticas sociais e culturais que legitimam e toleram a violência baseado no género.

Tomam assento a aquisição de conhecimentos - Educação - para a tomada de decisões responsáveis sobre a saúde, sexualidade e reprodução, abortos inseguros para transformar as atitudes preconceituosas em relação a fístulas, infertilidade e outras condições de cariz reprodutivo. Todos estes aspetos se encontram no terreno e nos documentos dos projetos, e com evidências no estudo exploratório. Resultando da atuação dos parceiros de Cooperação e de OSC, constitui um vislumbre de que a Cooperação atua nas áreas que residem nesta Estratégia de Género, tal como consta das Política de Cooperação do país.

Sobre os recursos produtivos e emprego – Eixo 5 - em termos empoderamento económico e de acesso ao emprego, considera-se a titularidade da terra pelas mulheres, a participação efetiva das mulheres nos órgãos de tomada de decisões, as mudanças de atitudes tendentes

a promover a responsabilidade partilhada dentro do lar, o estímulo de mecanismos que aumentem a empregabilidade das mulheres, o apoio ao empreendedorismo das mulheres, a promoção dos direitos das trabalhadoras e capacitação sobre género e emprego, a mediação de conflitos e consolidação da paz, as medidas e programas de prevenção de conflitos que utilizam a perspectiva de género, incluindo Educação em não- violência para homens e rapazes em diferentes níveis e sectores.

O Eixo 8 - Meios de comunicação social e tecnologias de informação - interessantemente destaca os meios de comunicação social ainda que não no seu potencial enquanto instrumento educativo. Além de ser alusivo à liberdade de expressão e à participação da mulher, destacamos a formação (o acesso e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação) pelas mulheres e raparigas nas regiões rurais. Ora este ponto é a única referência ao meio rural.

Apesar de nenhuma das linhas de orientação dos outros eixos serem impeditivas ou limitativas de atuar no meio rural, representando este cerca de 70% da área do país, é significativa a ausência da referência a esta específica atuação. Mais, deveria a nosso ver este eixo ser parte integrante do eixo 3 não só por lhe dar maior abrangência como o dotaria de uma mais ampla perspectiva de atuação.

De igual interesse no Eixo 9 - Meio ambiente e mudanças climáticas - é a formação e a capacitação ambiental. Refere a Estratégia assegurar a equidade de género, o empoderamento da mulher e das comunidades locais, através atividades para uso sustentável e racional dos recursos naturais.

A Estratégia é ausente na afirmação da retroalimentação que cada um destes eixos exerce no todo. Sobretudo, ausente na multidimensionalidade que cada ação concertada tem o potencial de exercer no empoderamento e melhoria da condição de vida da mulher. Nem há um alinhamento com os ODS. A própria estrutura dos eixos não a encontramos consentânea com aquela Agenda.

Tem importância referir que a implementação da Política de Género e Estratégia da sua Implementação, requer recursos financeiros, materiais e humanos adequados, o compromisso das lideranças, mecanismos institucionais, instrumentos de planificação e monitoria integrados nos sistemas existentes. Se a Estratégia é coordenada pelo sector que superintende a área de género e operacionalizada pelas entidades governamentais, da sociedade civil, do sector privado e dos parceiros de cooperação (Governo de

Moçambique, 2018, p. 12) deve partir desse setor a ação coordenada e concertada para a que a Estratégia se faça refletir no dia-a-dia da mulher rural moçambicana.

Observamos ainda a referência a uma responsabilidade partilhada já que a implementação da Estratégia “requer uma forte ligação intersectorial e interdisciplinar, envolvendo e responsabilizando vários intervenientes” (*ibidem*, p. 13)<sup>54</sup>. Temos ainda a acrescentar que é operacionalizada pelo PNAM que, por sua vez orienta planos e estratégias setoriais completos por integrarem a dimensão género. Esclarecemos que o PNAM 2010-2014 foi seguido pelo PNAM 2018-2024, aquele em que nos debruçaremos doravante.

### **3.1.4 Plano Nacional para o Avanço da Mulher**

No propósito da ação concertada e coordenada não queremos deixar de introduzir que o PNAM (2019) no âmbito da Promoção dos Direitos e Empoderamento da Mulher no país, nas suas oito Áreas de Intervenção<sup>55</sup>, tem uma abordagem transversal da dimensão de género e assume-se como um instrumento de coordenação intersectorial, para o Empoderamento da Mulher e a Igualdade de Género, e vai beber dos resultados do apresentado PQG 2015 – 2019 e, de relevo para o nosso trabalho, dos ODS<sup>56</sup>, segundo o próprio Plano.

Apesar de o Plano 2010-2014 ter o objetivo de garantir a participação e o acesso aos direitos e oportunidades iguais entre mulheres e homens e assegurar que todos os cidadãos contribuam para o DS e para a redução da pobreza muito havia por fazer à data do novo Plano. Devem ser mencionados os progressos apontados no aumento da cobertura de partos institucionais, no acesso e retenção da rapariga na escola, com a criação de postos de trabalho para mulheres e sua formação em gestão de pequenos negócios e outras áreas, da criação de Conselhos Distritais para o Avanço da Mulher e de Centros de Atendimento Integrado às mulheres vítimas de violência a nível do País, disseminação de mensagens e dos instrumentos legais sobre os direitos da Mulher, Prevenção e Combate à Violência.

---

<sup>54</sup> Governo; Instituições do Estado; Instituições de Pesquisa; Sector Empresarial (Público e Privado); Órgãos de comunicação social; Organizações políticas, religiosas e comunitárias; Organizações Não-Governamentais; Organizações Internacionais (Governo de Moçambique, 2018, p. 13)

<sup>55</sup>(1) Mulher, Paz e Segurança; (2) Mulher, Saúde, Água e Saneamento; (3) Mulher, Educação e Formação Profissional; (4) Empoderamento Económico da Mulher; (5) Mulher, Energia e Tecnologias de Comunicação e Informação; (6) Mulher na Comunicação Social; (7) Mulher, Ambiente e Mudanças Climáticas e (8) Mecanismos Institucionais de Género.

<sup>56</sup> Anotamos também os planos e estratégias setoriais e a Agenda 2063 da União Africana assim como o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento.

Contudo, os desafios, que persistem, constroem o objetivo central deste recente Plano, o de promover a emancipação e o empoderamento da mulher e a sua participação nas esferas económica, social e política do País tocando os objetivos estratégicos dos direitos fundamentais da mulher desde a dignidade, participação, saúde, empoderamento, educação, equidade no acesso a recursos produtivos, acesso a fontes de energia assim como no que toca aos aspetos institucionais e dos diversos atores, nomeadamente no fortalecimento das instituições para a integração da perspectiva de género a todos os níveis e do reforço da coordenação e articulação entre os diferentes atores na área de Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher.

Quadro 3.1 – Áreas de Intervenção e Objetivos Estratégicos do Pnam 2019-2024

Área de Intervenção		Objetivo Estratégico
AI 1	Mulher, Paz e Segurança	o direito da Mulher de viver livre de discriminação, com dignidade, integridade e segurança
AI 2	Mulher Saúde, Água e Saneamento	o direito da Mulher à saúde, incluindo a Saúde Sexual e Reprodutiva participação e a liderança da Mulher, para melhorar a gestão da água, do saneamento e higiene
AI 3	Mulher, Educação e Formação Profissional	igualdade de acesso a educação para homens e mulheres a todos os níveis e formação profissional
AI 4	Empoderamento Económico da Mulher	acesso equitativo das mulheres aos recursos produtivos e produtividade, habitação e ao emprego formal
AI 5	Mulher, Energia e Tecnologias de Comunicação e Informação	acesso da Mulher às fontes de energia, transportes e Tecnologias de Comunicação e Informação
AI 6	Mulher na Comunicação Social	sensibilidade dos órgãos de comunicação social para as questões de género e a participação da Mulher na tomada de decisão nos meios de comunicação social
AI 7	Mulher, Ambiente e Mudanças Climáticas	perspectiva de Género nos processos de resposta aos desastres naturais e reassentamento
AI 8	Mecanismos Institucionais de Género	perspectiva de género nas Políticas, Estratégias, Planos e Orçamentos Nacionais

**Fonte:** Elaboração própria com base no Pnam 2019-2024

Focamos na Área de Intervenção (AI) 3 - Mulher, Educação e Formação Profissional, deveria ser estruturante das demais, à semelhança dos Eixos da Política de Género e Estratégia da sua Implementação, vista como transversal às restantes já que o nosso conceito de Educação, e a própria EDS, abarca aquisição de conhecimento relativa às demais áreas. Analisamos que os objetivos e as ações que descrevem a AI referida são limitados e vistos numa perspetiva limitadora pois seria vantajoso integrar ações educativas, tais como formação de extensionistas do sexo feminino, capacitação de mulheres sobre acesso ao crédito e desenvolvimento de negócios, de liderança e gestão associativa, da formação de mulheres sobre as TIC nos Centros Multimédias Comunitários, programas de educação e divulgação ambiental, capacitação de quadros dos sectores para a utilização do código de género. Ainda, poderia constar evidência de que as ações educativas das outras AI concorrem para os objetivos e fins comuns.

Vemos que apesar de claros, os indicadores e as próprias ações não refletem algumas especificidades da realidade e do espaço social local, não são apresentados um resultado e uma medida que nos leve à mulher rural moçambicana e que demonstre ser uma ação que resultou das prioridades da mulher, de necessidades por elas manifestadas. No entanto, todos têm, de certo, um contributo a este nível, mas há ausência de explicitação. Anota-se ainda que alguns indicadores têm inscritas metas apenas para 2018 e 2019, sendo ausentes nos anos seguintes. Tal fenómeno é incompreensível pois não se esgotam naqueles anos as necessidades de um país com uma realidade de pobreza rural tão vasta, no espaço e no tempo. Não há um direcionamento para a profunda realidade, continuando-se a viver uma realidade Ministerial de construção de documentos que não colocam o Estado-ator no centro do que é necessário. Observamos um plano com fraquezas que espelham a própria realidade de consciência.

Pela análise que fizemos e conteúdos que apresentamos, identificamos ser oportuna a referência ao PEE 2012-2016 e à Estratégia de Género do Setor de Educação e Desenvolvimento Humano. São elementos, e instrumentos, que nos ajudam num mais completo enquadramento, visão e posicionamento do Governo em relação à Educação e seu papel assim como a forma como a direcionam, nestes instrumentos, para a melhoria das condições de vida da mulher rural moçambicana.

### **3.1.5 Plano Estratégico da Educação 2012-2016**

Sem querer deixar de notar importante todo um trabalho que o antecipa e que dele resulta serve-nos para perceber a evolução e o caminho que o país trilhou, ou tentou preparar, em termos de política direcionada à mulher rural através da Educação. Este Plano respeita fundamentalmente ao setor formal da Educação, mas dele queremos retirar todo um enquadramento que diz respeito a esta questão em particular.

Apesar de não ser nossa intenção falar do sistema educativo é relevante anotar que a lei do Sistema Nacional de Educação (SNE), de 1992, define o Sistema Educativo em 3 subsistemas: ensino pré-escolar, ensino escolar e ensino extraescolar. A Lei 6/92 considera o Ensino de Adultos como uma das modalidades. O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) é responsável pela elaboração das políticas nacionais e pelo seu acompanhamento e monitoria, assegurando a coerência contínua com as grandes prioridades e os objetivos do Governo. Ao nível das Províncias existem

Direções Provinciais de Educação e Cultura (DPEC) e dos distritos os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT).

Esta referência é introduzida no sentido de apresentar onde as políticas e estratégias são trabalhadas, implementadas, para cruzar a vida da mulher rural. Também onde a CD se desenvolve, com parceiros internacionais, criando diálogo entre Ministérios e tais atores, no qual a participação da sociedade civil é cada vez mais forte. Há um envolvimento da sociedade civil e do sector privado, das organizações não-governamentais e dos governos locais, fundamentalmente num Sistema de Ensino para tentar combater a pobreza.

Os objetivos principais do sector da educação para o período 2012-2016 foram os de assegurar a inclusão e equidade no acesso e retenção na escola, melhorar a aprendizagem dos alunos e garantir uma boa governação do sistema (MINED, 2012, p. 5). Daqui damos especial importância à necessidade identificada pelo Governo de ter uma “visão holística do desenvolvimento do sistema educativo enquanto chave para assegurar a aquisição de competências e habilidades avançadas e especializadas para sustentar e impulsionar o actual desenvolvimento do País.” (*ibidem*).

O Plano integra a expansão dos programas de alfabetização e educação não formais “concentrados na aquisição de habilidades para a vida, que deverá contribuir para a redução do analfabetismo, e ao mesmo tempo, reforçando a capacidade dos alfabetizados de intervirem ativamente no percurso da sua vida pessoal e da sua família” (*ibidem*). Estes são aspetos importantíssimos já que abrem espaço à integração das intervenções sejam de saúde e de género.

Em termos de Governação este é um aspeto que pode significar muito, isto é, a partir de planos nacionais de desenvolvimento e da sua operacionalização, é possível “educar os cidadãos a desenvolver a autoestima e o espírito patriótico, ou seja, a formar pessoas capazes de intervir activamente no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento económico, social, político e cultural do país” (MINED, 2012, p. 9). Dizer isto significa que os instrumentos políticos, estratégicos e operacionais podem e devem interagir de forma positiva numa articulação do Governo onde entram, naturalmente, os Planos Estratégicos Setoriais, que devem responder a tais instrumentos.

Supõe-se a criação de oportunidades no contexto da educação não-formal, fora do Sistema de Ensino, para melhor preparar a população para “tomar conta do seu próprio desenvolvimento e da sua família, e se envolver em atividades no sector informal”

(MINED, 2012, p. 34). Só não podemos esquecer que as distâncias nas zonas rurais, as populações dispersas, “as condições económicas das famílias para suportar os custos directos e/ou indirectos da educação, a falta de condições para atender crianças com necessidades educativas especiais, aspectos culturais, precariedade das condições das escolas” (*ibidem*) são limitações à inclusão, à implementação de políticas e estratégias e, até à boa Governação.

Nesta última referência não podemos deixar de anotar que este Plano se regeu por princípios como a garantia dos direitos humanos das crianças, jovens e adultos; transparência dos atos governativos e a oportunidade para os cidadãos influenciarem as decisões políticas, a gestão e monitoria da sua implementação. Como a Governação é um aspeto de importante referência no nosso trabalho e como temos vindo a questionar aspetos como aqueles que acabamos de referenciar, não deixa de nos ser caro tecer a crítica da sua menção no Plano face ao que fomos apontando em termos do que possa contrariar a característica da (boa) Governação. Podemos até falar de padrões educativos, na moral e na ética, mesmo em termos Institucionais, que se reflete na responsabilização e na formulação de planos e execução de ações.

Da mesma forma que a escola<sup>57</sup> tem um importante papel na vida da comunidade, este Plano e o que se lhe segue, tem/teria o dever de assegurar tantas medidas e ações educativas não formais que contribuíssem para a melhoria das condições de vida, com forte enfoque na mulher por todas as razões apontadas e as que viermos ainda a acrescentar. Em termos de responsabilidade para este fim-objetivo lembramos a posição dos parceiros de Cooperação, das instituições governamentais e não-governamentais, bem como com as próprias famílias e comunidades.

Tomamos ainda contato neste Plano com a referência à mulher e rapariga, concretamente no seu Programa Setorial Alfabetização e Educação para os Adultos (PSAEA). Apesar de nesta fase e trabalho não fazemos uma ligação aos ODS “o Governo considera a alfabetização um direito humano dos cidadãos e uma estratégia crucial no combate à

---

<sup>57</sup> A escola tem um papel importante para melhorar a saúde da comunidade escolar, da comunidade circunvizinha, cabendo aos alunos e aos professores o papel de agentes multiplicadores de mensagens sobre a saúde. Um ambiente escolar saudável e seguro inclui muitos aspectos: acesso a água potável e saneamento, acesso a uma alimentação equilibrada, espaço para o exercício físico, os conhecimentos sobre como evitar DTS, HIV e SIDA e outras doenças como a diarreia, a malária, como evitar os perigos do álcool e das drogas, como lidar com o abuso sexual e a violência, como prevenir acidentes e desastres naturais, entre outros. (MINED, 2012, p. 44).

pobreza [...] um processo que estimula a participação nas actividades sociais, políticas e económicas, permitindo uma educação permanente e contínua” (MINED, 2012, p. 69). Apesar desta ligação partir da alfabetização é de notar que adquirir competências de leitura, escrita e cálculo objetiva “resolver problemas do dia-a-dia e a desenvolver habilidades para a vida nas áreas relevantes para o contexto do indivíduo ou da sua família (áreas de agricultura, gestão de pequenos negócios, saúde, educação parental, entre outras)” (*ibidem*, p. 70).

Antes de entrar nos anos que mais nos interessam destacamos a intenção-consciência de desenvolver *comportamentos e atitudes socialmente positivas* o que implica uma “maior atenção aos programas de educação não formal (ou formação profissional) e habilidades para a vida e empoderamento” (MINED, 2012, p. 70).

Olhámos para o Plano Estratégico do Setor da Educação, de forma geral e por tal, não podemos deixar de integrar nesta nossa exposição de instrumentos que o Sector da Educação e Desenvolvimento Humano elaborou e aprovou a Estratégia de Género do Setor de Educação e Desenvolvimento Humano (EGSEDH) para o período 2016-2020, que adiante apresentamos tecendo a crítica oportuna face ao nosso objetivo de investigação.

### **3.1.6 Estratégia de Género do Setor de Educação e Desenvolvimento Humano 2016-2020**

Sob o moto da “equidade e igualdade de género na Educação, rumo ao Desenvolvimento Humano Integral e Sustentável” (MINED, 2016), a EGSEDH para o período 2016-2020 encontra forte justificação em não se terem alcançado todas as metas definidas na Estratégias de 2011-2015. Assim, o seu objetivo fundamental é promover a “igualdade de direitos e oportunidades tanto para crianças, jovens e adultos de ambos os sexos no acesso à educação de qualidade e os seus benefícios, garantindo um desenvolvimento humano integral e sustentável com um horizonte para a transformação cultural, social e económica” (MINED, 2016, p. 2) e, muito especificamente, construir uma ligação entre género, educação e desenvolvimento humano.

Neste contexto tem de ser referido que “alcançar a Justiça de Género no sector de Educação e Desenvolvimento Humano é um caminho para assegurar progressos na luta por uma sociedade mais inclusiva com valores, atitudes e comportamentos, garantindo assim maior dignidade humana” (*ibidem*, p. vi). O Plano de Acção e Orçamento da

EGSEDH 2016 -2020 tem três grandes enfoques<sup>58</sup>: a inclusão, equidade e igualdade, a aprendizagem dos estudantes de ambos os sexos e a boa Governança.

Estes enfoques têm em conta os valores, comportamentos, práticas, ideias e as convenções que ditam a maneira como a maioria das pessoas, organizações, comunidades e sociedades funcionam por forma criar mudanças positivas segundo a Estratégia, através de um discurso centrado nas mulheres, que destaque os seus valores e direitos, colocando-as em primeiro plano e fazendo valer que “a evolução da equidade para a igualdade de género no sector de educação deve focalizar-se na solução das necessidades práticas de mulheres e homens de modo a desafiar e mudar as normas sociais, as práticas institucionais e as relações de poder” (*ibidem*, p. 25). Na própria Estratégia destacam-se os ODS4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos – e o ODS5 - alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas.

Em todos estes pontos da Estratégia alicerçam-se princípios e valores dos quais destacamos a promoção da boa Governança – assegurar a proteção dos direitos humanos e da mulher, o princípio da Igualdade de Género – referente ao usufruto dos direitos, oportunidades, benefícios e contribuições, o princípio da Equidade de Género – justiça e tratamento igual para todos, em igualdade de condições para todas as pessoas e comunidades em função das suas necessidades e dificuldades, o princípio da Justiça Social – a educação a contribuir para equilibrar as relações de poder injustas, a Cooperação – reunir esforços para que todos deem o seu contributo para um fim conjunto consensualizado, a solidariedade – partilhar dificuldades e encontrar respostas possíveis, a participação – influenciar processos de tomada de decisão, nos diferentes níveis, sendo os cidadãos atores do seu próprio desenvolvimento havendo uma cidadania ativa, liberdade de expressão, de decisão e influência sobre o que determina a vida coletiva

---

<sup>58</sup> Inclusão, equidade e igualdade - Assegurar o acesso, a retenção e a conclusão com sucesso em todos os níveis de ensino, diminuindo o fosso de género, incrementando um ambiente saudável e seguro, estabelecendo cotas de 50% para mulheres e raparigas em outros subsistemas para além do subsistema de formação de professores primários; Aprendizagem dos estudantes de ambos os sexos - aumentar a capacidade de rapazes e raparigas de desafiarem as relações de género desiguais, questionando os estereótipos e atitudes que geram a desigualdade; e Boa governança- reforçar a capacidade técnica, financeira e organizacional, assegurando a transversalidade do tratamento de assuntos de equidade e igualdade de género, de uma forma eficaz, assegurando a garantia dos direitos humanos. (MINED, 2016, p. x)

assim como a coerência – sobretudo no que se entende por Educação e por Desenvolvimento.

Visto onde atua a Estratégia até 2019 parece oportuno apresentar o Plano Estratégico da Educação 2020-2029 (MINED, 2020), que tem como objetivos garantir a inclusão e a equidade no acesso, participação e retenção; assegurar a qualidade da aprendizagem e assegurar a governação transparente, participativa, eficiente e eficaz. Portanto, um contributo para “cidadãos com conhecimentos, habilidades, valores culturais, morais e cívicos capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade coesa e adaptada ao mundo em constante transformação” (*ibidem*, p. 35) conforme descrito na visão. Por dar seguimento à nossa análise e, por ainda se enquadrar no nosso período de estudo e, ao mesmo tempo, deixar aberta a análise futura a estas questões, passamos à apresentação do Plano, segundo a nossa visão e análise.

### **3.1.7 Plano Estratégico da Educação 2020-2029**

Este Plano Estratégico da Educação 2020-2029 reflete diferentes desafios de entre os quais a educação, cultura, formação e desenvolvimento humano, equilibrado e inclusivo, enquanto direito de todos moçambicanos, cidadania responsável e democrática, da consciência patriótica e dos valores da paz, diálogo, família e ambiente; o ensino, como parte integrante da ação educativa visando o DS, preparando integralmente o Homem para intervir ativamente na vida política, económica e social, de acordo com os padrões normais e éticos aceites na sociedade e o respeito pelos direitos humanos.

Para nós, neste trabalho, é de referir, novamente, a modalidade *Educação de Adultos*, muito especificamente a de Educação Não Formal (ENF), através de actividades educacionais organizadas, sobretudo implementada pela sociedade civil e num formato mais flexível em termos de conteúdos, tempo e local” (MINED, 2020, p. 96) sobretudo pelo efeito que pode ter para contrariar a reprodução da pobreza da mulher rural. Fala o mesmo documento de uma taxa de analfabetismo no meio rural de 50.7% em 2017 (comparativamente aos 18.8% do meio urbano).

Tem de ser dito, já que introduzimos este Plano Estratégico, que avaliação do Plano de 2012-2016/19 fala que os objetivos estratégicos definidos continuam válidos e recomenda que sejam ainda tomados em consideração neste o reforço da mobilização e sensibilização das comunidades e parceiros para a sua participação e que dê resposta aos desafios atuais

do subsistema de Educação de Adultos. Pois bem, não deveria ser apenas isto já que os objetivos estratégicos, os enfoques, se cruzam e permitem uma abrangência transversal que tem de ir e deve ir mais longe.

Se em termos de ações prioritárias é importante garantir a participação de todos, especialmente mulheres, para eliminar disparidades, considerar no programa de Educação de Adultos desastres naturais, práticas agrícolas, exercícios físicos e de saúde, habilidades em literacia e numeracia para gerar rendimentos (conforme Objetivos Estratégico 1), o Objetivo Qualidade não se concretiza sem que se cruzem as suas ações com as do Objetivo 1 e isso, em termos de Plano, não acontece.

Por último, em termos de Governação, esta não se extingue nem realiza em todo o seu potencial através dos alfabetizadores e da sua motivação; fortalecer parcerias o nível local, nacional e regional e garantir formação e capacitação de educação não é suficiente. Novamente é necessário ir mais além, é necessário cruzar todos os enfoques e alimentá-los a partir das necessidades reais conduzindo um processo de melhoria das condições de vida da mulher rural a partir do seu meio.

Aqui estamos em condições de dizer que todos estes aspetos são parte integrante do Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre Género e Desenvolvimento, há um manifesto compromisso em fazer refletir o compromisso do Protocolo no Plano Estratégico, dos seus seis objetivos que incluem a capacitação das mulheres; eliminação da discriminação e alcance da igualdade e equidade de género, através do desenvolvimento e aplicação de legislação, políticas, programas e projetos sensíveis ao género; harmonização da implementação dos vários instrumentos globais, continentais e regionais em matéria de igualdade e equidade; e abordar as questões e preocupações emergentes de género.

Sobressai, assim a intenção de implementação eficaz de todos os instrumentos e é desta implementação que refletimos sobre as políticas públicas em Moçambique adotadas pelo Estado que mais beneficiam as populações urbanas do que as rurais. Tem de ser dito que temos “políticas públicas que beneficiam os cidadãos em virtude da respetiva capacidade de reivindicação dos seus interesses [...] (mas) que distorcem o desenvolvimento económico e social, marginalizando os residentes no meio rural e aumentando as desigualdades socio espaciais entre o campo e a cidade” (Feijó & Ibraimo, 2016, p. 334-336).

### 3.2 Uma análise aos instrumentos na realidade moçambicana

O Plano Quinquenal 2015-2019, nas suas cinco grandes prioridades define um conjunto de metas “nem sempre de forma clara e objetiva” (Feijó & Ibraimo, 2016, p. 350) para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais, para o desenvolvimento de infraestruturas sociais, no campo dos transportes e comunicações, ao nível do acesso a água e energia, assim como da saúde e da Educação. Apesar da definição de diversas ações aplicáveis ao desenvolvimento rural, o plano apresenta lacunas na abordagem realizada à Educação não existindo mecanismos que, estudem a (re)criação de políticas públicas que *agarrem* hábitos e saberes de várias áreas que permitam a formação informal e não formal de muitas populações rurais, *inclusive* que conduzam ao progressivo abandono de hábitos e certas tradições desfavoráveis com a consequente procura de outras práticas e estratégias potenciadoras de um desenvolvimento mais integrado. (*ibidem*, p. 350-351).

Interessante e de algum valor para nós, dada a interligação dos elementos do espaço social, é que “a injeção local de valores monetários contribui para a monetarização da economia rural, aumentando o poder dos agregados familiares que dinamizam pequenos negócios locais, relacionados com a construção de casas ou com a venda de produtos alimentares” (*ibidem*, p. 345-346). Apesar de acontecer a melhoria do bem-estar de algumas famílias, a precariedade das vias e dos meios de transporte, a ausência de rede elétrica e as distâncias percorridas para acesso a furos de água, estabelecimentos de ensino, de saúde ou a mercados, continuam a descrever as dificuldades reais ou, digamos, as que continuam por resolver em muitos locais rurais.

Tudo isto, recolhido dos mesmos autores, contribui para a paralisação da economia rural, uma economia cada vez mais dependente do que possa vir do exterior (ao espaço local). Acrescentamos ainda, a partir da observação da investigadora, que pouco é o investimento em atividades produtivas, salvo algumas exceções, senão em pequenas mercearias ou barracas por serem uma atividade de muito reduzido investimento. Então há um dinheiro que se ganha, que a mulher faz servir as necessidades da sua família, mas que não chega a (conseguir) ter como destino negócios ou atividades que gerem rendas futuras adicionais ou de efeito cumulativo. A nosso ver estes aspetos diluem as intenções e ações dos Planos e Estratégias mitigando os resultados esperados para a mulher rural.

Ainda sobre os desafios que se colocam, e que resultam de ineficácias das políticas, Macuane (2012) fala de um “crescimento do activismo da sociedade voltado às áreas específicas de políticas públicas [...] um crescimento considerável da intervenção da sociedade civil nas políticas públicas” (p. 62-63). Estes são Movimentos, são redes de OSC, que contam com elementos altamente especializados e que desempenham um papel ativo e atuam em setores específicos, nomeadamente na agricultura, defendendo assim a posição de pessoas dos meios rurais e, em alguns casos, concretamente direcionados para a mulher rural moçambicana.

Estes Movimentos e Associações são também Organizações Parceiras (OP) de alguns doadores como é o caso do Programa AGIR I e II, financiados pela Cooperação Sueca. Daqui decorrem exigências para o próprio Governo e mesmo para as Organizações que se colocam num patamar superior e se comprometem com a defesa de direitos. Infelizmente num contexto democrático e apesar dos esforços e intervenção cada vez mais forte “os políticos eleitos têm um mandato que lhes confere um poder decisório sobre as políticas públicas e, nesse contexto, podem escolher considerar ou ignorar as informações que lhes chega” (Macuane, 2012, p. 63). Não esqueçamos que estas organizações apesar dos fins a que se propõem e daquilo que defendem e intervencionam, fazem um enorme esforço por ser a voz da mulher rural e dos mais pobres, ainda que muitas delas não o cheguem a ser.

Recentrando nas políticas públicas, as tentativas têm de continuar já que é uma aprendizagem, segundo Macuane, um “processo social que consiste na interação entre indivíduos inseridos em grupos, redes, comunidades e organizações” (p. 64). Assim, as relações existentes entre os atores envolvidos nas políticas de combate à pobreza são um elemento importante para compreender as políticas, a sua natureza, a sua implementação e, conseqüentemente, a sua eficácia, segundo Macuane, já que se colocam num conjunto de interesses pessoais e coletivos e que determinam resultados.

Macuane diz-nos ainda que “devido à complexidade de políticas, para qualquer actor ser influente precisa de ter um conhecimento profundo da área” (p. 66). Ora este dizer remete-nos para crenças e tradições que estão naqueles que participam da criação de políticas e de instrumentos e estratégias. Essas crenças e modos de fazer podem ser modificados através de interações e de participações de diferentes atores que fazem refletir a sua experiência, no que possa interessar ou aquilo em que acreditam, exercendo assim a sua influência. Tais participantes podem ser os próprios atores da CD, diversos atores da

sociedade tais como legisladores, funcionários públicos, pesquisadores, grupos de interesse e intelectuais de múltiplos níveis do governo, refere o autor.

Ainda neste quadro, moçambicano, as elites - políticas, da sociedade civil, e económicas - desempenham o seu papel, que “com o constante enfraquecimento da oposição política, reforça a interdependência entre as redes de actores” (*ibidem*) cujas relações têm influência nas políticas públicas. Devemos dizer que com um partido a dominar, com uma função pública partidarizada alimentada por um clientelismo partidário, as políticas não se fazem à medida do que necessariamente deveriam ser, libertando antes uma forte fumaça do que se quer ou se deseja que seja e se vê suficiente, apesar da visível exclusão social e das oportunidades que a elite tem nas suas mãos. A corroborar o dito:

Isto tem claras implicações na inclusividade e eficácia das políticas públicas de combate à pobreza, porque são definidas num contexto em que tanto os formuladores como os decisores e os implementadores, apesar de serem institucionalmente diversos, constituem na verdade uma rede de relações com relações hierárquicas entre si, cujo epicentro é a elite política do partido governamental. (Macuane, 2012, p. 69)

Da nossa pesquisa questionamos se o Governo dá a devida e necessária atenção aos resultados das políticas para que desses resultados construa e se alie às forças da sociedade civil direcionando-se para o que realmente é importante por forma a ver a mulher rural, assim como outros grupos vulneráveis, assumirem um diferente posicionamento na sociedade em termos de melhoria da sua condição de vida.

Para reduzir a pobreza e efetivamente melhorar a condição de vida da mulher rural, com referência em Macuane, vemos que é preciso questionar como é que se articulam os interesses para que se estimule o debate das *questões de políticas de forma mais especializada*, sendo realmente importante o diálogo e a dinamização dos mecanismos adequados – nosso entendimento – para que os resultados se façam sentir na vida dessa mulher rural já que “alguns sectores, como a Educação, têm mecanismos de diálogo sobre as políticas sectoriais com a sociedade civil, mas pouco se sabe sobre a sua eficácia” (Macuane, 2012, p. 74).

Falamos com conhecimento do terreno e da própria atuação dos agentes, na coordenação da atuação para resultados concretos pois mesmo havendo um caminho de melhoras e de correções, num quadro de aprendizagem permanente, seria tempo em tantas décadas, ainda que num mesmo partido político no Governo, se dar continuidade a uma linha de referenciação que suportasse um trabalho contínuo e que desenhasse capacidades incrementadas pois “o crónico secretismo do sector público, a partidarização do Estado [...] esforços fragmentados e desarticulados de produção de conhecimento [...] são barreiras a superar para um melhor aprendizado sobre as políticas públicas no país” (*ibidem*, p. 80).

Ora este conjunto de limitações começa a ser confrontado com um crescente ativismo social que se debate por uma melhor realidade e que, ao defender e reivindicar direitos, induz a redefinição de políticas, direcionadas para um objeto e sujeito muito concretos. Macamo, no ensejo do ativismo, diz-nos que há uma intenção de construir e aprender a definir políticas públicas de combate à pobreza, que parte do próprio Governo e da comunidade académica, mas ainda sem grande eficácia. Daqui, se revistarmos o mais recente PARP e último PQG, para nem correr o risco de deambular em suscitações críticas, encontram-se, como referimos, sérias ausências. Uma das críticas que se lhe tece é de tentar manter “o nível de provisão de bens e serviços públicos, seja por preocupação genuína com a melhoria da qualidade de vida dos moçambicanos em geral, seja por preocupação em manter a legitimidade do actual poder de Estado, necessária para continuar a desenvolver oligarquias financeiras nacionais” (Macuane, 2012, p. 113).

Para encerrar este nosso subcapítulo, tão específico e ao mesmo tempo tão transversal a todo o trabalho, no propósito das políticas não podemos ficar indiferentes a conclusões apresentadas por Collier e Dollar (2002) focando, essencialmente no nosso objeto, na Cooperação. Referem que os doadores conseguem afetar o crescimento através da sua alocação de ajuda e, esse crescimento, por sua vez origina a redução da pobreza nos países de baixo rendimento. Mais, que as políticas que são boas para o crescimento são igualmente boas em termos do rendimento dos pobres. Defendem que para maximizar a redução da pobreza, a ajuda deve ser alocada a países que têm uma grande dimensão da pobreza e boas políticas. Assim, *tais boas políticas*, vão assegurar que a ajuda tenha impacto! Não podemos deixar de inserir a reflexão de que a extensão até à qual os doadores se estão a comportar otimamente é igualmente importante. Neste alocação de ideias temos

como substrato um mundo, e países, no qual a Ajuda é dada como o propósito de maximizar a redução da pobreza.

Nos mesmos autores, já que a qualidade das políticas influencia o efeito da ajuda na pobreza, também os doadores devem basear a sua atuação com base em estudos que os direcionem para a adequada forma de atuarem já que se parte do princípio de que estão efetivamente interessados em impactar a pobreza. Notamos interessante que os autores referem que mesmo que os objetivos da Ajuda sejam outros, esta alocação de Recursos continua a ser útil por da atuação se gerar informação que suporta outros objetivos também com os recursos da ajuda<sup>59</sup>.

De entre vários elementos importantes, referem ainda que os doadores devem ter em conta que a quantidade da Ajuda não afeta sistematicamente a qualidade das políticas e que os recursos da ajuda são tipicamente fungíveis pelo que é difícil para os doadores objetivá-los para um grupo específico. Assim, à medida que a Ajuda se torna efetiva na redução da pobreza, a Ajuda é mais baixa já que as políticas são melhores. Este aspeto é discutível se entrarmos na realidade pura e dura do meio rural. No entanto, observámos que em termos de objetivos e prioridades nos Planos e nas Estratégias há uma evolução do discurso e da narrativa, conforme fomos anunciando.

É importante sublinhar que estamos a falar de indivíduos, de pessoas, que constituem uma força social; um indivíduo pobre não tem peso ou grande interesse, mas um conjunto de indivíduos pobres, uma massa, por décadas sucessivas interessam ao doador que tem a possibilidade de atuar, e aqui vejamos o homem como o próprio instrumento a partir das suas próprias inter-relações. Olhando para as *capabilities* de Sen, centrada na vida humana, é preciso definir um eixo para o qual dirigir a atenção, “para as decisões que devam ser tomadas e para uma análise das políticas a seguir [...] (já que) a apreciação das sociedades e das instituições sociais pode ser profundamente influenciada” (Sen, 2009, p. 320-321).

O emprego da perspetiva das *capabilities* “não exige que subscrevamos políticas sociais que apenas tenham em mira a igualização das capacidades de toda a gente” (*ibidem*). Neste afirmativo, no indivíduo, passamos para a comunidade, onde temos um conjunto

---

<sup>59</sup> “Even when donors wish to pursue other objectives, this allocation is also useful, because it provides information on the opportunity cost (in terms of poverty reduction) of pursuing other objectives with aid resources (Collier & Dollar, 2022, p. 1476).

de fenómenos sociais que definem ou limitam o que os indivíduos escolhem, uma associação ao que as pessoas escolhem e o tipo de vida para a qual têm aptidão para ter onde se fazem sentir as influências de tipo social, segundo Sen (2009).

Tomando o exemplo apresentado por Amartya Sen, se numa sociedade como a moçambicana, patriarcal em algumas zonas do país, as mulheres se resignam à posição que lhes é imposta de menos participação, de deveres próprios daquela sociedade, as mulheres vão encontrar-se numa determinada influência social. Portanto, dependente das condições sociais. Assim, e segundo o autor, na perspectiva das *capabilities* exige-se um maior envolvimento público em torno do tema ou temas que se colocam relevantes para a sociedade e para a própria mulher rural moçambicana.

## **PARTE II – METODOLOGIA**

## **Capítulo 4. Opções Metodológicas**

O presente capítulo abarca quatro seções principais que, por sua vez, introduzem subseções a partir das quais se constrói a narrativa ligada às nossas opções metodológicas. Nesta lógica, iniciamos a exposição com a apresentação das questões metodológicas que darão posteriormente espaço às técnicas e instrumentos de recolha de dados, aos procedimentos de análise e, por fim, à apresentação dos contextos e sujeitos de investigação.

A seção das questões metodológicas introduz os principais argumentos que conduziram à nossa escolha nomeadamente a questão de investigação e a hipótese às quais se juntam os nossos objetivos de investigação. As técnicas e instrumentos de recolha de dados têm subjacente um detalhe de todo o percurso de pesquisa desencadeado e realizado pela investigadora, concretamente a apresentação do caminho seguido em termos de pesquisa documental e as observações enquanto participante. Daqui, segue a apresentação do percurso feito e dos objetivos associados à aplicação das entrevistas gerais, da entrevista aos informadores qualificados e, por fim, a apresentação dos grupos de discussão com as mulheres rurais.

Os procedimentos de análise de dados, por sua vez, contemplam a explicação do detalhe por que se optou para efeitos de análise documental e de conteúdos não descurando a apresentação de como estão codificados os nossos informantes e como serão designados na apresentação dos resultados. Na seção relativa aos contextos e sujeitos de investigação avançamos com a caracterização da mulher rural do distrito moçambicano, inserindo o concreto detalhe da mulher dos distritos que foi nosso objeto de trabalho e onde pertencem as nossas mulheres participantes dos grupos de discussão. Para terminar fazemos constar informação sobre a amostra sobre os participantes na investigação.

Neste elenco encontramos dados recolhidos desde o nível da auscultação a informadores cuja experiência e profundo conhecimento da realidade nos conduziram e permitiram, gradualmente, aprofundar o processo de pesquisa. Também nos ofereceram uma linha orientadora de que documentos melhor serviriam o nosso propósito de investigação de entre os quais destacamos a documentação oficial do Programa AGIR II. Destes foi possível avançar para um outro momento de recolha de dados, mais específica e que culminou em receber do próprio sujeito de investigação a partilha do que a Cooperação

contribuiu para as suas vidas, sobretudo no exercício do papel da Educação, tal como aferir as mudanças por si identificadas.

Consideramos que o nosso paradigma qualitativo, assim como a nossa prática de investigação, constituem uma construção válida, fiável e credível para que, baseados numa teoria formal, a do desenvolvimento humano, o nosso estudo de caso ofereça resultados que contribuam para o desenho de novas linhas orientadoras da CD e que bem sirvam as condições de vida da mulher rural moçambicana.

#### **4.1 Questões metodológicas**

Situando-se o nosso problema de investigação na análise aos contributos da CD na vida da mulher rural moçambicana pretendeu-se explorar, especificamente, quais foram as mudanças proporcionadas pela EDS. No momento que antecede a pesquisa, até muito antes, no momento em que o desenho do projeto está ainda em vida, a investigadora decidiu recorrer a uma ferramenta de visualização do conhecimento, a *Idea Puzzle Software*<sup>60</sup>, “A visual decision-making tool” (Morais & Ian, 2019, p. 48).

Tal ferramenta apoiou o desenho geral do projeto de investigação e facilitou uma visualização do todo, ou seja, a ir além das noções restritas de desenho da pesquisa enquanto método. Permitiu examinar, a partir de uma representação visual, uma apresentação do que constituiria o conhecimento. Assim, numa primeira fase posicionou-se a informação graficamente, organizando-a e estruturando-a para, numa segunda fase se conseguirem identificar as próprias falhas estruturais de conceção do projeto e que, de certa forma, proporcionou em curto tempo informação instrutiva sobre a criação em curso.

Nos autores referenciados, trata-se esta ferramenta de uma metáfora visual para a transferência ou criação de conhecimento, tal como o são os mapas conceptuais ou outros diagramas, que, igualmente, combina passos didáticos e integra blocos de construção da teoria, dos métodos, dos dados e da retórica categorizados. Portanto, o recurso a esta ferramenta analítica, pelo próprio percurso construtivo que impõe ao investigador, apoiou a eleição de técnicas de recolha e de métodos de análise ligando-os ao construto teórico prévio.

---

<sup>60</sup> <https://www.ideapuzzle.com/en/>

A construção feita passou pela identificação da nossa questão teórica à qual ligámos as principais correntes de pensamento que tinham surgido da revisão de literatura feita e, conseqüentemente gerou-se a nossa hipótese de investigação. O próprio percurso permitiu que dêssemos resposta à nossa questão de investigação e adequadamente explorar a hipótese associada. Depois da questão teórica posicionámos a nossa atenção na questão metodológica, em termos do método, das técnicas de recolha e de análise de dados. O elemento-guia que a ferramenta proporcionou ajudou a refletir na importância dos critérios de qualidade científica. Seguiu-se ainda um outro momento, o da questão empírica e o de explorar as limitações que se poderiam colocar ao nosso trabalho.

Da representação visual do construto, após revisão de literatura e construção da narrativa associada a conceitos e teorias, teve início a recolha de elementos informativos. A amplitude desses dados foi influenciada, sobretudo, pela atitude positiva de partilha dos entrevistados ainda que todos os métodos de recolha utilizados tenham sido favoráveis e satisfatórios nos elementos e visão que geraram. Tal amplitude permitiu cruzar vários elementos e construir um mapa que dá visibilidade ao impacto da Cooperação na vida da mulher rural, às mudanças e, mesmo, às ausências.

Favoravelmente, a recolha de elementos, conluia com a nossa questão de investigação:

### **De que forma a Cooperação para o Desenvolvimento contribuiu para a mudança na vida da mulher rural em Moçambique?**

Esta questão surge também dos documentos do doador que importantes fatos nos ofereceram e permitiram concluir que esta seria uma questão pertinente e que merecia resposta por forma a melhor se servirem os ODS. Muito em especial, da Cooperação Sueca obtivemos que a baixa capacidade ao nível local e os altos níveis de corrupção levam a desigualdades, sobretudo para quem vive na pobreza, muito em particular para as mulheres já que seu o acesso a bens e serviços depende da posição socioeconómica e da competência sociocultural (Embassy of Sweden in Maputo, 2019). Esta imagem de posição frágil da mulher e a referência ao local, situam-nos num querer saber que **contributos**, que **resultados** e que **mudanças** a CD proporciona neste aspeto específico e concreto.

Daqui tecemos os nossos **objetivos de investigação**, o alicerce para a construção de toda a narrativa deste trabalho. A saber:

- Conhecer a atuação da CD no meio rural e na vida da mulher rural moçambicana;
- Identificar que mudanças tiveram lugar na vida da mulher rural moçambicana com as experiências educativas;
- Contribuir para o conhecimento de como é que a CD pode ter um contributo eficaz para a melhoria da condição de vida da mulher rural moçambicana.

Nestes objetivos foi estruturada a condução do trabalho em termos de aplicação dos instrumentos de recolha de dados que serviram a aplicação das metodologias e técnicas escolhidas. O primeiro foco toca na atuação da CD e o segundo nas mudanças através da EDS na vida da mulher rural moçambicana. O terceiro surge enquanto conhecimento-resultado já que os dados recolhidos se constituem como elemento para apresentar uma perspetiva futura. É nos dois primeiros focos que fazemos constar os objetivos específicos do nosso labor. Veja-se:

#### **A. Atuação da CD:**

- Identificar os elementos da realidade moçambicana que têm ligação à condição de vida da mulher rural;
- Identificar resultados da atuação da CD;
- Explorar como é que a CD faz acontecer as mudanças na vida da mulher rural;
- Conhecer fatores limitantes da melhoria da vida da mulher rural moçambicana;

#### **B. Mudanças através da EDS:**

- Perceção da mulher rural sobre a CD;
- Mudanças na vida da mulher rural através do processo educativo favorecidas ou resultantes da atuação da CD.

Neste segundo foco destacamos o estreitamento a que a recolha de dados conduziu. A análise documental, a aplicação das entrevistas e o diálogo com ativistas levaram-nos a explorar diretamente da mulher rural a sua perceção sobre a atuação da Cooperação e as mudanças na sua vida. Este é um aspeto a elevar por constituir o momento superior de todo o processo de investigação pois apesar de haver impacto positivo há situações que contraem a mudança.

Destas anotações introdutórias explicativas e enquadradoras passaremos a conhecer em adequado detalhe os principais argumentos das escolhas metodológicas, a justificação de

se ter enveredado por um estudo de caso assim como as fases a que a investigação esteve exposta.

#### **4.1.1 Principais argumentos**

A oportunidade de escolher a mulher rural moçambicana enquanto sujeito de investigação constitui uma oportunidade para a prossecução dos ODS e para o próprio DS já que este público-alvo não é frequentemente objeto de estudo, individualmente. A referência, o trabalho e a atuação focada na mulher é alvo de inúmeras atuações no país, por razões várias, a principal a sua vulnerabilidade. A realidade social de que a investigadora é conhecedora, tida em termos de persuasão científica (Aires, 2011), que foi orientadora na captação dos aspetos mais determinantes e gerar um panorama interpretativo do fenómeno, constituiu a primeira sistematização.

Tal sistematização possibilitou que o trabalho constituísse uma definição da CD na vida da mulher rural moçambicana e observá-la a partir da Educação. Assim foi gerado um processo de investigação qualitativa, que partiu de um conjunto de postulados teóricos (*ibidem*). A partir de Aires (2011) percebemos que a metodologia qualitativa assumiria importância para nós uma vez que foi possível combinar as observações do investigador com as observações proporcionadas pelos sujeitos através de diferentes instrumentos de recolha de dados. Complementarmente também foi entendido e aceite que não existiam “observações objetivas, mas observações socialmente situadas nos mundos do observador e do observado” (p. 17-18) possíveis de captar do ponto de vista qualitativo.

Em termos de método científico, enquanto conjunto de assunções e de procedimentos para aquisição de conhecimento consistente<sup>61</sup>, pré-requisitos para um estudo de caso (Morais, 2010), as exigências que se colocaram à investigadora foram várias. Em termos das assunções elas respeitam à natureza da realidade (ontologia), ao conhecimento (epistemologia) e pesquisa (metodologia). Em termos de procedimentos, falamos propriamente da recolha de dados e sua análise e dos critérios de qualidade. Significa que falar das assunções ontológicas nos faz posicionar na natureza da realidade e em termos das assunções epistemológicas, na natureza do conhecimento, considerando-se este tanto livre e independente do investigador, como dependente, em função da necessidade de

---

<sup>61</sup> The scientific method is a set of assumptions and procedures for knowledge acquisition consistent with scientific norms. Such a definition emphasizes three elements of the scientific method: assumptions, procedures and consistency” (Morais, 2010, p. 840).

conhecimento que este possa colocar no processo de investigação e de relato dos dados. Consideramos ainda importante anotar que temos em mãos uma pesquisa interativa já que beneficia da proximidade da realidade, segundo os mesmos autores, em termos de assunções metodológicas.

As assunções ontológicas, epistemológicas e metodológicas alinhadas constituem a posição filosófica que pode ser designada de paradigma, posição, orientação, abordagem e perspetiva. O desafio de se situar em termos de paradigma conduziu a várias reflexões e pesquisa tendo-se situado no paradigma construtivista que “assume uma ontologia relativista (existem múltiplas realidades), uma epistemologia subjetiva (investigador e sujeito criam compreensões, conhecimento) e um conjunto naturalista de procedimentos metodológicos (no mundo natural)” (Aires, 2011, 18-19). O paradigma, a nossa posição filosófica, de referência, tem como critérios, subjacentes, a fidelidade, a credibilidade, transferibilidade e a confirmabilidade, os quais foram considerados e observados.

Feita a definição do paradigma em que inserimos a nossa investigação, dirigido para o problema da condição de vida da mulher rural moçambicana, fizemos a necessária orientação para a fase seguinte do processo de pesquisa. Com base no conjunto de linhas orientadoras definidas, seja a partir da hipótese e dos objetivos, a investigadora passa a situar-se no mundo empírico e a relacionar-se com um contexto específico, pessoas, documentos e Instituições (Aires, 2011).

Daqui e direcionando o olhar para a nossa estratégia de pesquisa, capacidades, pressupostos e pressuposições são colocadas em prática para dar movimento ao paradigma e colocar a investigadora em contacto direto com os métodos selecionados de recolha de informação. Independentemente do paradigma, foram requeridas a observação, as aptidões de interação, que em alinhamento com as assunções e com os procedimentos de análise e recolha de dados, constituíram a estratégia de pesquisa.

#### **4.1.2 Justificação do estudo de caso**

Enquanto investigação qualitativa foi necessário que, a certo momento, procurássemos a melhor abordagem técnica e metodológica para o estudo do objeto e do sujeito da nossa investigação. Enquanto estratégia de pesquisa e nível de atividade associado ao processo de pesquisa (Aires, 2011, p. 14) o estudo de caso, uma versátil estratégia de pesquisa

(Morais, 2010, p. 842), facilitou que detalhadamente entrássemos nesse objeto e nesse sujeito. Nesta estratégia conseguimos estudar algo que é atual na sua própria realidade.

Apesar de ser bem conhecido o contexto e realidade em que acontece a CD, o estudo de caso é tido para nós como elementar para observar a extensão do fenómeno em termos das ligações interatuantes (Yin, 1988) que podem coexistir ou que coexistem na sua ligação à mulher rural, especialmente quando se faz a ligação a processos educativos. Segundo Yin (*ibidem*), além das ligações causais complexas nas intervenções da vida real, possíveis de explicar através do estudo de caso, temos a descrição de contextos da vida real em que uma intervenção aconteceu, da intervenção em si e ainda explora as situações nas quais a intervenção não tem resultados claros. Assim, fazemos a ligação da aplicação do estudo de caso à análise de conteúdo realizada ao longo do nosso trabalho com a aplicação dos diferentes instrumentos de recolha de dados e, ainda, com a codificação na qual fazemos refletir contextos de vida real e aspetos da intervenção da CD.

Considerado o nosso problema de investigação, tentou-se manter uma abertura que apoiou o processo exploratório e que permitiu obter elementos adicionais, explicativos, úteis ao estudo. Atendendo a que o investigador quis responder à questão ‘como’ é que o objeto contribuiu para o sujeito (Yin, 1989) considerou-se plenamente adequada a estratégia de estudo de caso.

Acrescente-se que querer privilegiar uma profunda compreensão de um fenómeno contemporâneo para que resulte numa nova aprendizagem e significado (Yin, 2011) sobre o ‘comportamento’ da CD, tido como elemento singular e principal, constituiu também um relevante elemento para a escolha do estudo de caso. Acrescente-se que, enquanto análise multiperspetiva, este método de pesquisa proporciona uma análise ao amplo contexto e cobre várias condições complexas para a compreensão do caso (*ibidem*) o que é fator de importante apontamento. Significa que, além de considerarmos a participação e a voz de importantes e reconhecidos atores, a sua perspetiva, consideramos acima de tudo a voz do próprio sujeito, a mulher rural moçambicana, a voz do mais pobre dos mais pobres, evitando apenas a vocalização das opiniões e pontos de vista da elite, conforme nos lembram Feagin, Orum e Sjoberg (1991).

Queremos ainda vincular a esta nossa decisão de escolha um aspeto peculiar que, pelo contexto geocultural deste trabalho, tem para o investigador especial interesse. Vamos

buscar a Stake (1995), a generalização naturalística, uma generalização fundada empiricamente. O autor argumenta-a na relação harmoniosa entre as experiências do leitor e o próprio estudo de caso já que os dados gerados têm ressonância experimental com uma ampla categoria de leitores pelo que facilita a compreensão do fenómeno. Assim, podendo definir-se uma categoria de leitor para este trabalho, numa ampla consideração, que aqui não cabe detalhe, reforça-se para nós a importância de percorrer um conjunto de técnicas que abrace um tão integrado legado de dados.

Apresentamos ainda o estudo de caso como uma importante ferramenta de triangulação por permitir a combinação de várias técnicas, evento a que nos propusemos. Segundo Denzin (1984), que identifica quatro tipos de triangulação, o nosso tipo corresponde à triangulação metodológica já que a uma abordagem de método se segue uma outra tendo por objetivo aumentar a confiança da interpretação. Para esta necessidade de triangulação trazemos também o aspeto ético da nossa investigação pela aplicabilidade à validação dos elementos recolhidos.

A concluir a nossa justificação de escolha colocamos em evidência as questões ligadas à planificação do estudo de caso que, segundo Yin (1994), agrupa cinco componentes, para nós passos percorridos: definir questões de investigação através das preposições, das unidades de análise, da lógica de ligação entre dados e preposições e dos critérios de interpretação dos resultados. Carmo e Ferreira (2008) falam dessas proposições enquanto focalizadoras da atenção do investigador sobre o que deverá ser observado durante o estudo e das unidades de análise em termos de acontecimentos, indivíduos, processos, instituições ou grupos sociais. Os autores conduzem-nos pela construção do problema de investigação - a nossa questão macro, que teve associada a experiência do investigador, por sua vez articulada com a revisão feita à literatura, passar para as questões de investigação e delas para a unidade de análise.

Para encerrar a explanação, entramos no rigor da análise assegurado à medida que se procedia à recolha dos dados sugerindo assim um conjunto de reflexões e observações de comportamento (no caso das entrevistas e dos grupos de discussão) em direção a um produto final rico e rigoroso (*ibidem*). Em termos de rigor temos de falar de validade e de fiabilidade, ou seja, de “correspondência entre os resultados e a realidade (e da) necessidade de assegurar que os resultados obtidos seriam idênticos aos que se alcançariam como o estudo de caso fosse repetido” (*ibidem*, p. 236). A referida triangulação assegura esta validade com a possibilidade de “generalização dos resultados

a outras situações” (*ibidem*) ligadas à mulher rural moçambicana e confirma-se nas interpretações feitas corretamente, quando se evidenciam informações convergentes a partir de diferentes fontes e instrumentos e até mesmo na discussão com outros atores e participantes em diferentes momentos do estudo.

Não será demais referir que, em termos da validade, foram consultados outros investigadores e atores com experiência de longos anos no espaço geocultural em estudo, o Moçambique rural, sobre os métodos e mesmo sobre as questões que integram o guião das entrevistas e dos grupos de discussão. Este processo permitiu-nos reformulações e estruturar conceções sobre a melhor forma de fazer que, embora não havendo regras fixas, tem a orientação e o empenho associados ao objetivo de obter respostas representativas para “cumprir os objetivos do estudo (e fornecer) respostas a questões-chave” (Bell, 1997, p. 88).

Sobre a fiabilidade, a leitura e a tomada de contato com a descrição de como se processou a recolha de dados e dos pressupostos subjacentes constituem a sua garantia, refere o autor. Ainda em Bell, a fiabilidade consiste na “sua capacidade de fornecer resultados semelhantes sob condições constantes em qualquer ocasião” (p. 87) ou seja, verificar os assuntos abordados nos vários instrumentos de recolha de dados. Esta verificação acontece para nós não só através da questão de investigação, mas ao longo de todo o processo de recolha de dados que, como referimos, foi sendo feito à medida que os elementos eram conseguidos.

Regressamos e finalizamos em Yin (1989), por sugestão de leitura em Carmo e Ferreira (2008), para abordar a componente final do estudo de caso, isto é “ser relevante, completo, considerar perspetivas alternativas de explicação e evidenciar uma recolha de dados adequada e suficiente assim como ser apresentado de uma forma que motive o leitor” (p.236). Igualmente não pudemos deixar de focar a nossa atenção para que o nosso trabalho cumpra com tão importante requisito sobretudo quando se augura o desenho de uma nova metodologia de intervenção da CD, renovada na sua complexidade e no seu impacto na vida da mulher rural moçambicana.

#### **4.1.3 Fases de investigação**

Nesta seção pretendemos listar as principais fases do nosso estudo empírico. No nosso caso listaremos duas. A primeira designamo-la de fase exploratória. A segunda por fase

aprofundamento do conhecimento. Na primeira fase, em que a informação sobre o objeto e sujeito do estudo não era muita quisemos obter informações que nos guiassem sobre a nossa pretensão de estudar a CD, a mulher rural e ainda colocar neste *duo* a EDS. No segundo momento, ou fase, adentramo-nos no uso do termo *aprofundar* dado o conhecimento que a investigadora fazia seu, pela experiência de campo.

Foi, então, encetado o trabalho da fase exploratória a partir da leitura de documentação diversa, ligada à Cooperação, de vários doadores e de diferentes tipologias de intervenções. Daqui construiu-se um mapa do que se pretendia estudar e, sobretudo, como queríamos afunilar o nosso estudo dada a amplitude e a ambiguidade iniciais. Conseguimos focar nas intenções de pesquisa pelo que se tornou necessário perceber dos cidadãos moçambicanos a sua opinião e pontos de vista assim como de alguns informadores privilegiados. Daqui aplicámos entrevistas semiestruturadas para diagnóstico, direcionadas ao cidadão moçambicano e a um conjunto pré-selecionado de informadores com conhecimentos profundos sobre a realidade da CD em Moçambique.

Desta recolha de elementos partiu-se para análise documental para o que se selecionou um conjunto de relatórios oficiais, emitidos pelas OP do Programa AGIR II, respeitantes à atuação em quase todas as Províncias do território moçambicano. Destes relatórios conseguimos visualizar a estrutura de atuação e de intervenção do Programa AGIR II, as OSC com quem interagiu em Moçambique assim como o conjunto amplo e completo de objetivos e resultados por áreas de atuação. Teve ainda lugar a pesquisa nos *websites* das Organizações de onde conseguimos extrair contributos sobre os resultados das suas intervenções no meio rural.

De entre esses documentos foi possível encontrar avaliações externas o que nos compraz dado o relevo que tem a observação e análise externa para a investigação de um determinado objeto. Estes documentos respeitam ao período do AGIR II, concretamente à sua segunda fase, do ano de 2015 a 2020. Por forma a dar sustento à imagem informativa que obtivemos avançámos para aplicação das entrevistas junto de informadores-chave, que nos apresentaram dados, privilegiados, com elevada importância para a segunda fase do nosso trabalho. Este percurso permitiu dar resposta à nossa questão macro, dizemos de investigação, visualizando sempre os objetivos e a hipótese de trabalho.

Não pudemos deixar de introduzir nesta fase exploratória o conjunto de dados que o investigador recolheu no seu período de permanência em Moçambique, nas suas visitas

aos diferentes Distritos e meios rurais e mesmo a sua permanência em alguns deles. A recolha de elementos foi ampla, mas, derivado do foco em que se fez incidir o trabalho, foi apenas selecionada a informação, os registos, que no contexto da escrita e análise aos dados das entrevistas se afiguraram muito relevantes aos olhos da investigadora. Assim, não se encontrará nesta narrativa uma longa extensão de registos, mas, antes, a introdução dos que se consideram oportunos quando enquadrados nas falas dos entrevistados.

Deve ser notado ainda que ter conhecido “os sujeitos de forma qualitativa e os conhecer como pessoas e experimentar algumas das suas experiências diárias” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 198) colocou não só o investigador como o próprio instrumento de recolha de dados, no potencial de triangular a sua recolha com os dados das entrevistas havendo logo nesta fase uma validação do que os entrevistados proporcionaram em dados. O mesmo é dizer que tal seria possível nos grupos de discussão já que a investigadora conseguiu regressar mentalmente às problemáticas partilhadas pelas mulheres rurais moçambicanas por as ter ouvido e observado no terreno.

Sobre as técnicas aplicadas nesta fase do trabalho temos ainda a referir o benefício que adveio para o investigador dado que o recurso a meios eletrónicos e a possibilidade de contactar com muitas pessoas a distância, e delas colher importantes contributos, tornou possível a concretização do primeiro grande conjunto de dados e, assim, dar lugar ao trabalho final.

Seguimos para o segundo momento, a fase de aprofundamento do conhecimento, na qual avançámos com a recolha de elementos do nosso fenómeno contemporâneo, isto é, das mudanças que a CD, através da EDS, proporcionou à mulher rural moçambicana. Considerando que o caso está “associado a um espaço temporal, social e/ou físico” (Aires, 2008, p. 47), nesta fase foi importante a seleção dos Distritos, do próprio meio rural, onde faríamos incidir o nosso trabalho direto com as mulheres. A escolha não recaiu nas Províncias mais pobres do país, como inicialmente planeámos, pelas dificuldades em que nos vimos em organizar os grupos de discussão. Uma das Províncias, muito perto de uma atual zona de conflito armado, fez-nos recuar nas nossas tentativas. Persistir acarretaria um dispêndio financeiro que no momento não era viável. Como o conhecimento que a investigadora tinha da realidade local era ampla, não foi difícil reequacionar o espaço geográfico a interencionar através dos grupos de discussão, tendo-se reorganizado em termos de contactos e *démarches* operativas.

Estas decisões e contactos surgem, por um lado, por conveniência e por outro por existir a noção de que neste meio rural africano quando existe uma abertura para o diálogo, esta deve ser aproveitada já que é sinonimo de confiança e existe espaço para a aceitação do diálogo com o *estrangeiro branco*<sup>62</sup>, uma oportunidade criada dentro e pela própria estrutura da sociedade, neste caso a partir de mulheres que são líderes naquela comunidade. Ainda com muita importância, não nos termos colocado perante a necessidade de aguardar autorizações de outras lideranças locais ou Provinciais para trabalhar, o que significou uma enorme economia de tempo dentro do ultrapassado cronograma para a realização e aplicação da técnica de recolha de dados através dos grupos de discussão.

Este processo de pesquisa foi evoluindo interactivamente, gerando a sua própria forma na investigação. Segundo Aires (2011) trata-se de um processo que coligiu interações em diferentes níveis, relacionados, que vão do investigador, ao paradigma e que se posiciona, em termos das suas fases, na aplicação das necessárias técnicas de recolha de materiais empíricos, onde entraremos de seguida.

#### **4.2 Técnicas e instrumentos de recolha de dados**

Para falar do mundo concreto da mulher rural, onde se colocam os diversos interlocutores, enquanto sujeitos portadores de conhecimento, trazendo à luz uma possível realidade portátil em cada moçambicano e em cada indivíduo estrangeiro que integra ou integrou o país, ainda que por um limitado espaço de tempo, foi necessário recolher elementos do fenómeno em estudo através de técnicas. Tais técnicas, qualitativas, são “baseadas na relação aprofundada com um número de atores sociais [...] (e constituem-se) como instrumentos privilegiados de análise da realidade” (Lalanda, 1998, p. 872) que se constituem como o prolongamento da capacidade de entendimento do investigador.

Neste trabalho aprofundamos um processo de investigação qualitativa que evolui em “níveis interactivamente relacionados” (Aires, 2008, p. 17) de entre os quais as técnicas de recolha de materiais empíricos. A “seleção das técnicas a utilizar durante o processo de pesquisa constitui uma etapa que o investigador não pode minimizar, pois delas depende a concretização dos objetivos do trabalho de campo” (*ibidem*). Aqui encontra

---

<sup>62</sup> A forma como os locais se referem algumas vezes aos atores diversos, outras vezes apenas “*aquele branco*” – anotações da investigadora.

profunda justificação o - aparente - longo caminho percorrido, da observação direta ao grupo de discussão, já que o investimento mais avultado do investigador, o tempo de trabalho, era exigente para os resultados augurados.

Posto isto, no nosso trabalho, com base em Aires (2011) as técnicas de recolha utilizadas foram de dois tipos: diretas (ou interativas) e técnicas indiretas (ou não-interativas). Em termos das técnicas diretas utilizámos a observação participante, a entrevista e o grupo de discussão. Já no tipo indireto, não interativo, temos, sobretudo, documentos oficiais e alguns elementos a partir de fontes disponíveis na *web*. Este nosso percurso encontra ressonância com as técnicas que Carmo e Ferreira (2008) apresentam, as mais utilizadas em investigação qualitativa, especificamente a observação participante, a entrevista, o questionário e a análise documental (p.199). Em Yin (1989) encontramos a identificação de seis fontes a partir das quais se obtêm evidências para um estudo de caso, a saber: documentação, gravações, entrevistas, observação direta, observação participante e, ainda, artefactos físicos. À exceção da última, todas estão presentes nas nossas escolhas de técnicas. Este cruzamento de autores faz-nos sentir confortável na medida em que agimos como se tivéssemos obtido a concordância de todos para avançar rumo à recolha de dados. Também as múltiplas fontes de dados são importantes pela sua complementaridade de modo a que um estudo se sustente e bem estabeleça (*ibidem*).

A classificação que escolhemos para as fases do estudo empírico encontra detalhe e estrutura nas seções seguintes. Fazemos presente em cada uma a envolvente à qual respeitamos e na qual estão inseridos os intervenientes. Tivemos em consideração este aspeto do real e o fato de que os elementos permitam responder à questão de investigação, que terá uma resposta favorável e afirmativa.

#### **4.2.1 Pesquisa documental**

A pesquisa para análise documental no nosso projeto de investigação foi considerada, desde o primeiro momento uma fonte de dados de elevada importância. Numa, designada, primeira atuação percorreu-se um número significativo de documentos com a intenção de que pudessem servir os propósitos da pesquisa. Como em todos os trabalhos deste tipo conseguimos chegar a uma dimensão cujo manuseamento foi possível e que, ao mesmo tempo, permitiu a aproximação aos objetivos do estudo. Os documentos por nós consultados foram divididos em fontes primárias e em fontes secundárias, as primeiras surgidas durante o período de investigação e as segundas, interpretações (Bell, 1997).

Este momento corresponde a uma das três missões da primeira fase de pesquisa documental que Bardin (1977) identifica, isto é a escolha dos documentos a serem submetidos a análise. As outras duas missões, formulação das hipóteses e dos objetivos e elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final cabem noutras seções, mas estão ligados uns aos outros já que “a escolha de documentos depende dos objetivos” (*ibidem*, p. 96).

A consulta a bibliografias já publicadas foi um dos nossos modos de seleção de documentação ao que se juntaram vocabulários especializados, revistas especializadas, alguma literatura cinzenta e bases de dados (Carmo & Ferreira, 2008). Maioritariamente revelaram-se importantes sendo que sempre surgiu a oportunidade de descartar o que não se revelava relevante para o estudo. As estas seleções juntaram-se algumas figuras - informadores qualificados - não tantas como gostaríamos, mas, suficientes para obter elementos que dessem suporte à nossa caminhada documental. Este percurso deu lugar a um conjunto de registos, num ficheiro próprio, organizado por área temática, para que fosse suportada facilmente a recolha e posterior consumo de informação.

Porém, esta foi apenas uma fase, digamos abreviada, do que viria a ser o momento subsequente. Para o estudo de caso abraçado sabia o investigador desde o início que a consulta de documentos oficiais seria indispensável e, nas suas duas formas, isto é, a consulta a publicações oficiais e a documentos não publicados (*ibidem*, p. 87). Tanto uns quanto os outros ofereceram facilidades e dificuldades. A gentileza e a abertura de investigadores e mesmo de ativistas permitiram acesso a documentos relevantes que não tinham sido publicados. O mesmo é dizer que alguns outros contactos privilegiados que o investigador estabeleceu possibilitaram que tivesse acesso a documentos oficiais que não encontrava, nomeadamente publicações oficiais da Administração Central.

Quanto aos documentos não publicados, e mesmo alguns relatórios publicados, constituíram a base fundamental para o enraizamento do investigador no estudo sem o que não teria avançado nem aplicado os instrumentos de recolha de dados da forma que no momento julgou mais conveniente. Ao falar deste conjunto de documentação é importante referenciar que foram emitidos por Organizações Internacionais e Organizações Nacionais da Sociedade Civil já que respeitam a um conjunto de atores nacionais que atuam por intermédio da intervenção internacional de um doador. Em Quivy e Campenhoudt (1998) cumprimos as intenções da recolha de documentos, isto é, estudá-los e encontrar informações úteis para estudar o nosso objeto, assim como o sujeito em estudo.

Pela especificidade do nosso sujeito - a mulher rural - fosse para a sua descrição e criação de conceito ou para explorar detalhes do seu meio, em elementos que pudessem estar ausentes no nosso pensamento, a consulta a censos e outros elementos estatísticos foram uma oportunidade para o trabalho. Inclui-se aqui a sua importância para a justificação da escolha do sujeito que, indubitavelmente, se aferra num conjunto de inter-relações entre características individuais, comunitárias, sociais e outras, presentes, em parte, entre dados numéricos.

Toda a documentação foi objeto de tratamento, tendo-se iniciado por uma leitura atenta, já focalizada, dado o percurso das primeiras leituras, devidamente classificado e categorizado tendo como suporte os elementos úteis obtidos. Acrescemos que apesar do nosso conjunto documental não ser de uma amplitude elevada, ela é significativa na medida em que cobre perfeitamente os objetivos da investigação e, ademais, todos são credíveis, incluindo os elementos estatísticos que se possam encontrar ao longo do trabalho.

Com o progredir do nosso trabalho e dos contactos encetados conseguimos alimento documental de interessante valor já que nos foram cedidos alguns documentos pessoais dos ativistas que apoiaram a nossa formulação de conceitos – Cooperação, Educação e mulher rural - e uma adequada compreensão da sua forma de atuação para fins ligados à mulher rural. Assim, falamos de informação que não se encontra noutras fontes e que dá “voz aos que normalmente não a têm, possibilitando a difusão da versão de acontecimentos e processos sociais relevantes” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 92). Alguns desses documentos, apesar de não serem muitos, foram trabalhosos na medida em que se pretendeu extrair um sentido que fosse não só útil, mas único, e, ao mesmo tempo, combiná-lo com as outras fontes.

Uma breve nota deve ainda ser deixada, sobre questões de parcialidade. Todos os documentos selecionados foram considerados úteis, sem exceção, fosse pela fonte, fidedigna, ou pela completa informação que nos proporcionaram. No entanto, o investigador questionou-se diversas vezes sobre a quantidade de resultados favoráveis relatados num contexto local atual tão pobre e cheio de necessidades, sobretudo quando se fala da mulher rural. Tentámos “ver através dos nossos próprios olhos, procurar alguma subjetividade, questionar a informação e observar alguma parcialidade” (Bell, 1997, p. 96) dado que as Organizações que elaboraram os documentos querem elas próprias relatar o melhor trabalho já que são, ao mesmo tempo, executoras e Parceiras em quem o doador depositou a sua confiança com base num determinado conjunto de princípios. Concluimos

que mesmo os mais otimistas e arrojados resultados se encontravam numa fase inicial de implementação dos projetos e que o rigor do relato teria passado por associar mais dados sobre o ponto de situação. No entanto, nenhum elemento dos documentos foi observado em falta à verdade antes, como é hábito em documentos deste tipo, o uso de uma linguagem descritiva que exacerba o que é feito em contraposição ao que em realidade existe e constituiu benefício para a população alvo daquela intervenção, introduziu-nos na emoção do realizado e do que é possível ser feito.

#### **4.2.2 Observação direta**

Para compreender e obter a percepção completa do nosso fenómeno, a observação direta do investigador encontra espaço. Aplicámos uma “abordagem que se revela particularmente atraente” já que é o próprio profissional a fazer a pesquisa, o que permite um maior entendimento e aperfeiçoamento do desempenho (Bell, 1997) assim como interagir com o objeto e o sujeito de estudo no momento que realiza a observação (Carmo & Ferreira, 2008).

Porém, apesar de ter desempenhado este papel, o investigador fez uma observação participante despercebida pelos observados, já que assumiu um papel social junto da população observada que não supunha que pudesse servir tais propósitos de investigação, por ter assumido um papel ténue. Passou despercebido à população observada (*ibidem*), no nosso caso não apenas à população rural, mas a uma elite que governa a gestão e implementação de projetos de CD.

Esta participação deu lugar a um trabalho de campo com visitas a todas as Províncias moçambicanas. Foi planeado sistematicamente e por tal, antecedido por uma contextualização, feita na observação da Agenda Internacional e Regional para o DS, das políticas e estratégias nacionais de Educação e da Agenda nacional de implementação dos ODS assim como, do Quadro Nacional de indicadores dos ODS. Por conseguinte, originou um conjunto de registos para o investigador que, enquanto observador direto lhe permitiu explorar visões e experiências que pudessem contribuir para a investigação.

De acordo com Florêncio (2005) “o trabalho de campo com observação direta constitui o método privilegiado de recolha de informação e de produção de conhecimento [...] fruto da tradição disciplinar em estudar grupos humanos e culturas muito distintas das do investigador” (p. 22).

Este trabalho de campo, no tempo que teve dedicado, permitiu o contacto não só com o objeto do estudo, mas, muito especialmente, com o sujeito, com a mulher do distrito e da localidade, a mulher rural. Dele também derivou a oportunidade de comunicar, de observar movimentos da vida diária e assim infirmar, ou não, e até selecionar, dados recolhidos durante todo o processo de recolha de informação. Permitiu que a investigadora observasse atores da Cooperação, as suas ligações às Instituições do Estado e os papéis desempenhados pelos simples servidores do Estado e pelos dirigentes assim como as suas ligações com atores dos projetos de Cooperação, nas suas várias posições hierárquicas. Permitiu colocar-se em posição crítica e interventiva durante a narrativa onde bem constam as falas dos entrevistados. Mais, permitiu a compreensão das partilhas das mulheres e uma análise-leitura a toda uma linguagem que se diz não verbal. Demos, assim, importância ao tempo de permanência da investigadora, numa prolongada estada no país, que o apontou para a observação da vida no distrito e, também, do centro urbano e, assim saber o quanto diferem.

A produção de conhecimento tem forte ligação às deslocações que a investigadora fez sendo de destacar que se colocou em condições de produção do trabalho que lhe permitissem imiscuir ao máximo com as estruturas sociais do distrito. Não vamos romantizar esses períodos como um espaço-tempo fáceis à investigadora que lhe permitissem estar confortável na sua exploração e produção de reflexões e de registos. Reconhecem-se dificuldades de tolerância, desafios psicológicos e emocionais vividos pela investigadora. Registe-se também a noção de que os informadores só são informadores quando não sabem que o estão a ser. De outra forma constroem ausências. Isto causa desgaste a quem está a fazer o trabalho de campo e muitas vezes para ir ao encontro da vivência completa no local é necessária a submissão da vida a um modo de viver tão básico que pode por si criar limitações.

O trabalho de campo iniciou-se na Província e Distrito do Maputo. Meses depois foi possível o contacto com as realidades de Gaza e de Inhambane. Em ano seguinte, o de 2013 foi a vez da Província de Cabo Delgado. Já num outro ano surgiu o contacto com Sofala, Zambézia, Nampula, Niassa e Tete. Todas estas viagens com contratempos, desafios físicos, com informadores esquivos e momentos de espera em que aquele alguém

*‘não há-de vir’*<sup>63</sup>. O contacto com a mentalidade nativa e com os fatos da vida real são por nós valorizados e deram origem a alguns registos, recolha de elementos discursivos que se impõem à narrativa.

No entanto, apesar da observação direta ter sido uma ferramenta útil no processo de investigação os dados resultantes não foram utilizados na sua totalidade, já que tiveram de ser selecionados em função dos objetivos formulados e, posteriormente reformulados. Assim, podemos considerar que nos serviram enquanto ferramenta exploratória (Carmo & Ferreira, 2008). Conforme referimos no início o investigador fez incidir parte do seu papel de observador numa elite que governa a gestão e implementação de projetos de CD. As observações revelaram-se de interessante importância sobretudo porque das falas dos entrevistados privilegiados e das próprias mulheres rurais, conseguimos questionar a atuação dos doadores e dos demais atores.

A partir dos mesmos autores estamos em condições de poder dizer que a investigadora se envolveu em profundidade com a população a observar, acedendo a uma área secreta do objeto de estudo, tendo sido observador e participante. Em termos de deontologia, não são anotados quaisquer problemas dado que os dados foram trabalhados de forma tal que não existem informações secretas, antes se elencaram elementos que servem de construto de partida, tão característicos de uma fase exploratória.

O desenvolvimento deste trabalho de campo teve como suporte um roteiro de observação ao qual foram associados registos feitos em bloco de notas, este adotado como sistema de registo. Teve associada uma leitura cronológica a que se agregou o local de observação, a Instituição principal ligada à observação, o projeto, a tipologia de doador, a função do participante ou comunicante observado que deu origem ao registo (no caso de um discurso verbal). A estas referências surgem associados os registos de fatos, diálogos e observações a que ligamos a respetivas interpretações da investigadora. Acrescentamos que se transcreveram alguns textos retirados de documentos estando em arquivo as cópias, a que conseguimos aceder.

A transcrição integral de algumas intervenções foi privilegiada assim como os escritos de alguns intervenientes nos projetos. Anotamos que aos 122 registos de fatos, diálogos e

---

<sup>63</sup> Locução comumente utilizada no país que nos coloca na realidade da compreensão e do conhecimento que cada indivíduo tem do comportamento do outro. Sobretudo da observação que faz a partir de uma linguagem que por vezes é esquiva ao estrangeiro.

observações decidiu-se aplicar um corte incisivo que nos conduzisse através da essência do fenómeno a que respeita este trabalho, isto é dizer que se extraíram os elementos mais relevantes e intensos. Esta seleção de registos justifica-se pela abordagem que deles é retirada, isto é, reportarem a ações ligadas às necessidades locais e aos resultados da ação na comunidade, a ações específicas de Educação, à articulação entre doadores e criação de sinergias, ao envolvimento entre intervenientes e beneficiários das ações, à participação da população na tomada de decisão, a conflitos de interesse e a relações de poder.

Dos aspetos relativos à realidade moçambicana onde os atores internacionais e nacionais interagem e da atuação da Cooperação na implementação das suas intervenções (projetos) no país, damos destaque a falas que caracterizam algumas situações tipo. Preocupam-nos elementos como a sustentabilidade da intervenção do doador - “dinheiro gasto em formação sem visibilidade de resultados”, “as pessoas recebem capacitação, mas depois não avançam. O balanço é feito anos depois e é como se nada tivesse sido feito”.

Igualmente críticos são os conflitos de interesse e exercício do poder que impacta os mais pobres e os despromove no acesso a recursos: “aqui bebe-se chá com capim”, “quando um projeto tem construção há terrenos associados, sobretudo em grandes áreas, os que trabalham no projeto assim como os dirigentes das Instituições ligadas tiveram acesso facilitado a terrenos os quais se verificou serem os de melhor localização e melhor área”, “faz-se lobby entre instituições para se alcançar um determinado objetivo do projeto, mas é tudo muito entre dirigentes e sustenta o interesse de alguns”, “só funciona assim”, “é necessário verificar onde está a falhar o acompanhamento sério”.

Interessantes são algumas observações registadas pela investigadora, que não correspondem a falas, que destacam aspetos positivos como a importância de *potenciar ligação entre projetos*, um *formador que é escolhido localmente e passa a ser um elemento da comunidade mais respeitado pelo incremento dos seus conhecimentos*, a limitação que constitui *mostrar a sua iliteracia é humilhação cultural*, a *vontade em comunicar com os Governadores dos Distritos a fim de apresentar planos de formação e de interação*, introduzir formadores e educadores locais para disseminarem os conhecimentos adquiridos cria *uma proximidade facilitadora do diálogo e intenção de disseminar a todos os ministérios as ações de formação, de alargar a todos os funcionários sendo que estes, por sua vez, provenientes de várias localidades, de diferentes famílias, levarão novos conhecimentos, novas formas de estar na comunidade*.

*Além disto é tido em consideração que na comunidade a pessoa a quem é dado o acesso ao conhecimento, que é incluída em coisas evoluídas e novas, é respeitada e tem ainda um maior dever para com esta. Menos apelativo é o registo acerca da leitura de uma mensagem de email a pedir a máxima discrição naquele pedido de participação mensal de dinheiro e, na seleção de fornecedores num projeto percebeu-se que os presentes se conheciam.*

Estamos em condições de afirmar que os *registos de fatos, diálogos e observações* têm correspondência em termos de Categorias de Análise, a uma unidade de contexto. O mesmo é dizer que as *interpretações* que lhes são feitas ajustam-se a uma unidade de registo. Antecipamos que se ligam à Categorização que se solidifica a partir da análise de conteúdo às entrevistas. Esta é a moldura preliminar construída pelo observador direto que integra a fase de trabalho exploratório e com ele interage. Nela se corporizam as vivências da investigadora da qual se extrai um importante suporte para a gestão das entrevistas e grupos de discussão.

#### **4.2.3 Entrevistas semiestruturadas, um diagnóstico**

Este tipo de instrumento requer o respeito pelo habitual conjunto de procedimentos para qualquer investigação especificamente, segundo Carmo e Ferreira (2008), o rigor dos objetivos, o formular hipóteses e questões orientadoras, identificar as variáveis relevantes, selecionar uma amostra, testar e administrar o instrumento para depois poder analisar os resultados.

Relativamente ao tipo de questões optou-se pelo tipo de questão aberta já que se pretendia deixar espaço para que do participante se obtivessem informações que nos permitissem fazer uma primeira construção em torno do nosso problema ou seja “dar a oportunidade de exprimirem as suas opiniões sobre o tópico a ser investigado” (*ibidem*, p.101). Associou-se-lhe outro tipo, em alíneas, cuja opção é da escolha do inquirido. Estes dois tipos de aplicação das questões satisfizeram as nossas necessidades em termos do que se pretendia, sondar e conhecer; serem sucintas e muito objetivas permitiu que evitássemos a ambiguidade e qualquer imprecisão que pudesse advir para falta de experiência da investigadora.

Posto isto, com toda a informação foram criadas as condições para prosseguir para a conceptualização e aplicação do instrumento seguinte.

#### **4.2.4 Entrevista aos informadores privilegiados**

A interação direta com participantes do espaço social e cultural assim como de participantes com experiência na implementação de projetos e intervenções de Cooperação no espaço rural constitui outro aspeto fundamental do nosso estudo empírico.

Iniciamos esta seção com Bell (1997) que recomenda seguir meticulosamente a seleção de tópicos a serem explorados, a cuidada elaboração de questões, a seleção do método de análise e a preparação de um plano de teste. Esta foi uma fase em que a investigadora dedicou significativo tempo para assegurar os melhores resultados. Do plano de teste resultaram melhorias, reconfigurações, questões reformuladas e outras retiradas. Sobretudo, anotações que serviram de guia ao exercício do papel de entrevistador. Apesar de o uso de certos termos nas entrevistas não ser tão crítica como nos questionários, já que se está em presença da pessoa com quem se dialoga, a linguagem foi muito cuidada, para que fosse clara e não suscitasse duplas interpretações, mas, que, ao mesmo tempo, abrisse espaço para o diálogo e comentários a que o entrevistado se quisesse dirigir.

Avançou-se numa construção-guia que preparava o evento para a possibilidade de explorar algum conteúdo introduzido pelo entrevistado e que permitia alterar a ordem das perguntas se fosse necessário, sem que o todo pretendido fosse colocado em causa. Foi uma construção morosa, mas que se mostrou útil pela preparação conseguida pois que, além do definido plano de teste, surgiu a oportuna necessidade de redefinir o guião. As questões elaboradas sofreram adequações em função do que se entendeu estar menos bem estruturado já que as próprias respostas dos entrevistados nos levaram a tal conclusão. Foi esta uma prática complementar ao guião que permitiu clarificar o estilo de entrevista e assegurar clareza no objetivo e, muito relevante, uma ligação de proximidade ao entrevistado.

No tempo definido para a entrevista, cinquenta e cinco minutos, o comportamento do entrevistador foi cuidado e preparado na medida em que se instruiu de forma a criar ligações empáticas e construir um à vontade com os interlocutores para sentirem esta interação como uma partilha dos aspetos importantes da sua vida, que ampliam o bem-estar do público-alvo das intervenções de Cooperação e aquilo em que trabalham. Bem vista e observada foi a aplicada a “regra fundamental das relações humanas, a regra da reciprocidade” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 142). Não é demais apontar que a

apresentação do investigador, a apresentação do problema da pesquisa e a explicação do que se pretende do entrevistado serviu a estratégia aplicada e apoiou a gestão das diferenças de cultura entre entrevistado e entrevistador assim como ajudou a ultrapassar a questão associada à posição social do entrevistado (*ibidem*). Este penúltimo aspeto facilmente foi contornado uma vez que há um conhecimento prévio do meio social e cultural onde o entrevistado está inserido o que lhe permitiu uma fácil empatia.

Através dos mesmos autores foi-nos possível compreender que alguns dos nossos entrevistados, sobretudo os que tinham cargos de Direção, foram “um recipiente de informação relevante, mas também, um filtro da própria informação” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 142). Por questões de significância desta fonte de informação foi fundamental cruzar as informações com outras fontes para que de forma alguma a sua fiabilidade não fosse colocada em causa. Daqui a importância da heterogeneidade de entrevistados, o passar dos cargos de Direção para terminar a recolha junto de ativistas que trabalham diretamente e vivem o mesmo espaço da mulher rural moçambicana.

O tipo de entrevista não estruturada permitiu uma boa compreensão do problema. Um aliado foi a experiência que o entrevistador-investigador tinha sobre o tema e as suas experiências. Além de ter facilitado a posterior análise de conteúdo, permitiu atravessar respostas e comentários e abraçá-los de forma exploratória para retirar informação adicional do seu interlocutor. Desta forma deu-se liberdade ao entrevistado para “falar sobre o que é de importância central para ele” (*ibidem*), mas ao mesmo tempo central para o investigador.

Foi tomado especial cuidado como as opiniões que o investigador tinha sobre certos assuntos e dali colocar as questões de forma a que se não influenciasse o entrevistado. Da mesma forma por vezes foi usado o tom de voz para produzir reações no entrevistado, umas vezes intervenção bem-sucedida e outras não tanto.

O processo de registo de respostas utilizado foi a gravação tendo-se analisado as respostas a partir da respetiva transcrição, para que o tempo médio despendido foi de cerca de seis horas de transcrição, por entrevista. Tais gravações foram de elevada utilidade já que ouvir o tom de voz e por vezes verificar sentidos foi um aspeto importante para construir a análise de conteúdo. A verificação a todas as afirmações que integram a narrativa das entrevistas é um dado precioso e que foi cuidadosamente feita, já que jamais poderíamos encontrar-nos numa situação em que tais dados fossem colocados em causa.

Em termos do guião, parte integrante do cuidadoso planeamento, na observação dos objetivos da entrevista, foi considerar as variáveis a partir das quais se construíram as perguntas. Um aspeto em que muito focámos foi no encadeamento das questões, não só pela sua adequação ao objetivo (Carmo & Ferreira, 2008) mas por facilitar o enquadramento de perguntas melindrosas e porque se percebeu do período de teste que aspetos explorados criavam o direcionamento para outros. A investigadora recorreu à elaboração de uma cuidada e completa ficha metodológica que, da sua experiência, permitiu uma antevisão de alguns problemas e ao mesmo tempo elencar elementos, pormenores, que fizessem a diferença, positivamente, na aplicação deste instrumento. Tal ficha foi estruturada em três partes – objetivos, metodologia e *outputs* – que muito completas e descritas facilitaram o percurso da investigadora neste tipo de instrumento.

A nossa matriz de questões, a partir das quais se conseguiu um à vontade dos entrevistados, que falassem livremente, é composta por quatro perguntas numa primeira fase e, numa segunda, que designámos de realinhamento, por cinco perguntas. Este realinhamento teve lugar uma vez que as três primeiras entrevistas nos deram sinais de que as questões necessitavam ser melhor colocadas por não estarem a gerar dados tão completos como desejávamos. Este realinhamento foi um processo cuidado uma vez que era necessário assegurar uma análise de dados contínua e, sobretudo, a linha condutora principal, a dos objetivos.

O nosso guião constrói-se, em duas partes, de questões direcionadas para a *Atuação da CD em Moçambique* e para as *Mudanças e EDS*. No primeiro momento da entrevista explora-se o projeto profissional do entrevistado e a sua opinião sobre a atuação dos doadores sem descurar a oportuna abordagem à Cooperação Sueca. No segundo momento, partindo da componente educativa-formativa que os projetos contemplam exploram-se os resultados da atuação da Cooperação na vida das mulheres das comunidades rurais, na construção de conhecimento, das suas capacidades, atitudes, valores, comportamentos e mudança de consciência. Adicionalmente, as iniciativas que ajudaram a fazer mudanças, na sua ligação às diferentes personagens comunitárias, onde foi integrada a abordagem à governação local no contexto da defesa da mulher moçambicana rural. Terminaram as entrevistas com a procura de contributos sobre o sonho da mulher rural, assim como o sonho do entrevistado.

A última questão do nosso guião corresponde a uma das locuções que levámos posteriormente para os nossos grupos de discussão e que constituiu uma interessante

abordagem por ter tornado possível obter das próprias mulheres as suas ambições, ou seja, conhecer o que lhes falta neste caso, e ligá-las à visão destes informadores, presentes e atuantes na vida da mulher rural.

Partilhamos que apesar de alguns potenciais participantes terem desistido deixando de responder às mensagens enviadas, outros, por sua vez, com a ajuda de contactos privilegiados, foram uma escolha bastante favorável pelos *inputs* realistas que deram relativamente à posição e vida da mulher rural moçambicana. No geral, notou-se sempre uma boa vontade nas partilhas e disponibilidade para continuar se fosse tal solicitado.

#### **4.2.5 Grupos de discussão com mulheres rurais**

O grupo de discussão insere-se perfeitamente na investigação qualitativa. Enquanto instrumento de recolha de dados proporciona a “produção de discursos orais de determinado grupo social, possibilitando uma representação em que se reflete a dinâmica de uma realidade” (Aires, 2008, p.38). No nosso caso permitiu reforçar a fiabilidade dos dados recolhidos através de outras técnicas e, sobretudo, obter perspetivas da realidade da mulher moçambicana rural. Na mesma autora, o grupo de discussão constitui uma situação discursiva que permite a reordenação de um processo disseminado, sendo esse processo um “conjunto de produções significantes que operam como reguladores do social [...] disseminado no social.” [...] (já que) “no contexto da situação discursiva em grupo (que) as falas individuais se acoplam ao sentido social.” (*ibidem*, p. 39).

Neste sentido, cada mulher participante constituiu parte de um todo que deu origem a um processo gerador de uma imagem do social. Da nossa experiência de aplicação da técnica, cada partilha individual – mulher rural - constituiu-se como perspetiva, ideia e problema que são adquiridos por outro individual e a partir do que constrói a sua fala. Esta realidade tem associada a homogeneidade dos participantes do grupo, em termos sociais. Em termos da amostra, esta “não corresponde a critérios estatísticos, mas a critérios compreensivos” (*ibidem*, p. 40). Como veremos na seção que respeita à amostragem, considerou-se que o número de mulheres é privilegiado na medida em que se constitui como uma representação de famílias daquele meio local, ou seja, cada mulher representa um agregado familiar.

O tempo médio de reunião do grupo foi de hora e meia sendo que no primeiro grupo se despendeu menos tempo do que no segundo não só pelo número de participantes, mas

pela abertura e à vontade surgidos e que beneficiaram este trabalho de recolha de dados. Para o registo das falas das participantes usou-se a gravação de áudio já que se receou que o vídeo naquele contexto tão tradicional acarretasse constrangimento e limitasse a participação.

À semelhança de como se procedeu nas entrevistas, criou-se espaço para introduzir o tema e depois das participantes se inserirem no espaço de diálogo competiu ao investigador gerir e direccionar tal espaço, mantendo a discussão e direccionando-a para o que se pretendia em termos de objetivos da investigação. O espaço criado resultou de convite feito às mulheres da comunidade, este apresentado por ativistas que foram também nossos informadores-chave. Esta ligação é de importância incontornável pela presença de diferentes interlocutores, em diferentes instrumentos, já que nos permite construir e introduzir uma triangulação favorável ao trabalho.

### **4.3 Procedimentos de análise dos dados**

A análise de dados constituiu-se como uma outra etapa do nosso estudo. As nossas escolhas recaíram sobre diferentes instrumentos de recolha e por conseguinte uma análise de dados obtidos a partir desses mesmos instrumentos. A recolha de informação, enquanto procedimento analítico, deu lugar, em todos os instrumentos aplicados, ao desenvolvimento de categorias. Estas por sua vez devidamente analisadas para que se criasse um padrão descritivo a ser interpretado e por fim, identificar relações. Este é o processo de Teorização segundo Colás (Aires, 2008).

A codificação e a análise dos dados permitiram “decidir qual é a nova informação que é necessário recolher e onde pode ser encontrada, para desta forma desenvolver a teoria emergente. Através do método de comparação constante vão identificar-se as propriedades da informação, analisam-se as inter-relações e integram-se numa teoria” (*ibidem*). Nesta lógica, expõe a autora como Miles e Huberman concebem a análise de dados, isto é, “a conexão interativa de três tipos de atividades: redução, exposição e extração de conclusões” (*ibidem*). A redução de dados implica a “seleção, focalização, abstração e transformação da informação bruta para a formulação de hipóteses de trabalho ou conclusões” (Aires, 2008, p.46). Complementar é a exposição que implica uma apresentação organizada da informação para que obtenhamos conclusões e que constituem dados e sobre os quais é preciso pensar, diz-nos Aires, a mesma autora.

Anotamos que a exposição dos dados contém, no nosso caso, a explicação já que a informação é apresentada realçando ligações e mostrando, em alguns casos, evidências que se acoplam no que é a triangulação. Complementarmente, constitui um excelente exercício de criar ligações e alimentar a construção a partir de elementos comuns, uma visão do todo, que conflui com a de Miles e Huberman.

Alicerçando a análise em Bardin (1977) percorrem-se três fases - descrição, inferência e interpretação. Na primeira, a enumeração resumida das características do texto, na segunda o “procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada [...] à terceira fase, a interpretação, na qual se dá “significação” às características” (p. 39). Em termos da leitura efetuada pelo analista, neste caso a investigadora, não foi uma leitura unicamente à letra, como apresenta Bardin, já que se procurou realçar o sentido para que se conseguisse retirar de um segundo plano, ou seja, usar a decifração normal: “atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros “significados” de natureza psicológica, sociológica, política, histórica” (p.41). A decisão recaiu em anotar um indicador de natureza semântica, ao nível dos significados, para identificar as mudanças na vida da mulher moçambicana decorrentes da intervenção da Cooperação Internacional através da EDS.

Posto isto, o percurso apresentado alicerçou-se no método de análise de conteúdo que, apesar de conciliáveis com uma análise estatística, quis o investigador centrar-se no âmbito dos significados e da sua análise. Queremos ainda referir um aspeto que consideramos de relevo, já que foram introduzidas e aplicadas diferentes técnicas de recolha. Daqui decorre que os fatos apresentados são um “produto de vários níveis de interpretação aos quais acabam por se associar os conceitos criados para este trabalho de investigação” (*ibidem*, p. 48) que apoiam na interpretação do fenómeno contemporâneo em estudo. Assim, a nossa teorização constrói a categorização assim como explica o fenómeno que, modificável, tem uma dinâmica atual própria. Concomitantemente, em termos das condições de produção, as variáveis relativas ao contexto de produção da mensagem (Bardin, 1977) conduzem-nos a tais categorias. Assim, terminamos a apresentação do caminho para a análise de dados, da qual partimos para a análise dos documentos selecionados.

### 4.3.1 Análise documental e de conteúdo

O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação. Ainda, em Bardin (1977), objetiva representar “o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar [...] a sua consulta e referência [...] (tendo) por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação” (*ibidem*, p. 39). A autora fala de dois tipos de documentos, os naturais e os suscitados. Os primeiros “produzidos na realidade”, ou seja, toda a comunicação que obtivemos para análise e, os segundos, os suscitados pelas necessidades do estudo sejam as entrevistas, os questionários e as observações no terreno. Em todos nos alicerçamos, em diferentes etapas do trabalho, até chegar ao diálogo com a mulher rural.

Nesta operação de recorte de informação, de criação de categorias segundo “o critério da analogia” (*ibidem*, p. 45), trabalhamos documentação e mensagens. A principal nota que evidenciamos é a de que a análise documental representa a informação de forma condensada e a análise de conteúdo manipula o conteúdo das mensagens para inferir sobre a realidade, refere a autora. Estes são dois pontos essenciais muito embora acabem por convergir e um trabalho proporcionar e facilitar o outro. No nosso caso feito o necessário levantamento documental avançamos para a análise de conteúdo.

A análise de dados a cada conjunto de informação recolhida questiona e verifica a nossa leitura dos fatos. Tem o objetivo de verificar se a mensagem encontrada é válida e generalizável, descobrir conteúdos que confirmem as nossas hipóteses de trabalho e encontrar “elementos de significações que conduzam a uma descrição daquilo de que não detínhamos compreensão” (Bardin, 1977, p. 29). Entramos, desta forma, na análise de conteúdo para que enriqueça a tentativa exploratória e, também, para “exercer a função de administração de prova” (p. 30-31).

Na mesma autora a análise de conteúdo coloca-se como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] que permitam [...] a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção [...] das mensagens.” (*ibidem*, p. 38-42). Nesta linha, seguimos a sua sistematização usando como critérios o número de pessoas implicadas na comunicação assim como a natureza do código e do suporte de mensagem.

Tabela 4.1 - Técnicas de análise e procedimentos de descrição de conteúdo

Código e Suporte	Pessoas Implicadas na Comunicação			
	Uma Pessoa - Investigador	Comunicação Dual	Grupo Restrito	Comunicação de Massa
LINGUÍSTICO				
Escrito	Agendas, diários de trabalho, observações	Respostas a questionários	Documentos internos das Instituições	Livros, Newsletters, Panfletos eletrônicos
Oral	-	Entrevistas Conversações diversas	Conversações de Grupo de diferentes naturezas	Discursos – Rádio - Vídeos
OUTROS CÓDIGOS SEMIÓTICOS	-	Manifestações emocionais, Comportamentos diversos como ritos e a regras culturais		-

**Fonte:** Elaboração própria com base em Bardin, 1977, p. 35

Para tratar a informação obtida a partir dos diversos conjuntos e, mesmo, em cada um deles, individualmente, procedeu-se à fragmentação da comunicação, com um corte tão bem delimitado quanto a percepção permitiu, esta suportada pelo conhecimento e experiência de campo do investigador, pelo contato, de cinco anos, com comunidades rurais e, também, com o meio urbano. Nesta delimitação consideram-se, enquanto unidades de codificação ou de registo, palavras e frases, que nos conduzem a uma análise categorial e, por sua vez, a uma interpretação (*ibidem*).

Com o escolhido método das categorias, “gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas da mensagem” (Bardin, 1977, p. 37), classificam-se os diversos elementos de comunicação para retirar um sentido que apoie a exploração e deduzir dados que digam respeito à CD na melhoria da condição de vida da mulher moçambicana do contexto rural, por forma a tentar estabelecer uma estrutura e referenciar, sempre que oportuno, associações, conforme nos sugere Bardin. Portanto, quisemos extrair uma consequência, “deduzir de maneira lógica” (*ibidem*, p. 39) ligações do fenómeno contemporâneo em estudo, a CD, à melhoria da condição de vida da mulher moçambicana através da EDS.

Importante de questionar é o que cada conteúdo nos pode indicar após a sua classificação, em relação ao contributo para o sujeito e como a Cooperação se coloca nele através dos processos educativos. Nesta base, o conhecimento obtido é classificado, de acordo com a sua natureza e integrado na devida categoria a que tem correspondência uma subcategorização. Esta classificação resultou da organização dos dados, das falas, de cada interlocutor, cada ator do espaço moçambicano. Naturalmente, emergiu da unidade de registo à qual associámos a devida unidade de contexto. Embora esta categorização tenha

encontrado a sua forma com a aplicação das entrevistas, não podemos deixar de explicar que teve a sua fundação no primeiro momento da recolha de dados. Esta classificação, por assim dizer, foi sendo gradualmente alimentada e estreitada à medida que se aplicavam os instrumentos e se recolhiam os dados.

Assim, a narrativa resultante da aplicação dos diferentes instrumentos de recolha de dados, consubstancia-se em duas categorias: objetos da realidade moçambicana e CD na vida da mulher rural. A primeira divide-se em três subcategorias, na consideração do conteúdo das falas dos entrevistados: um contexto histórico, o espaço sociocultural da mulher e a Governação. A segunda categoria, nos seus quatro ramos, é descrita pelas subcategorias políticas e quadro legal, visibilidade e mobilização, Educação para o Desenvolvimento e fatores limitantes. Em termos da Educação para o Desenvolvimento considerou-se oportuna a sua abordagem em termos de conhecimentos, habilidades e comportamentos assim como do valor da moral. O quadro abaixo permite-nos melhor visualizar esta construção:

Tabela 4.2 - Categorias e subcategorias definidas para os dados recolhidos

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	
<b>Objetos da realidade moçambicana</b>	um contexto histórico	
	o espaço sociocultural da mulher	
	a Governação	
<b>Cooperação para o Desenvolvimento na vida da mulher rural</b>	políticas e quadro legal	
	visibilidade e mobilização	
	Educação para o Desenvolvimento	conhecimentos, habilidades e comportamentos valor moral
	fatores limitantes	

**Fonte:** elaboração própria, com dados das entrevistas

Este desenvolvimento em nenhum momento se encontrou separado da nossa pergunta de investigação e teve sempre ligação às partes estruturantes do guião da entrevista e dos grupos de discussão. A análise às entrevistas teve por base a relação do guião com as Categorias de Análise, como abaixo apresentamos:

Tabela 4.3 - Ligação das categorias e subcategorias ao guião da entrevista

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS		ESTRUTURA ESTREVISTAS	
Objetos da realidade moçambicana	um contexto histórico		Atuação da Cooperação para o Desenvolvimento em Moçambique	
	o espaço sociocultural da mulher			
	a Governação			
Cooperação para o Desenvolvimento na vida da mulher rural	políticas e quadro legal			Mudanças e Educação para o Desenvolvimento Sustentável
	visibilidade e mobilização			
	Educação para o Desenvolvimento	conhecimentos, habilidades e comportamentos valor moral		
	fatores limitantes			

**Fonte:** elaboração própria, com dados das entrevistas

No caso dos grupos de discussão:

Tabela 4.4 - Ligação das categorias e subcategorias ao guião dos grupos de discussão

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS		LOCUÇÃO PARA DISCUSSÃO EM GRUPO
Objetos da realidade moçambicana	um contexto histórico		Faltam meios de subsistência, há pobreza. As pessoas estão a sofrer, a mulher sofre todos os dias. Aqui a vida é mais difícil, complica-se mais. Por isso a vida tem história de dificuldade. Tem o nome do problema!
	o espaço sociocultural da mulher		
	a Governação		
Cooperação para o Desenvolvimento na vida da mulher rural	políticas e quadro legal		A oportunidade que deram de aprender e de capacitar é muito boa. Fica-se a saber das coisas. A pessoas empodera enquanto aprende. Pode decidir da sua vida! [...] Mudou a vida, ajudou na dificuldades.
	visibilidade e mobilização		
	Educação para o Desenvolvimento	conhecimentos, habilidades e comportamentos valor moral	
	fatores limitantes		

**Fonte:** elaboração própria, com dados das entrevistas

Depois de recriar as ligações das Categorias de Análise com a estrutura dos instrumentos de recolha de informação acomodamos a relação de tais Categorias com as fontes de dados, na tabela abaixo:

Tabela 4.5 - Ligação das categorias e subcategorias aos instrumentos de recolha de dados

SUBCATEGORIAS	FONTES					
	RELATÓRIOS	INVESTIGADOR PARTICIPANTE	INQUÉRITO	DIAGNÓSTICO	ENTREVISTA	GRUPO DE DISCUSSÃO
um contexto histórico	■	■	■	■	■	■
o espaço sociocultural da mulher						
a Governação						
políticas e quadro legal	■	■	■	■	■	■
visibilidade e mobilização						
Educação para o Desenvolvimento	■	■	■	■	■	■
conhecimentos, habilidades e comportamento valor moral						
fatores limitantes	■	■	■	■	■	■

**Fonte:** elaboração própria, com base nos instrumentos de recolha de dados

Em termos de análise documental, na sua ligação às técnicas de recolha de dados, percorremos o caminho que se apresentou mais adequado. Apesar de extenso e de na fase final da recolha de elementos se concluir que poderia ter sido abreviado, consideramos que colocou sempre a investigadora perante aspetos cuja reflexão foi importante para o processo investigativo.

#### **4.3.2 Codificação dos informantes**

As fontes vivas dos dados que as técnicas de recolha de informação nos proporcionaram têm e devem ser preservadas. São várias as razões sejam de natureza pessoal ou profissional que justificam que aos nomes de todos os intervenientes seja dado o devido sigilo. Por tal, codificou-se o nome de cada participante. No caso das entrevistas foram definidos dois caracteres e no dos grupos de discussão um nome, fictício, por forma a criar a imagem da mulher e facilitar ao leitor uma proximidade com os discursos.

#### **4.4 Contextos e sujeitos de investigação**

Na ótica da investigadora há uma contextualização que tem de ser feita. Parte dela passa por observar a própria investigadora no espaço físico local rural, enquadramento que lhe permitiu construir assunções e uma análise de fácil entendimento já que a experiência do próprio meio se constitui como conhecimento prévio. Falamos aqui de um contexto participativo de aprendizagem que permite construir uma simples e clara, familiar, descrição do espaço do próprio estudo, um contexto e espaço que confluem na medida em que a compreensão e a realidade se cruzam num só elemento. Assim, caracterizaremos o nosso sujeito, a mulher rural moçambicana. Uma caracterização que se completa pela apresentação e exposição da amostra e das participantes na investigação, no compromisso ético.

A outra parte da contextualização contempla a exposição de a nossa escolha incidir na mulher rural, jovem e em idade ativa. Assume-se que a sociedade, especificamente cada elemento da comunidade moçambicana, se dispõe à aquisição de conhecimento que conflua para a melhoria das suas condições de vida e, conseqüentemente, para o fortalecimento de direitos. A escolha da mulher jovem e em idade ativa está em linha com a iniciativa de 2020 do FMI em dar voz aos jovens já que representam uma vasta maioria da população Africana (Mo Ibrahim Foundation, 2020).

O foco no meio rural tem justificação por ser a maior extensão geográfica no país, e porque, de acordo com o Relatório Nacional de Avaliação dos ODS (República de Moçambique, 2020), a pobreza que afeta desproporcionalmente a mulher tem padrões regionais. Neste relatório, sobre a incidência da Pobreza, baseado no Inquérito ao Orçamento Familiar, realizado em 2014 e 2015, refere-se que é nas zonas rurais que a pobreza é mais alta e que: “Uma em cada duas mulheres é analfabeta, aumentando esta percentagem para 62.4% nas zonas rurais, limitando o seu acesso ao rendimento e ao bem-estar.” (p. 31-32).

Constitui ainda substantiva justificação para a seleção do nosso sujeito de investigação que em “todos os indicadores relacionados com Educação e controle sobre os recursos, a mulher encontra-se em clara desvantagem comparativamente ao homem [...] (pois) os fatores socioculturais discriminam e excluem as mulheres e raparigas da vida social, política e económica em Moçambique e limitam o seu empoderamento” (p. 31-32).

Não podemos deixar de fora da nossa fundamentação que a grande maioria das mulheres se encontra no setor informal e agrícola, vive numa sociedade onde “persistem tradições e atitudes patriarcais e culturais prejudiciais à mulher (uniões prematuras, limitação das liberdades da mulher ao meio doméstico, limitação das escolhas da mulher em relação à sua saúde sexual e reprodutiva, desigualdades na posse de activos essenciais como a terra).” (*ibidem*).

Posto isto, decidimos avançar para a caracterização do nosso sujeito entrando no detalhe de a colocar no detalhe descritivo da sua localização geográfica, localização essa que virá a dar espaço ao encontro dos grupos de discussão.

#### **4.4.1 Caracterização da mulher rural do Distrito**

A preocupação com a pobreza das zonas rurais em Moçambique leva-nos a centrar a atenção no potencial transformativo que a intervenção das e nas mulheres de base comunitária tem, ao longo do trabalho designadas por mulher rural. Falamos de uma mulher que vive em comunidades que precisam de ser fortalecidas para que seja colocado à disposição, da própria mulher, formas de obter os recursos necessários para a sua vida e para assegurar os seus direitos. Falamos de mulheres com fraco acesso a bens e serviços, que têm acesso à terra embora desprovidas de mecanismos de apoio para a comercialização e conservação dos seus produtos cujas culturas muitas vezes se perdem.

Esta é uma construção partilhada por uma das nossas interlocutoras, uma ativista moçambicana.

As mulheres rurais que se reuniram por ocasião do 1º Encontro Nacional das Mulheres Rurais, em 2014, construíram, de certa forma, uma definição de si mesmas ao identificarem os constrangimentos que limitam o desenvolvimento local e, muito concretamente, a melhoria da sua condição de vida. Os constrangimentos que desenham a caracterização da mulher rural oferecem o seguinte: uma mulher com fraco acesso e fraco controlo sobre a terra, sobre os recursos produtivos e infraestruturas agrícolas, sobre as novas tecnologias de produção e de irrigação; uma mulher com reduzidos conhecimentos sobre agroprocessamento e sobre conservação de alimentos sustentados pelo fraco acesso à informação e às oportunidades de formação e de troca de experiências, ao capital financeiro e à água potável; uma mulher que vive a existência de constrangimentos culturais e o analfabetismo. Juntam-se ainda a violência e a criminalidade, a fraca participação nas consultas comunitárias e em processos de tomada de decisão.

Na Declaração de Genebra para as Mulheres Rurais, aprovada na Cimeira sobre o Avanço Económico das Mulheres Rurais de 1992, as esposas dos chefes de Estados, preparam um conceito, não menos completo, mas mais sucinto: mulheres pobres e sem acesso a recursos e a mercados dotadas de um amplo conhecimento de culturas alimentares, plantas, animais, métodos e ecossistemas agrícolas indígenas que formam a espinha dorsal da força de trabalho agrícola e que se dedicam a diferentes profissões como agricultoras, trabalhadoras assalariadas, pequenas comerciantes, artesãs, trabalhadoras domésticas industriais, microprodutoras e empregadas domésticas. Esta talvez seja a mais completa definição que encontramos em documentos. Porém não será a nossa já que lhe conseguimos adicionar mais elementos.

Numas breves considerações sobre a necessidade da Lei da Mulher Rural, em 2018 a Diretora Executiva de uma da OP do Programa AGIR II e Coordenadora Nacional de um Movimento Social ligado à mulher rural, diz-nos que apesar de haver algumas pequenas diferenciações na definição de quem é a mulher rural, ela é comum sob o seu carácter de trabalhadora da terra, produtora dos alimentos primários que determinam a sua subsistência e da sua família, comerciante e transformadora rudimentar desses mesmos alimentos primários. Anotou que quando se fala da mulher rural, fala-se da mulher do meio rural, aquela que na sua grande maioria trabalha na agricultura e que, segundo

alguns dados estatísticos, representa em Moçambique uma elevada percentagem do universo de mulheres que vivem no meio rural. No entanto, é igualmente mulher rural, aquela que trabalha na pesca artesanal nas zonas rurais costeiras, aquela que trabalha na mineração nas zonas predominantemente mineiras, na cestaria, na produção de carvão vegetal e outras tantas atividades de índole rural.

São sobejamente conhecidas e faladas as condições e as necessidades das mulheres rurais, a extrema pobreza, as suas vulnerabilidades, o analfabetismo. A sua definição e o seu contexto descrevem uma mulher que vive num permanente problema, perpetuado pela inexistência de uma linha de orientação comum, uma estratégia específica ou de um plano diretor que oriente todos os segmentos e setores da sociedade sobre como tirar as mulheres de uma patologia nacional. Aqui enraizamos a caracterização de cada mulher rural que, em sentimento de gaudium, partilhou connosco sentimentos, problemas, sucessos, necessidades e sonhos.

As mulheres que apoiam a realização desta nossa iniciativa de investigação, através dos grupos de discussão, são das zonas centro e sul do país, de Províncias não distantes o que se justifica, em parte, pela conveniência geográfica. Também porque, como referimos no início deste capítulo, são Províncias e, concretamente, localidades conhecidas da investigadora. Da ampla realidade que conheceu, escolheu duas Províncias: Província de Sofala e Província de Inhambane.

Todas as participantes dos nossos grupos, integram um Movimento Social. Segundo uma das ativistas, os movimentos sociais são instrumentais e definem-se como grupos de pessoas organizadas não institucionalizadas que defendem e representam em juízo ético e moral uma mesma causa e que advogam o conhecimento sobre direitos ou sobre a privação destes. Organizam-se de forma a gerar transformação, seja ela pessoal, coletiva ou a nível das estruturas. O Grupo de Mulheres, a que pertence o Grupo I, fundado em 2014, constitui-se como um espaço dotado de movimento social, gerador de uma rede, baseado na solidariedade entre estas mulheres. É uma experiência surgida em contexto de desigualdades, vivenciada por mulheres rurais, que faz uma construção solidária de respostas a situações de emergência e que se apresenta como uma Rede feminista.

Este Movimento e rede, apesar da simplicidade destas mulheres, apresenta a sua atuação com base em estratégias, específicas, de comunicação e de atuação com o objetivo de dar transparência às ações realizadas no que concerne a recursos financeiros e ao seu

direcionamento. Trata-se, segundo analisámos e o que as ativistas partilharam, de uma modalidade de gestão feminista dos recursos, que resulta do conhecimento específico e ímpar que a própria mulher tem das suas necessidades e das carências que avassalam o seu meio, uma gestão que liga as ações realizadas a resultados, parte integrante de uma abordagem e atuação transformativas. Assim, uma abordagem que coloca e destaca a capacidade de fazer e de executar da mulher, geradora de empoderamento e que ajuda a desconstruir normas sociais vigentes do espaço sociocultural. Uma atuação estratégica que machamba [cultiva] novos conhecimentos e aptidões, portanto, uma oportunidade de melhorar a vida da mulher de base comunitária.

Tomámos conhecimento de que em termos de alocação de recursos as mulheres de base comunitária, rurais, criam comissões para mapear o perfil das mulheres necessitadas e organizam a compra e a entrega de produtos de primeira necessidade, alimentos e insumos agrícolas, como também material de construção. A sua atuação, em alguns casos, foi ainda mais longe com a construção de algumas casas para aliviar o sofrimento de algumas mulheres e suas famílias. Esta experiência feminista moçambicana, baseada na problematização e reflexão, assim como no desencadear de ações coletivas, contribuiu para ampliar o nível de consciência das mulheres sobre os seus direitos no acesso à terra pelo que a podemos ligar, numa lógica de complementaridade, ao processo educativo.

Esta organização e governação do movimento social e da própria Rede de mulheres gera um conhecimento, um modo de atuar com potencial de apropriação global. A mulher rural, consciente dos seus direitos, ouvida nas suas necessidades e participante ativa da estrutura social que integra é construtora da solução para os seus problemas.

Igualmente importante é a pertença e ligação das mulheres do Grupo II a um outro Movimento Social, um Movimento de mulheres rurais. Este Movimento constitui-se como uma plataforma para o empoderamento da Mulher Rural Moçambicana, uma Plataforma de convergência de Mulheres Rurais, que agrega Associações de Mulheres Trabalhadoras Rurais, OSC e afins, instituições e personalidades comprometidas com o empoderamento das mulheres, raparigas e desenvolvimento rurais, no intuito de, numa só voz se fazerem ouvir nas suas aspirações, inquietações e necessidades comuns. Também se constitui como uma força interlocutora e de *lobby* organizado junto ao Governo e de diversos parceiros, também doadores. Este Movimento está ligado a uma Organização Parceira do Programa AGIR II, que trabalha nas áreas do meio ambiente e de

desenvolvimento rural, na ótica de género, com enfoque na mulher e em particular nas mulheres e raparigas rurais, desempenhando a função de Coordenadora.

O Manifesto deste Movimento refere o seu contributo para que se estabeleça um novo paradigma de mulher rural, criando uma mulher rural livre do espectro da pobreza, da fome e do analfabetismo, com segurança alimentar e nutricional garantida e protegida, com domínio das tecnologias modernas de produção e de toda a cadeia de valor dos produtos agropecuários, pesqueiros, silvícolas e minerais, com acesso a títulos de DUAT, acesso aos serviços de extensão, aos sistemas de irrigação, acesso ao crédito e mercados, com saúde e vigor necessários para contribuir ao bem-estar da sua família e ao DS do meio rural e nacional, em todas as vertentes – social, ambiental, cultural, política e económico.

O mesmo documento refere ainda a garantia da igualdade social e de género, integrando a mulher rural agricultora, na planificação e programação das políticas para o desenvolvimento, assegurar o acesso aos fatores de produção e a toda a cadeia de valor, ao agroprocessamento, às formas alternativas de geração de renda, adaptação às mudanças climáticas com vista a sua resiliência, disseminação das leis, à capacitação, formação e alfabetização, à troca de experiências a níveis nacional, regional e internacional, assim como dinamizar a mobilização de recursos financeiros, estabelecer e harmonizar parcerias para impulsionar o desenvolvimento das mulheres e raparigas rurais.

Desenvolver uma vigorosa advocacia, *lobby* e campanhas em prol do empoderamento das mulheres e raparigas rurais agricultoras é o moto do Movimento e que, de fato, consegue juntar e agrupar mulheres que nos dão evidências várias do resultado do seu trabalho. No nosso estudo de caso, abraçamos um dos objetivos, o de formar e mobilizar os conhecimentos combinados, habilidades e os recursos necessários para o desenvolvimento socioeconómico, político, ambiental e cultural da mulher que, por si, promove o apoio, acesso e controlo da terra e dos recursos produtivos pela mulher; e cria condições, espaços e oportunidades para o acesso à informação, formação, debates, sobre assuntos do seu interesse, da atualidade, agendas de desenvolvimento e troca de experiências.

Neste repto encontramos a outra parte elementar do conceito de mulher rural e a confirmação de como a EDS se liga à atuação dos movimentos sociais. Estes, que interatuam com diversos e diferentes atores sociais, entre os quais Cooperantes para o Desenvolvimento, que encontram espaço para apresentar as necessidades do nosso sujeito através da sua forma de agir e se fazerem sentir no terreno. Portanto, uma atuação de onde se pode construir um renovado paradigma de atuação dos doadores e da própria sociedade civil.

#### **4.4.2 Amostra e participantes na investigação**

Nesta pesquisa em que se pretender conhecer a importância e o papel da CD na vida da mulher rural moçambicana e que mudanças proporciona a esta mulher através da EDS, selecionou-se um conjunto de participantes com vista a obter informação que nos permitisse desenhar uma moldura que agrupasse não só um conjunto de opiniões, mas, também, que delas se pudesse construir uma figura real que constituísse um testemunho participativo da própria mulher rural. Também, que, por sua vez, a voz das mulheres rurais completasse o testemunho de informadores-chave, estes também parte de uma população objeto de seleção.

Desta intenção moldámos a nossa população, de mulheres, em dimensão necessária, oportuna. Essa população é representada pelas mulheres rurais moçambicanas. A seleção da amostra, enquanto elemento da estratégia de recolha de dados em termos da metodologia de estudo de caso, teve “por objetivos obter a máxima informação possível para a fundamentação do projeto de pesquisa e criar uma teoria, baseando-se [...] em critérios pragmáticos e teóricos” (Aires, 2011, p. 22).

Anote-se a importância de visualizar que a “investigação qualitativa tipicamente se focaliza em amostras relativamente pequenas, ou mesmo casos únicos, selecionados intencionalmente” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 209). Assim, na impossibilidade de abarcar o grande número de elementos desta população procedemos à seleção já que era evidente a impossibilidade de a observar na sua totalidade, pela sua grande dimensão, abrangência e dispersão geográfica. Ainda assim atrevemo-nos na visualização de que os

resultados da nossa amostra têm o potencial de serem aplicados e refletidos noutros recortes da população<sup>64</sup>.

A dimensão da nossa amostra circunscreveu-se a mulheres de duas Províncias e dois Distritos moçambicanos, que vivem em postos administrativos ou seja numa pequena divisão administrativa do território de características puramente rurais. Daqui acrescentamos que a dimensão<sup>65</sup> escolhida para a nossa amostra é descrita por 29 mulheres rurais que consideramos representativas, portanto uma grandeza que nos proporciona informação [sobre a população].

Falar da nossa amostra implica ainda que nos situemos nos diferentes momentos da aplicação dos instrumentos de recolha de informação. A amostra propriamente dita, aquela a que temos de nos dirigir, e que referenciamos enquanto amostra, é a que representa o nosso sujeito de investigação, ou seja, a mulher rural. No entanto, consideramos que temos um percurso preliminar, em termos de observação e recorte, diretamente ligado ao diagnóstico, análise documental e, sobretudo, de elevada importância, às entrevistas. Nestas referências é imperativo que liguemos os instrumentos aplicados à construção de uma amostra não probabilística já que a seleção dos elementos [das amostras] teve como base “critérios de escolha intencional sistematicamente utilizados com a finalidade de determinar as unidades da população que fazem parte da amostra” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 215).

Numa outra forma podemos dizer que fizeram parte desta investigação diferentes categorias de participantes e todos eles nos ajudaram a captar aspetos da realidade rural assim como da atuação da CD. Poderíamos ter assumido que este ‘todo’ seria a nossa amostra. No entanto, é nossa decisão a referência a uma amostra ‘principal’, digamos, aquela que se refere à mulher rural sem que em algum momento perca valor e importância a amostra de informadores-chave. Por conseguinte, deixamos a possível e existente construção de categorias de participantes que no seu conjunto fazem a construção dos resultados a partir dos dados de análise:

---

<sup>64</sup> Designada por ‘N’.

<sup>65</sup> Designada de ‘n’.

Tabela 4.6 - Ligação das categorias de participantes aos instrumentos de recolha de dados

<b>Categorias de participantes</b>	<b>Instrumento de recolha de informação</b>
Cidadãos moçambicanos	Inquérito por questionário
Académicos - professores e investigadores	Diagnóstico
Gestores de projeto [CD]	
Relatórios intermédios e finais	Análise documental
Relatos de mulheres cedidos a Organizações Parceiras AGIR II	
Forum de encerramento do Programa AGIR II	
Académicos - professores e investigadores	Entrevistas
Ativistas	
Gestores de projeto [CD]	
Líderes de Organizações Parceiras AGIR II	
Outros ators de projetos [CD]	
Mulheres rurais	Grupos de discussão

**Fonte:** elaboração própria, com dados da autora

Apesar de serem as entrevistas e os grupos de discussão o enunciado principal da metodologia aplicada, estes instrumentos foram antecedidos por dois momentos preliminares, isto é, por entrevistas semiestruturadas, ao que se seguiu a análise documental. Sendo uma pesquisa qualitativa procurou-se que a amostra de participantes fosse variada e intencional ou seja, consideraram-se sujeitos que não foram escolhidos ao acaso tendo a investigadora selecionado as unidades de amostragem a partir de critérios específicos (Aires, 2011, p. 22) de entre eles a experiência em gestão de projetos de CD e o conhecimento da sua implementação na realidade rural local.

A amostra opinática é uma modalidade aplicada neste estudo já que se selecionaram “os sujeitos em função de um critério estratégico”, no nosso caso aqueles que o investigador identificou terem um “conhecimento mais profundo do problema a estudar” (*ibidem*, p. 22-23), mas sem que se desconsiderasse que participariam colaborativa e construtivamente, numa atitude voluntária apesar da participação resultar de contacto estabelecido pela pesquisadora.

Pelas características do próprio trabalho depois de se construir uma prévia codificação e análise aos elementos recolhidos nos primeiros momentos exploratórios concentrámo-nos num critério-conceito inserido numa trilogia espaço sociocultural - Educação e governação - que instigou a investigadora a procurar as pessoas que pretendia, enquanto sujeitos ideais, para lhes solicitar a mais adequada informação. Estamos a falar da

amostragem teórica dada a preocupação com a recolha de informação relevante para os nossos conceitos e que bem confluísse para os objetivos e questão de investigação (*ibidem*).

Entramos na aplicação de outro instrumento, aquele onde cai a nossa ‘amostra foco’, a amostra das mulheres rurais. No caso dos grupos de discussão falamos de uma amostragem por conveniência para o que se utiliza “um grupo de indivíduos que esteja disponível” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 215). Dos mesmos autores retemos que os “resultados obviamente não podem ser generalizados à população à qual pertence o grupo de conveniência, mas do qual se poderão obter informações preciosas, embora não as utilizando sem as devidas cautelas e reservas” (*ibidem*).

A nossa amostra, de 29 mulheres, é por nós vista como de dimensão aceitável tendo-se tido como referência o número sugerido para um estudo experimental ou causal-comparativo, ou seja, 30 sujeitos no todo já que para efeitos de grupo de discussão seria contraproducente e limitador do bom trabalho. Muito embora não tenhamos estimado erros, consideramos que pelo conhecimento da realidade local os elementos recolhidos são representativos da realidade porque facilmente se triangulam positivamente com os testemunhos das entrevistas.

Segundo Eatough e Smith (2011) considerar uma amostra homogénea e de pequena dimensão é uma estratégia que tem o potencial de contribuir para a apresentação detalhada e rica de um contexto. Melhor resultado só adviria de explorar e entrevistar ou debater os assuntos principais da investigação várias vezes com os elementos da amostra, com as mulheres rurais. Este é um ponto que fica lançado em termos de perspetiva futura de aprofundamento da investigação. Os mesmos autores ainda nos conduzem por alguns interessantes fatores que determinam o tamanho da amostra, nomeadamente restrições de ordem prática como sejam a dimensão do território e o tempo necessário para construir relações de confiança com o africano, a riqueza da informação que as 29 mulheres nos ofereceram e a observação do compromisso de envolvimento e partilha assumido por todos os participantes.

Ainda, nos mesmos autores, encontramos o que para nós é uma peculiar menção e que bem caberia num momento futuro da pesquisa, aprofundar o estudo de um elemento da amostra isto é estudar o caso de uma mulher em profundidade. Significa que pode

formular a estratégia do próprio estudo a definição de uma amostra com  $n = 1$ , se fundamentarmos a nossa escolha numa análise interpretativa de fenómenos.

Em termos da dimensão da amostra assumimos que os resultados são generalizáveis à população apesar da existência de importantes diferenças entre normas e culturas, espaços sociais e culturais, que se encontram ao longo de todo o país, Moçambique. Da nossa experiência de campo não afirmamos que os resultados são apenas válidos para a amostra já que se identificam aspetos comuns nas diferentes realidades da mulher rural. Não obstante isto defendemos que não se façam generalizações sem a devida comprovação da realidade local e comunitária que se pretenda estudar e observar.

Não queremos encerrar esta exposição sem fazer referência ao corpo de documentos consultado para auxiliar a recolha de elementos e apoiar a construção das duas principais metodologias aplicadas neste trabalho, as entrevistas e o grupo de discussão. Tais documentos, lidos e analisados, maioritariamente de avaliação, respeitam ao período da segunda fase do Programa AGIR (AGIR II). Os restantes fazem a necessária introdução e apresentação do teor e das teorias associadas a esta Cooperação e doador. Nesses relatórios encontra-se presente a avaliação externa à atuação o que nos coloca em confortável posição em termos de se obter e apresentar uma imagem isenta e crítica, sujeita à isenção e à não influência por possíveis interesses.

A experiência deste trabalho e a análise mais aprofundada, fundamentada na literatura, levam-nos a especular e a abrir espaço para a importância de uma análise quantitativa dos dados qualitativos e a propô-la no campo de trabalho que fica em aberto e nas linhas de investigação que se possam propor a partir deste estudo.

#### **4.4.3 Questões éticas de investigação**

A ética é um conceito que já apresentámos na nossa narrativa e que foi inserida num contexto muito próprio, o da Cooperação, nosso objeto. Contudo, como sabemos, um termo não se extingue antes se coloca sob diferentes domínios e intervenciona diferentes disciplinas. Nesta fase é referenciada em termos da conduta e comportamento do investigador.

A nossa pesquisa tem uma construção no tempo o que significa que, apesar do seu planeamento, é desconhecido o processo de inter-relações que se vai estabelecer muito embora se anteveja uma dinâmica que as constrói não só pela necessidade do

investigador, mas também porque os sujeitos estabelecem em si um compromisso. Esse compromisso decorre em parte, na nossa análise, da oportunidade que aquele indivíduo tem de exaltar aspetos positivos ligados às suas experiências, principalmente profissionais, ligadas ao orgulho pessoal que a concretização acarreta. Em alternativa, decorre da oportunidade que o diálogo cria, de denunciar práticas ou características menos positivas ligadas ao tema abordado. Na maioria dos casos construiu-se uma relação fortemente empática com os sujeitos e, noutros, até se anteviu duradoura no tempo e, futuramente, colaborativa para fins sociais.

De Bogdan e Biklen (1994) recolhemos estilos e sugestões, aplicados no nosso contexto real, tais como a preservação adequada dos relatos verbais, a partilha dos objetivos da investigação, a partilha da intenção de publicação de resultados para fins científicos ou que possam constituir uma ação de advocacia em prol dos direitos das mulheres rurais, a elucidação de que não existe qualquer ligação - positiva ou negativa - de natureza político-partidária e, mais, a “devoção e fidelidade” aos dados sem os “confeccionar ou distorcer”.

Nos seus vários significados, a ética tem um importante peso no desempenho de todas as atividades e, em especial na investigação. No nosso trabalho, coloca-se, sobretudo, na dimensão da preocupação com a proteção dos *sujeitos humanos*. Neste trabalho assegurámos a participação voluntária e a proteção de riscos que pudessem advir da exposição (*ibidem*, p. 75). No nosso caso estivemos na presença de alguns sujeitos em que o anonimato nos poderia trazer alguns ganhos, seja por razões de maior credibilidade ou outras, especialmente aqueles junto de quem aplicámos as entrevistas, por serem figuras públicas de relevo na sociedade moçambicana. Outros por terem cargos que profissionalmente os destacam, mas cuja exposição poderia acarretar, potencialmente, situações de desconforto.

Na perspetiva do tratamento dos dados, nos diferentes momentos da recolha de dados, a aplicação dos nossos instrumentos teve associada o recurso a um formulário eletrónico onde foi inscrito o compromisso de anonimato e de segurança. Portanto, quando nos referirmos aos dois momentos exploratórios preliminares lembramos a elaboração de um formulário eletrónico no qual fizemos constar não só a informação sobre o estudo, mas também a pertinência do uso exclusivo dos dados que estávamos a recolher. Ainda, o fim a que se destinavam os resultados e o nosso compromisso, com a salvaguarda e armazenamento dos dados assim como a codificação de que seriam objeto. Também, no

que concerne a consentimento tinha implícito o uso das respostas obtidas para fins académicos.

Aos sujeitos humanos que integraram os grupos de discussão, as mulheres rurais, foi apresentado verbalmente o fim a que se destinava a informação, que ambicionávamos que partilhassem em discussão, e assumido por nós, que, sob nenhuma condição seria divulgado qualquer elemento que permitisse identificar aquela mulher ainda que, a nosso ver, a identificação de um sujeito pertencente ao mais baixo patamar da pirâmide societária moçambicana pudesse constituir uma mais valia para o próprio indivíduo e, potencialmente, para a comunidade.

No caso concreto da ligação estabelecida com as mulheres foi necessário construir e ganhar a sua confiança enquanto população observada. Na investigadora agudizou o compromisso de respeitar as regras de controlo de informação pelo acesso que lhe foi concedido a um conjunto de “informações secretas e eventualmente sagradas sobre a sua cultura” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 128). Anote-se que este grupo social, simplesmente abordado como mulheres rurais, pode ser observado como restrito já que se coloca num movimento social, pelo que foi necessário vencer “resistências”.

Os registos feitos pelo investigador enquanto observador direto estão igualmente sujeitos às estritas regras da confidencialidade e do anonimato revelando apenas expressões reais e apontamentos da concreta realidade do espaço social, cultural e das condições de vida. No espaço que cabe à análise documental é possível a identificação por estarmos na presença de documentos publicados e acessíveis a todos quantos os queiram consultar. A partir destes documentos recolheram-se elementos ligados à atuação de um doador na sua articulação com Organizações que atuam na sociedade, cooperativamente e como parceiras, que direcionam a sua atividade para assuntos de género.

Podemos assim afirmar que os resultados do nosso trabalho não têm referências que identifiquem nenhum dos sujeitos intervencionados pelos nossos instrumentos de recolha de dados e que tais dados não comprometem qualquer descrição da imagem verdadeira e apropriada da realidade da mulher rural que a CD intervenciona. Apontamos ainda a harmonia subjacente ao que para o investigador é um comportamento adequado seja em matéria do necessário sigilo, seja na sua responsabilidade e integridade moral no contacto com situações nevrálgicas para o bem-estar humano.

A apresentação de resultados e da realidade da mulher rural moçambicana, da sua vida e dos seus constrangimentos de vida, tornou-se possível pela aplicação dos técnicas e instrumentos de recolha de dados apresentados. Apesar de todos terem dado os seus contributos para a constituição de um grupo de elementos, as entrevistas a informadores privilegiados e os grupos de discussão são os que abraçam a maior quantidade de testemunhos e, por conseguinte, oferecem o mais relevante conteúdo para efeito de análise. Todos os informantes assumem um papel insubstituível, mas é a mulher rural do distrito e da localidade para quem direcionamos toda a nossa atenção por ser da própria voz do sujeito que colhemos as mudanças e os benefícios, mesmo as reais e atuais limitações, que a CD através da EDS tem vindo a proporcionar. Assim, o capítulo seguinte constitui-se elementar por nele encontrarmos um conjunto de versões e observações sobre o que impacta a realidade, sobre a atividade educativa que a atuação da CD fomenta tendo como alvo a mulher rural moçambicana.

### **PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

*“Verdes anos na negrura da vida  
No casebre faminto e inflamável.  
Entoando canções de sofrimento  
Eis a mãe sorridente e mal vestida  
Ao colo  
Traz uma criança despida  
Na cabeça  
Uma lata grande cheia de água.  
- Mãe! Por que não choras e por que não gritas? [...]”*

*Mãe Forte – 1962*

*Calane da Silva, Dos Meninos da Malanga, 1981, p. 35*

## **Capítulo 5. A Cooperação para o Desenvolvimento na vida das mulheres rurais: mudanças no quadro da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**

O presente capítulo apresenta não apenas os resultados da recolha de dados, seja documental, entrevista ou grupo de discussão, assim como categoriza tais elementos, numa sequência lógica ao entendimento de como a CD se coloca na vida da mulher rural. Também, como o processo educativo para o DS oferece boas coordenadas e condições para a mudança.

A primeira fase exploratória de análise do nosso estudo correspondeu a um diagnóstico. A segunda passou pela leitura de relatórios de avaliação à atuação dos Parceiros de Cooperação em Moçambique. Esta fase apoiou-se na análise documental dos relatórios de duas das quatro Instituições parceiras do Programa AGIR, nomeadamente OXFAM e We Effect cuja atuação abrange todo o país. A terceira fase da nossa recolha de dados baseou-se não apenas nos diálogos dos entrevistados como deu elevada importância à voz das mulheres rurais e da ativista que nos concedeu a partilha da sua posição.

Posto isto, vamos percorrer em diferentes seções uma agregação sucessiva e sequencial de dados que serão a linha orientadora para gerar diálogo entre as mulheres rurais dos grupos de discussão. As suas perceções e as mudanças que identificam, fazem a construção final da CD e da EDS na vida da mulher rural moçambicana.

### **Análise à primeira recolha de dados: entrevistas e diagnóstico**

Nesta seção vamos encontrar resultados decorrentes de dois momentos exploratórios preliminares, o primeiro iniciado em 2019 e terminado em 2020 e o segundo iniciado em 2020 e concluído em 2021. Conforme apresentámos, um dos instrumentos que apoiou a recolha de informação para a nossa pesquisa foi uma entrevista de diagnóstico, desenhada e aplicada com o objetivo de construir uma abordagem à CD e à EDS. A entrevista deu suporte a algumas questões, tendo apenas três sido acolhidas e especificamente escolhidas para encetar o estudo. Este primeiro momento (M1) é seguido por uma recolha de contributos que adiciona elementos e identifica as áreas que no momento se afiguraram as mais importantes para a estruturação da entrevista aos informadores privilegiados. Esta segunda auscultação (M2) teve por base perguntas de estrutura menos complexa, abertas, que deu a oportunidade de os respondentes exprimirem as suas opiniões tendo como pano de fundo Moçambique.

Centramos agora o discurso na primeira entrevista, realizada entre 4 de dezembro de 2019 e 24 de janeiro de 2020 junto de alguns elementos da sociedade civil informal, sem que fosse delimitada a participação por idades, níveis de escolaridade ou profissão. Contou com a participação de 82 respondentes, maioritariamente do género feminino (78%). Neste caso, as respostas da categorização dos indivíduos apresentam-nos 50% dos participantes casados, dos quais maioritariamente mulheres sendo que deste público feminino cerca de 74% possuem licenciatura ou mestrado, neste caso mais de 50% mulheres. Para a interpretação dos resultados das perguntas usámos gráficos tipo queijo e para a questão de opinião construímos uma tabela e nela fizemos constar os elementos com significado para os participantes, que analisámos e codificámos.

Na principal questão exploratória - opinião dos respondentes em relação ao que deve acontecer na Educação para assegurar o DS - as suas menções circunscrevem-se às áreas que o processo educativo tem de intervencionar. Desta questão criámos um segmento de análise - EDS. No geral, as opiniões obtidas valorizam a mudança de comportamentos e de atitudes associadas ao desenvolvimento da consciência e da capacidade crítica e reflexiva de cada indivíduo. Os respondentes associam a EDS à sustentabilidade, a estilos de vida sustentáveis, a uma cidadania responsável, ao ambiente e consideram-na importante para as questões da inclusão.

Na tabela abaixo apresentamos os resultados por forma a evidenciar a ligação do segmento de análise à opinião dos participantes:

Tabela 5.1 - Perspetiva dos respondentes sobre a EDS

<b>Segmento de análise</b>	<b>Unidade de Registo M1</b>
Educação para o Desenvolvimento Sustentável  [para...]	desenvolver a consciência e a capacidade crítica e reflexiva no indivíduo
	estimular o desenvolvimento moral e ético do indivíduo, a mudança de comportamentos e de atitudes
	desenvolver a responsabilidade social no indivíduo
	a cooperação
	a sustentabilidade
	em estilos de vida sustentáveis
	a inclusão
	cidadania e responsabilidade social
	ligada aos temas do ambiente

**Fonte:** dados das entrevistas

A estes contributos adicionamos outras apreciações ligadas ao espaço social e à atuação do Estado na vida dos cidadãos. Em termos de espaço social os contributos levam-nos para a importância de intervencionar a família para a mudança de comportamentos e para o reforço do seu papel na comunidade, mas de acordo com os aspetos socioculturais dominantes. Em termos de Governação é importante anotar as opiniões centradas na Educação dos líderes e dos servidores do Estado, em direitos e mudança de comportamento assim como a importância da mudança nas políticas de Educação. Vejam-se na tabela estes elementos agrupados pelos segmentos de análise - espaço social e Governação - justificados pelo respetivo elemento de significação:

Tabela 5.2 - Perspetiva dos respondentes sobre o espaço social e a Governação

<b>Segmento de análise</b>	<b>Unidade de Registo M1</b>
Espaço social	intervir na educação da família constituindo-a como educadora
	educar com base nos estilos de vida da comunidade
	educar o indivíduo sobre o contributo que dá para o funcionamento da estrutura social em que está inserido
Governação	investir mais na educação
	educar os líderes para o desenvolvimento da sua consciência e de respeito pelo coletivo
	educar os servidores do Estado
	educar os educadores no respeito pelos direitos do indivíduo
	redefinir e ampliar o conceito de educação
	fomentar a educação em comportamentos socialmente úteis
	intervir mais na aprendizagem ao longo da vida
mudar as políticas da educação	

**Fonte:** dados das entrevistas

Observamos nos resultados a valorização atribuída à mudança de comportamentos e de atitudes, associada a um desenvolvimento da consciência e da capacidade crítica e reflexiva de cada indivíduo, são o ponto central das opiniões obtidas. Temos 56% dos respondentes a concordarem totalmente que a tomada de consciência do indivíduo tem ligação ao DS e influencia a forma como este participa na sociedade. A concordar com a importância da consciencialização do indivíduo temos 42% dos participantes. O conjunto positivo das respostas - 98% - assinala a EDS enquanto elemento orientador para a mudança. A outra questão é centrada na atuação da Cooperação e explora a opinião dos respondentes em relação aos projetos dos doadores, na qual se explora se o foco destas intervenções é o de criar movimentos financeiros em vez de apoiar as pessoas e as suas

próprias necessidades, coloca-nos perante 56% dos respondentes a referirem que em alguns casos isto acontece e 37% afirmam esta ser a realidade.

Posto isto, os dados recolhidos permitem-nos realizar uns primeiros elementos sobre a CD e sobre a EDS. A partir deles, pragmatizamos se a atuação dos doadores é efetivamente focada nas necessidades dos indivíduos e se tem em conta as especificidades sociais e culturais do meio onde atua por forma a criar mudança expondo o papel da Governação para a prossecução deste fim.

Passamos ao segundo momento exploratório preliminar (M2). Esta segunda recolha foi formulada a partir de questões abertas cujo objetivo foi o de gerar assuntos a aprofundar nas entrevistas (Bell, 1997). Assim, uma ferramenta adicional e complementar para ajudar a aprofundar as áreas potencialmente mais importantes para a estruturação e construção da entrevista aos informadores privilegiados. Apesar de se ter objetivado um diagnóstico junto de vinte e dois indivíduos com amplo conhecimento do país, maioritariamente moçambicanos participantes em projetos de CID e membros da comunidade académica, apenas foi possível recolher contributos de quatro dessas pessoas pois ainda que a insistência de comunicação tivesse acontecido repetidas vezes, a investigadora não conseguiu a participação daqueles elementos. Apesar da reduzida participação valorizámos o conteúdo construído pelos quatro participantes por se coadunarem com o conhecimento prévio que a investigadora tem do país e por neles se encontrar ligação aos contributos do primeiro momento exploratório (M1).

Este momento de diagnóstico agregou três questões ligadas às conclusões do instrumento anterior. A primeira, generalista, direcionada para os aspetos a explorar da atuação da CD em Moçambique. A segunda, focada na intenção de conhecer a perspetiva dos participantes sobre o que se deveria mudar na atuação da Cooperação no país. Por último, os resultados da intervenção dos doadores na Educação para a redução da pobreza.

Na primeira questão somos sugeridos a explorar o impacto da Cooperação na melhoria na qualidade da vida dos beneficiários, o relacionamento dos atores locais com os atores internacionais e explorar quem são esses atores. Sobre o que deveria mudar na Cooperação referem a mudança total da narrativa da Ajuda, também da abordagem quantitativista, que desconsidera fatores culturais e locais, para uma agenda que deve ser construída pelas OSC, localmente, e não uma agenda pré-concebida ou imposta. Quanto a explorar os resultados da intervenção dos doadores na Educação, anotam o Estado como

o principal ator para a prossecução deste objetivo, referem a aquisição de competências na perspetiva da geração de emprego e de renda e a importância das ações de monitoria e de estudos empíricos para mapear os resultados verdadeiros das intervenções.

Tal como fizemos em M1, estruturamos os dados em segmentos de análise e unidades de significado:

Tabela 5.3 - Perspetiva dos respondentes ao diagnóstico sobre a CD e Educação

Segmento de análise	Unidade de Registo
aspetos a explorar sobre a atuação	melhoria na qualidade da vida dos beneficiários
	relacionamento dos atores locais com os atores internacionais
o que deveria mudar	mudança da narrativa da Ajuda
	abordagem quantitativista que desconsidera fatores culturais e locais
	uma agenda construída localmente pelas Organizações da Sociedade Civil
resultados da intervenção dos doadores na Educação	o Estado como o principal ator
	aquisição de competências para a geração de emprego e de renda
	ações de monitoria e de estudos empíricos para mapear os resultados

**Fonte:** dados do diagnóstico

Dos dois momentos exploratórios extraímos uma perspetiva global sistematizando a informação essencial que alimenta os objetivos da investigação, sobretudo os passos seguintes. Vemos o espaço social a beneficiar da atuação da Cooperação, tida enquanto geradora de melhorias na vida dos indivíduos. Esse espaço deve igualmente ser beneficiado pela atuação de um Estado que assegure e defenda a geração de bens e serviços públicos para os seus cidadãos e que assegure e defenda intervenções com base nas necessidades locais. A EDS, pelo que empreende, tem o potencial de contribuir para mudanças na vida da comunidade. Desta construção avançamos para a aplicação de outros instrumentos de recolha de dados numa perspetiva de aprofundamento dos aspetos apresentados pelos participantes do diagnóstico.

### **5.1 Resultados da atuação da CD na vida da mulher rural moçambicana: mudanças no quadro da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**

Aprofundar o trabalho exploratório preliminar assim como as observações do investigador e confrontá-las com elementos resultantes da implementação de projetos

significa abraçar uma análise criteriosa de um conjunto de documentos. No nosso caso introduzimo-nos nos documentos específicos do ator da CD que constituiu a nossa escolha. Os primeiros elementos para obter dados da atuação da Cooperação na vida da mulher rural moçambicana são, portanto, os relatórios do próprio doador assim como das Organizações que com ele interagem diretamente fazendo a aplicação prática da sua política de atuação e intervenção.

Deste conjunto informativo e de dados passa a nossa atuação e atenção a ser dirigida para informadores cuja partilha se constitui de especial interesse para a investigação, sejam eles participantes de projetos de Cooperação ou a própria mulher moçambicana, rural.

### **5.1.1 A Agência Sueca de Cooperação e o Programa AGIR II: o ator da Cooperação para o Desenvolvimento do nosso estudo de caso**

A Agência Sueca de Cooperação, da Embaixada da Suécia, cuja Ajuda é canalizada de forma bilateral, diretamente para o país através de um Programa, trabalha para reduzir a pobreza e a opressão. Em cooperação com organizações, agências governamentais e o setor privado, trabalha em 35 países e investe no DS. O seu trabalho é focado em áreas temáticas que têm particular importância no combate à pobreza, tais como democracia, igualdade de género, clima e sociedades pacíficas (Sida, c2020). Trabalha, portanto, a pobreza multidimensional nas dimensões recursos, oportunidades e escolha, poder e voz assim como segurança humana. Aponta Instituições democráticas fracas, falta de emprego, conflitos armados e efeitos das mudanças climáticas enquanto causas da pobreza, não controladas pelas pessoas. São fatores que limitam as escolhas e as oportunidades (*ibidem*). Estas áreas e fatores definem o conteúdo do estudo empírico que encetamos e adiante iremos colocar-nos nelas por serem encontradas na sociedade moçambicana.

Para uma focada atuação a Cooperação Sueca definiu um Programa de ação em Moçambique que trabalha essencialmente com a Sociedade Civil através das áreas temáticas enumeradas e na base dos fatores influenciadores da pobreza, o Programa AGIR.

O AGIR - *Acções para Uma Governação Inclusiva e Responsável* - é então o Programa de apoio e capacitação das OSC Moçambicanas que tem a Embaixada da Suécia como seu principal financiador, com apoio suplementar das Embaixadas da Dinamarca e Países

Baixos. Desde 2015 até 2020 decorreu a segunda fase de implementação do Programa (AGIR II), aquela em que nos focaremos doravante.

O objetivo geral do AGIR II é construção de: *“Uma sociedade Moçambicana onde os seus cidadãos, em particular os grupos mais marginalizados, desfrutem plenamente dos seus direitos à inclusão e igualdade, à redistribuição da riqueza gerada a partir do património do país, a serviços públicos acessíveis, de preço abordável e de boa qualidade, às liberdades civis fundamentais e à representação e participação política, num ambiente pacífico e ecologicamente sustentável”* (Kruse et al, 2018).

Já que os indicadores do Programa para este objetivo incluem melhorias nacionais no desenvolvimento social e de género, redução da pobreza e cobertura dos principais serviços públicos assim como o progresso na consecução dos ODS, liberdade, democracia e governação, considerou-se clara a importância de conhecer a sua forma de atuação. Observou-se numa forte componente de transferência de conhecimento, focada no DS, que em nosso ver descreve a Educação de Qualidade, em resultados potencialmente sustentáveis.

O programa AGIR II atua através de uma estrutura de resultados de três níveis: nível Global – em termos de impacto na sociedade em geral (Nível do Programa); nível das Organizações Parceiras Intermediárias (IPO<sup>66</sup>) - para cada um dos quatro temas do subprograma; e ao nível de Parceiro – em cada projeto individual. O apoio sueco à sociedade civil em Moçambique é então canalizado através deste Programa, em que quatro OSC atuam como IPO com um objetivo geral comum de apoiar as organizações locais moçambicanas, as designadas OP(PO<sup>67</sup>). As IPO são a Oxfam IBIS, Oxfam Novib, Diakonia e a We Effect<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> Intermediary Partner Organisations.

<sup>67</sup> Partner Organisations.

<sup>68</sup> Diakonia focuses on the right to free and fair elections, multi-party democracy, and defence of the human rights of marginalised groups such as women, children and disabled, on legal assistance, SRHR and gender-based violence. (b) Oxfam Ibis focuses on right to access to information, support to media including investigative journalism, support and strengthening to parliaments at all levels, and support to community-based change agents specially regarding monitoring the quality and coverage of the public services. (c) Oxfam Novib focuses on budget monitoring, expenditure tracking, social audits, tax justice, state resource allocation, SRHR, the country’s mineral resources and gender-based violence, defence of marginalised groups such as LGBT and PLWHAs. (d) We Effect focuses on rights connected to land and natural resources, on direct impact of extractive industries on surrounding communities, rural development policies, climate change and environment. (Sida, c2020, p. 29)

O Programa divide-se em quatro Subprogramas, implementados por Organizações Intermediárias que atuam com base em cinco desafios assentes nos direitos essenciais como o direito à inclusão e igualdade, direito à redistribuição da riqueza criada a partir do património do país, o direito a serviços públicos acessíveis, de preço abordável e de boa qualidade, o direito às liberdades civis fundamentais e a desfrutar do Estado de direito e o direito à representação e participação política (Sida, c2020).

O Programa AGIR (II) procura tratar “questões que sejam altamente relevantes para os desafios e necessidades do desenvolvimento de Moçambique que, tendo uma abordagem ao desenvolvimento alicerçada nos direitos, desafia, monitora e avalia as políticas e actividades do Governo que é cada vez mais fraco e menos receptivo, em particular aos níveis local/distrital” (*ibidem*). Sabendo que estes aspetos influenciam a qualidade de vida da mulher moçambicana e que esta é parte integrante, um beneficiário bem declarado nos documentos que analisámos, temos matéria para justificar a nossa escolha de doador.

A abordagem de advocacia, de direitos e de responsabilização é também um fator de destaque e escolha, por trabalhar a redução da pobreza, a igualdade de género, o ambiente e os direitos humanos, cuja atuação das Organizações, que constituem os Subprogramas, em conjunto com os parceiros/projetos individuais, resulta num trabalho importante para o nosso estudo.

O Programa tem dois conjuntos básicos de objetivos e duas teorias de mudança. Nos objetivos temos o desenvolvimento de capacidades entre as OSC moçambicanas e o uso dessa competência e capacidade para cumprir os objetivos de Desenvolvimento. Em termos de teoria da mudança a lógica do programa é baseada na ideia de um processo de três etapas de mudança:

- apoiar e fortalecer organizações de defesa de direitos deve levar a uma sociedade civil forte e mais vibrante/voz;
- uma sociedade civil que se envolve no desenvolvimento de políticas e/ou mobilizará e capacitará as pessoas pobres por passarem a ser pessoas que reivindicam os seus direitos;
- OSC envolvidas no monitoramento da extensão de implementação das políticas responsabilizando o governo pelas suas promessas.

As OSC enquanto estrutura organizativa, cujos membros servem o interesse geral através de um processo democrático, atuam junto das populações e dos grupos vulneráveis que,

no caso de Moçambique, gera uma atuação favorável à própria sociedade. Ao fortalecer a capacidade das OSC para assegurarem uma maior participação pública nos processos de desenvolvimento, na promoção do acesso à informação, na exigência da prestação de contas do Governo, na luta contra a corrupção, na monitoria das políticas governamentais e na promoção do respeito pelos direitos humanos dos pobres e marginalizados, incluindo igualdade de género, o AGIR II propõe-se contribuir para uma melhor governação e uma democracia mais profunda e mais inclusiva em Moçambique.

No caso específico da Governação, e porque já a abordámos em capítulo anterior, continuamos a reiterar o seu papel positivo, através da adequada intervenção e atuação. Uma Governação fraca constituirá sempre uma barreira à atuação dos agentes e limitará a concretização dos objetivos.

Com base neste resumo do que são a atuação e os objetivos do Programa e das suas Parceiras, muito direcionado para o meio local, portanto rural, vemos a oportunidade de analisar e expor um modo de atuação que nos parece bem concebido para ir de encontro às necessidades da mulher rural, sobretudo na sua satisfação através da Educação, área em que antevemos o Programa forte, por não ser estrito nem limitado na sua observação daquilo em que constitui a transferência de conhecimento para o empoderamento em diferentes níveis.

No entanto, apesar da nossa posição, é questionável o impacto da Teoria da Mudança do Programa em termos de mudanças políticas e socioeconómicas já, segundo Relatório de Avaliação Intermédia da Cooperação Sueca (2018) não há garantia de que OSC mais fortes contribuam para políticas mais pró-pobres e/ou que o Governo seja recetivo a conselho/pressão; da mesma forma não há garantia de que o papel e o trabalho das OSC são por si suficientes para explicar mudanças políticas e resultados. Tudo isso não significa que o programa AGIR II não tenha contribuído para o tipo de mudanças abrangentes que estão previstas, mas sim que tal ligação não pode ser verificada dentro das estruturas atuais do Programa.

No caso do nosso estudo é necessário agora introduzir com detalhe as IPO já que são elas que vão atuar para implementar o Programa AGIR (o II, considerado o nosso período em estudo). Referimos já que as IPO são a Oxfam IBIS, Oxfam Novib, Diakonia e a We Effect. Doravante vamo-nos centrar apenas em duas, a OXFAM e a We Effect, não para estudar a Organização em si, mas para abraçar os resultados do seu trabalho enquanto

subsidiárias do AGIR II. A seleção destas duas IPO deve-se num primeiro momento às áreas de atuação de cada uma e, num segundo, a limitação decorre das dificuldades de acesso à informação e, ao mesmo tempo, aos próprios informadores ainda que o diálogo tenha chegado a acontecer com a Diakonia, a um nível superior.

### **5.1.2 Análise aos relatórios dos Subprogramas**

Estes documentos foram obtidos na sua maioria a partir de pesquisa com recurso à *internet*, nos *websites* da Cooperação Sueca e de OSC (parceiras). Alguns cedidos pelos representantes dessas Organizações, em Moçambique, que após diálogo preparatório para as entrevistas, gentilmente os partilharam.

Esses documentos, relatórios, foram elaborados, no caso do Programa implementado pela Cooperação Sueca – Acções para Uma Governança Inclusiva e Responsável (AGIR), por uma avaliação independente e pelas próprias Organizações Parceiras. Entrar no Programa AGIR obriga-nos a observar dois momentos 2010 a 2014 (AGIR I) e 2015 a 2020 (AGIR II). Este último a nossa referência. Sobre o primeiro momento pouco incidiremos senão para anotar resultados e recomendações a partir dos relatórios finais de 2013 e de 2014.

Falamos de documentos cuja informação é funcionalmente estruturada e que contemplam as áreas estratégicas da atuação, baseiam-se no conjunto de objetivos da segunda fase do AGIR II, têm em conta as teorias da mudança do Programa e, especialmente importante, têm referência e em linha de conta os três níveis da *framework* de resultados do Programa<sup>69</sup>.

Temos uma análise estruturada em duas partes, uma construção hierarquicamente organizada<sup>70</sup> em termos da dependência e ligação que cada entidade tem com a outra, considerado o doador Sueco. A primeira parte respeita à Agência Sueca de Cooperação (SIDA) e ao Programa AGIR e a segunda a dois dos seus Subprogramas. Na segunda parte temos um conjunto documental representado por uma amostra dos subprogramas do Programa AGIR II - OXFAM e We Effect.

---

<sup>69</sup> The AGIR II Programme operates with a results framework at three levels: Overall in terms of impact on society at large (“Programme Level”); for each of the four subprogramme themes (“IPO-Level”); and at the level of each individual project (“Partner Level”). The idea is that by aggregating results ‘upwards’, the Programme will be able to show a hierarchy of results and come up with a ‘global impact’ taking all levels into account. (Sida, 2018, p. 37)

<sup>70</sup> Refere-se à ligação à *framework* analítica do Programa AGIR II

Os relatórios da atuação do doador foram de importância ímpar para o nosso trabalho. Relativamente à Cooperação Sueca é tomado em consideração o mais recente relatório de avaliação anual a que tivemos acesso, datado de 2019, referente a 2018. Foram objeto de trabalho os documentos de 2015 a 2019. Os documentos de 2020, relatórios finais, estão indisponíveis e mesmo o pedido de apoio para a sua angariação não tornou possível obtê-los.

Em termos do subprograma OXFAM consideramos para análise dois documentos, o documento de Programa e o relatório trianual do subprograma. No subprograma WE Effect tivemos acesso a três documentos, o relatório da avaliação intermédia de 2018, o relatório trianual de 2015 a 2017 e o relatório anual de 2019. Veja-se no quadro abaixo a identificação da nossa amostra documental:

Tabela 5.4 - Lista de relatórios analisados do Programa AGIR II, da OXFAM e da We Effect

<b>Parte I – no Agência Sueca e no Programa</b>
<b>Sida - Agência Sueca de CD Internacional</b>
1. Evaluation at Sida, Annual Report 2018, 2019
<b>AGIR I</b>
2. Mid-Term Review of the AGIR Programme, Final Report, 2013
3. Evaluation of thematic results achieved and demonstrated within the Programa de Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável – AGIR, Final Report, 2014
<b>AGIR II – 2015 a 2020</b>
4. Relatório do Fórum Consultivo AGIR 2018, elaborado pelo Programa de Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável
5. Mid-term Evaluation of Swedish government funded Civil Society Support through the AGIR II Programme in Mozambique 2014–2020, 2018
<b>Parte II – nos subprogramas</b>
<b>OXFAM</b>
6. Programme Document for the Program of Actions for an Inclusive and Responsible Governance (AGIR II) in Mozambique 2015-2020
7. AGIR Sub-Programme Triennial Report 2015-2017
<b>We Effect</b>
8. Relatório da Avaliação de Meio Termo - 2018
9. Triannual Report 2015-2017
10. We Effect Annual Report 2019

**Fonte:** Elaboração própria, com dados da base documental

Vemos a nossa análise documental na perspectiva de construir um mosaico de ligações, no sentido de identificar o posicionamento da CD na vida da mulher rural moçambicana e de identificar as mudanças na vida dessa mulher no quadro do processo educativo, este focado no DS, promovido pelas organizações dos subprogramas e pelas OSC parceiras. Portanto, a análise em que avançaremos adiciona contributos, extraídos dos próprios documentos, para dar corpo a este objetivo e ligá-lo a evidências e a resultados da Cooperação e da Educação na vida da mulher rural moçambicana. A análise levou-nos ainda a explorar referências à Governação e ao meio local, pelo seu potencial estruturante, condicionante e/ou consolidador dos resultados das intervenções.

Apesar do largo espectro de informação que estes documentos nos proporcionam, e de fazermos menção a uma ampla gama de assuntos – já que todos exercem um papel na vida da mulher e nos quais a Educação pode ter uma palavra resolutiva - a nossa seleção e atenção converge fundamentalmente nas práticas educativas direcionadas para a mulher rural moçambicana. A anteceder esta análise fica a indispensável apresentação da missão e visão da Agência Sueca de Cooperação e do Programa AGIR II, enquanto enquadramento.

#### **5.1.2.1 A atuação dos Subprogramas OXFAM e We Effect**

Nesta seção avançamos para a atuação das OP do Programa AGIR II, a OXFAM e a We Effect, também referidas como Subprogramas. Os documentos reunidos foram elucidativos sobre a sua atuação e permitiram-nos centrar na componente Educativa. Nessa observação apresentamos as referências à CD na atividade das OSC, Parceiras do Programa AGIR II. Também para a atividade que desenvolvem ligada à formação e que, no nosso conceito de Educação, se constitui como processo educativo. Ainda, identificamos as mudanças que ocorrem na vida da mulher rural, no quadro desse processo educativo.

Neste cômputo centramos o discurso nos beneficiários dessa atuação, muito especificamente direcionando o olhar para as mulheres rurais, nas metodologias usadas para a prossecução dos fins e objetivos das intervenções assim como nas áreas de atuação. Todo este elenco resulta da análise aos documentos identificados.

No que concerne à Cooperação, os documentos da OXFAM abordam-na enquanto:

- contributo para o fortalecimento da capacidade dos cidadãos e da sociedade civil numa perspetiva de ligação entre as OP;
- construtora de conhecimento dada a eficácia da advocacia feita pelas OSC;
- geradora da dinâmica da mudança social e comportamental;
- mobilizadora da gestão dos recursos minerais;
- geradora da participação das mulheres nas indústrias extrativas;
- geradora do exercício da cidadania e da participação na política;
- geradora de visibilidade das causas ligadas à violação dos direitos constitucionais dos grupos marginalizados.

Nos documentos da We Effect a Cooperação é considerada a partir dos princípios internacionais, referida na perspetiva da ligação entre parceiros, às ações de advocacia para a igualdade de género, ao aumento do rendimento das mulheres e ao seu empoderamento por meio do controlo da terra. Encontra-se a interessante abordagem de alocar metade do suporte financeiro da CD, da dotação financeira atribuída a cada Organização Parceira, em benefício das mulheres, portanto 50% dos recursos. Este aspeto revela a sensibilização para o importante problema da pobreza da mulher e da sua vulnerabilidade, vemo-lo como um marco.

Da leitura sobre a atuação da We Effect extraímos a melhoria das condições de vida das comunidades assim como dos serviços que lhes são disponibilizados e o aumento dos rendimentos como consequência do desenvolvimento da capacidade dos cidadãos. Trata-se de “um marco de progresso em termos do ODS2 - Fome Zero e do 3 - Boa Saúde e Bem-estar” (We Effect, 2017, p. 40).

Apontamos que a referência à formação nos documentos das IPO se coloca também ao nível das Organizações Parceiras, para o fortalecimento da sua capacidade interna, focada no *staff*. Temos de referir que esta construção desencadeia envolvimento das Organizações que assumem a sua posição de liderança na criação da agenda do Programa para que seja adequada às necessidades dos beneficiários, através de sessões de formação, workshops, cursos, seminários ou outros eventos similares.

Em termos gerais, ou seja, das duas IPO, da experiência da primeira fase do AGIR (I) resultou a importância da formação construída à medida (We Effect, 2017; OXFAM, 2018), que passou a ser uma prática na segunda fase. Este aspeto torna-se evidente quando nos deparamos com a adequação e a formatação direcionadas para a um público-alvo.

Nos relatórios dos dois Subprogramas são inúmeras as referências a formação, a capacitações, a workshops, a círculos de estudo, a ações de advocacia assim como outras ações de caráter informativo e formativo que contam com a participação das mulheres sendo que algumas lhes são especificamente direcionadas. De destacar é a formação de círculos de estudo<sup>71</sup> organizados dentro das comunidades enquanto ferramenta para encontrar soluções para os problemas locais do dia-a-dia. Retiramos ainda dos documentos a formação em advocacia e o envolvimento da comunidade para a redução da violação dos direitos das mulheres, na área de gênero, direcionada a líderes de comunidade e a indivíduos com cargos relevantes na sociedade. Também para jovens ativistas, na área da saúde sexual e reprodutiva e direitos humanos dos grupos vulneráveis. Também a referência à construção de capacidade para a Governança através da formação e de *mentoring* a líderes governantes assim como realização de atividades para influenciar a governança local através de formação junto das comunidades.

Nas várias referências à formação temos o empoderamento de mulheres e das raparigas enquanto resultado. Temos nota de formações em gênero, saúde sexual, gestão de recursos naturais, agricultura, legislação agrária e ambiental, nutrição e segurança alimentar, direito à alimentação, ambiente, mudanças climáticas, fontes sustentáveis energia e direito à terra. Retiramos que as intervenções educativas são influenciadoras de melhores oportunidades de expansão dos rendimentos da mulher. O empoderamento, ou seja, a capacidade e habilidade concretizadas no exercício dos seus direitos, acontece com a oportunidade educativa e será explorado neste trabalho junto das próprias mulheres rurais.

O essencial que retiramos da atuação dos Subprogramas é de que a formação aparece ligada ao diálogo com a comunidade e ao envolvimento com as suas necessidades, logo com os problemas ao nível local. Mas há mais, existe um conjunto a ser intervencionado que por nós é explorado na seção seguinte.

#### **5.1.2.2 Beneficiários e metodologias da atuação dos Subprogramas**

Falar de beneficiários é relevante para o nosso contexto de estudo já que a OXFAM e a We Effect acabam por não intervencionar apenas as mulheres, de forma isolada. Existe

---

<sup>71</sup> Study circles is an adult learning tool based on using the local knowledge supported by study material about the issue in discussion. Local people identify their problems and try to find local solutions for their problems, by exchanging experience. (Oxfam 2018, p.21)

todo um conjunto de atores que temos de salientar enquanto público integrante da sua atuação, em concreto no processo educativo que desenvolvem. Certo é que é à mulher rural a quem dispensamos a nossa total atenção, mas não a desligamos de todo um processo interventivo de desenvolvimento junto dos demais agentes da sociedade. Por tanto, ligamos estes agentes aos resultados da Educação para a melhoria da vida da mulher rural moçambicana e apresentamos as metodologias de atuação que são utilizadas pelas OSC e pelas Organizações Parceiras.

As OP também intervencionam os indivíduos com responsabilidade na sociedade em geral (parlamentares, juizes, procuradores, promotores, policiais, profissionais de saúde e outros) e nas comunidades (nomeadamente líderes comunitários) através da formação, orientação prática e mentoria (OXFAM, 2018, 2019). Segundo o relatório de 2019 da OXFAM é um verdadeiro desafio ter líderes morais, de opinião e comunitários, que se manifestem contra os efeitos prejudiciais das normas e crenças tradicionais para as mulheres. Identificamos esta forma de intervenção como um resultado da atuação uma vez que temos líderes a assumirem uma postura mais favorável ao género já que “líderes religiosos e comunitários, incluindo '*matrons*' de ritos de iniciação [...] denunciam a Violência Baseada no Género como um crime. Devido ao seu *status* desempenham um papel muito importante como agentes de mudança na socialização das normas e práticas de género” (OXFAM, 2019, p.21).

Este desenvolvimento e construção de capacidade acontece a partir de um trabalho em rede e em parceria com organizações lideradas por mulheres (We Effect, 2019) com recurso a estratégias de capacitação específicas e metodologias específicas focadas na mudança social e comportamental (OXFAM, 2018). Tratam-se de metodologias voltadas para a participação da comunidade tais como diálogos com a comunidade, comités de desenvolvimento local, cartões de pontuação da comunidade, auditorias sociais, monitoria comunitária independente (*ibidem*) e círculos de estudo (OXFAM, 2017).

Estas metodologias de atuação na comunidade têm o potencial de criar reflexo a partir da vida de cada indivíduo, muito em especial na mulher rural, pois com a capacitação passam a ser agentes de mudança que influenciam os processos económicos, sociais e, potencialmente, políticos:

Pessoas pobres e marginalizadas obtêm o controlo sobre as suas próprias vidas exercendo o seu direito à participação política, liberdade de expressão

e informação, liberdade de reunião e acesso à justiça. Fazemos isso ajudando a desenvolver a capacidade de organização de pessoas pobres, com foco na liderança feminina e nas atitudes / crenças sobre os papéis de género.

(OXFAM, 2019, p.8)

Os círculos de estudo, fazendo parte desta metodologia de atuação, empoderam os participantes em diferentes áreas, o que lhes permite resolver problemas, controlar e mudar a sua condição de vida através do conhecimento adquirido e do próprio ambiente participativo que se gera, “são uma ferramenta para a capacitação da comunidade em [...] legislação sobre terras, reassentamento, meio ambiente e diferentes técnicas de produção agrícola, como agricultura de conservação” (We Effect, 2017, p. 45). O desenvolvimento social acontece e aumenta “o número de pessoas que estão cientes de seu direito à terra e aos recursos naturais [...] estão, portanto, mais preparados para apresentar petições, conduzir manifestações pacíficas e até mesmo apresentar as suas questões junto do tribunal” (We Effect, 2019, p.10-11).

As OSC que trabalham com ligação ao Programa AGIR II, as Organizações Parceiras, e mesmo as IPO, têm um trabalho muito focado no desenvolvimento de capacidades internas com recurso a estratégias de capacitação específicas, que se reflete no aumento da sua capacidade para defenderem e exercerem o seu papel no desenvolvimento do país (OXFAM, 2018). Falamos de uma abordagem de desenvolvimento de capacidades que acontece num ambiente de proximidade, que “Combina uma diversidade de métodos [...] treinamento e workshops para desenvolvimento de capacidade de apoio, workshops específicos, mentoring, criação de ligações, uso de TIC, recurso a grupos-alvo principais” (OXFAM, 2019, p. 13).

Além destes métodos a mentoria também é uma estratégia importante de capacitação, constituindo uma experiência educativa. A mentoria parte de dentro da organização e estende-se, “a OXFAM e as OSC parceiras identificam uma série de mentores experientes e confiáveis em cada Província e em cada subtema que [...] fornecerão um treinamento intensivo no trabalho para líderes, gerentes e funcionários principais nas OSC parceiras” (OXFAM, 2019, p. 14). Assim, capacitação e mentoria cruzam-se. Refira-se que estes mentores são homens e mulheres muito embora o treino seja focado em assuntos específicos pelo que os resultados não vão diferir.

Nesta combinação de atividades e metodologias de atuação na vida das comunidades e da própria mulher rural moçambicana vive, por meio de diferentes atores, um conhecimento que se vai transmitindo e adquirindo. Através destas metodologias, desde 2015, as OP do AGIR II desenvolvem políticas de género, integram o género no seu planeamento e implementam atividades diversificadas de empoderamento político, económico e social para mulheres, tais como alfabetização, promoção de associações ou cooperativas de mulheres, negócios femininos, atividades de geração de renda e grupos de poupança e empréstimo.

Entendidas e apresentadas as metodologias de atuação dos Subprogramas e identificados os seus beneficiários, até mesmo as interligações e interconexões existentes, vamos a seguir focar nas áreas de atuação, que já foram sendo apresentadas na seção que ora terminamos.

### **5.1.2.3 Áreas de atuação**

Nesta subseção queremos apresentar, a partir dos próprios documentos dos Subprogramas, da OXFAM e da We Effect, exemplos alusivos às áreas de atuação do doador, através das suas Parceiras. A capacitação em ambiente, HIV, mudanças climáticas, conflito e abordagem aos direitos, inclusão social e análise ao Orçamento de Estado, receitas e despesas (OXFAM, 2018, p.38) são algumas das áreas abraçadas. Relata a We Effect (2017), como resultado da intervenção nestas áreas, mudanças comportamentais nos participantes das formações em meio ambiente e mudanças climáticas - 88,9% evitam incêndios descontrolados e conhecem o reflorestamento e 70% utilizam boas práticas de pesca devido às formações.

Estes resultados positivos mostram a necessidade de “continuar com a disseminação de informação e da formação” (*ibidem*, p. 43) sobretudo pelos resultados alcançados na área de meio ambiente e mudanças climáticas em 2019, através da inclusão de mulheres e jovens (We Effect, 2019). Sobre a importância e sobre o impacto, encontra-se referência ao aumento do número de membros da comunidade que participam nas sessões de diálogo, onde são ministrados estes conteúdos.

Do ponto de vista prático-metodológico estas sessões de diálogo, que constituem uma aproximação aos já referidos círculos de estudo, constituem-se como uma abordagem à comunidade para receber dela informação sobre os assuntos relevantes e, ao mesmo

tempo, entregar-lhe conteúdo formativo e informativo. Da experiência da investigadora é uma metodologia de intervenção de elevado valor, que ganha força à medida que se estreitam os laços como os elementos da população, sobretudo nos meios locais rurais mais pequenos.

Nesta lógica de capacitação temos outro exemplo-contributo da atuação da Cooperação na vida da mulher rural, com importantes reflexos no seu empoderamento, a “capacitação em uso de fogões melhorados como prática [...] (que) permite mais tempo para as mulheres para outras atividades, como ir à escola e desenvolver atividades comerciais que as tornam mais independentes e, conseqüentemente, as capacita a evitar a violência” (We Effect, 2019, p. 15). Falar de empoderamento significa revisitar as *capabilities* de Amartya Sen, olhá-lo como o conjunto das aptidões que a mulher adquire que lhe permitem exercer a sua liberdade.

Acrescentamos que as OP que trabalham na área temática agrícola<sup>72</sup> consciencializam as mulheres por meio de capacitações para garantir a segurança alimentar, uma dieta equilibrada com nutrição melhorada e contribuir para a redução da pobreza (We Effect, 2017). Uma evidência clara para a relevância destas capacitações é que “cerca de 34.000 agricultores<sup>73</sup> (mulheres, homens e jovens), aumentaram sua produção agrícola ao adotar práticas de agricultura de conservação, agroecologia e agro-silvicultura e diversificação de produtos com resultados positivos como aumento da renda familiar e qualidade dos alimentos e refeições diárias” (We Effect, 2017, p. 12).

Entre 2015 e 2019, “80.424 produtores agrícolas, dos quais 32 961 mulheres, receberam formação e participaram em vários seminários” (We Effect, 2019, p. 13). São **mulheres agricultoras** a quem as capacitações são dirigidas, “18.646 membros da comunidade (8052 mulheres) participaram em formações e workshops sobre agricultura e segurança alimentar, resultando na mudança de comportamento e na adoção dos conhecimentos” (We Effect, 2017, p. 37-38). Noutro exemplo, “34.375 agricultores, mais de 50% mulheres, aumentaram a sua produção e produtividade agrícola ao adotar práticas de agricultura de conservação, agroecologia e agro-silvicultura de 2015 a 2017, com resultados positivos nos seus meios de subsistência.” (*ibidem*).

---

<sup>72</sup> Cerca de 182 sessões de diálogo, 51 publicações e 113 processos de advocacia e eventos relacionados com a agricultura e segurança alimentar foram realizadas (We Effect, 2017, p. 37-38).

<sup>73</sup> Em comparação com a linha de base de 2015 de 13 300.

Dados da We Effect de 2019 referem 323 pessoas, das quais 255 são mulheres, treinadas por uma das suas Parceiras na “adoção de hábitos saudáveis e no uso de diferentes produtos das suas produções agrícolas para alimentação saudável” (We Effect, 2019, p. 19). Em 2019, três grupos de círculos de estudo foram promovidos a associações. O trabalho realizado pelas OP proporcionou que as mulheres aumentassem “a consciência sobre a importância dos comités femininos, redes e plataformas distritais [...] (sendo que) 3014 mulheres participaram em espaços de diálogo e grupos da comunidade (OXFAM, 2018, p. 31).

A criação de associações, comités e espaços de diálogo é por nós considerado um dado importante, um resultado da intervenção da Cooperação. Segundo o relatório da OXFAM (2019) a maioria dos participantes são mulheres (6918 em 2019) e aumentaram os seus conhecimentos que lhes permitiram “defender o direito à terra e a outros recursos naturais, com benefícios para a comunidade, assim como adotar mecanismos resilientes para superar as necessidades diárias” (p. 16-17).

A consciencialização e a participação das mulheres em questões relacionadas com a sua vida económica, direito à terra e à tomada de decisões sobre as suas terras e recursos contribui para outro tipo de resultados, ou seja, que as mulheres rurais beneficiem de melhores cuidados de Saúde Sexual e Reprodutiva. Segundo o mesmo relatório com a aprovação da lei do aborto cinco OSC Parceiras “terão contribuído para o empoderamento económico das mulheres” (OXFAM, 2019, p. 27).

Um exemplo ilustrativo da atuação de uma das Parceiras é a Livanigo cuja ação contribuiu para melhorar a saúde da mulher e reduzir o seu tempo de trabalho. Em “Sofala construíram uma maternidade (casa-mãe-espera) e uma moageira [...] as mulheres grávidas no distrito de Marromeu terão acesso aos serviços de maternidade, contribuindo para um parto seguro e [...] vão reduzir as distâncias de acesso para processar o milho” (We Effect, 2019, p. 26-27).

De acordo com o relatório da OXFAM (2018) a formação tem uma influência positiva nas atitudes da comunidade em relação às questões de género e direitos das mulheres tanto que, “96,2% dos participantes, maioria homens, mudaram de atitude e passaram a respeitar as mulheres; 84,6%, passaram a mandar suas filhas para a escola e 80% incluem as mulheres na tomada de decisões a nível familiar” (p. 50).

A sintetizar a nossa narrativa concluímos que a formação, a informação, a consciencialização e os programas de sensibilização, conduzidos ao nível da comunidade, conduzem a mudanças de comportamento. Especificamente sobre os círculos de estudo, contribuem para a sustentabilidade do desenvolvimento local, uma vez que é uma ferramenta utilizada para empoderar a comunidade na defesa de seus direitos. As OP relatam mulheres e meninas economicamente empoderadas o que contribui para reduzir o nível de pobreza entre as mulheres rurais como resultado da “participação em grupos de círculos de estudo, com alfabetização para mulheres, treinamentos em empreendedorismo, promoção de associações de mulheres, apoio às mulheres para terem negócios na agricultura, promoção de atividades de geração de renda, grupos de poupança e empréstimo e outras iniciativas” (OXFAM, 2018, p. 24).

Apesar destes resultados, a propriedade e a responsabilidade local são pré-requisitos básicos para o DS. Por isto, só “quando as organizações locais internalizarem a responsabilidade pelas suas próprias atividades é que os seus empreendimentos se tornarão sustentáveis” (OXFAM, 2018, p. 29). Nesta lógica é preciso redimensionar e repensar a atuação de cada ator, seja privado ou público, individual ou coletivo, para que os resultados influenciem a melhoria das condições de vida da mulher rural, numa lógica cumulativa e replicativa.

#### **5.1.2.4 Na Governança**

Falar das áreas de atuação levou-nos a centrar na Governança - uma área para a qual atuar é um imperativo - associada na nossa narrativa como complementar e, mesmo, transversal. A análise aos relatórios deu-nos oportunidade de defender que a Governança é uma pedra angular pela ação transformadora que pode exercer ao nível da mudança da vida da mulher rural. Rebuscando o apontamento sobre a capacitação aos servidores do Estado, a construção que é feita em cada indivíduo tem o potencial de beneficiar a mulher já que a formação e o conhecimento de um indivíduo, colocados na forma de ação correta, constrói soluções benéficas e sustentáveis.

Da Política de Género (2018), no seu Eixo 2, especificamente Governança, retiramos a intenção do Estado em assegurar a capacitação das mulheres para a tomada de decisão através da introdução de medidas legislativas que assegurem a inclusão equitativa de mulheres ou grupos de cidadãos nas instâncias de decisão. Também providenciar capacitação em matéria de género para os governantes e desenvolver ações para elevar o

papel e responsabilidade dos homens no avanço da equidade de género nos diferentes sectores, órgãos e níveis de governação.

Este tema encontra reflexo na gestão interna das Organizações Parceiras, já que o Programa AGIR II trabalha também para promover uma governação responsável e inclusiva. Nos documentos da OXFAM encontra-se o fortalecimento da Governação interna das Organizações enquanto elemento importante para se obter impacto nas suas áreas temáticas de atuação. Na mesma linha, a WE Effect faz referência a esta Governação interna e anota-a, inclusive, como uma área operacional do seu plano estratégico. Fala-se então de construção de capacidade interna.

As OP do Programa AGIR II promovem ainda a troca de experiências em Governação o que contribui para o aumento da sua capacidade nomeadamente “a experiência partilhada sobre os benefícios da boa governança interna em áreas como liderança, gestão financeira, políticas e procedimentos internos e recursos humanos foi crucial, pois demonstrou as vantagens da boa governança, especialmente na atração de doadores” (We Effect, 2019, p.101). Uma consequência desta atuação é que nas OSC podem ser observadas” transformações que decorrem da construção da sua capacidade, alinhada com a Declaração de Paris, Agenda de Acra e Parceria de Busan” (OXFAM, 2018, p. 24).

Assim, do ponto de vista interno das organizações existe toda uma máquina de recursos humanos que gera resultados individuais e coletivos por ser parte integrante de uma estrutura que se rege por políticas geradoras de benefícios para a comunidade e para a sociedade a partir da sua própria ampliação de conhecimento. Estes indivíduos levam esse conhecimento para a família, para as comunidades e disseminam-no voluntaria ou involuntariamente através de uma atuação transformada e transformadora, assistindo-se assim a uma projeção desta construção para o exterior.

Um dado importante acerca da (boa) Governação tem a ver a melhoria das condições de vida das comunidades e dos serviços que lhes são disponibilizados como consequência do “desenvolvimento da capacidade dos cidadãos para exercerem os seus direitos e monitorarem a governação pública e a qualidade dos serviços básicos” (OXFAM, 2018, p. 7). Apesar de já abordada esta melhoria de condições de vida através da formação, o que aqui queremos realçar é que esta melhoria pode ser potenciada pela interação dos vários atores do meio envolvente. Um interessante resultado da oportunidade de falar com a autoridade local, aproximação conseguida pela ação das Organizações Parceiras, resulta

na “defesa do direito à alimentação, sendo que 24,4% dos homens e 15% das mulheres lhe tiveram acesso melhorado” (We Effect, 2017, p. 40).

Do ponto de vista da Governança local as condições de vida das comunidades melhoram por meio de uma governança democrática das instituições públicas, da gestão transparente dos orçamentos públicos, com a melhoria da infraestrutura pública, com a expansão de unidades de saúde e escolas, abertura de poços de água públicos, construção de estradas, melhoria dos serviços básicos para os consumidores, serviços de saúde de mente aberta, alocação de técnicos com melhor capacidade, assim como redução do tempo de espera nas unidades de saúde (OXFAM, 2018).

Apesar de Moçambique ter uma realidade política, económica e social nem sempre favorável aos interesses das mulheres, o Governo tem abraçado esforços em nome da igualdade de género e dos direitos o que se reflete nas políticas e no quadro legal. Este esforço tem sido apoiado e, muitas vezes, motivado pela ação da sociedade civil já que as várias Instituições influenciaram a aprovação de relevantes ferramentas de Governança, nomeadamente a revogação da Lei da Família que legalizava o casamento de menores de 16 anos. (OXFAM, 2018).

Importantes transformações estão ligadas a políticas e mecanismos que promovem e defendem os direitos das mulheres sejam eles protocolos internacionais ratificados pelo país, que favorecem a igualdade de género, ou planos e políticas nacionais<sup>74</sup> (*ibidem*).

Estes resultados saem de um trabalho colaborativo e cooperativo entre as OSC e o Governo, que promove a igualdade e a equidade de género nas esferas política, económica e social (OXFAM, 2018) e permite identificar e tratar os desafios relacionados aos direitos das mulheres. Resulta dele um ambiente melhor para mulheres e meninas já que as Leis de Prevenção e Combate à União de Prematuros promovem os direitos de proteção das meninas e a Lei da Família e Lei de Sucessão garantem tratamento igual para mulheres e homens (We Effect, 2019). Essas leis têm impacto sobre o trabalho das mulheres rurais, agricultoras, pois “elas serão capazes de exigir seus direitos num contexto patriarcal, com base nessas leis” (We Effect, 2019, p. 26-27) aspeto que muito

---

<sup>74</sup> Plano Nacional para a Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres, Política Nacional para a Igualdade de Género, Política Nacional de Saúde, Comité Nacional para o Avanço das Mulheres, Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres, a Política de Género na Saúde, Grupo para a Coordenação de Género e revisão da Lei da Família.

contribui no país para a pobreza de alguns agregados familiares e mesmo de algumas mulheres vistas como individuais.

Neste percurso tivemos oportunidade de verificar que ao longo dos documentos está presente a referência à legislação e às políticas em termos do seu reforço, o que se coaduna com o descrito no Eixo 1 da Política de Género. Nele está presente a disseminação e implementação de legislação para proteção da mulher nomeadamente no que toca a práticas sociais e culturais prejudiciais ao exercício dos direitos humanos das mulheres.

No entanto, apesar de toda esta consagração e reconhecimento de direitos legais das mulheres, melhorados na última década com a aprovação das novas leis e políticas e com a ratificação de protocolos internacionais, as mulheres continuam a desempenhar um papel secundário na vida política, económica e social. A operacionalização das leis de igualdade de género é “restringida por normas sociais predominantes e crenças que legitimam a marginalização, discriminação, VBG<sup>75</sup> e restrições das mulheres ao controle de sua própria Saúde Sexual e Reprodutiva” (OXFAM, 2019, p.21).

A discrepância entre a política e a prática de género deve-se principalmente a perceções, práticas e normas socioculturais tradicionais profundamente enraizadas onde bem cabe a ação da Educação para a mudança para favorecer a mulher rural. Claramente “as leis progressivas só podem criar espaço para mudança, mas a mudança real em direção à igualdade de género deve vir de dentro das normas e crenças dos homens e mulheres na sociedade. Este é um processo de mudança longo e complexo” (OXFAM, 2019, p. 20).

Por ser “a socialização diária que perpetua estas normas e crenças” (*ibidem*) a atuação das organizações exerce um importante papel, por meio da Educação para o que é necessária “a conscientização nos níveis pessoal / individual, comunitário e social para provocar mudanças nas normas e práticas culturais” (OXFAM, 2019, p. 25). Encontram espaço e oportunidade para este fim as ações coletivas desenvolvidas para melhorar o suporte aos direitos humanos tais como campanhas contra os casamentos precoces (OXFAM, 2018, p. 7). De vários resultados têm-se “as sessões públicas organizadas ao nível local para discutir os direitos das mulheres e das raparigas [...] as mulheres estão mais empoderadas e organizando manifestações para exigir seus direitos” (OXFAM, 2018, p. 34). Temos, portanto, a visibilidade e a mobilização são um resultado da atuação.

---

<sup>75</sup> Conforme se encontra no documento; significa Violência Baseada no Género.

Segundo a OXFAM (2019) para uma defesa e um diálogo eficazes na defesa de direitos da mulher, tem-se mostrado crucial que as OSC locais e nacionais articulem suas ações, sincronizem as suas campanhas e estabeleçam alianças. Esta relevante ligação reflete-se na capacidade aumentada de as OP influenciarem a elaboração e a aprovação de planos de adaptação locais no que toca à inclusão das necessidades e das visões das comunidades, com o objetivo de fazer uma adaptação robusta e aumentar a resiliência das comunidades. Incluso, normas e valores locais que se sobrepõem aos direitos das mulheres encontram menor espaço de sobrevivência na presença de ligações fortes entre os Governos locais e de Organizações empoderadas que incluem as comunidades locais no espaço de decisão.

Desta análise ensaiamos que a atuação do doador e dos outros atores tem importante significado para a melhoria da condição de vida da mulher rural, mas não dispensa o papel impulsionador e estruturante da Governação. O desenvolvimento de intervenções de âmbito local, nomeadamente campanhas de diálogo, é uma forma a trabalhar estrategicamente a mudança social.

### **5.1.3 Análise aos dados das entrevistas aos informadores**

Contextualizado o doador no qual enraizamos o nosso trabalho, analisados os documentos gerados a partir do seu trabalho e do trabalho das suas Organizações Parceiras, está criado o momento para o aprofundamento da investigação. As entrevistas são um dos nossos instrumentos de recolha de dados e a sua concetualização alimentou-se dos primeiros elementos recolhidos, geradores dos elementos que se viriam a querer recolher de outros informadores.

Anotamos que os elementos recolhidos a partir das entrevistas serão codificados, à semelhança do processo já implementado, criando uma contextualização própria da CD na vida da mulher rural moçambicana em termos das mudanças que operou através da Educação. Tal codificação posiciona-nos na definição de categorias e subcategorias (Bardin, 1977) que permitem agrupar os dados dos textos transcritos. As categorias definidas colocaram-se como um instrumento de elevado interesse e importância para a compreensão do que influencia a vida da mulher rural e a sua pobreza. Temos, então, um conjunto detalhado de objetos da realidade moçambicana e um outro que caracteriza a CD na vida da mulher rural, sobretudo em termos de Educação para o Desenvolvimento. Justifica-se ainda a nossa escolha com a relação intrincada com a nossa questão de trabalho.

Cabe ainda anotar que a nossa codificação se sustenta no conhecimento que a investigadora tem da realidade moçambicana o que lhe permitiu criar, em confiança, uma categorização fundamentada nas suas observações e, ao mesmo tempo, fazer a conjugação com os dados recolhidos dos entrevistados. Refira-se que apesar da menção específica à mulher rural, o nosso sujeito, não pode deixar de ser dito que alguns dos elementos elencados são comuns à mulher do espaço urbano ou periurbano. No entanto, ao longo da discussão, fixamos os dados recolhidos neste sujeito rural, tão específico.

O recurso à literatura moçambicana é um instrumento usado na discussão das nossas duas categorias por ser, segundo José Craveirinha<sup>76</sup>, um testemunho, uma referência onde se “[...] concebe uma tessitura humano-social [...]” (Couto, 2008, p. 5), onde se encontram representações da realidade moçambicana, que sustentam os dados recolhidos dos informadores. Complementarmente, conforme é devido, percorrem-se outros referenciais teóricos, outros estudos e trabalhos, referências de outros atores privilegiados, assim como testemunhos da mulher rural, para sustentar, aprofundar e referenciar os dados recolhidos nas entrevistas.

Passamos agora a apresentar cada uma das categorias e nelas colocar os dados obtidos dos entrevistados ao mesmo tempo que introduzimos observações ajustadas e que corroboram o sentido e a realidade que ali cabem.

#### **5.1.4 Objetos da realidade moçambicana**

A nossa primeira categoria constrói a narrativa a partir de um contexto histórico do país, em um dos mais recentes episódios de conflito. Daqui cria-se a primeira subcategoria cujos elementos apoiam a descrição e explicação da segunda, o espaço sociocultural da mulher moçambicana. Apesar de a Governação não ser o foco deste trabalho, dadas as várias referências feitas pelos entrevistados, inserimo-la como parte integrante da discussão, pelo seu potencial de contribuir para a resolução dos problemas que afetam a vida da mulher rural moçambicana. Pela relevância que lhe encontramos foi considerada a nossa terceira subcategoria.

---

<sup>76</sup> Jornalista e poeta moçambicano galardoado com o Prémio Camões.

#### 5.1.4.1 Um contexto histórico

Sem que pretendamos dar um espaço próprio ao período do colonialismo não podemos deixar de o referir. Como qualquer evento histórico marcante, proporciona uma construção da sociedade, delinea eventos subsequentes à dimensão das características daquele contexto e momento. Desse contexto não queremos senão abrir espaço para o momento seguinte a partir da imagem-sentimento que oferece a obra de Calane da Silva<sup>77</sup>, *Dos Meninos da Malanga*, num poema de 1974. Transporta-nos da imagem de submissão ao homem branco<sup>78</sup> e de uma ausência de uma liberdade, augurada, que se pensou alcançada e se desconstruiu pela mão da Guerra Civil:

Mulungamos  
Durante séculos  
Esta presença  
De estar calados.  
Redondos  
Continuamos a receber  
Paternalisticamente  
Bocados democráticos  
De liberdade.  
-Até quando irmã?  
(Calane da Silva, 1981, p. 50)

Esta liberdade, alcançada, deu espaço a uma nova necessidade de liberdade, a das armas e a da pobreza. A liberdade do fim do colonialismo inicia a prisão, a prisão da guerra civil. O escritor sempre intrépido nas observações do que fora a sua vivência *dos tempos*<sup>79</sup> avançou, em diálogo com a investigadora, que foi um conflito pelo poder que roubou a oportunidade de aproveitar o que os colonos deixaram - “destruíram tudo! Boçais!”. Nesta referência abrimos a discussão com a fala da entrevistada GS:

---

<sup>77</sup> Escritor, professor e jornalista, recentemente falecido, em 2022. Vencedor do Prémio Craveirinha e uma das mais proeminentes figuras das letras moçambicanas nas últimas décadas.

<sup>78</sup> Mulungo, regionalismo de Moçambique, palavra em changana, um dos idiomas usados no país

<sup>79</sup> Menção ao passado comumente utilizada no discurso verbal

[...] a situação de guerra civil que a gente viveu desestruturou muito o nosso tecido social, as famílias, muitas famílias perderam os pais e então crianças pequenas tiveram de começar a desempenhar o papel de pais para os irmãos mais novos, no meio de muitas dificuldades, ou esse papel teve que ser assumido por avós ou avôs, também com muitas dificuldades. Então essas famílias já cresceram com muitas quebras das relações [...]. Estas pessoas são hoje os supostamente chefes de família, ou mãe de família, ou pai de família, mas que carregam consigo a vivência desse período difícil e desumano que a gente viveu. Na verdade, não acabou. [...] “Há traumas [...] mas estamos mais preocupados com o que é de racionalidade “*vamos disseminar informação, vamos falar, vamos fazer os discursos*”!

Apesar de ser uma fala e referência únicas no conjunto das entrevistas realizadas decidimos fazê-la constar enquanto elemento que tem contributo explicativo para a realidade social, até económica e política, não só do país, mas, a vinculada à mulher rural moçambicana. Diz-nos a entrevistada o que resultou do conflito, o que ainda existe e o que representa enquanto condicionante. De interesse, no final da sua locução, é a referência à importância de intervencionar pessoas, tirá-las da situação menos boa em que ainda permanecem.

Na literatura e em estudos realizados, nos quais a guerra é tema, encontramos suporte ao que a entrevistada exalta. Exemplo são as obras de Mia Couto<sup>80</sup> que intersejam a guerra civil e, através das personagens, os traumas e as suas memórias. Estas memórias foram um testemunho de Calane da Silva ao recordar aquele tempo de guerra e lembrar alguns personagens dizendo-as *boçais* pela forma hedionda como era tratado o povo moçambicano, memórias ligadas à sobrevivência: “comíamos carapau com radiotáxi amarelo<sup>81</sup>! Repolho que ninguém queria, que havia nas machambas, aquilo ajudou a

---

<sup>80</sup> Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra, Vozes Anoitecidas e Terra Sonâmbula

<sup>81</sup> A expressão tem relação com a cor da farinha, amarela, que acompanhava com o peixe carapau; a conjugação fazia lembrar um táxi, de cor amarela, com as suas riscas pretas, conforme cor destes veículos de transporte em Moçambique.

sobreviver! [risos seus] A salada, matou a fome a muita gente, eram vitaminas para sobreviver até à malária. Ajudou a sobreviver, era tempo de fome!”

Segundo Armiño (1997) as crises humanitárias têm um impacto destrutivo, a guerra precipita a perturbação social e origina profundas fraturas sociais, provoca um colapso social que se manifesta na quebra das estruturas sociais, familiares e comunitárias. O autor adiciona à rutura económica e ao aumento das diferenças socioeconómicas surgidas das crises a alteração das relações de género e o impacto moral e sociológico. Anota que situações associadas à violência alteram escalas de valores éticos e morais e o sentido da dignidade humana.

As vivências de tais experiências colocam-se na degradação da família e geram perturbações formando identidades com problemas de adaptação a valores. Para a mulher moçambicana a destruturação social acontece por ter de manter a sua família “numa realidade de não escolarização e de analfabetismo agravada pela ligação das meninas às tarefas domésticas e a uma realidade de violência, de obrigatoriedade a contrair matrimónio, de vulnerabilidade a doenças e à gravidez precoce” (Armiño, 1997, p. 123).

Creemos estar criada a oportunidade para adentrar a mulher neste contexto histórico, de guerra civil. A realidade sofrida pela mulher moçambicana rural, nas últimas décadas ou hoje, ou seja, os atuais problemas que condicionam o seu empoderamento, alimenta-se em todas estas perturbações tendo em conta que “tem sido uma das maiores vítimas em contextos de conflito armado, deixando sequelas durante décadas e em várias gerações.” (Livanigo, 2021f).

A investigadora observou, que essa quebra das estruturas sociais, familiares e comunitárias, se cruza com valores e cultura locais que nem sempre são geradoras de soluções para os problemas da mulher rural. Disto são exemplo tradições em que pela morte do marido a mulher perde o direito a bens e a filhos e fica a sujeição a rituais de purificação<sup>82</sup>. No relatório de pesquisa sobre o Impacto dos Conflitos Armados na Vida das Mulheres e Raparigas em Moçambique, elaborado pelos Advogados sem Fronteiras

---

<sup>82</sup> Das entrevistas, na fala de WM: “o trabalho que nós fazemos já me surpreendeu algumas vezes ... outra vez foi em Inhambane que estava a trabalhar, existe uma prática lá de purificação da viúva. Pois lá depois do falecimento do marido né, alguém na família do marido, então, tem que ir lá manter relações sexuais com a viúva [...]. Às vezes faz-se Kutshinga, depois o homem vai para lá nem sequer fica com a mulher, e as crianças! [...] Então era mais ou menos assim. E se for para a zona de Manica era de uma prática semelhante um pouco diferente, [...] lá é mesmo uma questão de purificação. Então quem faz aquilo não é alguém da família do marido mais um curandeiro, em troca de algum ganho material.”

com o apoio do Governo do Canadá, encontramos importantes referências ligadas à quebra das estruturas sociais:

colapso das famílias, das comunidades e a destruição do tecido social. Muitas raparigas perderam seus pais e se tornaram órfãs. [...] mulheres viram suas famílias destroçadas com a perda do marido ou dos filhos [...] Muitas mulheres que regressaram as suas zonas de origem viram seus direitos de propriedade recusados pelos seus familiares, principalmente aquelas mulheres que regressaram para o convívio das famílias de seus cônjuges mortos ou desaparecidos (ASF, s.d., p. 46<sup>83</sup>)

Observamos, por um lado, a comunidade educadora e integradora da mulher, por outro a comunidade dinamizadora de tradições culturais. Se pensarmos que a comunidade é constituída por famílias (assim como outras estruturas), da mesma forma que estas exercem um papel favorável à mulher também, por defesa do que é tradicional, o podem comprometer<sup>84</sup>. Positivo foi que, no fim da Guerra, “para as mulheres, existia um grupo de anciãs que eram chamadas para reunir-se com as mais jovens de modo a educá-las e ajudar a não ter medo de voltar à vida normal. [...] as estruturas locais organizaram grupos de anciãos que levaram a cabo sessões de aconselhamento e mobilização das comunidades para facilitar o processo de reintegração e receção das vítimas, no seio da família e na comunidade” (ASF, p. 48-49<sup>85</sup>).

---

<sup>83</sup> Apesar de não encontrarmos o ano de publicação deste documento, que nos impede a adequada referência, consideramo-lo de interesse pelas descrições e relatos que contém. A partir de um dos parágrafos da sua introdução situamos a publicação a partir do ano de 2014, período no qual se enquadra a nossa pesquisa e trabalho exploratório: “O estudo abarca dois períodos: o primeiro período compreende um horizonte temporal que se estende entre 1976 e 1992, [...] e o segundo período encerra um horizonte temporal entre 2012 e 2014.”

<sup>84</sup> Numa das falas de WM: “a prática chama-se Kutshinga. [...] esse era uma prática infringida contra a mulher, contra a vontade dela e quando chegamos lá vemos que tem umas matronas protetoras dessa prática. o homem estava disposto para mudar, mas era hoje uma prática. [...] é necessário cortar essa prática de purificação das viúvas. Mas elas próprias defendiam, foi uma surpresa para mim, de que não era necessário só mudar a mentalidade do comportamento da atitude dos homens, para não aceitarem mais fazer essa purificação das mulheres, [...] essas surpresas que nos fizeram ver que quando é questões de género nós temos de trabalhar na cabeça das mulheres, na cabeça dos homens e também de olhar para a cultura no global e ver quais são os guardiões dessa cultura. Às vezes pode acontecer uma prática que achamos que a maléfica para mulher, mas quem garante essa prática são outras mulheres.

<sup>85</sup> Apesar de não encontrarmos o ano de publicação deste documento, que nos impede a adequada referência, consideramo-lo de interesse pelas descrições e relatos que contém. A partir de um dos parágrafos da sua introdução situamos a publicação a partir do ano de 2014, período no qual se enquadra a nossa pesquisa e trabalho exploratório: “O estudo abarca dois períodos: o primeiro período compreende

A partir das duras heranças da guerra civil - e colonialismo - ensaiamos que a vulnerabilidade e o sofrimento da mulher moçambicana são parte da colheita daquele conflito pois, e nas últimas palavras de GS, as mulheres “carregam consigo a vivência desse período difícil e desumano que [...] na verdade, não acabou”.

Lembramos a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 1325 intitulada *Mulheres, Paz e Segurança*, tem como objetivos proteger os direitos de mulheres e raparigas e combater a impunidade em relação aos crimes de que são vítimas durante e após o conflito armado, promover a igualdade de género em operações de manutenção da paz e aumentar a participação das mulheres nas atividades de pacificação, antes, durante e depois do conflito armado. Em termos da afirmação deste compromisso, o Estado moçambicano mostra-se comprometido com a igualdade de género tendo inclusive criado, recentemente, o Plano Nacional de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022), baseado naquela Resolução.

Nos seus objetivos contempla a preocupação com as mulheres, mas cabe ainda lugar o questionamento sobre os reflexos práticos já que as evidências que acima apresentámos continuam a ter espaço nos dias atuais. Damos força a tal questionamento a partir do Manifesto que consubstancia a criação do Grupo de Partilha de Ideias de Sofala (2020). Esta Organização da Sociedade Civil, que refere esposas, mulheres e raparigas filhas dos guerrilheiros falecidos, outras com quem os guerrilheiros viviam em relação equiparada à de conjugalidade, que não estão a ser ouvidas sobre os assuntos que lhes dizem respeito, não estão a ser tidas em conta as suas preocupações e necessidades específicas, não estão a beneficiar de assistência psicossocial nem de assistência médica na qualidade de afetadas pelo conflito político-militar, que não estão a ser consideradas as necessidades particulares de cada grupo etário, como o acesso à formação técnico-profissional e ao mercado de trabalho para as mulheres em idade economicamente ativa.

Em nossa análise as vivências da guerra constituem uma condicionante estrutural à eficácia da CD por via da perturbação social, das fraturas familiares e comunitárias, pelo impacto moral e sociológico, pelo aumento das diferenças socioeconómicas, pela rutura económica e pelas alterações nas relações de género. Toda esta quebra das estruturas

---

um horizonte temporal que se estende entre 1976 e 1992, [...] e o segundo período encerra um horizonte temporal entre 2012 e 2014.”

sociais altera escalas de valores éticos e morais e gera constrangimentos ao empoderamento da mulher, sobretudo a do espaço rural.

Falamos do limitado acesso à Educação, da realidade de violência ligada ao casamento prematuro, gravidez precoce e saúde frágil - doenças físicas e mentais, e até mesmo da Governação. Para Mazula (2016) isto descreve uma sociedade caracterizada por um humanismo cada vez mais escasso “centrada nos ganhos da complementaridade de género, que resulta na aposta na promoção do género em todos os setores da vida política, económica e social” (p. 107).

Com este ensaio expomos um contexto de violência estrutural, que continua vigente, já que os discursos dos entrevistados e as fontes documentais constituem uma narrativa que testemunha a vida social da mulher moçambicana em limitações ligadas à violência de género. Johan Galtung (1969), sociólogo Norueguês, no seu artigo *Violence, Peace, and Peace Research* expõe as dimensões da violência e anota a violência estrutural enquanto sinónimo de injustiça social, esta decorrente de uma estrutura social que limita a satisfação das necessidades básicas das pessoas, restringendo o seu potencial de realização.

Esta violência estrutural, construída na própria estrutura social, é invisível e é alimentada e modelizada por vários fatores que obstruem o acesso aos objetos dos direitos humanos pelos seres humanos (Pogge, 2006). Veremos adiante esta violência estrutural vertida no acesso à saúde, na cultura, na família e na comunidade.

Deste contexto generalista, mas objetivo, passamos para outros aspetos da estrutura social, através da segunda subcategoria – o espaço sociocultural da mulher. A apresentação da segunda parte dos objetos da realidade faz a passagem das instabilidades deixadas pela guerra para outros aspetos particulares da sociedade moçambicana enquanto entidades limitantes ao exercício dos direitos da mulher rural moçambicana, geradoras de constrangimentos ao seu empoderamento.

#### **5.1.4.2 O espaço sociocultural da mulher**

O espaço social e cultural tem características próprias. Apesar desse espaço ser único e parecer desconhecido da realidade deste século, por vezes, perdido de um tempo antigo, o olhar atento da investigadora no campo traz consigo a percepção de que a comunidade tem uma organização e uma governação do meio em que todos fazem parte, com que

todos se identificam e que respeitam. Bronislaw Malinowski (1992) confirma esta observação quando fala de instituições sociais, de uma governação pela autoridade e de ordem nas relações públicas e pessoais que são controladas por laços complexos de parentesco e de clã.

A partir do que a investigadora identificou no campo fica claro que intervencionar a comunidade exige o respeito por uma ordem, uma hierarquia já instituída. Há uma instituição social à qual mulheres e homens devotam respeito e perante a qual há um posicionamento de não transgressão.<sup>86</sup> Observamos que essa instituição social, aparentemente invisível a quem chega de fora à comunidade, é detentora de um conhecimento que permite governar toda a vida social e comunitária.

Esta organização e governação do meio que todos respeitam e o conhecimento intrínseco à própria comunidade não é sinónimo de que não existam aspetos a adequar em *prol* dos direitos da mulher, já que antes invocámos a violência estrutural (Johan Galtung, 1969). Dito isto, não podemos deixar de fora *a ausência de consciência sobre direitos e desigualdade* de que fala GS. Esta ausência tem um fato de base, diz a entrevistada:

Das pessoas nascerem e crescerem no meio que essa linguagem não existe, de direitos ou de debate de entendimento, do que é que é um cidadão e de que é que é cidadania, o que é ser um sujeito de direitos dentro de uma circunscrição territorial ou de Estado.

Esta ideia sobre o espaço faz-nos concordar que deve ser percorrido com cuidada atenção pelos atores, para o intervencionar nas necessidades manifestadas pela mulher e de acordo com o seu interesse. Apesar de se precisar que ocorra mudança, importante que esta responda ao que é necessário intervencionar. Nas palavras da entrevistada QG:

Temos que ter a perceção do que as pessoas, os homens e as mulheres, têm sobre a desigualdade deles [...] ouvir as mulheres no seu espaço, e mudar aos poucos se for preciso mudar, porque nem tudo precisa ser mudado. [...] (o

---

<sup>86</sup> Enquanto observadora a investigadora testemunhou que o contacto com estruturas dirigentes locais antecede a implementação de uma intervenção de Cooperação. Também, a participação de gestores e outros atores nacionais e locais, contribui para que as características do local tenham a sua importância. Observou que transgredir regras desta estrutura social ou entrar nela sem partir do topo da estrutura hierárquica local pode ser razão para o insucesso de um projeto ou de algumas das suas atividades.

distrito é) um espaço privilegiado para conhecer e trabalhar com a realidade daquelas pessoas que estão a sofrer todos os dias. [...] E perguntar acima de tudo como é que essa população quer ser ajudada! E não só como é que eu acho que ela deve ser ajudada! Muitas vezes nós colocamos o interesse particular acima do interesse dessa pessoa.

O entrevistado WM, por sua vez, aponta outra limitação baseada nas diferenças de participação em cada espaço social: “a forma como a mulher de uma comunidade ou etnia participa é diferente da forma como a outra participa [...] existem micro espaços de participação [...] existem diferenças para cada tipo de mulher [...] em cada espaço”. ML, a ser entrevistado, confirma esta realidade de participação da mulher limitada ao espaço doméstico e às características socioculturais do meio. Se por um lado temos uma instituição social que governa de acordo com o seu próprio conhecimento e estrutura, por outro temos uma realidade em que a mulher é educada a aceitar a opressão e a ver limitada a sua integração em redes o que constitui uma limitação ao reconhecimento da dignidade, pela própria mulher:

Em relação às mulheres do meio rural [interrupção] ainda temos disparidade muito grande em relação ao meio urbano porque para mim, do próprio sistema patriarcal, as formas como as mulheres são educadas a aceitar a opressão como algo que é normal [...] lá [norte], praticamente as mulheres não estão no espaço público, a sua configuração em termos de participação é limitada ao espaço doméstico, elas não estão no espaço dos mercados, mesmo dentro do seu quintal elas não podem sequer experimentar a venda de um produto que é uma dinâmica da região, sul [...] Tem um espaço de interação e as mulheres aproveitam o tempo do mercado, conversam, criam outras redes de apoio, xitique, elas são justamente alimentadas pela dinâmica do próprio mercado.

O que aqui se expõe são características dos espaços. Muitas vezes para a mulher rural escapar a este círculo de limitações e se sentir aceita e respeitada pela própria estrutura social, comunidade ou mesmo pela família<sup>87</sup> através da figura do homem, dizem-nos GS e ML, é comum aceitar manter ligações maritais com um homem que lhe entrega um valor monetário mensal que não assegura o seu sustento e que contribui para afirmar uma vida de pobreza e instrumentalizar a criação de uma família sem laços, sem estrutura, já que por vezes assume ser a segunda ou a terceira mulher:

As mulheres nos distritos da região norte são muito afetadas negativamente pelo sistema patriarcal, mas é pelo peso substancial que isso tem nas suas vidas, elas podem ficar à espera que um indivíduo lhes dê 350 meticais por mês; um indivíduo que é pescador vai-lhe dar 200 meticais, é esta falta de autorreconhecimento da sua própria dignidade de que “*eu posso fazer mais do que 200 meticais*” e porque não é aquele indivíduo que produz 200 meticais<sup>88</sup> por mês. (ML)

Esta ausência de meios de subsistência e de mudança de mentalidade gera desigualdade e vulnerabilidade, cria limitações ao empoderamento da mulher rural através de uma situação económica desfavorável, limitadora da construção de uma vida sustentável. Abraça a falta de consciência sobre direitos e liga-se à realidade do não acesso à Educação<sup>89</sup>.

Enraizando o debate na importância que a Educação tem para o nosso sujeito formulamos, através da fala do entrevistado FS, que uma dos condicionantes do acesso à Educação pela mulher é a pobreza da família rural: “A questão da mulher está interligada com outras [...] a miúda fica em casa para cozinhar para os pais. [...] Não se convence uma miúda ir à escola numa zona rural do país, ela vai uma vez por semana, não recebem para ir lá.”

---

<sup>87</sup> A investigadora tomou contacto com histórias em que a própria família pressiona para que a mulher saia de casa dos pais, aceitando um marido, seja em que condições for, já que será menos uma pessoa a alimentar. Também ouviu relatos sobre raparigas ostentadas pela própria família que as desvalorizava por não terem ainda contraído matrimónio e estas para serem aceites acabam por se subjugar a uma situação de casamento ou ligação marital.

<sup>88</sup> Menos de 3 euros, considerada a taxa de cambio média do ano de 2021.

<sup>89</sup> Para Johan Galtung (1969) e Thomas Pogge (2006) a presença da violência estrutural por limitar o acesso ao objeto de um direito, o direito à Educação.

Também o casamento prematuro na mulher rural<sup>90</sup> tem vínculo a uma tradição cultural e é impulsionado pela pobreza da família. Segundo os entrevistados GS e LT é uma entidade social que se constitui barreira ao acesso à Educação, seja por razão de a mulher ter de ajudar a nova família nas tarefas domésticas ou mesmo por condições impostas pela família do marido. Sabemos que as “meninas é porque talvez é a camada social mais exposta a violência nos vários sentidos [...] são forçadas a ter de começar uma relação de casamento ainda em muito tenra idade, com 12,13, 14 anos” (GS).

O entrevistado LT aprofunda o tema referindo que “a equidade de género no processo de Educação só se verifica nas zonas urbanas [...] o grosso da população está nas outras áreas, há muitas mulheres nas zonas rurais que deviam ter acesso à Educação, técnica e profissional” o que não acontece por via dos casamentos prematuros. O que acontece em muitos casos é que a mulher ou, mesmo ainda uma menina, “deve deixar de estudar porque tem de servir ao seu marido, ou mesmo se os familiares gostarem de uma mulher é só escolher e pagar que a menina passa a ser pertença da família do homem”, refere o mesmo participante.

Outras realidades que se colocam no espaço sociocultural e que constituem limitação ao exercício dos direitos da mulher, expondo-a à violência e por conseguinte à falta de igualdade de género, são a crença em feitiços, tradição de fazer partos em casa, falta de acesso a serviços de saúde durante a gestação e planeamento familiar. No entrevistado A “era a cultura deles fazer parto em casa com candeeiro... para eles é cultura, mas viram que aquela cultura, aquilo eram coisas que tinham na cabeça.”. Apesar de começar a haver uma tomada de consciência sobre o que não faz sentido ou não é a prática correta, LT diz-nos que a mulher passa por limitações na gestação tais como não poder ir “à unidade sanitária nos primeiros meses, cá percebe-se que se for no 1º mês e os vizinhos souberem que está grávida ela pode ser enfeitçada. [...] e há muitas outras barreiras colocadas pelas sogras, pelos maridos”.

Vemos que a ausência de consciência da mulher rural sobre os seus direitos é induzida e potenciada pelas características socioculturais do espaço já que geram desigualdade, contraem a sua participação na sociedade e na própria comunidade, limitam o acesso à

---

<sup>90</sup> Notamos que não estamos a afirmar não haver casamentos prematuros em áreas urbanas ou periurbanas. Apenas se pretende localizar a discussão no nosso sujeito, a mulher moçambicana rural.

Educação e a satisfação de necessidades básicas criando vulnerabilidades sociais e económicas. Trata-se do afirmar da pobreza da mulher rural no espaço sociocultural.

Daqui, abordamos novamente Mazula por afirmar a importância da Educação na elevação da qualidade da vida social. Refere que a ausência da Educação cria maiores responsabilidades ao Estado no seu papel de assegurar bens e serviços aos seus cidadãos, à mulher rural no nosso caso. Por conseguinte, ensaiamos a Educação não só como mitigadora das vulnerabilidades da mulher rural, mas também como facilitadora da governação: “a ignorância, como praga que é, será cada vez maior, tornando mais onerosa a disponibilização de bens e serviços públicos aos nossos concidadãos. A formação das pessoas vai contribuir para a elevação do nível qualitativo da vida social (Mazula, 2016, p. 77)

Neste elenco, Mia Couto tece o não-saber, o desconhecimento, em nossas palavras a não-Educação, como conducentes à aceitação de uma realidade em que a mulher moçambicana se cinge à própria pobreza. Isto liga-se à vulnerabilidade a que está exposta aceitando uma condição de vida por a sua realidade pouco lhe oferecer: “O que me dói na miséria é a ignorância que ela tem de si mesma. Confrontados com a ausência de tudo, os homens abstêm-se do sonho, desarmando-se do desejo de serem outros.” (Couto, 2008, p. 15).

Se compreendermos que os atores da governação interagem num ecossistema social de governança interligados através de processos de *feedback* positivos e negativos (Hawamdeh, 2018), teremos um Estado com potencial de se realizar enquanto sujeito e objeto da sua atuação, um Estado que beneficia e um Estado que favorece a condição de grupos marginalizados ou desfavorecidos, nos quais a mulher rural. Para que uma nova linguagem, novas figuras sociais, novos hábitos e práticas tenham espaço é impreterível que seja trabalhada a realidade do meio rural e nela tomar contato com as verdadeiras necessidades e realidades. Para fundamentar esta abordagem invocamos Jane Parpat (2005) que defende o empoderamento dos mais pobres para a resolução dos seus próprios problemas. Ensaíamos, então, que a mulher rural, consciente dos seus direitos, ouvida nas suas necessidades e participante ativa da estrutura social que integra é construtora da solução para os seus problemas e de um espaço social renovado.

### 5.1.4.3 A Governação

Da apresentação do espaço social, entramos na terceira subcategoria – a Governação, outro pilar explicativo dos objetos da realidade em Moçambique que interfere na vida da mulher rural moçambicana. No contexto do tema, observamos o Estado no papel de responsável em providenciar bens e serviços públicos aos cidadãos e que estes têm o direito de receber para melhorar a sua qualidade de vida.<sup>91</sup> Avançamos, então, para a observação dos discursos dos entrevistados para deles retirar que aspetos assinam o papel frágil do Estado na vida dos cidadãos, muito em concreto da nossa mulher rural.

Queremos referir que do *website* de uma Organização da Sociedade Civil, parceira do Programa AGIR II, encontramos a voz da mulher rural em relação a como a implementação dos projetos acontece: “Como mulheres temos muitas preocupações [...]. Outro problema que nos tira sono é o projeto [nome do projeto] que, de facto chegou aqui [...] mas só beneficia a um certo grupo do partido no poder. As mulheres ou pessoas comuns são excluídas” (Livanigo, 2021).

Anota a investigadora que esta realidade é sabida e comentada, vivida como sendo uma parte integrante da sociedade moçambicana, mas que efetivamente é difícil de ser trabalhada. É uma realidade que se observa, que se manifesta silenciosa, no seio da própria gestão de projetos em que os vários atores participantes, detentores de diferentes cargos e diferentes papéis na sociedade, conhecem as manobras de como utilizar os recursos de forma lícita para gerar a sua riqueza e da sua família. Falamos de uma elite a partir da qual são canalizados recursos para a família que se tem no Distrito e que acaba por chegar ao meio rural, mas que fica nas mãos de uma minoria. Os mais pobres, supostamente o público-alvo da ajuda conhecem a sua pobreza e que “*aqueles lá*<sup>92</sup>” *sabem como se organizar*.

Confrontamo-nos, a partir das falas dos entrevistados, com o fato de a própria agenda nacional do Estado estar alicerçada em interesses pessoais e político-partidários que se sobrepõem às necessidades da população. Para nós, o teto desta construção é o limitado comprometimento do Governo com o bem público. A corroborar este olhar sobre o

---

<sup>91</sup> Temos como referência o conceito da Fundação Mo Ibrahim: [...] the provision of political, social and economic public goods and services that every citizen has the right to expect from their government, and that a government has the responsibility to deliver to its citizens.” <https://mo.ibrahim.foundation/iag>

<sup>92</sup> Expressão comumente utilizada para fazer referência a alguém com poder; registada pela investigadora, neste caso, numa conversa informal com um cidadão moçambicano

descuido com as necessidades da população, a entrevistada QG diz-nos que “em relação ao Governo [...] está mais preocupado em mostrar as estatísticas triunfalistas do que efetivamente em transformar vidas.”.

Mesmo ao nível da Governação local encontramos na fala do entrevistado MF um Governo<sup>93</sup> desprovido de força para tornar prioritários os problemas do distrito e fazê-los parte de uma agenda nacional alinhada entre os interesses da sociedade civil:

Quando há um problema [...] vamos supor prioritário no distrito, que a população reclama acesso à água. Em que medida é que o governo local está em condições de tornar este problema como um problema prioritário comparativamente por exemplo a outros elementos ligados à interesses de natureza por exemplo político-partidária?

Fala o mesmo entrevistado, MF, de capacidade e honestidade, criticando-as em termos de comprometimento com o bem público já que “fica muito óbvio que na maioria dos casos, os problemas reais da população são colocados abaixo dos interesses, sejam pessoais ou partidários”.

Na Governação tem também espaço a limitada capacidade técnica dos servidores do Estado a nível local, “capacidade técnica limitada para lidar com as complexas questões pelas quais são responsáveis, especialmente a nível local [...] (o que) resulta em tomadas de decisão mal justificadas, arbitrárias e não transparentes. (OXFAM, 2019, p. 14). Concretamente, quando se trata da “aplicação das regras pelas instituições das questões de género [pausa] é por uma questão de incompetência geral” e que “condiciona a defesa dos direitos”, diz o entrevistado FS.

No entanto, a merecer referência, existe a disponibilidade das Instituições e dos servidores públicos para a aquisição dessas qualificações e competências, ainda que seja a ação limitada pela falta de orçamento e mesmo pela fraca coordenação entre as instituições envolvidas (OXFAM, 2019). Consta a referência a que as “instituições estão abertas ao aprendizado, mas a coordenação e a alocação do orçamento continuam sendo os principais desafios. A falta de um conjunto completo de operacionalização da legislação

---

<sup>93</sup> Governo Provincial e Distrital

de igualdade de género é outro desafio, que dificulta a implementação dessas leis (*ibidem*, p. 20).

Anotamos também que a componente de Educação, pouco estruturada, que integra a Política de Género do Governo da República de Moçambique, gera vazios nas suas áreas de atuação, muito especificamente caracteriza a sua fraca estratégia de implementação. Note-se que esses servidores públicos, também eles são cidadãos do Distrito, elementos do espaço social, por sua vez defensores de normas e crenças tradicionais nem sempre favoráveis à igualdade de género e aos direitos da mulher.

Nesta lógica, perpetua no espaço social uma visão e atuação desfavoráveis à mulher rural e que também limitam a operacionalização daquelas leis de género. Este facto é referenciado num dos relatórios de uma Organização Parceira do Programa AGIR II: “[...] pessoal das diferentes instituições governamentais e serviços públicos que devem implementar as leis de igualdade de género: a maioria tem normas e crenças que não são compatíveis com essas leis.” (OXFAM, 2019, p. 20)

A nosso ver existem problemas adicionais associados às incapacidades referidas, e nem só na limitada Política de Género, mas que culmina num Estado que não assegura a ordem moral e ética. Sobre isto, os entrevistados dão exemplo-testemunho de polícias corruptos<sup>94</sup>, de políticos e professores violadores dos direitos da mulher em prol dos seus próprios interesses. Na fala do entrevistado FS: “Nas escolas não havia professores violadores se houvesse boa governação [...] Pessoas do governo que têm relações sexuais com crianças e não são punidas, são transferidas para outra área geográfica, porque é homem, para parecer que está tudo bem e que houve mudança”.

A entrevistada QG acrescenta e problematiza uma ordem moral e ética referindo que “não é suficiente ter a consciência de direitos quando a pessoa vive numa comunidade ou numa região onde ela sofre opressão [...] porque não se envolve com o professor, [...] porque não aceita-se envolver com ninguém. Quer dizer são situações próprias do contexto”.

---

<sup>94</sup> Na tese de doutoramento de Laura Nhaueleque (2019), intitulada Direitos Humanos em Moçambique: Estado e Sistema de Policiamento: “A pesquisa trouxe, como seu resultado mais significativo, a consideração da violação dos direitos humanos por parte da polícia moçambicana como elemento estrutural da história e da política locais [...] os membros da PRM conhecem os direitos humanos, e que eles geralmente atuam de forma contrária a tais princípios devido a ordens superiores ou, no geral, a questões “de sistema” ou estruturais, que ativam mecanismos de difusa impunidade, códigos do silêncio e de cumplicidade, que envolve os cidadãos, os próprios colegas e superiores dos agentes violadores e, em última instância, os juízes”.

Mesmo querendo uma mulher ou uma rapariga fugir a esta realidade, ter acesso à Educação para uma melhor vida, para se empoderar, ela encontra um outro problema. A falta de emprego e de meios de geração de renda. Tem de haver um Estado que se faça presente no meio rural. A entrevistada QG diz-nos que “as mães de Chocwé<sup>95</sup> tem que dizer que *"nós temos arroz aqui que nós não estamos a vender, nós produzimos, mas não tem mercado!"* E se não reivindicam ninguém pensa nisto, ninguém vai vir, ninguém responde.” Esta é outra debilidade da Governação, uma debilidade naquilo que o Estado está apto a providenciar e se manifesta ausente.

Tomamos contacto com a dificuldade de geração de renda nas famílias, que desde cedo é uma barreira na vida da rapariga e mulher rural que a impedem de ir à escola, de estudar, de exercer os seus direitos, apontando-a para um casamento precoce enquanto solução para a sua vida. Essas raparigas ou ajudam a família, no seu sustento, ou são loboladas<sup>96</sup> e dadas a casar para ser menos uma boca a alimentar. A compensação que a família recebe por esse casamento é muitas vezes um meio para reduzir a áspera pobreza familiar.

Nesta linha de análise cruza-se o que é culturalmente aceite e o que o Estado não é capaz de assegurar, emprego. Posto isto, falaremos de empregabilidade.

#### **5.1.4.3.1 A Governação na empregabilidade**

Da entrevistada QG percebemos a ineficiência de um Estado que não atua segundo as especificidades do meio para assegurar empregabilidade à mulher rural assim como a sua ineficiência na operacionalização da lei dos casamentos prematuros. Refere, a este propósito, LT serem “leis que só passam de leis no papel”. Por exemplo, a tradição-necessidade de casamento prematuro é alimentada por uma mentalidade e valores tradicionais que só podem ser mudados gradualmente através da intervenção do Estado (também com apoio de outros atores), um Estado que seja provedor de bens e serviços sustentáveis e geradores de mudança no Distrito, no meio rural. Nas palavras da entrevistada ML:

A gente diz “*como é que a gente começa a mudar esta mentalidade daqui?*”

É um trabalho que a gente tem feito com muito esforço, mas que a gente faz

---

<sup>95</sup> Cidade moçambicana da Província de Gaza e sede do distrito com o mesmo nome.

<sup>96</sup> Lobolo é uma tradição na qual a família da noiva recebe dinheiro pela perda que representa o seu casamento e a ida para outra casa.

e que não vai servir efeito enquanto o Estado não criar dinâmicas de fortalecer os serviços [...] tudo isto marca uma juventude que envelhece pela violência, envelhece pela exclusão do próprio Estado que não cria sistemas de empregabilidade, que se vê num beco sem saída, é assim como aquelas jovens meninas estão, num beco sem saída. [...] aquilo que se exige é reformas administrativas muito mais profundas, que o Governo faça investimentos ao nível dos distritos, que é o que não está a acontecer, os distritos da região norte estão muito fragilizados.

Vemos que, de um lado, o Governo não atua eficazmente para a geração de emprego e de renda. Numa outra face temos os atores da Cooperação a quererem atuar e oferecer capacitação a mulheres que estão elas próprias desprovidas de meios de subsistência, nomeadamente alimentação. Ainda, um Estado que tenta assegurar a educação formal, mas que por si não dá garantia de que uma jovem rapariga consiga emprego. Estes aspetos cruzam-se com o fraco desenvolvimento do meio rural, tema que já foi por nós introduzido. Segundo a entrevistada QG:

Mas eu fiquei frustrada, porque comecei a ir ao distrito [...] muitas me diziam: "*Olha QG [nome da entrevistada] é bonito fazer capacitação [...] mas há um aspeto que vocês não têm em consideração, na minha casa não tem comida, nós passamos mal [...] vais a dizer que por muito bonito que seja esse projeto aqui em casa já não há comida!*"

E muitas vezes o nível de frustração que nós temos, quando as jovens estão ali no distrito de Macanga, ligam para mim e dizem "*Mana QG [nome da entrevistada] você conhece muito bem o posto administrativo de Furancungo, e o último nível que nós temos escolar é a 10ª classe. Quando eu terminar dessa, a minha família diz 'olha, se tu não casar arranja emprego'*". E um emprego em Furancungo! Trabalhar no centro de saúde local, escola local que

é difícil aceder porque o número de vagas é limitado, se não é isto você trabalha na machamba de tabaco porque são os únicos investimentos que tem em todo o distrito.

Da análise em que nos temos envolvido, não persistem dúvidas de que os doadores intervêm de forma a proporcionar informação e conhecimento à mulher direcionando-a para o exercício dos seus direitos. Se a questão de ter emprego para gerar uma renda familiar é importante não menos é o acesso à saúde. Este aspeto tocamos-lo de seguida.

#### **5.1.4.3.2 A Governação na saúde da mulher rural**

Ao nível local encontramos unidades de saúde sem capacidade e sem recursos para assegurar a prestação de cuidados de saúde e dos direitos da mulher rural. Este é o Estado provedor de bens e serviços que não consegue providenciar recursos materiais e técnicos para assegurar cuidados de saúde. Na fala de LT “o grande desafio é que as pessoas iam para lá e não tinham meios para serem atendidos. Não há um tipo de medicamento, infelizmente era como se dissesse para irem à unidade sanitária e depois chegavam lá e não tinham atendimento”.

Neste tema, de saúde, a investigadora, em conversa informal com um líder comunitário de uma localidade da Província de Sofala, registou o clima de apreensão que se vive em relação aos hospitais e aos postos de saúde locais. Aquele líder expressou a sua profunda preocupação da seguinte forma: “*ali está-se a morrer (!)*”. É, este, outro sinal da ausência do Estado nos problemas locais, que não saciados condicionam o empoderamento e fortalecimento da mulher rural assim como o exercício dos seus direitos.

Todos os referidos temas são objeto de trabalho dos Cooperantes e estão também na intenção do Estado. No entanto, existe uma convergência que ainda não aconteceu, afirmamos. A Governação fraca cria a linha descritiva de um Estado frágil.

#### **5.1.4.4 O papel do Estado e os doadores**

O Estado tem por missão assegurar um conjunto de necessidades, de bens e serviços, aos cidadãos, conforme já referimos. Acontece que encontramos muitas vezes os doadores a substituírem o Estado nos seus papéis, a intervirem nos problemas prioritários da população. No testemunho do entrevistado FS os líderes religiosos, líderes comunitários,

e mesmo os curandeiros intervêm na tentativa de resolverem os problemas da população já que há a tradição cultural de dialogar com um líder e este por sua vez usar a “mensagem para levar para o Governo”. No entanto, assuntos críticos, muitas vezes não têm solução agindo desta maneira, nomeadamente “quando são essas coisas de empoderamento da rapariga é um assunto que eles falam e que às vezes não tem uma saída... porque precisam que venham uma Organização com o seu programa”. Portanto, há toda uma ineficiência que tem de ser resolvida pela atuação da sociedade civil e pelo estado que assim tem o potencial de se coordenar e tocar nos aspetos mais prementes.

Temos uma outra fala de FS, que reforça o papel do Estado, substituído pelo das OSC, por mão da Cooperação. Muito especificamente, para assegurar o direito à Educação da mulher: “substituem-se ao papel do Estado, assumem um papel alternativo e providenciam esses serviços de acesso à Educação [...]. Há casos de sucesso. Lembrome de uma rapariga que teve uma transformação de auto estima tão grande que mudou a vida dela toda”. Este é um exemplo da atuação de uma Organização da Sociedade Civil parceira do AGIR II que evidencia a importância do envolvimento com as comunidades rurais.

A propósito da Governação e das características do poder político a nível local citamos Bierschenk e Olivier Sardan (1998) que abordam a forte dependência face ao exterior, a grande flexibilidade de arranjos institucionais e as fracas capacidades de regulação dos problemas coletivos pelas instâncias políticas locais. Este é um curtíssimo, mas objetivo resumo dos factos e das falas das entrevistas. Esta falta de criar e direccionar estratégia para as prioridades não é atual, remontamo-la ao período do pós-guerra civil, faz parte de um *continuum*, de uma sequência ininterrupta numa atuação fragmentada que tem de ser suportada pelo ator estrangeiro. Uma Governação que cria espaço para a intervenção do exterior.

A Ajuda do exterior, apesar de importante o seu papel, alimenta dinâmicas que fragilizam o Estado, nas palavras do entrevistado FS “não desenvolvem mecanismos de autoprodução e autossustentabilidade deles, exatamente porque estão viciados.” O entrevistado JM afirma que se cria dependência da Ajuda e faltam estratégias de sustentabilidade das ações. No entanto, há “um papel notável, não sei se bem ou mal, mas claro que as duas coisas sem dúvida [...] os parceiros têm um papel em tentar colmatar algumas dessas fraquezas do Estado, mas por outro lado [...] alimentam dinâmicas que continuam a fragilizar o Estado”.

O entrevistado fala de um papel positivo e importante já que “é a partir do seu apoio que algumas áreas que têm a ver com os direitos, inclusão e políticas públicas” recebem visível contribuição. Diz-nos que “muitas intervenções têm forte apoio dos parceiros internacionais. [...]. Mas isso surge da fragilidade do Estado”. Ora, trata-se de funções que não são asseguradas pelo próprio Estado, direitos básicos, que são coisas constitucionalmente consagradas, e que não são uma garantia para o cidadão e para a mulher moçambicana.

Nos testemunhos dos entrevistados é consensual um Estado que não funciona como gestor e ator estruturante da atuação dos doadores. Depreende-se um fraco alinhamento entre a agenda política e as necessidades o que cria abertura a atuações de Cooperação desfasadas dessas necessidades específicas do público-alvo das intervenções. Mais, um Governo Local sem participação ativa na ação dos doadores. Para o entrevistado MF “há um trabalho que está a ser feito, de ajudar por um lado, mas, por outro lado, existe em algum local onde há mais falhas, efetivamente nas formas, na sincronização entre aquilo que as pessoas efetivamente precisam e aquilo que as pessoas são dadas”.

Para o entrevistado a falta de alinhamento induz os atores a “colocarem acima os seus próprios interesses” pelo que tem de ser o próprio Estado a agir “não há como os donos do território, governo local e outros atores, não tem como pôr uma voz única a orientar o doador”. Outro informador, LT, refere a falta de estruturação, ou seja, “várias organizações a fazerem a mesma coisa, nas mesmas áreas, mas se tudo estivesse estruturado mapeado, seria o Governo a gerir essa situação”. Anota que o Governo poderia “dizer tu trabalhas em saúde e nutrição vais trabalhar na área x, aqui já não precisas de trabalhar porque está a organização x a fazer a mesma atividade [...] o que deveria acontecer era a fusão de sinergias”.

Estes elementos abrem espaço para que os doadores se apresentem com uma agenda pré formatada, com um plano de atuação, que a entrevistada GS observa positivamente dado o que impulsiona, mas que não é o desejável já que, segundo JM, não garante a sustentabilidade das ações e condiciona o empoderamento e fortalecimento da mulher rural. Este informador refere “uma agenda que é implementada a partir de instrumentos fragmentados, efémeros, que não garante que haja uma sustentabilidade, que faz com que não haja um empoderamento mais sustentável da mulher de uma forma geral e da mulher rural no sentido mais específico”.

Santos Simione (2021, sp), de uma das OSC parceira do AGIR II, deixa claro que essa agenda pré-formatada se configura numa atuação passiva do Estado, um Estado que não estrutura a atuação dos doadores e não questiona se o que recebe responde efetivamente às necessidades e realidade do campo. Defende que é necessário romper com os parâmetros da aceitação passiva de financiamento pelo que se deve questionar e negociar as exigências dos financiadores “para não pormos em causa a nossa autonomia e a nossa objetividade”.

Defende que é necessário “olhar para o contexto em que nós atuamos e questionar até que ponto as propostas que estamos a receber dos financiadores respondem efetivamente aquilo que é a realidade no campo em que nós estamos a trabalhar”. Inclusive, questionar os locais de implementação dos projetos, o seu público-alvo e desenvolver “capacidade de negociar e melhor responder às necessidades da população”.

Para o entrevistado MF é preciso ter um Estado que estruture um programa de longo prazo para resolver os problemas críticos, no qual os doadores se possam alicerçar. O entrevistado questiona um plano de governação nacional que não instrumentaliza a resolução dos problemas sociais, é preciso “apoiar por exemplo, área da saúde ou na área social estamos a combater os casamentos prematuros. Mas você não combate casamentos prematuros através de uma intervenção de dois, três anos. Tem que ser um processo que está dentro de um contexto”.

Nas suas observações o principal moto é “como é que nós como moçambicanos, tendo um plano de governação nacional, nos organizamos para combater um determinado problema, que só pode ser combatido num contexto de uma intervenção de 10,20, 30 anos?”. Deste ponto, entra-se na área específica da Educação exemplificando: “quando o problema é Educação da rapariga não é uma questão que se resolve em 1 ou 2 anos ou na duração de um plano estratégico”. Isto remete-nos para sustentabilidade da atuação e para este objetivo de resolução de problemas sociais “O que deve haver, são estratégias de desenvolvimento global das sociedades [...] socialmente inclusivas, que pretendam menores níveis de dependência e maior soberania, transformadoras das bases produtivas e das relações sociais” (Mosca, 2009, p. 94).

Este papel passivo, planos de governação que não instrumentalizam soluções, agendas não alinhadas, instrumentos fragmentados desfocados da sustentabilidade e a pouca atuação dos Governos locais oferecem um terreno aberto aos doadores e a outros atores

sociais. Um terreno no qual podem atuar para efetivamente resolver problemas críticos sociais ou aguerrear a sua atuação com base em interesses ao invés de beneficiar as populações e as comunidades. Nas palavras de LT, um terreno onde a corrupção e a falta de transparência impedem a Ajuda de beneficiar o seu sujeito: “a questão da transparência e da corrupção são muito elevadas, há muitas organizações de boa vontade disponíveis para doar, mas o sistema deixa muitas vezes ... [silêncio] Há muita ajuda que chega e que infelizmente não beneficia o indivíduo primário que é quem mais precisa de ajuda.”

Na fala da entrevistada QG, uma elite política e atores internacionais atuantes nos seus interesses e não nos das comunidades. Uma elite do Governo que beneficia dos projetos internacionais. Uma elite política nacional que interatua com uma elite internacional que gera capital. Projetos implementados para beneficiar interesses económicos da elite do Governo e os de uma elite internacional. Ainda, aponta a implementação de projetos direcionados para a sociedade civil para que esta se ocupe da sua implementação e assim se desvie o olhar o que está a acontecer. Fala de capital internacional quando se refere a projetos e de uma diplomacia política substituída pela diplomacia económica que reveste “negócios com as elites políticas governamentais, que não são preocupadas que os benefícios cheguem às comunidades”. Acrescenta que há “projetos para financiar a sociedade civil para que a sociedade civil nunca fale mal [...]. Há uma cumplicidade com a elite governamental, aqueles que estão a beneficiar de alguns desses projetos, com uma outra elite”.

Posto isto não subsistem dúvidas de que “as intervenções da Cooperação se fazem num espaço onde a pobreza e a injustiça estão muito consagradas nos poderes e práticas das elites económicas e políticas [...] responsabilizando o Governo como detentor de deveres e exigindo maior transparência” (OXFAM, 2019, p. 8). A entrevistada QG enfatiza esta abordagem e dá mais contributos. Refere uma falsa atuação na intenção de fortalecer as comunidades. Dinheiro do doador que resulta dos fluxos ilícitos de capitais gerados a partir das riquezas que os (supostos) doadores retiram do país. Neste enquadramento, QG critica construtivamente que é preciso mudar a forma como se está a construir a narrativa da CD: “há um pouco de hipocrisia com o projeto do fortalecimento das capacidades das comunidades, mas há muita gente de boa vontade, mas que acabam afogados por aqueles que estão preocupados apenas em colocar o carimbo, o logotipo dos seus grandes projetos”.

A entrevistada e ativista afirma a importância de um debate para mudar a forma como se estão a construir as narrativas da CD. Os fluxos ilícitos de capitais preocupam-na pois “aquilo que recebe depois retira na madeira, no rubi, no carvão, no gás [...] depois vão processar fora e depois o valor volta como doação, isto me cria alguma confusão, se posso ser bastante honesta”.

Aponta um círculo vicioso “e por isso é que estamos sempre a implementar os mesmos projetos, e a batermos palmas à medida que mostramos os números nos relatórios [...] estamos de mãos atadas”. Da sua experiência dá o exemplo de um projeto em que participou e na conceptualização do qual, ao ter de pensar na estabilidade económica e social, os responsáveis da Organização em que trabalha dizem ‘*não esta não é a prioridade do nosso projeto, não é a prioridade do nosso financiamento*’. Mas depois você percebe que está a gastar balúrdios de dinheiro, rios de dinheiro, e não estamos a transformar!”.

Apontamos um país dependente da ajuda externa e um Estado frágil na Educação<sup>97</sup>, no emprego e meios de subsistência como na saúde. Uma Governação fraca<sup>98</sup> que compromete o exercício dos direitos da mulher rural, direitos esses consagrados na própria Constituição moçambicana e nos instrumentos internacionais ratificados pelo país. Segundo Muhammad Yunus “Para que a ajuda estrangeira tenha algum impacto nas condições de vida dos pobres, é preciso que seja reorientada diretamente para as famílias pobres, em particular para as mulheres” (Yunus, 2007, p. 36).

Não é tarde dizer, em Rui de Noronha (2006), que “as sociedades, ou formam-se lentamente, pela lenta compreensão do dever e do direito, pela muito morosa edificação do sentimento de justiça, ou brotam de súbito, como resultante de iniquidades de que são vítimas” (p. 83-84). Nesta afirmação vemos o caminho que a CD pode criar através da Educação para o Desenvolvimento.

Acrescentamos que referida falta de valores e de ordem moral por parte de representantes do espaço social tem construção e formação a partir da Educação para o Desenvolvimento

---

<sup>97</sup> Compete ao Estado possuir uma estratégia “no quadro do investimento do capital humano entre diferentes níveis de formação” (Mosca, 2009, p. 22).

<sup>98</sup> Define-se Governação fraca como a inadequada provisão de bens e serviços públicos ao cidadão; regressamos ao conceito da Fundação Mo Ibrahim: “defines governance as the provision of political, social, economic and environmental public goods and services that every citizen has the right to expect from their government, and that a government has the responsibility to deliver to its citizens.” (Mo Ibrahim Foundation, 2020)

enquanto parte integrante da estratégia de operacionalização da legislação de género, com reflexos ao nível da Governação Local, Distrital e Provincial. Importa referir que no meio rural a pobreza é mais acentuada e imperam graves necessidades e isso abre espaço a que do ponto de vista humano os direitos da mulher sejam negligenciados.

Os dados que colhemos a partir dos entrevistados põem-nos em contacto com um Estado frágil, com o poder absoluto do partido que está no poder e com a teia das elites. Este ponto extraímos-lo a partir de Adriano Nuvunga, presidente do Centro de Integridade Pública em Moçambique, que dá conta de uma governação corrupta, de uma elite pertencente ao partido único no poder<sup>99</sup> que gere os seus interesses, que marginaliza as comunidades e os pobres e utiliza recursos públicos para o seu enriquecimento<sup>100</sup>. Vive-se, segundo João Mosca (2009), na “obscuridade pública do contraste social”, com elites “que nascem e se reproduzem com base em rendas parasitárias, em lobbies e em posicionamentos políticos e de outras naturezas. Que se exibem de ‘casa para fora’ em manifestações de vaidosismo arrogante” (p. 62).

Nas tessituras de Mia Couto também encontramos a consciência sobre o domínio dos interesses pessoais sobre os dos cidadãos, algo que não é recente e que faz parte da história:

Lembrei as palavras de Surendra: tinha que haver guerra, tinha que haver morte. E tudo era para quê? Para autorizar o roubo. Porque hoje nenhuma riqueza podia nascer do trabalho. [...]. Agora que a desordem era total, tudo estava autorizado. Os culpados seriam sempre outros. (Couto, 2010, p. 114)

Em toda esta narrativa de pontos fortes e pontos fracos é possível visualizar e, até mesmo, criar uma proposta de atuação, já que muitos destes pontos, senão todos, resultam num diagnóstico que elenca o que está mal, mas o que está mal, ao mesmo tempo, é muito e

---

<sup>99</sup> A Frente de Libertação de Moçambique, também conhecida por seu acrónimo FRELIMO, é um partido político oficialmente fundado em 25 de junho de 1962. <http://www.frelimo.org.mz/frelimo/>

<sup>100</sup> “Moçambique deu dinheiro às empresas ligadas aos dirigentes da Frelimo e do Governo. E esses são os que orientaram o setor da saúde, para fazer obras, e obras que não foram feitas, que foram feitas sem qualidade, com extrapolação dos preços [...] padrões de má governação, de corrupção [...] um modelo de extrativismo da abundante riqueza de Moçambique centrada nas elites sem qualquer tipo de desenvolvimento [...] entregar o dinheiro às elites. [...] o padrão dos últimos 30 anos, onde os recursos públicos são utilizados para o enriquecimento da elite e empobrecimento da população [...] A nível de fatores de governação o que vimos é o mesmo elitismo de marginalização das comunidades e dos pobres sem qualquer tipo de investimento.” (Nuvunga, 2021, sp).

faz parte da própria estrutura de ação, de todos os atores da sociedade. Posto isto, é importante vermos o que dizem estes atores privilegiados sobre a CD na vida da mulher rural moçambicana para, mais à frente, percebermos como é que estes objetos da realidade se fundem, ou influenciam, a condição de vida do nosso sujeito de investigação.

### **5.1.5 A Cooperação para o Desenvolvimento na Vida da Mulher Rural**

A nossa segunda categoria é a CD na vida da Mulher Rural, abraçada numa discussão que se constrói a partir de quatro subcategorias. A primeira delas políticas e quadro legal, a segunda visibilidade e mobilização, a terceira Educação para o Desenvolvimento e, por último, uma abordagem aos fatores limitantes como quarta categoria, que agrega conteúdo sobre o que constrange e condiciona a melhoria da condição de vida da mulher rural moçambicana. A discussão em torno da subcategoria Educação para o Desenvolvimento sustenta-se em duas áreas: conhecimentos, habilidades e comportamentos e valor moral.

Anote-se que a designação Educação para o Desenvolvimento não pretende substituir a da EDS, antes uma conduz à outra. Este encurtamento tem esta justificação, a de que educar, verdadeiramente, conduz ao DS. Esta categoria associa-se à anterior por ser nos objetos da realidade moçambicana que a Cooperação vai atuar. Nela, a partir das entrevistas realizadas, pretendeu-se identificar as mudanças que a Cooperação trouxe à vida da mulher rural. São estas mudanças o nosso foco essencial. Passamos, então, a introduzir o conteúdo de cada categoria para dar continuidade ao nosso trabalho de investigação.

#### **5.1.5.1 Políticas e quadro legal**

Este é um tema que foi já apresentado pela importância que consubstancia na medida em que a existência de instrumentos legais adequados aos direitos da mulher moçambicana significa que uma poderosa máquina atuou na sua defesa. Em Moçambique tem sido feito um sério e empenhado trabalho para a afirmação dos direitos a partir de um conjunto de instrumentos que, percebemos, influenciado pelos vários atores do terreno.

Apesar de uma das nossas entrevistadas ter referido que os doadores atuam a partir de um programa pré-definido, a partir de uma Agenda por eles criada, que nem sempre é favorável para a resolução das necessidades do país e das próprias mulheres, a atuação

tem uma relevante contrapartida, ou seja, tem a “vantagem de poder impulsionar debate, de poder impulsionar a revisão de leis do sistema jurídico, do sistema de políticas públicas” (GS).

A entrevistada GS fala de um *mundo* construído com a ajuda da Cooperação internacional que permitiu “mexer no aparato da justiça, mexer no funcionamento do parlamento para aprovar leis com maior celeridade e haver um exercício de maior disseminação dessas leis a nível das comunidades”. A existência de barreiras legais que não facilitavam a vida da mulher moçambicana, tais como ter uma conta bancária já que “antes não podia fazer sem autorização do marido, não podia fazer os seus próprios negócios se o marido não concordasse”, foi ultrapassada, segundo o entrevistado WM. Nas palavras deste informador assistiu-se à transformação do “desejo da sociedade civil em legislação”.

Dos informadores privilegiados retiramos que a atuação da sociedade civil contribuiu para uma maior celeridade na aprovação de legislação do que resultou a disseminação das leis que defendem os direitos da mulher nas comunidades, por exemplo em termos da descriminalização do aborto e da criminalização dos casamentos prematuros. Este trabalho constrói conhecimento em cada mulher moçambicana que é, essencialmente um instrumento para a mulher rural defender os seus direitos e que faz parte de um processo educativo que a transforma. O entrevistado WM torna claro este aspeto quando diz “não sabiam que estava muito mal posicionado em termos de questões de aborto, do seu casamento”. Esta essência, que é a de atuar para criar ativos favoráveis à mulher rural moçambicana, acaba por ter de ser trabalhada e configurada através de todos os atores através de instrumentos legais e da sua disseminação. Esta é uma curta, mas objetiva, abordagem à questão da normativa legal, cujos instrumentos, alguns, foram por nós já mencionados neste trabalho.

#### **5.1.5.2 Visibilidade e mobilização**

O processo de aprovação da legislação proporciona valor social e desencadeia o questionamento de entidades sociais vigentes. Desencadeia um processo que gera visibilidade à violência contra os direitos da mulher moçambicana e mobiliza um conjunto de agentes que atua para defender tais direitos. Esta nossa segunda subcategoria é importante ao que a Cooperação, e o que com ela se desencadeia e se mexe, dá visibilidade, isto é, aos problemas que surgem ao trabalhar no terreno.

Maria José Artur (2021, sp) refere que os casos de violência de género “são já noticiados, há 10 anos isto não acontecia. Era um caso ou outro. [...] a violência praticada do homem contra as mulheres que era tão natural, tão normal, já não era notícia e isto está a mudar, isto tem vindo a mudar”. Segundo a entrevistada GS, constatam-se situações de “violência de direitos das meninas, das raparigas, violação sexual, na família. E na verdade, a grande maioria que violação sexual que as meninas sofrem é das próprias famílias! É dos próprios progenitores ou de pessoas muito próximas à família, como tios, amigos, vizinhos”.

Da visibilidade que a atuação gera resulta ação, resulta intervenção junto das pessoas da comunidade, intervenção informativa, que leva às comunidades e à própria mulher rural dados específicos sobre os seus direitos. Esta informação resulta não só em benefício para a mulher, mas também gera valor moral na família e na comunidade. A visibilidade do problema e a informação que se gera à volta dele tem associada uma cultura de manifestação. Falamos de mulheres que se organizam para se imporem às situações que condicionam o exercício dos seus direitos e o seu empoderamento. Estes são aspetos que resultam, não só da interpretação das falas dos entrevistados como também da experiência de observação da investigadora no terreno.

Esta cultura de manifestação em Moçambique é uma mais-valia obtida, inclusive a partir dos pequenos projetos de CD, mesmo dos projetos implementados pelas OP do AGIR II. Esta importância é confirmada na fala de QG quando afirma “esta forma de manifestação tem resultados a efeitos de transformação [...] quando as mulheres se unem num assunto tem um efeito transformador”. Acrescenta que “os grupos de mulheres que se têm estado a organizar de forma autónoma, para resistir, para se impor, mesmo para desafiar abordagens desde o nível comunitário até ao nível central, mostra que as mulheres têm poder”.

A disseminação de informação, ligada aos direitos da mulher consagrados na legislação, é parte integrante do processo educativo para o Desenvolvimento, desencadeado pelos parceiros de Cooperação. Este processo abarca ações de advocacia, informativas e formativas iniciadas e desencadeadas a partir da aprovação de nova legislação, como é referido na Estratégia de Género do Governo de Moçambique (2018), em alguns dos seus Eixos. A advocacia, para nós tida parte integrante do conceito de Educação, elemento do processo educativo necessário e útil à mulher rural moçambicana, coloca-se na subcategoria seguinte, a Educação para o Desenvolvimento.

### 5.1.5.2.1 Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Para o exercício dos direitos humanos o conhecimento e a informação, constituem-se um elemento chave para a melhoria da vida de uma mulher rural. Apesar de cidadã, desconhece na maioria das vezes os seus direitos, sobretudo pelo condicionamento que o espaço sociocultural lhe impôs e que se associa, por vezes, a outras ineficiências. A Educação é o que consideramos a linha orientadora para a mudança da condição de vida da mulher rural moçambicana. Nas palavras de Rui de Noronha “Eduquem-na, instruem-na, guiem-na<sup>101</sup> [...] e tereis na preta uma futura mãe. Mãe no dilatado e nobre sentido de mulher que educa, que guia [...]. No berço está o futuro de um povo [...]. Vigiai uma mulher e vigiareis um berço” (Noronha, 2006, p. 56).

A presença da Educação para o Desenvolvimento na vida da mulher rural revela-se no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos necessários para uma melhor condição de vida, individual, na família e da própria comunidade. Esta terceira subcategoria a Educação para o Desenvolvimento é estruturada em três áreas conhecimentos, habilidades e comportamentos e valor moral.

A Educação, no nosso conceito, gera consciência e empodera a mulher rural, dota-a de capacidade de decisão (Sen, 2009) e permite-lhe questionar a sua realidade e a sua envolvente social; leva-a a “despertar para a realidade que estão a viver e que há algo que está errado. E se há algo que está errado porque é que está errado e o que é que está errado”, acrescenta a entrevistada GS. Isto requer, segundo a entrevistada, uma atuação sistemática e constante dos atores para “que as pessoas possam aprender a questionar a sua própria realidade. Que muito daquilo que sempre nos foi incutido como tradição, como cultura, como *modus vivendi* de uma determinada entidade social é e merece questionamento”.

Deste ponto a atitude da mulher moçambicana modifica-se, mesmo perante situações em que as tradições culturais parecem mais fortes. Neste propósito o entrevistado LT menciona aspetos muito práticos sobre o que é fazer acontecer a Educação. Refere que é necessário não apenas passar informação sobre conteúdos concretos, mas também, em termos mais gerais, sensibilizar a mulher sobre a importância de estudar, de ela própria se virar para a Educação como algo que as ajuda a posicionar na sociedade. Dá o exemplo

---

<sup>101</sup> Rui de Noronha refere-se à mulher preta.

de “uma campanha de produção de vídeos com 2 a 3 minutos [...] a distribuir através de ativistas de uma associação [nome da associação] que trabalha com mulheres da comunidade, para passar a mensagem *a mulher precisa estudar*”.

A corroborar a certeza da mudança que ocorre com o processo educativo, a entrevistada GS dá-nos dois testemunhos da mudança que acontece quando a mulher rural vai além do seu espaço sociocultural. Em termos dos direitos das mulheres, é um tema cuja introdução permitiu à própria mulher “saber quem eu sou, porque é que eu existo, quem são os outros e qual é o meu papel onde eu estou e qual é o dever meu em relação aos outros, qual é o dever dos outros em relação a mim”. Acrescenta que também ela vai poder “reconhecer o Estado e os direitos que eles têm perante esse Estado. Isso foi um trabalho magnífico”.

Ainda a entrevistada GS, refere que a experiência educativa em direitos da mulher cria capacidade de decisão, permite a afirmação da mulher no seu espaço. Dá o testemunho de Angelita que “havia sido prometida ao casamento ainda na barriga dos pais, da mãe, e à medida que foi crescendo na comunidade do pai dizia que ela não podia estudar, porquê (?) porque ela estava a prometida a uma união prematura”<sup>102</sup>. Ter tido acesso aos programas da Cooperação, dotando-a de conhecimentos que lhe permitiram empoderar-se através do conhecimento e tomar as suas próprias decisões, ajudou a rejeitar o que era uma tradição cultural e que iria ser um aspeto limitador dos seus direitos e da sua própria condição de vida, rejeitando a tradição e, ao mesmo, tempo constituir-se como um exemplo para outras mulheres moçambicanas. Um outro exemplo de mudança, agora na fala da entrevistada QG, decorre da realização de “ações de formação de muitas adolescentes do sexo feminino, para que elas pudessem se empoderar e fugir de uniões prematuras, e muitas vezes resgatámos jovens de uniões prematuras”. O entrevistado FS refere que a Educação promovida pelos parceiros de Cooperação é fator de mudança e dá exemplo de “uma rapariga que teve uma transformação de auto estima tão grande que

---

<sup>102</sup> Quando o pai estava no mato a cortar lenha a mãe mandava ela à escola, e o pai se zangava e não comprava nem caderno, nem chinelo e ela caminhava descalça [...]. Só que a dado momento o pai quis que ela casasse só que a mãe pediu ajuda a um tio que vivia em Malema que desse apoio para ela estudar e ficou combinado que quando ela terminasse a 12ª classe voltasse e ia casar. Então nesta altura é uma bela líder de projeto, é uma adolescente líder de referência [...]. Quando ela voltou [...] o pai disse “não! já está na altura de tu casares [...] ela problematizou [...] “*Eu não quero me casar com ele, não estou preparada neste momento para casar e eu quero fazer outra escolha na minha vida*” O pai ficou muito nervoso com ela e ela disse que poderia denunciar aquela situação à esquadra porque aquilo era um direito dela. O pai deixou de falar com ela, praticamente começou a hostilizá-la e mesmo assim ela não desistiu.

mudou a vida dela toda, arranhou um marido com outras características que nunca pensou, um desenvolvimento de carreira profissional”.

Mesmo em situações em que o espaço sociocultural foi limitante, nas quais as tradições foram mais fortes, a Educação criou condições para a mulher gerar o seu rendimento, organizar uma poupança, para sustentar a família, para construir a sua casa e para comprar bens básicos de suporte ao lar. Vemos isso claramente na fala do entrevistado A no momento em que refere “raparigas que foram engravidadas de casamentos prematuros, depois nas organizações para ajudar e hoje as raparigas já concluíram a escola, há raparigas que conseguem fazer alguma coisa e sustentar a sua família e algumas raparigas que estão já a construir suas casas”.

Este último informador acrescenta que em formações sobre pacotes de poupança direcionadas às mulheres “depois a organização financiou as mulheres para fazer algumas coisas e com aqueles lucros começam a fazer poupança e eles conseguem já comprar cama, colchão [pausa] aquela coisa que mulher sempre precisou ter e tenho prova disso”.

Acrescenta-se, a partir da fala da entrevistada QG, que através dessas formações e a partir da organização de grupos de poupança comunitária a mulher sustenta a sua família, abre e gere um negócio próprio, faz investimentos vários, capitaliza a sua poupança através de empréstimos e cria projetos na base das políticas dos doadores:

Bem, as mulheres sempre têm forma! Olha para como se começaram a criar e a inovar os grupos de poupança comunitária [...] são grupos de mulheres que levam o dinheiro para fazer empréstimo [...] pegam aquele dinheiro e vão emprestar, outras vão abrir negócios, e através desses negócios elas vão investir ainda mais.

Acrescenta algo que se nos coloca peculiar no mundo da Cooperação, o fato das mulheres conseguirem gerar dinheiro para “criar projetos delas as vezes até para projetos de prestação de contas de acordo com as políticas dos doadores, se calhar uma boa prática que surge das mães, que surge das próprias mulheres”.

Anotamos que a disseminação de conhecimento, Educação, para a mulher rural, também gerou mudanças de comportamento que impactam o ambiente. Falamos de “iniciativas que resultaram na mudança de comportamento da mulher rural e posterior influência

despertou interesse de envolvimento de outras mulheres nas boas práticas ambientais” (Livanigo, 2021a). Este conhecimento também permitiu ter uma mulher rural com mais rendimento disponível logo criadora de dinâmicas de estudo adicionais para os filhos: “Quando comecei a usar a lanterna solar, muita coisa mudou para o melhor na minha vida. O dinheiro que gastava para comprar velas e querosene agora uso para outros fins e os meus filhos podem fazer deveres da escola no período noturno” (Livanigo, 2021b).

A emancipação económica através da criação dos próprios negócios, do próprio posto de trabalho apresenta-se como outra mudança. Com o apoio da atuação, pela mão de cada Organização da Sociedade Civil parceira do AGIR II, mulheres que sempre viveram privações, conseguiram iniciar os seus negócios tendo-se iniciado o seu empoderamento a partir das capacitações: “a cada formação sentia-me capaz de fazer um negócio, ter uma fonte de renda e muitas outras coisas [...] a minha luta foi juntar dinheiro para iniciar meu negócio, com força e garra consegui começar este pequeno negócio de venda de legumes” (Livanigo, 2021c).

Conhecer os seus direitos em relação à terra foi outro dos resultados do processo educativo. De referir uma camponesa que, graças às capacitações, muitas mulheres rurais já sabem que existe um título que garante o uso e posse da terra porque “não tendo DUAT você não tem nenhum direito de posse de espaço na comunidade. [...] muitas mulheres hoje em dia ficariam sem terra para cultivar e produzir seus alimentos” (Livanigo, 2021d).

Acrescentamos ainda a capacitação na área nutricional, que permite construir e gerar hábitos e costumes alimentares que visam empoderar as mulheres e impulsionar o desenvolvimento das mulheres rurais. Para o efeito, foram capacitadas mulheres, líderes, em agroecologia: “a formação cingiu-se a conceitos básicos sobre nutrição, tais como situação nutricional em Moçambique, Educação nutricional e a importância do envolvimento comunitário na Educação nutricional para o desenvolvimento” (Livanigo, 2021). De anotar é a importância que estas mulheres vão exercer já que atuam como transmissoras do conhecimento e assim empoderam gradualmente outras mulheres. Constituem-se como um exemplo.

A Educação também está ligada à ampliação das atividades de geração de renda o que assume um papel muito importante na medida em que a dependência de uma atividade de geração de rendimento coloca as mulheres rurais, e as suas famílias, em situações muito delicadas. Ter um rendimento é já uma condição para a mudança, da mulher e da sua

família, da geração que se segue. Registou-se da Ministra da Mulher e Ação Social, em diálogo com a investigadora em 2012: “A mulher vai querer sempre gastar o seu rendimento no sustento e bem-estar da família, dos seus filhos. Ela vai sempre fazer mais para fazer melhor.”. Referia ainda o papel da mulher empoderada enquanto agente construtor da mudança na família e na geração que se segue que ela consegue ter:

Eu sei o que ela faz com uma batata, alimenta seus filhos e vai lutar para mandar esses filhos à escola. Se tiver mais dinheiro ela vai gastar com casa, com Educação dos filhos, não vai desperdiçar, nem gastar a beber se tivesse de dar esse seu rendimento a um marido qualquer.

Damos ainda o exemplo de uma “mãe de cinco filhos que dependia inteiramente da agricultura para cuidar da sua família. Nos anos em que a produção era baixa, a vida era bastante difícil. Atualmente aposta na venda de fogões melhorados, contribuindo na geração de renda para a sua família” (Livanigo, 2021). Esta mulher foi capacitada em atividades como crédito de poupança rotativo, vender fogões e lâmpadas solares. Testemunha posteriormente que a sua vida melhorou bastante, que se sente mais útil na família porque já não depende apenas da machamba para prover sustento. Mesmo a própria atividade de venda de fogões melhorados, gera o contato de umas mulheres com outras havendo uma passagem de informação que tem o potencial de gerar transformação.

Outro exemplo, é o de mulheres que usavam lenha como principal fonte para confeccionar os alimentos, o que as obrigava a irem “à floresta 4 vezes por semana e, por vezes, gastava muito dinheiro com a compra da lenha, mas hoje já respira de alívio, porque economiza o tempo e dinheiro com o fogão poupa lenha” (*ibidem*). Estas iniciativas surgem por mão dos parceiros da Cooperação e visam o empoderamento económico das comunidades, através da promoção e massificação do uso de energias renováveis nas zonas rurais. É uma outra área de atuação.

Aproveitamos para acrescentar a construção de conhecimento por meio do fortalecimento da literacia da mulher rural através da religião e da Educação financeira como um aspeto muito importante. Muitas vezes uma mulher que não sabia escrever, sobretudo mulheres jovens, aprendem a ler e a escrever com as bíblias e até a escrever e a ler nas suas próprias línguas locais. Daqui também acontece o seu fortalecimento enquanto mulher rural.

Anotam-se também mudanças de comportamento, decorrentes do processo educativo, especificamente ligadas à saúde, nomeadamente homens com atitudes positivas em relação ao planeamento familiar, partos que passaram a ser realizados em unidades de saúde. Na fala do entrevistado A “era a cultura deles fazer parto em casa com candeeiro [...] mas viram que aquela cultura, aquilo eram coisas que tinham na cabeça e começaram a ir ao centro de saúde.”. Complementa esta afirmativa o entrevistado LT ao referir o “planeamento familiar, as pessoas falam disto naturalmente, principalmente das zonas recônditas [...] as pessoas falam com propriedade *"na rádio falaram que é para os homens acompanharem as mulheres a fazerem planeamento"*”.

Relevantes mudanças através da Educação também acontecem quando portadores de HIV se tornam agentes da mudança, não só por procurarem os serviços de saúde, mas pelos seus comportamentos positivos e responsáveis. O informador LT fala que são campanhas de informação que geram estes comportamentos: “Alguém que era seropositiva [...] depois ouviu aqueles *spots* sobre HIV, que havia tratamento, ela mudou [...]. O ano passado fui na Província de Sofala e ela era ativista. [...] e estava a mostrar o outro lado da vida a outras pessoas”.

De todas estas atuações geram-se mudanças de comportamento e de consciência “mulheres que eram anónimas, na altura que começamos a intervir e que hoje são uma referência quer ao nível da capital quer ao nível dos distritos” diz-nos a entrevistada QG. A entrevistada fala ainda que “muitas dessas mulheres mostraram também a vontade de elas se fortalecerem [...] são histórias que marcam ao nível distrital [...] vale mesmo a pena lutar e acima de tudo formar, fortalecer capacidades de outras mulheres”.

Todos estes elementos de mudança constroem uma mulher fortalecida, esclarecida e replicadora da informação. A entrevistada QG fala de grupos “[...] que se foram formando [...] que começaram pequenos, mas que começaram a dar sinais bastante por fortalecimento”. Segundo o entrevistado A, “havia sessões, grupos de 30 raparigas, havia Educação de direitos, saúde sexual e reprodutiva, doenças, tudo isto aí, nas comunidades e então elas expandiam as mensagens”.

A mulher é agente da mudança de comportamento na comunidade, é educadora. No entanto, temos outras figuras na sociedade, na comunidade, que são agentes da mudança. A literatura moçambicana dá um exemplo da importância e, conseqüentemente do papel, dos líderes, exemplificando com o régulo, mencionando a sua influência na construção

social, enquanto sujeitos da mudança: “O povo ama o seu régulo porque se revê nele, está sempre expectante do seu bom desempenho [...] deve interagir com o régulo permanentemente, e encontrar caminhos de equilíbrio em cada etapa da vida social” (Mazula, 2016, p. 70).

No entrevistado WM, tendo os aspetos culturais um peso elevado no desenvolvimento, além de trabalhar na Educação da mulher rural é preciso educar os guardiões das tradições culturais por forma a haver mudança para criar soluções através destas pessoas, com influência. Destaca que “a questão de informação interfere na mudança da pessoa [...] nós temos de trabalhar na cabeça das mulheres, na cabeça dos homens e [...] ver quais são os guardiões dessa cultura”.

Desta perspetiva partilha que por vezes são as próprias mulheres que defendem uma determinada prática cultural, que não beneficia a própria mulher, mas é uma tradição. Por isso há que “olhar para as questões de práticas culturais, para aquelas que representam algum tipo de perigo e ter um diálogo transformativo com a comunidade. E apanhar as soluções neles!”. Do entrevistado A percebemos que as matronas, os líderes comunitários e os curandeiros<sup>103</sup> são geradores de mudança: “Na comunidade a pessoa tem de chegar, procurar os líderes da comunidade, sentar e conversar, os seus objetivos, as vantagens, as desvantagens, aí começa a falar com a população que aceita as suas mensagens e começa a troca de informação entre eles”.

Esta forma de intervir para a mudança é já uma forma de atuação por parte de algumas OSC. Essas Organizações formam ativistas que atuam ajudando a dar corpo a um processo educativo, construtor da mudança. O Entrevistado A fala-nos da sua experiência: “Eu era formado e na comunidade conversava com as pessoas para dar o quê? Dar a mensagem [...] tirar as suas dúvidas, aqueles pais, sentavam com vizinho, filho e família e explicava aquilo que era certo para aquelas pessoas”. Segundo a fala de LT as Organizações “trabalham com os líderes locais neste processo de mudança de comportamentos, existe um trabalho profundo, há comunidades onde os líderes comunitários recebem uma espécie de gratificação ou bónus caso denunciem casos”.

---

<sup>103</sup> Pelo importante papel que os curandeiros têm em Moçambique na cultura popular, o governo tenta integrá-los no sistema público de saúde como agentes auxiliares. A ideia é formá-los, para que eles reconheçam as doenças e enviem, se necessário, as pessoas, ao tratamento nos hospitais. Os curandeiros são geralmente os primeiros a serem procurados pelas populações. (SWI, 2015)

Do mesmo entrevistado recolhemos que os parceiros de Cooperação estão a utilizar vídeos como instrumento, com recurso a “personagens decisórias, pastores, sogra, líderes comunitários e transformá-los em personagens de mudanças de comportamentos. Sim!”. Estes sujeitos são considerados de tal importância na construção da mudança que a tradução de leis nas línguas moçambicanas constitui outro instrumento educativo direcionado para decisores e líderes. Nesse aspeto, LT menciona a tradução para as línguas moçambicanas de todas as leis que dizem respeito à situação da mulher, nomeadamente a Constituição da República para facilitar a compreensão dos líderes locais no processo de tomada de decisões: “estamos a trabalhar influenciando decisores”.

Afirmamos, a partir da fala do entrevistado WM, a importância do líder comunitário na mudança e temo-lo como exemplo moral e educador, enquanto resultado positivo do trabalho interventivo do doador e de OSC: “esse chefe comunitário depois de participar de várias formações sobre a lei contra o casamento prematuro [...] quando chegou a vez dele, da comunidade lhe oferecer mulheres não só recusou como ele próprio decidiu que tinha que ir para as comunidades dar formação”.

A mudança de comportamento e consciência ocorrerem também através da Educação dos líderes sociais, os entrevistados acrescentam que as lideranças distritais têm também um papel proeminente ou não tivesse sido já apontada na nossa primeira categoria a falta de formação dos servidores públicos. Dizer isto significa falar da importância de educar funcionários públicos, ao nível Provincial, em género. Disse-nos WM que tem sido feita “capacitação ao nível da assembleia Provincial sobre a questão de integração de género em políticas públicas, eles próprios ficaram muito interessados [...] já falavam assim “*aquele ali*”, foi o começo, começaram a mudar, a pensar, a falar assim depois das capacitações, precisam dessa informação”.

A partir das figuras relevantes da sociedade e da comunidade pode-se instrumentalizar a mudança, o processo transformativo para assegurar os direitos da mulher rural e o seu empoderamento através da Educação. Este papel positivo da Cooperação, todas estas mudanças que têm vindo a acontecer, não deixa de ser por nós polemizado, dada a realidade de pobreza em que vive a mulher moçambicana rural, seja pelo peso e influência dos aspetos culturais no desenvolvimento, seja por má governação, debilidades e ineficiências do Estado ou pela corrupção (Mosca, 2009) ou pela forma como a Cooperação intervém.

O informador MF fala da EDS enquanto prioridade para o desenvolvimento já que dota o indivíduo de condições para compreender os impactos de cada ação sua e do ambiente que o rodeia. Aborda-a como a ação número um na vida da mulher no sentido de que ela sabe como pode agir. É efusivo no seu discurso quando afirma que “O governo precisa tomar uma decisão muito séria muito acertada no sentido de que *quando nós falamos de Educação estamos a falar de quê?*”.

Concluimos a subcategoria a firmar o papel da Educação enquanto instrumento para a mudança no sentido de que amplia a consciência e a capacidade de tomada de decisão. Se o sujeito da aprendizagem tem de ser exercitado a pensar (Mosca, 2009) e se a Educação é um instrumento para esse exercício, a mulher rural enquanto sujeito da Educação amplia a sua capacidade para exercer os seus direitos. No entanto, existem limitações, as quais abordaremos no momento seguinte.

### **5.1.5.3 Fatores limitantes**

A partir de toda esta moldura iniciamos a discussão da terceira subcategoria. Entendemos por fatores limitantes todos os aspetos que, do diálogo com os entrevistados, se nos colocam enquanto barreira à melhor ação da Cooperação. De certa forma, como o decorrer da nossa narrativa, isso já foi acontecendo. Uma identificação gradual, mas que agora detalhamos pelo seu tão evidente impato na vida da mulher rural, por vermos resultados não alcançados.

A disseminação da informação e o debate impulsionados pelos parceiros de Cooperação, contribuem para que a mulher rural tenha a possibilidade de sair de uma posição de subalternidade, dependente e sujeita, por exemplo, às tradições. A mulher rural através da informação-conhecimento que adquire fortalece-se, afirma-se e daqui surge um conjunto de oportunidades que constroem e remodelam uma forma de vida. No entanto, este empoderamento pode ser condicionado, ou não acontecer em todo o seu potencial, se existirem fatores limitantes.

Um dos problemas é referido por João Mosca (2009) ao observar um Estado que “vive fundamentalmente de financiamento e donativos externos [...] (em que) as intervenções públicas são para facilitar a acumulação dos interesses económicos e em defesa do poder” (p. 55). Afirma que a experiência da Cooperação “não tem contribuído para que os recursos disponibilizados sejam eficiente e eficazmente utilizados. Os projetos são de

implementação pulverizada, de limitada continuidade no tempo, dispersos, sem um quadro estratégico que dê coerência e consistência aos resultados. É duvidosa a existência de uma política de priorização e definição dos instrumentos de implementação das ações de cooperação” (*ibidem*, p. 156).

Existem várias instituições públicas com programas que transparecem descoordenação e ausência de um quadro global de Estado. Muitas OSC envolvem-se em *lobbies* pela obtenção de financiamentos públicos tornando-se em instrumentos e/ou extensões das instituições estatais com a conseqüente esvaziamento da natureza não-governamental (*ibidem*).

A entrevistada QG fala de projetos de Cooperação que “gastam mais nos custos administrativos das intermediárias [...] do que nos custos que é para desembolsar para as mulheres nas comunidades [...]. Os doadores muitas vezes impõem os locais de intervenção e esta é só uma parte da pirâmide”. Para Muhammad Yunus “os projetos engendram enormes burocracias que se tornam corruptas e ineficazes [...] o dinheiro despendido em enormes burocracias seria muito melhor gasto se fosse dado diretamente aos mais necessitados” (Yunus, 2007, p. 35) já que o investiriam em bens produtores de rendimento.

Neste sentido, Mosca (2009) questiona se de facto os mais pobres são os beneficiários dos projetos e se as relações que se criam se relacionam com a pobreza e com o humanismo já que nem sempre os recursos da Cooperação são resultantes das reais prioridades das comunidades, “muitos projetos são feitos de forma não sustentável e sem criar bases que garantam a continuidade [...]. Os destinatários são pouco envolvidos na conceção e na gestão dos projetos. As realidades sociológicas nem sempre são equacionadas” (Mosca, 2009, p. 156).

Mazula (2006) apresenta com clareza a importância das ligações entre a população e os projetos, “todos os atores sociais deveriam ser chamados, acarinhados e ouvidos. Senão haverá o risco de se ter uma cidade bonita e moderna, mas verdadeiramente fantasma e moribunda para a sua gente” (p. 113).

A entrevistada QG destaca a importância da mulher rural no DS, anotando que “não é possível termos desenvolvimento económico sem desenvolvimento inclusivo, não é possível ter DS se não houver inclusão, se as mulheres que são a maior parte da população em Moçambique não forem contempladas”. Sendo as mulheres a maior parte da

população em Moçambique, as estatísticas mostram que esta maioria são as mulheres rurais, as mulheres que vivem fora dos centros urbanos, que vivem da agricultura, que vivem do setor informal”.

A dar continuidade a esta lógica de envolvimento, enquanto estratégia de atuação, tocamos no que para QG é a forma como a Cooperação deveria atuar: “olhar até que ponto aquelas mulheres estão representadas desde o nível da monitoria até ao nível de quando nós planificamos com elas. Como é que elas sentem que são parte não só da estatística, mas do processo todo”. Aponta ser necessário rever se os recursos alocados são os adequados, como são alocados e como é que elas são parte da gestão destes mesmos recursos”. Tece uma interessante crítica à atuação da Cooperação, coloca-a sob o ponto de vista de uma fórmula, uma fórmula em que não é suficiente ir ao distrito e saber o que as mulheres têm como necessidade – “*“ah todas aquelas mulheres do distrito querem água potável! Todas as mulheres querem uma escola.”*! Não! Não é toda a gente quer uma escola, é preciso entender as necessidades diferenciadas dessas mulheres”.

Em muitos casos, observa-se uma mulher rural que regressa a casa e não tem meios para assegurar a subsistência da sua família. Uma mulher rural que passa fome, vive em pobreza, e põe os seus filhos a trabalhar para gerar rendimento. Uma mulher rural que vive num espaço sociocultural onde entregar o seu rendimento ao marido é uma realidade. Na fala de QG uma “mulher que volta para casa depois e passa fome [...] a mulher que está no setor informal muitas vezes até é obrigada a entregar o seu salário bruto ao marido que não trabalha e vai gastar a beber e em outras atividades do setor informal e depois usamos essas mulheres para o número bonito que aparece nos relatórios”.

Cumprе destacar que há uma mulher empreendedora que quer trabalhar e construir, mas que precisa de uma estrutura formatada que a apoie. A mulher moçambicana rural amanhece para trabalhar, formal ou informalmente. Registou a investigadora, em 2014 e 2015, falas de mulheres do Distrito. Uma que vendia no comércio informal as suas maçãs à unidade, enquanto nenecava<sup>104</sup>: “Mãe<sup>105</sup>, afinal tenho crianças a chorrar lá em casa! Vou regressar como?”. Outra mulher “Senhora, lá está difícil”. Naquele meio pequeno e rural,

---

<sup>104</sup> A mulher moçambicana usa a capulana (tecido típico africano) atada ao ser corpo, de forma própria, que lhe permite trazer consigo o seu bebé. Encontram-se no meio rural frequentemente mulheres na machamba (horta) que trazem consigo os seus filhos na capulana, ou seja, trabalham e fazem neneca.

<sup>105</sup> Tratamento que evidencia respeito.

as outras mulheres que vendem pão e *badgia*<sup>106</sup> repetem diariamente aquele ritual: “levantei àquela hora das 4 e já logo comecei a cuidar do meu sustento, mas mãe, é pouco! Vou fazer como?! Aqui ninguém faz nada! A gente amanhece a roer osso!”.

A confirmar as falas dos entrevistados, vemos em Yunus (2007) que “para que a ajuda estrangeira tenha algum impacto nas condições de vida dos pobres, é preciso que seja reorientada diretamente para as famílias pobres, em particular para as mulheres” (p. 36). É preciso partir do que a mulher entende ser a solução para o seu problema e fazerem parte da construção da solução já que só a mulher rural no seu espaço sociocultural conhece a realidade e, por conseguinte, as necessidades e preocupações a resolver para o seu empoderamento e melhoria da sua condução de vida.

Há de fato a necessidade de aproximação e de reforço do diálogo entre atores sobretudo na forma como os parceiros de Cooperação se posicionam. Faz-se uma crítica a que “o doador está tão preocupado com a sua imagem que se esquece de saber o que as pessoas sentem das suas preocupações”, diz a entrevistada QG. Se os doadores querem rever as estratégias de CD “que olhem para a representatividade de recursos e realidades”, que construam uma agenda em que antes de aprovar qualquer projeto se vá ao local de futura implementação e se procure entender as pessoas, saber delas “como é que acham que se deve sair daquela situação. Pensar com elas como é que esta situação penosa pode ser melhor construída para que elas se sintam parte ativa da solução e não um público-alvo do objeto”. Acima de tudo diz, e defende: “É preciso pensarmos com elas! Permitir que elas tenham uma ideia, que seja não só para dizer que “*cumprimos as nossas metas de resultados*”, mas que se possa saber a satisfação que a comunidade tem com as nossas abordagens, práticas e métodos”.

Em Mazula (2016) temos a percepção do que deve ser a relação com os que vêm de fora na dinamização do crescimento saudável e harmonioso. Na nossa análise vemos “quem vem de fora” na analogia ao cooperante e fazemos o entendimento de que localmente existe noção e sentimento de que os próprios não estão a tomar parte direta no processo, de que sabem o que querem e precisam, de que a ligação ao que se faz e quer é importante, de que, a sustentabilidade das coisas feitas unicamente pelos ‘*estrangeiros*’ não existe: “Não são os estrangeiros que vêm dizer o que nós queremos [...]. Eu é que devo, primeiro,

---

<sup>106</sup> Salgado frito, típico da culinária em Moçambique, de muito baixo custo, frequentemente vendido nas ruas.

pôr à prova a minha inteligência e astúcia, e conhecendo o terreno e a minha cultura, saber o que quero para mim e para os meus filhos, o estrangeiro vem complementar, dar aquele toque de acabamento” (Mazula, 2016, p. 75).

A entrevistada QG reconhece a capacitação e o seu papel importante, mas aponta que não são providenciados os recursos necessários “para as pessoas desenvolverem a independência económica necessária! No dia que o projeto termina, no dia em que o projeto sai, no dia em que o doador diz foi suficiente a nossa intervenção, quase que não fica nada em termos de capacidade!”. Aponta um exemplo, seu conhecido. Anota que é incontornável para a mulher rural moçambicana ter consciência dos seus direitos, mas quando “a pessoa vive numa comunidade ou numa região onde ela sofre opressão, ou se ela sofre união precoce forçada ela sofre abusos constantes. [...] são situações próprias do contexto, mas que precisam ser problematizadas”. Ora os projetos de CD não têm fórmulas mágicas para resolverem este tipo de problemas, de pobreza e de desigualdades, ao contrário do que os próprios doadores acreditam.

Esta persistência da pobreza e o aumento indigno das desigualdades sociais (Mosca, 2009) na vida real da mulher rural moçambicana, foi observada pela investigadora durante o período de permanência em Moçambique, muito especialmente nas suas deslocações aos distritos com passagem e permanência em postos administrativos e localidades. Nos locais visitados identificou uma realidade áspera comparativamente à do meio urbano, onde as azáfamas das gentes em busca do rendimento na cidade mascaram a realidade do que é a vida num posto administrativo ou numa localidade.

A investigadora identificou projetos de Cooperação em implementação em todos os locais visitados, já que estes são um marco ao longo do país. Em qualquer desses locais já tinham sido implementados outros projetos com algum objetivo muito digno e ambicioso. Não obstante este facto, a realidade de pobreza essa nunca a encontrou ausente. Temos uma fala do entrevistado A, muito explícita sobre o nível de pobreza que se pode encontrar. Diz o informador que “às vezes se queixavam de fome, às vezes de apoio, essas coisas [...]. Fome é geral, eh pá! Fome é geral, você vai numa comunidade e há de sair e ouvir essa palavra. Fome!”.

Assim, parece-nos que persiste a “marginalização do meio rural” (Mosca, 2009, p. 56) já que a intervenção local assume a sua importância enquanto meio para identificar e resolver os problemas locais. Na fala do entrevistado A é preciso “ir na comunidade para

saber o que a população precisa [...] as meninas e as senhoras para não se abandonarem precisam destes apoios, quando as meninas são abandonadas elas acabam também se abandonando.” É preciso ir ao encontro do que é necessário resolver e construir a estratégia para tornar a atuação sustentável. Na fala do entrevistado FS significa anular o “desfasamento entre os providenciadores de ajuda e quem precisa dela”. Segundo o entrevistado MF, é preciso contextualizar a intervenção da Cooperação no espaço local e partir das prioridades e dos problemas locais e questionar “em que medida entre quem apoia e quem é apoiado existe uma ligação [...]. Vale a pena compreender as dinâmicas e a distância entre estes atores”.

Daqui construímos a importância de um diálogo estruturante, concertado. Entre o Estado e os parceiros de Cooperação e com a comunidade local. A comunidade local, e a própria mulher, que têm um papel fundamental na mudança através de todo o conhecimento que lhe é proporcionado pelo envolvimento nos processos, ao que se adiciona a Educação direcionada.

Se por um lado temos a necessidade de um Estado naquele seu papel construtor de uma demanda de Cooperação, que responda às necessidades e prioridades da mulher rural e, ao mesmo tempo, que assegure a sustentabilidade das intervenções através da participação direta dessa mulher rural, por outro é possível visualizar em que aspetos a CD se deve rever, na sua atuação, numa lógica de mudança de paradigma e de *modus operandi*.

Fazemos agora a transição para a aplicação da metodologia de trabalho seguinte, ou seja, passar de entre entrevistados, enquanto informadores privilegiados para um ponto focal, com vasta experiência na implementação de projetos nas comunidades e de ações de advocacia, como ativista. Uma entidade, intermédia, uma fonte distinta, portadora de uma informação que identificámos mais rica sobre os fenómenos locais.

### **5.1.6 Uma ativista como informadora privilegiada**

A entidade que apresentamos colocamo-la entre os informadores privilegiados e a mulher do espaço rural, designamo-la por ponto focal. Esta identificação surge de forma espontânea, mas já que bem se enquadra nos objetivos da investigação, e já que nos dá detalhes e referências importantes, quisemos criar um parêntesis no qual inserimos informação não só muito autêntica, mas também que cria uma ponte, entre a entrevista e

o grupo de discussão. O diálogo informal e cego, na medida em que não foram partilhados os resultados das nossas entrevistas, apenas apresentado o tema do trabalho, constituiu-se como uma sistematização de ideias sobre abordagens transformativas, parte importante para a triangulação e credibilização dos dados que os entrevistados nos deixaram. Contribuiu também para enriquecer a nossa compreensão e afinar a nossa perceção sobre o que deveria ser explorado no momento seguinte da nossa pesquisa sem descurar a linha orientadora que constitui o nosso guião e, sobretudo, da nossa categorização (Bardin, 1977).

Este ponto focal, Mussua, tal como os entrevistados o fizeram, tece uma crítica objetiva e concreta à atuação da CD e dela ingressa na temática da Educação, com alguma subtilidade já que a transição no discurso se faz a partir das características do espaço sociocultural da mulher rural. A sua crítica abarca ainda padrões da Governação. Portanto, integra os objetos da realidade moçambicana na própria atuação da Cooperação. Este aspeto interessa-nos já que conseguimos transportar o seu discurso para a categorização criada e aplicada às entrevistas.

Mussua fala de uma Cooperação que está a contribuir em parte para que não haja mudança e transformação nos países em desenvolvimento porque “as fórmulas que estão a ser usadas não são as fórmulas certas”. Refere que “os projetos aparecem como se fossem empresas, a Cooperação, os doadores, têm um sistema que parece que as organizações são empresas e se são, elas não têm uma agenda própria, e ademais todos ficamos à espera de receber”. Fala da dependência. Defende que deve ser estimulada a ação da mulher:

cada uma [mulher] tem de sentir que tem de autofinanciar a sua oportunidade e não ficar à espera que alguém lhe financie. Aquela mulher pode ter 50 meticais, ela já tem pertença do que vai fazer e outra pessoa vai ajudar com mais 50 e ela vai fazer o que quer fazer

Apresenta-nos o que defende ser uma abordagem transformativa - “Uma das grandes advocacias é trazer esta abordagem de que não é com grandes financiamentos que se faz a transformação, mas por abordagens específicas” e que “deve ir à resposta às necessidades”. Salaria que “a maior parte das mulheres tem dificuldade de ler e escrever [...] tem dificuldade de base monetária e tem as necessidades que a Cooperação quer apoiar!”.

Anota que responder adequadamente a essas necessidades faz parte da *nova* abordagem transformativa e para isso é necessário aprofundar: “Há financiamento para darmos dinheiro para fazer uma casa, mas eu estou a fazer uma casa porquê, para quê? Não me fizeram perguntas para saber que casa serve para mim.” A forma como essa exploração de necessidades tem vindo a ser feita não é satisfatória pois as dificuldades e a pobreza continuam a existir, já que não trazem consigo as respostas corretas.

Da sua experiência partilha que só vivendo a realidade “se trás a tanta resposta daquilo que as pessoas querem” para saber ajudar nas suas necessidades. Por tanto, é preciso questionar como é que os doadores estão a intervir até porque “pensam que estão a fazer o processo transformativo, mas não acontece [...] algo lá que faz as pessoas tomarem a pertença, sem isso significa que não há sustentabilidade. Como é que se faz para deixar a pertença às pessoas? A pertença tem consciência!”.

Este ponto focal faz notar a importância de lembrar o passado, ainda presente, que bem abraça o espaço social e cultural da mulher. Anota que antes dos debates pela defesa dos direitos humanos e de género em Moçambique, ninguém questionava a não participação da mulher na gestão financeira da família, “ela não tocava no dinheiro, quem tirava o dinheiro para as despesas de casa, mesmo que ela trabalhasse era o homem [...] ela dizia que era para comprar isto e isto. [...] ele saia para a loja e ele ia comprar os copos”.

De forma muito interessante Mussua faz um discurso marcante na forma como o doador contribui para a vida da mulher. Refere a extensa e regrada atuação submetida a regras de *procurement* que impedem a participação da mulher na definição e escolha do que lhe é conveniente:

todos os programas da União Europeia, dos canadianos, dos austríacos, suecos, estão cheios de *procurement*. As mulheres nem conhecem a loja, não discutem com o comerciante que ‘*este não é o produto que nós queremos*’. Elas são impostas! Porque se elas começarem a fazer o *procurement*, elas vão dizer que ‘*esta enxada não presta, não queremos. Queremos enxada x, tragam este produto*’. E o comerciante sim, vai trazer. E agora o *procurement* chega lá e tem uma enxada que é única e diz ‘*metam isso no carro que é para elas*’. Eu não sei se isso é empoderamento!

De forma interessante critica que esta prática é uma replicação das práticas do sistema de patriarcado que limita o empoderamento da mulher e que apresenta o doador como aquele que está na posse do conhecimento - “estamos simplesmente a cavar para que aquela mulher continue a pensar que ela não é capaz de fazer nada e nós que já fomos à universidade de salto alto, nós viemos aqui para vos dar. Não há empoderamento!”. A própria atuação do doador tem impacto na forma como o homem observa a mulher ajudando a desconstruir normas sociais vigentes – “Os homens vão começar também a chegar a perceber que ela é capaz e não será uma questão de forças, mas de perceber que é uma questão de competências, que ela é competente”.

Adicionalmente, a mulher adquire novos conhecimentos e aptidões e tem a oportunidade de melhorar a sua vida, “elas exercem voz e vão além dos seus direitos, elas transformam”. É preciso que a mulher saiba o que existe disponível para investir:

Elas têm de saber que têm 50.000, discutirem a aplicação dos 50.000 [...] saberem que os 50.000 têm de se reproduzir e é isso que as ONG seniores deviam fazer, mas não é isso que estão a fazer [...] porque não perguntam para elas que camiseta querem?

Trás ainda um outro apontamento relativo às Organizações seniores, já com um histórico de anos a trabalhar com doadores, e exemplifica com uma Organização parceira do AGIR II, importante referência no espaço nacional das intervenções direcionadas à mulher, cujo trabalho em advocacia é forte. A estrutura é já tão grande e complexa que a sua própria governação interna consome uma significativa parte dos fundos<sup>107</sup>, Organizações essas que têm ligações privilegiadas a elites e que canalizam fundos:

A Cooperação encontra organizações seniores, de elite, e a maior parte do dinheiro sai para salários e não apoia as necessidades das mulheres, essas como ABC<sup>108</sup>, e vão lá para divulgar a lei. [...] A maior parte do

---

<sup>107</sup> Note-se o que retirámos dos documentos objeto da análise documental, OXFAM e We Effect, sobre a intenção de que 50% dos fundos das Organizações fossem direcionados para as mulheres.

<sup>108</sup> Nome de Organização Parceira das Instituições Principais Parceiras do Programa AGIR II.

financiamento é consumido pelas Organizações e há captura pelas elites dos recursos para esses grupos.

Durante a apresentação dos resultados das entrevistas abordámos a Governação a partir do Estado no papel de responsável em providenciar bens e serviços públicos aos cidadãos para melhorar a sua qualidade de vida. Referimos uma elite política e outros atores atuantes nos seus próprios interesses. Foram feitas referências à corrupção e às elites. Neste diálogo voltam a surgir, mas numa abordagem ainda mais concreta, na forma como isso se liga e acontece com o que está direcionado para o meio rural, na chegada à mulher rural. A ativista critica que o empoderamento propriamente dito não existe já que há um “*nós vamos fazer e vocês sigam-nos*”. Não gastamos dinheiros, porque as elites estão bem, não lhes falta nada. [pausa com suspiro]. É aí onde eu peguei uma revolta!”.

Apesar desta anotação menos favorável refere que a mudança está a acontecer dizendo que “já estão a se abrir portas para haver desses financiamentos que eu estava a falar. Ainda que percebo que o acesso a recursos não vai chegar como deveria chegar”. Nesta afirmação faz-nos compreender que existem constrangimentos muito reais:

Tem um grupo no meio que não sei se vamos conseguir que esse grupo não capture os recursos porque o sistema está preparado para entregar o bolo a este grupo [...] muito preparado com métodos para convencer a Cooperação que deixaram recursos, mas enquanto não deixaram. A Cooperação vai para lá, as mulheres foram avisadas para bater palmas, as mulheres batem palmas, a Cooperação vai embora e não acontece nada! Eu vivo isso!

Mesmo em casos onde são detetadas irregularidades e os doadores suspendem os financiamentos insere a questão das elites e dos interesses, diz que há “o problema das redes no meio! Deixaram de financiar porque aquilo ali saía dinheiro mal, que não era para as coisas. Disseram que tinha de corrigir os problemas”. Num momento posterior é o próprio doador que estabelece o contacto e pede “*escrevam lá uma carta a dizer que já corrigiram e que está tudo bem já*. E com aquela carta voltaram para financiar porque sabe-se lá porquê lhes interessa!”

Segundo Mussua estas Organizações tiram oportunidades aos grupos desfavorecidos, que, em conjunto com as elites, excluem esses grupos os quais “não reconhecem, não existem, e vão eles para lá e vão falar em nome daqueles e aqueles nunca são conhecidos! Aqui é horrível e estou a referir isso com documentos tudo escrito, com vozes [...]. Ignoram. Simplesmente ignoram”. Temos este testemunho confirmado a partir do relatório anual do Banco Mundial de 2019 - Erradicar a pobreza, investir em oportunidades. Refere que são muitas as dificuldades que os países pobres enfrentam, sejam “em água potável, eletricidade, saúde, Educação, empregos e competitividade do setor privado; barreiras à plena inclusão das mulheres nas economias e sociedades, juntamente com políticas que muitas vezes favorecem as elites em vez de gerar oportunidades de trabalho e apoio para os mais necessitados” (Banco Mundial, 2019, p. 3).

Ora esta referência a políticas remete-nos para a questão da Governação, que conseguimos posicionar a um nível nacional, local e ao nível das Organizações, nas suas relações internas e externas e na construção de capacidade nas próprias Organizações. Da experiência de campo da investigadora estas elites são parte integrante das Organizações e mesmo dos projetos. Tratam-se de pessoas com cargos nas Organizações que têm acesso privilegiado a informações e podem geri-las em função dos seus interesses pessoais e familiares. Ainda que trabalhem devotadamente para encetar e implementar ações, atingir objetivos que beneficiem os mais pobres, dessa intenção não há dúvida, há um conjunto de recursos que não segue para a comunidade como um todo, há um circuito de distribuição que se repete entre as mesmas pessoas. Ainda, a posição que essas pessoas adquirem nas Organizações e as posições e contactos privilegiados que têm são geradores de favorecimento.

Estes fatores geram um espaço multidimensional e complexo, construído a partir de diferentes personagens – autoridades tradicionais, autoridades estatais, a sociedade civil formal e informal, organizações partidárias, pessoas localmente importantes – que têm diferentes interesses.

#### **5.1.6.1 Contributos sobre a Educação**

Para falar da Cooperação na vida da mulher rural moçambicana esta informadora aborda também a Educação e coloca-a numa realidade de abordagem não transformativa. A Educação tem de gerar a transformação da consciência e não acontece a partir da simples

partilha de informação, o processo educativo é mais do que isso. Sempre que as Organizações vão às comunidades e fazem um “repasso de informação não é mudança de consciência [...]. Não é um trabalho de consciência”. É necessário que se compreenda que o que é um hábito e culturalmente enraizado como prática muitas vezes prevalece para além do que é o direito:

tu chegas lá e dizer agora existe a Lei da Família, tu agora tens este direito dizem “*Ya, isso aí existe, mas eu vivo melhor com isto*”. Então, só tu dares a informação não é suficiente, é preciso práticas, práticas, práticas para que a pessoa possa praticar essa nova visão.

A Educação tem o poder de romper com padrões e o trabalho que se faz tem de criar uma estrutura no indivíduo que o leve a questionar e a construir a sua própria visão e ideias aplicáveis à sua vida. Anota que para que exista transformação tem de haver mudança de consciência e que só assim se muda a estrutura. Estas novas formas de intervenção dos doadores, que estão a surgir, estão a produzir mudança na forma de fazer e, por consequência, nas próprias pessoas - “temos agora uma nova forma de fazer, é uma forma de estar que está relacionada com este paradigma da saída da cultura tradicional e de costumes para a cultura legal”, o “modelo da sociedade ‘moderna’, veiculado pelo Estado” (Florêncio, 2005, p. 277).

Esta passagem do questionar e deixar os costumes e as crenças tradicionais nas quais “as mulheres de base comunitárias e as famílias aprenderam nas quais vivem focadas”, já é uma mudança diz Mussua. São papéis sociais que se alteram quando há apropriação de conhecimento e que alteram formas de atuar. Acrescenta que até lá “é uma consciência que está criada naquelas pessoas [...] elas vão desenvolvendo a sua consciência, elas têm confiança que esse sistema funciona, porque funcionou para os seus pais, funciona para elas e se estão vivas até à essa altura é por causa desse sistema”.

Observamos que a atuação do doador no meio rural através do processo educativo, inclusive o demarcado pela advocacia, gerou transformação de consciência na mulher rural. Da mesma atuação resulta ainda a sua participação na vida e saúde comunitária através da apresentação do seu problema ao chefe do posto administrativo onde vivem, este uma autoridade que vai desenhar e desempenhar um papel social, político e

administrativo que, por sua vez, introduz no processo uma outra autoridade estatal, hierarquicamente superior.

Na sua atuação, o líder gera um circuito de informação relativo a necessidades que, de acordo com as estruturas da Administração Estatal, chega a estratos superiores da gestão do Estado enquanto providenciador de bens e serviços aos seus cidadãos. Estamos a falar de boa Governança. Estamos perante uma multidimensionalidade de papéis representativos e reprodutivos de mudança. A este propósito Mussua fala de “histórias muito interessantes de mulheres de base comunitária que no processo das nossas capacitações elas chegaram lá e era mesmo discutires e veres quais são as necessidades - *“o que é que você precisa na sua comunidade?”*”.

Partilha o exemplo de que as mulheres “nas discussões elas foram perceber que na área da saúde sexual reprodutiva elas não estavam a levar os filhos para o hospital [...] chegaram à conclusão que queriam fazer advocacia daquele tema”. Observa que era um tema complexo ligado à saúde e ao acesso a recursos de várias naturezas, mas que foi aceite pelas mulheres rurais enquanto desafio. Conta que as mulheres se organizaram para falar e debater o assunto e chegaram à conclusão que seria o Ministério da Saúde quem lhes traria a solução - *“Nós podemos ter vontade de vacinar as crianças, mas não temos, não existe espaço para isso”*. Partilha que tomaram a iniciativa de ir ao posto administrativo e “falaram com o chefe do posto, apresentaram a sua questão - *“estamos preocupadas por causa disto, disto e disto. Sabemos o que temos de fazer.”*”

Observa que nesta fase já havia uma mudança de consciência no grupo das mulheres na comunidade. O diálogo com a liderança do posto administrativo levou a que o chefe passasse a ser também parte do assunto e encetasse caminho para a resolução e apoio às mulheres - *“Ok, então vou convocar uma reunião com a área de saúde”*. Sentaram com a área de saúde e foi determinado que viesse uma brigada móvel. [...] as mulheres foram lá para fazer uma advocacia e exigirem algum direito”. Apresentamos aqui um processo transformador da consciência por se observar mudança nas mulheres rurais sobretudo na sua forma de atuar, também com os líderes locais. Falamos de mulheres que estavam no ciclo tradicional e que não se limitaram à tradição tendo conseguido a construção de um hospital.

Este exemplo elucida bastante bem como a satisfação de interesses individuais influencia e serve a resolução de problemas de índole comunitária. A nosso ver estamos a falar de

papéis plurais, isto é a ação de um cidadão, mesma a própria mulher, não se limita a fazer refletir na sua família a mudança através da sua transformação de consciência. A transformação que se operou é ativadora do bom papel da Governação já que é através da mulher que o Estado vai desempenhar o seu papel.

Entre todos estes elementos aponta-se um aspeto peculiar atendendo a que esta mudança de consciência requer um trabalho profundo e que é lento, que não é visível num curto prazo e que pede recursos. Neste ponto Mussua refere que “a Cooperação não financia a parte do que é subjetivo, do que é da consciência”. Argumentamos que além dos processos educativos em que a mulher é envolvida há todo um trabalho que requer continuidade e que faz parte da própria sustentabilidade da Ajuda a ser potenciada por uma Governação sustentável.

A perspetiva analítica que adotamos parte do entendimento de que a realidade sociocultural, ligada a processos históricos e sociais, criando um modo de relacionamento com a Governação, nos seus vários níveis, gera um espaço abrangente de aquisição de conhecimento e de participação necessários para promover o DS já que esse conhecimento toca em direitos, em igualdade, em cidadania, abrange a cultura e a culturalidade. Será deste espaço que nos colocaremos na seção seguinte, a partir do qual tomamos contacto direto com a mulher rural moçambicana.

### **5.1.7 Análise aos dados dos grupos de discussão**

Os nossos grupos de discussão foram planeados e organizados como prática de pesquisa e de diagnóstico. A aplicação da técnica deu lugar privilegiado a temas problemáticos surgidos das entrevistas para extrair discursos da mulher moçambicana rural, enquanto sujeito social. A concretização desta situação discursiva é descrita por sucessivas barreiras. Trabalhar com o meio rural implica a criação de relações de confiança. Estas relações foram encetadas a partir de indivíduos com experiência de trabalho no meio local rural, indivíduos com conhecimento direto de mulheres que beneficiaram da intervenção dos doadores e das organizações que lhe estão ligadas.

Apesar de o tema de pesquisa conter uma preocupação explícita com a condição de vida da mulher e constituir um espaço para ela se manifestar, não foi aspeto suficiente para evitar repetidas desistências de apoio. Encontraram-se constrangimentos como silêncios inultrapassáveis, que depois da afirmação do sim *‘hei-de querer participar’*, mesmo

depois de realizadas reuniões de trabalho preparatórias focadas nos elementos fundamentais deste tipo de intervenção, se colocaram como não participações. Inclusive foi feita uma construção prática da amostra do grupo de discussão, foi construída a amostra estrutural e configurado o grupo assim como se procedeu à apresentação da modalidade de roteiro junto das potenciais interlocutoras. Ainda assim, houve lugar a desistências. Estes são também os elementos explicativos de encontrarmos apenas 5 mulheres no grupo I, o que muito contrasta com as 24 do grupo II. São razões alheias à vontade e ao envolvimento da investigadora, mas que pelos conteúdos e características do debate foi valorizado o discurso do grupo pequeno.

O objetivo deste trabalho preparatório teve por base construir conhecimento nos indivíduos, mulheres, a quem foi solicitado apoio. Ao mesmo tempo que ganhavam corpo as dificuldades de trabalhar com um grupo de mulheres rurais a investigadora encetava novos esforços, em repetida atuação, para juntar e reconfigurar um grupo de trabalho. Os cinco meses de trabalho e dedicação resiliente - o conhecimento da realidade local constituiu um ativo que a investigadora trouxe do seu trabalho de campo - para criar a almejada situação discursiva aberta foram bem-sucedidos na medida em que se conseguiram configurar e organizar dois grupos heterogéneos de mulheres que demonstraram entusiasmo em partilhar as suas experiências, a opinião sobre a CD na sua vida e falar das mudanças e da importância do que a Educação lhes trouxe.

Considerando a especificidade do espaço africano, a importância de criar relações de proximidade foi cautelosamente integrada na nossa ação para obter o apoio e a confiança das mulheres. Fez-se um trabalho de envolvimento, por intermédio de duas ativistas. Uma delas recomendada por Mussua - Mubango<sup>109</sup> – a outra que veio por intermédio de uma outra ativista líder de uma Associação que trabalha a defesa dos direitos da mulher rural – Bango<sup>110</sup> - a quem foi explicado o que gostaríamos de receber das mulheres rurais. Apresentámos o nosso trabalho na importância de recolher contributos posteriormente partilháveis com os atores da Cooperação e o seu potencial de contribuir para a vida da mulher, de escrever sobre os seus problemas. Falámos ainda de um trabalho de advocacia para ajudar a dar visibilidade ao que não se vê.

---

<sup>109</sup> Nossa codificação.

<sup>110</sup> *Idem*.

Conseguimos desenvolver o interesse na ativista Mubango e levá-la ao diálogo com mulheres disponíveis para integrar esta partilha, do que se formou um primeiro grupo (Grupo I). Também, a outra ativista, Bango, realizou um trabalho de dinamização que nos permitiu organizar um segundo grupo (Grupo II) este composto por um número de mulheres superior ao planeado o que justifica, em parte, a amplitude e quantidade de contributos comparativamente ao primeiro.

Devemos referir que do Grupo I poucos contributos obtivemos sobre ações de Educação em que as mulheres participaram já que encontrámos estas participantes numa fase de luta pelo seu direito à terra o que as fez centrar naquele tema e dali pouco quererem sair já que experimentavam uma oportunidade de se fazerem ouvir para a resolução daquele seu problema. Também, de acordo com a introdução que se lhes fez, este posicionamento ganha espaço e a sua voz alcançou o lugar de um artigo publicado posteriormente. Já do grupo II conseguimos extrair um maior número de elementos que, no seu todo formam os nossos dados de análise.

Na presença dos grupos de mulheres o discurso de introdução de novo pouco tinha já que as ativistas passaram a estas mulheres previamente o teor do encontro. Apesar de não ser prática corrente nesta metodologia, esta partilha prévia considerou-se imprescindível, instrumental, para fomentar as necessárias relações de proximidade e de confiança, como já referimos. Ainda assim a investigadora fez a devida introdução:

*Mamãs, obrigada pela vossa atenção à minha preocupação de diálogo. Quero explicar que conversar sobre as vossas preocupações é importante para mim porque há muitos projetos no terreno, muito dinheiro de doadores, mas não está a beneficiar as mulheres de base comunitária diretamente, há até dinheiro a entrar que vai para quem já está bem. São vocês que têm todo o tipo de necessidades de base, mas em problemas da vida as mulheres são as mais afetadas. Então, esta conversa é uma advocacia para ajudar a falar aquilo que não se vê que só cada mulher sabe. É preciso saber as coisas que lhes afeta! O que está a falhar para a melhoria da vida da mulher, o que é que não está a acontecer. Também falar do que se aprendeu e mudou na vida.*

É neste enquadramento que o guião que serve de base a esta fase do nosso estudo foi estruturado, em duas partes. Uma que explora a perceção da mulher rural sobre a CD e outra que busca as mudanças que aconteceram na vida da mulher rural através da Educação. A primeira parte, sobre perceção, explora a *‘história de dificuldade e o nome do problema’* e o que estão os projetos a resolver, ou seja, *‘dessa dificuldade o que melhorou na vida’*. A locução que serviu para estimular o debate: *Faltam de meios de subsistência, há pobreza, as pessoas estão a sofrer, a mulher sofre todos os dias. Aqui a vida é mais difícil, complica-se mais. Por isso a vida tem história de dificuldade. Tem o nome do problema!* Ainda, para espertar o debate durante a primeira fase usou-se: *com esses projetos, essa Ajuda, das organizações, dessa dificuldade o que melhorou na vida? Estão a resolver o quê?*

Num segundo momento, quisemos saber sobre as temáticas educativas das mulheres, o que aprenderam, o que mudou na vida e se este acesso à Educação *‘ajudou na dificuldade’*. Terminámos a explorar os seus *sonhos* para dos comentários surgidos no debate extrair as suas necessidades. A frase lançada para alavancar este segundo momento foi *A oportunidade que deram de aprender e de capacitar, é boa. Fica-se a saber das coisas. A pessoa empodera enquanto aprende. Pode decidir da sua vida!* Ainda, na necessidade de dinamizar e provocar a partilha quando a mulher falava das capacitações em que participou, foi introduzida a expressão-estímulo: *mudou a vida, ajudou na dificuldade!*

Os grupos de discussão tiveram os seus desafios, mulheres mais tímidas outras mais empoderadas em atitude, outras que desenvolveram empatia mais rapidamente outras que se retraíram. Apontamos que no primeiro grupo não fomos tão bem-sucedidos, do ponto de vista de que a maioria das mulheres assumiu uma postura mais retraída pelo que não se conseguiu aprofundar o diálogo tanto como se desejaria. No entanto, obtivemos elementos úteis à verificação dos dados das entrevistas e alguns deles conseguimos questioná-los e, mesmo, fazer deles uma construção útil pelos testemunhos que os corroboram ou que lhes são contrários.

Em nossa análise os dois grupos fazem um bom enquadramento de diferentes realidades do país. O Grupo I temo-lo em representação do Centro e o Grupo II, em representação do Sul. Não significa isto dizer que o número de mulheres envolvidas no debate é representativo face à população feminina rural do Centro e do Sul. Antes, que pudéssemos perceber de mulheres rurais, de geografias diferentes, se as suas preocupações eram

comparáveis, se coincidiam em alguns aspetos e se o que teriam para apresentar se encaixava no espaço sociocultural do meio e do país e, ainda, se teria uma linha condutora que pudesse ser, futuramente, abraçada pelos parceiros de Cooperação.

Sobre essas diferentes realidades temos a referir que as práticas socioculturais em Moçambique diferem entre as Províncias, existem “linhagens de tradição matrilinear e em outras registam-se linhagens patrilineares, em outras persiste a prática do “lobolo”<sup>111</sup> (especialmente no sul do país); noutras é mais frequente a poligamia (Manica, Tete, Cabo Delgado e Nampula); noutras persistem os ritos de iniciação e o casamento prematuro” (MGCAS, 2016, p. 33) como é o caso da Província de Sofala, pertença do Grupo I. O Grupo II é o nosso grupo do Sul, Província de Gaza, onde umas altas percentagens de famílias são chefiadas por mulheres e as que estão fora do sector agrícola encontram-se mais ativas no sector do comércio e serviços.” (MGCAS, 2016, p. 26), o que de fato se verificou a partir dos diálogos. Tanto num grupo como no outro as mulheres dedicam-se, maioritariamente, a uma segunda atividade para reforçar a sua renda. No entanto, é no Grupo II onde mais se percebe esta dinâmica.

Teremos a oportunidade de observar das diferentes conversas obtidas no grupo de discussão que serão apontados problemas que se vestem de constrangimentos e de oportunidades. Entraremos neles enquadrando-os na categorização por nós já ensaiada e fazendo associações com “o acesso à justiça e os direitos humanos, a Educação, a saúde, o acesso ao emprego e aos recursos produtivos [...] (e com) a violência contra mulheres e raparigas” (MGCAS, 2016, p.8). Focaremos essencialmente em três subcategorias por serem nelas que bem recaem os testemunhos das mulheres rurais sem que, com isso, desprestigiemos as demais sobretudo porque existe um “quadro político institucional e legal, uma situação política e sociocultural” (*ibidem*) que não deixa de fora nenhum dos elementos da nossa codificação e que é transposta para a redação.

Assim, encontraremos o espaço sociocultural da mulher, a Governação e a EDS como as principais categorias, de foco, a partir desta fase do nosso trabalho. Anotamos que apesar deste direcionamento são indissociáveis as falas de todas as subcategorias, ou seja, encontramos presente uma cadeia de ligações na medida em que a realidade sociocultural se pode justificar pelas características e elementos da Governação e que esta (Governação)

---

<sup>111</sup> O lobolo é uma tradição em Moçambique, em que a família da noiva recebe dinheiro pela perda que representa o casamento e a ida para outra casa.

pode ser dificultada pelo social e pelo cultural. Veja-se no quadro abaixo a construção que aqui apresentamos:

Tabela 5.5 - Ligação das categorias de análise ao guião dos grupos de discussão

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	LOCUÇÃO PARA DISCUSSÃO EM GRUPO	
Objetos da realidade moçambicana	um contexto histórico	Faltam meios de subsistência, há pobreza. As pessoas estão a sofrer, a mulher sofre todos os dias. Aqui a vida é mais difícil, complica-se mais. Por isso a vida tem história de dificuldade. Tem o nome do problema!	
	o espaço sociocultural da mulher		
	a Governação		
Cooperação para o Desenvolvimento na vida da mulher rural	políticas e quadro legal	A oportunidade que deram de aprender e de capacitar é muito boa. Fica-se a saber das coisas. A pessoas empodera enquanto aprende. Pode decidir da sua vida! [...] Mudou a vida, ajudou na dificuldades.	
	visibilidade e mobilização		
	Educação para o Desenvolvimento		conhecimentos, habilidades e comportamentos valor moral
	fatores limitantes		

Fonte: Elaboração própria, com dados do guião do grupo de discussão

Agora que já apresentámos o roteiro da narrativa que se segue vamos direcionar o nosso foco para a caracterização dos grupos, um detalhe que nos permitirá um conhecimento das mulheres e do seu perfil.

#### 5.1.7.1 A caracterização sociodemográfica dos grupos

Os dados que apresentaremos constituem informação recolhida a partir dessas mulheres rurais cuja caracterização apresentámos sob a forma de conceito e que, adiante, a partir da aplicação dos próprios instrumentos de recolha de dados, completaremos ao acrescentar as características do seu meio físico e sociodemográfico.

#### 5.1.7.2 A mulher rural do Distrito de Buzi

A Província de Sofala, no centro de Moçambique, tem como capital a cidade da Beira, a cerca de 1190 km a norte da cidade de Maputo e está dividida nos distritos de Búzi, Caia, Chemba, Cheringoma, Chibabava, Dondo, Gorongosa, Machanga, Maringué, Marromeu, Muanza e Nhamatanda e nos municípios de Beira, Dondo, Marromeu, Gorongosa e Nhamatanda (*ibidem*). A norte e a Nordeste partilha o rio Zambeze com as Províncias de Tete e da Zambézia, a sul é separada da Província de Inhambane pelo rio Save e a Oeste está ligada à Província de Manica.

O distrito de Búzi localiza-se na região sul da Província de Sofala, dista cerca de 180 km da Cidade da Beira e é um dos distritos costeiros da Província e constitui parte integrante do banco de Sofala que lhe confere riqueza em recursos pesqueiros de valor comercial. Búzi é um distrito da Província de Sofala, em Moçambique, com sede na vila de Búzi. Tem limite, a norte com o distrito de Nhamatanda, a oeste com os distritos de Sussundenga (distrito da Província de Manica) e Chibabava, a sul com o distrito de Machanga, a leste com o Oceano Índico e a Nordeste com o distrito de Dondo.

Em termos de divisão administrativa do território o distrito de Búzi é composto por 3 Postos Administrativos, 10 localidades, 16 regulados e 136 povoações. O distrito está dividido em três postos administrativos: Búzi, Estaquinha e Nova Sofala. O **Posto Administrativo de Búzi** é composto pelas localidades Búzi Sede, Bândua, Grudja, Guara-Guara, Inharongue, Inhamuchindo. O Posto Administrativo de Estaquinha é composto pelas localidades Chissinguana, Estaquinha enquanto o Posto Administrativo de Sofala por Ampara e Nova Sofala.

A aptidão para a produção agrária bem como o acesso rápido à capital da Província através do mar, constituem fatores de desenvolvimento para as áreas de agricultura, pescas, indústria e turismo pelo que os setores predominantes são a agricultura do setor familiar, setor empresarial, comércio e pesca. (Governo da Província de Sofala, c2021a). A principal atividade económica é a agricultura do tipo familiar e no passado o seu potencial abriu espaço à pecuária e à indústria açucareira. A população é jovem e predominantemente rural.

As 5 mulheres que participaram do grupo de discussão residem na localidade de Búzi ainda que algumas delas tenham recursos produtivos, tais como terra, noutras localidades. No todo, em idade ativa, entre os 28 e os 50 anos, dedicam-se à agricultura e, de acordo com os conceitos já apresentados, abraçam outras atividades para fazer face às suas dificuldades de pobreza. Têm em comum serem parte integrante de um núcleo familiar ainda que duas sejam responsáveis na íntegra pela sua família, por razões de viuvez. A participante mais velha acumula a sua atividade agrícola com o papel de ativista e as restantes, todas, são presidentes de uma Associação ligada à agricultura, organização esta de muito reduzida dimensão, mas que expõe a capacidade de organização das mulheres e da força que têm para agir em prol dos seus objetivos e fins. Veja-se a caracterização, em maior detalhe, das nossas participantes nos quadros abaixo:

Tabela 5.6 - Aspetos geográficos das participantes do grupo de discussão I

Grupo	Província	Distrito	Posto Administrativo	nº de mulheres
I	Sofala	Buzi	Buzi	5

**Fonte:** Elaboração própria, com dados do grupo de discussão

Tabela 5.7 - Caracterização socioeconómica das participantes do grupo de discussão I

Grupo I				
Nome	Idade	Estado Civil	Filhos	Profissão
Mubango	50	casada	1	agricultora
Alberto	36	viúva	3	agricultura e outras actividades de geração de renda
Chacamba	38	casada	2	agricultura e outras actividades de geração de renda
Paíça	30	viúva	1	agricultura e outras actividades de geração de renda
Manuel	28	casada	2	agricultura e outras actividades de geração de renda

**Fonte:** Elaboração própria, com dados do grupo de discussão

### 5.1.7.3 Caracterização da mulher rural do Distrito de Zavala

A Província de Inhambane, está localizada na região sul de Moçambique sendo a sua capital a cidade de Inhambane, situada a cerca de 500 km a norte da cidade de Maputo. Esta Província está dividida em 14 distritos. Possui, desde 2013, cinco municípios: Inhambane, Massinga, Maxixe, Quissico e Vilanculos. A Província está limitada a norte pelas Províncias de Sofala e Manica, a leste e sudeste pelo Oceano Índico e a sul e oeste pela a Província de Gaza (Governo da Província de Inhambane, c2021).

Zavala é o nosso distrito de Inhambane, situado na parte meridional da Província de Inhambane e a sua sede é a vila de Quissico. Tem limites geográficos, a norte com os distritos de Panda e Inharrime, a leste e sul com o Oceano Índico e a Oeste com o distrito de Manjacaze da Província de Gaza. O distrito de Zavala está dividido em dois Postos Administrativos, o de Quissico e de Zandamela. O Posto Administrativo de Quissico é composto pelas localidades de Muane e Quissico, o de Zandamela por Muculuva e Zandamela (Governo da Província de Inhambane, 2017).

É no **Posto Administrativo de Quissico**, e na própria vila, que nos vamos encontrar e reunir em debate com mulheres rurais. Este conjunto de mulheres tem uma particularidade

que merece referência. Mulheres com ligações familiares à Província de Gaza<sup>112</sup>, geograficamente a imediatamente mais próxima que, em termos do período da sua vida que lá teve lugar, faz com que encontremos nos seus diálogos algumas evidências de normas sociais vigentes, de dificuldades, sobretudo nas suas famílias. Isto remete-nos não só para a comparabilidade, mas, em termos de amostra e da sua dimensão, para a extensão dos resultados da pesquisa a outras geografias e grupos, nos que forem generalizáveis e não dependerem do próprio espaço sociocultural.

As 24 mulheres que participaram do grupo de discussão residem na vila de Quissico e muitas delas têm como recursos produtivos a terra para cultivo. No todo, em idade ativa, entre os 18 e os 39 anos, as mulheres com quem dialogámos afirmam veemente as suas dificuldades, mas também aquilo em que acreditam e, até sonham. 63% destas mulheres estão dedicadas à agricultura e, as restantes entre atividades, desde o comércio, pesca, ensino ou atividades domésticas. 50% destas mulheres são casadas ou vivem maritalmente e das solteiras 67% tem filhos pelo que tem de assegurar a subsistência da sua família. Abaixo, nos quadros, podemos encontrar maior detalhe:

Tabela 5.8 - Aspetos geográficos das participantes do grupo de discussão I

<b>Grupo</b>	<b>Província</b>	<b>Distrito</b>	<b>Posto Administrativo</b>	<b>nº de mulheres</b>
II	Inhambane	Zavala	Quissico	24

**Fonte:** Elaboração própria, com dados do grupo de discussão

---

<sup>112</sup> Distrito de Limpopo, posto administrativo de Muzingane: o Distrito de Xai-Xai, que se passou a designar de Limpopo está dividido em três Postos Administrativos e a Localidade de Muzingane faz parte do Posto Administrativo de Chicumbane. Muzingane é uma localidade comunal, banhada pelo vale do rio Limpopo. Muzingane tem um perfil económico baseado em atividades agrícolas, negócios comerciais e criação de gado bovino. (Governo do Distrito de Xai-Xai, 2010). O distrito possui 62.170 hectares de área arável e as principais culturas incluem o arroz, o milho, a mandioca, os feijões, o amendoim, a batata-doce e as hortícolas (*ibidem*). Acompanhando a tendência Provincial e nacional, no Distrito de Xai-Xai é predominante a agricultura de sequeiro praticada num regime de corte e queimada para limpeza dos campos. A população desenvolve a criação de animais de toda a espécie (aves, caprina, ovina, suína e bovina), atividade que desempenha um papel importante na economia do distrito (Governo da Província de Gaza, 2021).

Tabela 5.9 - Caracterização socioeconómica das participantes do grupo de discussão I

Grupo II				
Nome	Idade	Estado Civil	Filhos	Profissão
Francisco	32	solteira	4	agricultura e mercado
Ismael	62	viúva	2	agricultura e mercado
Fatima	35	viúva	3	agricultura e outras actividades de geração de renda
Jaime	34	vive maritalmente	2	agricultura
Mbocoda	39	vive maritalmente	3	agricultura e outras actividades de geração de renda
Mazive	36	vive maritalmente	2	agricultura
Manhique	38	vive maritalmente	1	agricultura
Sitoe	32	vive maritalmente	2	agricultura
Caie	28	solteira	3	agricultura
Novela	18	solteira	1	agricultura
Tivane	29	solteira	0	professora
Bila	20	casada	0	doméstica
Zita	22	casada	2	cuidadora de crianças
Bila	58	viúva	6	vendedora
Uqueio	24	solteira	0	agricultura
Azarias	30	casada	0	lavadeira
Munguambe	26	solteira	1	agricultura
Calú	29	solteira	2	agricultura
Gune	28	solteira	0	professora
Notiço	26	casada	2	doméstica
Pedro	27	casada	2	vendedora de peixe
Jeto	27	casada	3	vendedora de peixe
Machatine	22	solteira	1	agricultura
José	30	casada	2	doméstica

**Fonte:** Elaboração própria, com dados do grupo de discussão

Predomina no distrito de Zavala a agricultura de sequeiro, praticada num regime de corte e queimada, uma das atividades que ocupa a maior parte da população economicamente ativa. Também a pesca, atividade pouco desenvolvida, tem a sua importância que, por ser um distrito costeiro, o pescado que dela provém constitui importante fonte de rendimento familiar, assim como suplemento da dieta para as famílias do distrito.

Assim, criada a imagem sobre as áreas do país a que pertencem as nossas mulheres, estamos em condições de avançar para os dados que elas nos proporcionaram no decorrer dos diálogos do grupo de discussão. Por tal, e uma vez que estruturamos esta parte do nosso trabalho em duas fases - a percepção da mulher rural sobre a CD e as mudanças que aconteceram na vida da mulher rural através da Educação – será neste repto que avançamos de seguida.

## 5.1.8 Perceções da mulher rural moçambicana sobre a Cooperação para o Desenvolvimento

*Faltam de meios de subsistência, há pobreza. As pessoas estão a sofrer, a mulher sofre todos os dias. Aqui a vida é mais difícil, complica-se mais. Por isso a vida tem história de dificuldade. Tem o nome do problema!*

*Com esses projetos, essa Ajuda, das organizações, dessa dificuldade o que melhorou na vida? Estão a resolver o quê?*

### 5.1.8.1 Grupo I

Todas as mulheres participantes são presidentes de associações locais rurais. Apesar do seu estatuto social aparecer ampliado aos nossos olhos por serem apresentadas num cargo de presidentes, estamos na presença de um grupo de mulheres pobres cuja vida tem desafios, como os que fomos identificando nos testemunhos já transcritos. A imagem que transmitimos do posto administrativo<sup>113</sup> onde vivem estas mulheres é a de um local conhecido da investigadora por ocasião de quatro visitas, onde teve a oportunidade de observar as condições de vida das famílias e testemunhar o dia-a-dia da mulher rural, os seus esforços diários para assegurar cuidados à família e o seu próprio sustento numa conjugação diária de várias atividades laborais.

Estas mulheres são a personificação da mulher moçambicana de quem temos vindo a falar ao longo da nossa narrativa. É uma mulher que nos traz a sua vida e as suas preocupações através de um dialeto local que bem revela, no seu tom, a forma como as vive, com uma calma intensidade. A tradução dos diálogos para o português foi suportada pela ativista Mubango em quem depositámos a nossa total confiança não só por ter sido um contacto surgido de uma relação de muita confiança<sup>114</sup>, mas também porque percecionámos nestas mulheres uma esperança renovada nesta partilha de realidade individual.

---

<sup>113</sup> Em termos administrativos, Moçambique está dividido em Províncias e estas em distritos, que por sua vez se dividem em postos administrativos e estes em localidades.

<sup>114</sup> Segundo Mussua: “Aqui em africa nós aprendemos que, que, tu não falas dos teus problemas para ninguém ainda que saibas que essa pessoa pode te ajudar, se não desenvolveste um nível de confiança de segredo. Se eu vou para lá e chego numa comunidade e faço perguntas, provavelmente vão-me responder em função do que pensam que eu gostaria de ouvir. Não vão me responder em função da realidade em que eu vivo porque a realidade que eu vivo e uma espécie de um castelo subjetivo que é meu e que eu não devo revelar para alguém e porque é minha fraqueza e não devo revelar que estou aqui.

No início dos diálogos criou-se na investigadora a imagem de uma mulher que põe a descoberto um sentimento de lamentação de quem algo de muito importante lhe falta para seguir melhor com a sua vida – “Não tem DUAT<sup>115</sup> porque dinheiro não tem. Não tem náaada”, disse Chacamba. Este foi o momento em que se deu início à discussão e se explorou nas participantes *a sua história de dificuldade e o nome do seu problema*, sendo circunstancial entrar no espaço sociocultural da mulher, uma das subcategorias<sup>116</sup> que serve a codificação dos dados recolhidos nas entrevistas.

Da expressão de sentimento e partilha entramos na constatação de que os problemas das mulheres sobre o direito à terra ainda persistem. Estamos a falar de mulheres desfavorecidas no acesso à terra apesar da lei determinar igualdade de direitos no acesso. Apesar do quadro legal<sup>117</sup> ser favorável e defender os direitos da mulher existem no espaço social e cultural impedimentos à realização deste direito. Estamos a falar de uma realidade local onde até há bem pouco tempo a mulher não tinha voz ativa e vivia apenas de acordo com os padrões social e culturalmente aceites criando espaço para que hoje se reconheçam não só a evolução da forma de pensar e de observar, mas também do próprio reconhecimento sobre o empoderamento da mulher, apesar das persistentes desigualdades e vulnerabilidades. Em termos práticos corresponde ao que a participante Mubango partilha: “No início quando fundaram associação o presidente era homem, não era mulher, então aquele não pensou como mulher [...] as mulheres não tinham voz, só o homem. E disso criou problemas que é isso dessas mulheres agora que não têm DUAT”.

Esta mulher apresenta com clareza a força dos direitos consuetudinários, o peso do que está fundado em tradições, em usos e costumes, uma realidade que se sobrepõe a um sistema de Governação que se rege pela lei. Referido o papel do Governo do distrito na resolução do problema do direito à terra é-nos dito que houve no passado OSC que se moveram para ajudar a resolver o processo de dificuldade desse acesso. No entanto, ao

---

Tem esses estereótipos todos que estão dentro da construção do africano, ou seja, de alguns grupos de africanos.”

<sup>115</sup> Direito de Uso e Aproveitamento da Terra. Na República de Moçambique a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada. É tida como meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social, e é um direito do povo moçambicano.

<sup>116</sup> Conforme quadro 5.5.

<sup>117</sup> Decreto 66/98 (Regulamento da Lei de Terras) de 23/12/1998 com a redação dada por Decreto 43/2010 (Alteração do Regulamento da Lei de Terras).

terminarem a sua intervenção deixam de atuar neste espaço e de poder dar o seu contributo continuado para a resolução.

A líder do grupo fala da ajuda do Governo do distrito e observa-se a concordância de todas de que é preciso procurar esse apoio e de que faltam extensões de poder no distrito, “o que seria um passo” segundo Mubango. Posto isto, neste espaço do diálogo, inserimos a [subcategoria] Governança, não só enquanto elemento da realidade moçambicana, mas também como elemento influenciador do próprio espaço social e cultural. Partilhou ainda Mubango que esta situação recai sobre mulheres ligadas a Associações, formalmente constituídas “muito vivas, mas que não podem fazer nada”. Este *não poder fazer nada* posiciona-se em termos das limitações que a inexistência do (registo de) DUAT cria à obtenção de linhas de crédito nacionais para pequenos produtores familiares. A preocupação é comum a todas as mulheres e tem a ver com o direito à Terra.

No grupo temos o caso de uma mulher viúva<sup>118</sup>, Alberto, que tem a sua situação de Direito à terra resolvida<sup>119</sup>, mas que se os parceiros lhe proporcionarem uma ajuda adicional pode conseguir impulsionar a sua vida positivamente. O facto de ter terra e daí conseguir gerar meios para criar a sua própria subsistência e da sua família, permitiu-lhe assegurar a Educação do seu filho. Observadas positivamente as suas conquistas e força revela-nos “ainda estou muito em baixo, eu de minha parte tenho duas crianças de parte de minha irmã que são órfãs, tenho minha que já está na faculdade, mas ainda não tenho aquela possibilidade de comprar aquele número grande de 200 pinto<sup>120</sup>, 300”. Este discurso coloca-nos numa comum realidade das famílias pobres moçambicanas onde as mulheres são responsáveis pelos filhos dos seus familiares, por razões e realidades diversas, e

---

<sup>118</sup> O governo colocou a igualdade do género e a terra no topo da sua agenda (por meio da Lei de Terras, Lei da Família e programas como o Terra Segura). Mas na prática, as mulheres em Moçambique só têm direitos secundários à terra, através dos seus parentes do sexo masculino. Os sistemas tradicionais, excluem as mulheres de governarem a terra e as riquezas naturais. Uma vez que as mulheres tenham acesso à terra, o seu acesso é muito inseguro: a nossa pesquisa mostrou que mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas são particularmente vulneráveis a perder as suas terras que lhes são retiradas pelas famílias e pelos seus ex-sogros. As suas vulnerabilidades também são agravadas por fatores externos: a crise do VIH-SIDA fez com que muitas mulheres jovens se tornassem viúvas. A terra está a ser recuperada pelos deslocados ou refugiados que regressam após a guerra civil. E tanto homens quanto mulheres têm medo de perder as suas terras e serem retiradas pelo governo ou pelo sector privado. (Hartlief et al., 2018, p. 8).

<sup>119</sup> Não explorámos se esta mulher obteve os seus direitos através de normas tradicionais, ou seja, aquisição do DUAT através do marido, por herança. Especulamos que possa ter sido uma realidade já que é a única que tem a situação resolvida.

<sup>120</sup> Significa ave, galinha em idade jovem, isto é, pinto escrito corretamente. No texto privilegiou-se a forma como a mulher pronunciou a palavra e como é usualmente dita.

divulga o poder da mulher se for dado um instrumento para construir e gerir a vida, no que a Governação desempenha um papel relevante.

Revela-se então, na discussão, a importância do apoio da Cooperação e do Governo e, ao mesmo tempo, que aquilo que constrói a partir destas duas dimensões gera capital humano replicável, as mulheres transmitem o seu conhecimento a outras e dispõem-se a uma ajuda mútua. Trata-se de um jogo de somas positivas. Concordam que a dificuldade é não ter uma ajuda para ampliar o seu negócio: “Eu sei que ia me facilitar muito e dar a outras mulheres [...] mesmo assim já vem outras ter comigo perguntar como fazer, como começar, como quê, quê, quê; se fosse uma coisa muito grande já ia começar a ser abrangida muitas mulheres”, interveio Alberto.

Mubango traduz o discurso em dialeto de um outro elemento do grupo, de Paíça, cujo “marido morreu e ela faz aquela cachaça, e ela sustenta o quintal, os filhos. O marido era presidente homem. Ela está a sacrificar. [...] está difícil, não tem casa está em casa da mãe.” Acrescenta: “mesmo essa [Alberto] está em casa da mãe [...] essas mulheres querem dar, mas como?”.

As mulheres, quase em uníssono, referem a importância de um parceiro que as apoie (segundo traduziu a líder). Mubango faz um recorte que compila as intervenções feitas em dialeto, leva-nos especificamente ao que a ativista Mussua abordou assim como outros informadores ou seja, a intervenções que têm de ser direcionadas para os mais pobres: “aqui ainda precisamos de muitas ajudas, nós mulheres. Estamos aqui mulheres com muitas crianças, se tivéssemos oportunidade de beneficiar desses projetos que chegam”. Trabalhar adequadamente o meio rural e as necessidades reais, sem que interferissem interesses consubstanciaria um apoio que referem ausente: “quando vieram trataram do que tinham a tratar, mas não foram todas as pessoa que foram abrangido, por isso é que estávamos agora a precisar de uma Organização que vinha para nos apoiar, essa parte aí, para ver se vinha abrir outras portas”.

Perante esta partilha devolveu-se ao grupo a questão sobre o que os parceiros deviam fazer. Para Mariamo “deviam sentar mais connosco mulheres para ouvirem mesmo de nós, perguntar ‘o que querem, o que precisam’ para nos ajudar naquele ponto mesmo!”. Mubango confirma esta falta de presença - “Sim essa dificuldade! Elas estão fora!” – e A participante Chacamba acrescenta que “Há dinheiro que passa e não está a chegar às mulheres, há redes no meio e o dinheiro não chega.” As mulheres uniram-se e bateram

palmas o que foi interpretado como a denúncia de algo muito importante que se sabe e pouco é abordado a viva voz já que “são os mesmos que estão a receber, os mesmo que estão a continuar a se beneficiar”, segundo Mubango.

Com base em Sachs (2005), argumentamos que este dinheiro que não chega às mulheres tem forte relação com a aceitação de subornos por parte do Governo e que o dinheiro da Ajuda deveria ser fornecido de acordo com um plano detalhado e monitorizado, entregue na base do trabalho que é feito e, sobretudo grande parte dos fundos ser dado diretamente às aldeias e vilas para minimizar as hipóteses de ser desviado pelo Governo central.

Nesta primeira parte da discussão conseguimos já identificar constrangimentos e oportunidades ligados à vida da mulher moçambicana e, de certa forma, desenhar ações que a empoderem. São apontados fatores que limitam a participação social e económica da mulher e que podem ao mesmo tempo ser foco de intervenções concretas. Não podemos deixar de enfatizar que estas são formas de violência, a que designámos de estrutural e aqui confirmamos, experimentadas pela mulher rural pobre “quando é negado seu direito à posse de terra, direitos de herança e direito ao acesso a activos produtivos.” (MGCAS, 2016, p. 35). Neste grupo teve forte presença a questão do acesso à justiça por questões ligadas à terra, os direitos humanos assim como o acesso aos recursos produtivos.

Antes de avançar para os discursos do segundo grupo introduzimos que estes constrangimentos e desafios são parte integrante da sociedade moçambicana como um todo, mas que se refletem, especificamente, pela particularidade da nossa análise, na mulher rural moçambicana.

#### **5.1.8.2 Grupo II**

Retomamos a ideia de que estamos numa realidade de ausência de meios de subsistência, caracterizada por mulheres vulneráveis. Conforme já foi exposto, uma realidade em que o casamento prematuro tem espaço, onde cabem as crenças em feitiços, a tradição de fazer partos em casa e falta de acesso a cuidados de saúde. Portanto, temos o espaço sociocultural da mulher rural enquanto limitação ao exercício dos seus direitos.

Neste grupo a discussão não começou pela terra, as mulheres tinham outras preocupações no momento. Também, neste grupo, a situação de desvantagem da mulher começa por *ser mulher* e pelo *meio onde vive*, o meio rural, e liga-se a *uma história de dificuldade e*

a um problema que tem nome. A essa desvantagem associam-se as dificuldades da pobreza que dificultam o acesso à Educação por razões como ter de cuidar e assegurar sozinha o sustento dos filhos, por gravidez precoce, devido a um casamento precoce que trás responsabilidades domésticas associadas, por ser encarregue dos cuidados domésticos desde muito cedo dada a imposição dos pais e até mesmo dificuldades financeiras na família.

Encontramos todos estes aspetos nos excertos seguintes, retirados da discussão encetada. Uma das mulheres refere: “o meu marido abandonou-me ainda grávida e até hoje não sei do seu paradeiro. Tive que parar de estudar para cuidar da minha criança e ao mesmo garantir sustento. [...] Sou mãe de 1 criança, que tive aos 16 anos” [participante Novela]; uma outra: “os meus pais não tinham dinheiro para pagar a minha escola.” [participante Uqueio] e “Comecei a estudar muito tarde porque os meus pais não tinham dinheiro para pagar a minha escola, pois vivíamos muito distante da escola [...] nossa machamba que é o nosso único meio de sustento.” [participante Machatine]; de outra mulher: “não tive a oportunidade de estudar tive que aprender desde muito cedo a cozinhar e a limpar a casa para o meu marido”.

Noutro discurso, “os meus pais sempre fizeram questão que ainda cedo aprendesse a cozinhar e a limpar a casa.” [participante Bila]; outra participante: “os meus pais tinham 8 filhos [...] eu a única filha [...] a prioridade de continuar com os estudos era para os rapazes. [...] aprendi desde criança a ir à machamba, cozinhar, a varrer, arrumar a casa. Como resultado casei-me cedo demais.” [participante Notiço]; ainda: “A distância da escola é um problema que me deixa cada dia sem sono [...] tem sido difícil as crianças irem para escola todos os dias por falta de dinheiro de chapa, quando não consigo vender minha mandioca.” [participante Caie].

Todos estes aspetos são realidades da vida do meio rural e nos dias atuais. Além de terem reflexo na vida das suas famílias, perpetuam-se a partir do momento em que uma mulher não tem meios financeiros para assegurar a Educação aos filhos. A análise documental e os testemunhos dos entrevistados, assim como a experiência de campo da investigadora permitem uma fácil compreensão da interligação entre todos estes fenómenos e realidades. Também de que todos estes aspetos se retroalimentam, pois, que se um aspeto for eliminado cria-se o potencial de que os outros tenham menos espaço.

Aos aspetos sociais somamos os culturais, a crença na influência dos espíritos dos antepassados e nos rituais, que ao longo de gerações se perpetuam. Para estes rituais o recurso a um feiticeiro ou curandeiro é indispensável e que requer alguma quantidade de dinheiro, variável segundo a cerimónia que se tenha de realizar e de acordo com a criticidade da situação e da própria exigência dos antepassados, que por ele (curandeiro) serão contactados. Aqui entramos com a questão da moral e da ética pois numa situação de pobreza e de debilidade financeira, de inexistência de meios financeiros para pagar o a cerimónia ao curandeiro escolhido, que tenha a ambição de colher um significativo valor daquele seu trabalho de interação com os espíritos, se pode negar. Na visão daquela família e daquela mulher isto contribui para o agravamento da sua situação já que nunca será devido a outros fatores que a sua má situação, de pobreza, existe, mas sim pela não realização de cerimónias tradicionais.

Existem ainda curandeiros, que podem ser homens ou mulheres, que aceitam pagamentos faseados, em prestações, pelo que fica comprometido o rendimento futuro daquela mulher para o pagamento da dívida. Esta realidade foi compilada pela investigadora nas várias oportunidades que a sua presença no meio rural lhe permitiram contactar com este peculiar, mas regular, aspeto. Outras vezes são repetidas deslocações para o curandeiro que comprometem a disponibilidade financeira e se arrastam no tempo, criando-se uma dependência.

Um testemunho de uma mulher que perdeu grande parte do seu rendimento devido à baixa produtividade da sua machamba. Ela atribui a permanência desta situação a “assuntos tradicionais” que exigem um pagamento dos serviços de um curandeiro e que ela não é capaz de suportar. Refere que a não realização das cerimónias resulta na nas limitadas culturas: “Eu preciso de fazer uma cerimónia tradicional como eu vi os meus pais e avós fazerem, mas por falta de condições estou a sofrer, como não consigo dar-lhes de comer <sup>121</sup> então eles deixam os feiticeiros me sabotarem” [participante Manhique].

Este tema por si poderia constituir-se como um trabalho de investigação isolado, pelo que não nos adentramos mais pois é amplo o espetro de influência e de detalhe que teríamos de introduzir. No entanto, não podemos deixar de anotar que há uma certa ligação à Governação na medida em que se tratam de lideranças informais, que podem gerar

---

<sup>121</sup> Refere-se não só à cerimónia e ao pagamento ao curandeiro, mas também às oferendas que têm de ser feitas aos espíritos, que podem ser diversas e que requerem a aquisição de bens diversos, por vezes, desde animais ou outros produtos de consumo não duradouro.

assimetrias e criam um sistema informal de problema onde o Estado possui fraca capacidade de controlo pois não existe um plano de ação adequado a este tipo de ação e, por vezes são os próprios políticos e governantes líderes quem beneficia destas formas de ‘tratamento tradicional’ dos assuntos pelo que lhes fica difícil intervir a um nível amplo já que faz parte de uma crença generalizada. Este aspeto foi testemunhado pela investigadora por ter tido oportunidades de diálogo que bem atestam esta realidade. Anote-se ainda o relevante papel que os curandeiros assumem em termos de Educação e de formação de capital humano na comunidade se se partir desta figura para a disseminação de conhecimento, podendo ser esta a chave para a resolução de muitos assuntos locais a partir de um guardião, o curandeiro.

As mulheres referem ainda a insuficiência de recursos, de parcerias e de incentivos para apoiar as várias iniciativas a que os jovens e as mulheres têm oportunidade de se dedicarem para se tornarem autossuficientes. Afirmam “Ninguém confia em nós porque não conseguimos mostrar experiência profissional, habilitações literárias que são exigidas [...] estudamos até onde é possível depois acabamos na pobreza. Isto não está fácil para nós outros. Se não tiver quem te puxe estamos tramados.” [participante Munguambe].

Desta fala passamos para o acesso e direito ao trabalho e para a criação de autoemprego. A participante Munguambe, mulher e mãe de uma criança refere que o seu problema é “não ter como continuar com o meu negócio, que me ajuda a sustentar a minha filha”. O marido que se ausentou para trabalhar fora enviava-lhe produtos para vender e assim gerar rendimento. Uma vez que deixou de saber do seu paradeiro, depara-se com uma realidade de maior pobreza, de dificuldade em comprar alimentos, materiais para a construção da sua casa e, mesmo ,de ter uma forma alternativa que provavelmente a tiraria da aflição da pobreza extrema: “O meu marido mandava-me portas e janelas de madeira eu vendia e depois com aquele dinheiro comprava peixe seco e revendia, outros dias quando o negócio de venda baixava eu usava o dinheiro das portas para comprar comida [...] sempre que conseguia poupar comprava blocos para a nossa obra”. [participante Munguambe].

Aqui a Governação recoloca-se depois de apresentada pelos nossos informadores privilegiados ao longo das entrevistas, sob diferentes vertentes e implicações, mas que confluem na referência vantajosa que pode criar na vida da mulher moçambicana rural. Um dos aspetos em que nos debruçamos, por ser anotado por todas as mulheres participantes do grupo, toca na ligação entre o Estado e os doadores, ou seja, no

alinhamento entre estes dois atores na medida em que foram apontadas atuações desfasadas ou limitadamente fundadas nas necessidades específicas rurais. Veja-se este ponto a colocar-se novamente neste grupo tal como aconteceu no Grupo I.

Quando as mulheres são instigadas a falar dos seus meios de subsistência, da sua pobreza, quando se refere que *a mulher sofre todos os dias* e que por isso *a vida é difícil*, que *há uma história de dificuldades* e que *há um problema com nome*, elas não escondem nas suas expressões físicas, sons verbais<sup>122</sup> e tom de voz, o descontentamento com a falta de apoio do Estado e tecem, de certa forma, uma crítica aos doadores, envolvida por um tom som de ceticismo. Apontam que "o que é necessário, é apoio em financiamento, seja o Governo, doadores ou OSC no desenvolvimento das associações" [participante Ismael].

No geral, dizem que a sua "dificuldade quando conseguir financiamento poderá melhorar, mais acabar não" [participante Ismael], não sabem se um dia vai acabar, "mas se o Governo decidir em apoiar-nos juntamente com os parceiros acredito que sim. Mas da maneira como estão a roubar, os financiadores nem vão fazer nada por nós" [participante Mazive] pois "nem sempre os doadores aprovam os nossos projetos porque somos pobres e nos desprezam. [participante Fátima]".

Por outro lado, admitem que "o Governo e os parceiros, o sector privado, podem nos ajudar na minimização dos nossos problemas" [participante Siteo], sobretudo se o Governo se dedicar um pouco mais nos apoios, às comunidades necessitadas: "Não nos ajudam em nada, uma vez a outra, o Governo, tenta nos ajudar e a ajuda é insignificante." [participante Manhique]. O mesmo é dizer que "os problemas existem, mas ainda temos muita pobreza e tudo pode reduzir se tivermos apoios na agricultura e noutras áreas [...] (com) alguma ajuda, gado e kits de insumos do Governo, do [nome do Movimento e Associação do AGIR II], e outros parceiros" refere a mesma mulher.

Acrescentam ineficiências para resolução do seu problema, dizem que "O dinheiro da Cooperação não chega [...] também a falta de financiamento para atividades de geração de renda e também do mercado devido a falta de transporte para chegar na cidade" [participante Fátima]. Refere aqui que o apoio do Governo, dos parceiros, das OSC, é indispensável para sair do sofrimento. Anotamos a falta de prioridade por parte do Estado

---

<sup>122</sup> Muito característicos para expressar sentimentos e até entendimentos; certos sons expressam inclusivamente uma concordância ou mesmo criam ligação entre os sujeitos em diálogo podendo mesmo estimular a proximidade, o entendimento e gerar empatia. Estas observações resultam da experiência do trabalho de campo da investigadora entre 2015 e 2016.

em apoiar o desenvolvimento rural ou local, o que reforçamos com Sachs (2005) ao afirmar que os Governos não prestam adequados serviços públicos, que estas áreas são espaços muitas vezes economicamente isolados, que têm associados elevados custos de transporte. O autor anota ainda que as zonas rurais permanecem presas num ciclo vicioso de pobreza, fome, doença e analfabetismo; são áreas empobrecidas que carecem de dinheiro para fazer os investimentos necessários, porque a maioria das casas vive de mão em mão.

Em nossa análise todas estas falas-evidência remetem para a questão do alinhamento entre os doadores e o Estado, para a própria agenda da Cooperação e sua forma de atuar. Conseguimos ainda apontar e inserir que o governo local e mesmo os líderes comunitários “não tem nos ajudado” [participante Ismael]. Estas lideranças locais podem fazer a diferença pois, anotam as mulheres, “não ajudam bastante, porque quando aparece a oportunidade de projeto e financiamento não nos envolvem aqui no mercado” [participante Francisco] e “quando conseguem financiamento atribuem às suas famílias” [participante Ismael]. Aqui regressamos aos interesses próprios e à corrupção, aspetos já evidenciados pelos informadores-chave entrevistados assim como pelas mulheres do Grupo I.

Um outro aspeto que é realçado nas falas das mulheres tem a ver com empregabilidade e saúde já que algumas não trabalham e não tem um negócio que as sustente [participante Caie] e “há dificuldade de acesso a unidade sanitária, de oportunidades de emprego e de transporte. [...] Seria de grande valia se fossem criados postos de atendimento móveis de modo a ajudar no fornecimento de cuidados” [participante Tivane]. Refere-se que “ter um centro de saúde ou um hospital aqui perto seria muito bom e iria ajudar a muitas pessoas [...] a grande dificuldade que tenho é no acesso a unidade sanitária” [participante Bila].

A partir desta fala, anotamos que a fuga da pobreza requer investimento tanto em capital humano como em capital físico, e que a própria pobreza é multidimensional pois agrega não só as questões de rendimento, mas também a falta de segurança alimentar, a saúde, o emprego, a educação, igualdade de género, gestão ambiental assim como o acesso a amenidades básicas (Sachs, 2005). Refere o autor que há áreas efetivamente críticas para as necessidades das pessoas pobres.

Observada a Governação e as referências que as mulheres lhe associam, sendo um dado que no Distrito é a base para o desenvolvimento local, os assuntos de interesse da

comunidade e, neste caso, das mulheres devem registrar evidências de que a sua participação é efetiva. Este aspeto foi mencionado pela entrevistada FC, uma das nossas informadoras privilegiadas, pois só desta forma são incluídas as prioridades das mulheres nas decisões presentes e futuras.

De referir que “o mecanismo criado para a participação e consulta comunitária sobre os assuntos de interesse das comunidades é o Conselho Consultivo Local (CCL)” (MGCAS, 2016, p. 31). Este fórum, assegurando a participação e inclusão das mulheres, é uma medida-instrumento para a redução de vulnerabilidades, injustiças e mesmo para a redução da pobreza, desde que devidamente trabalhada e articulada a sua forma de trabalho, agregadora.

Regressando aos projetos em que são as mulheres e raparigas rurais a participar diretamente, não deixamos de anotar que poucos são aprovados<sup>123</sup>, segundo consta no Perfil de Género para Moçambique (2016). Há uma realidade, relatada pela voz das mulheres, e documentalmente, que visibiliza que os grupos – mulheres – tradicionalmente excluídos continuam a não ser incluídos. Ensaíamos que há uma forte ligação desta realidade à consciência dos participantes políticos e demais elementos da Governação, local e nacional, já que é referido no mesmo documento a dificuldade de introduzir assuntos de base nos manifestos políticos e haver um foco no número de mulheres que integram as estruturas partidárias ou mesmo outros cargos de liderança ou governação, em vez de abordar as injustiças de género.

Da apresentação da voz da mulher rural moçambicana sobre as suas perceções relativas à CD passamos adiante à narrativa das falas do nosso sujeito de investigação, nos grupos I e II, que nos permitem aferir que mudanças aconteceram na sua vida por meio das iniciativas de EDS.

### **5.1.9 Mudanças através da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**

*A oportunidade que deram de aprender e de capacitar, é muito boa. Fica-se a saber das coisas. A pessoa empodera enquanto aprende. Pode decidir da sua vida!*

*Mudou a vida, ajudou na dificuldade.*

---

<sup>123</sup> Alguns destes projetos são financiados diretamente por Instituições do Estado e outros, os que nos interessam para este trabalho, apoiados pelas Organizações Parceiras do Programa AGIR II.

### 5.1.9.1 Grupo I

O segundo momento da construção incide sobre as temáticas educativas direcionadas para a mulher rural por forma a explorar o que aprenderam e o que mudou nas suas vidas face às dificuldades apresentadas e às suas necessidades, *o sonho* na nossa abordagem verbal. Deste grupo não foi amplo o relato sobre os resultados das ações educativas, mas não nos foi difícil compreender e sentir a expressão sobre a importância de aprender, do que empreenderam e compreenderam a partir dos processos educativos, em advocacia, de que beneficiaram.

As Associações, neste grupo representadas por mulheres, configuram uma forma de ação coletiva pois, através desta ação, as mulheres são capazes de se ajudarem umas às outras, em diferentes situações. Alberto, numa das suas intervenções, partilhou que foi questionada por outras mulheres, sobre como criou o seu negócio e que, daí, tomou a iniciativa de ensinar como fez para que outras pudessem seguir o exemplo.

Para esta mulher rural com o registo do DUAT, continua a haver uma ambição de fazer mais para melhorar a sua condição de vida. Anotamos da discussão que a capacitação em poupança foi abraçada pelas mulheres havendo apontamento de que se aplicaram os conhecimentos adquiridos incluso na consciência de que a expansão e dinamização das suas atividades geradoras de rendimento é importante: “fiz aquele grupo de poupança, e que agora como já arroz já não está a sair bem [a sua primeira atividade], mudei de estratégia. Mas vendi e guardava para fazer poupança e quando chegava no final do ciclo comecei a fazer outro negócio”.

A participação em formações “ajuda a mudar”, referiu Alberto: “quando vão nessa formação explica muita coisa, como fazer negócio, como poupar, como sustentar a família, explica muita coisa! Me ajudou muito sim!”. Refere como maior mudança resultante “*dessa*” formação a consciência sobre o risco da dependência de uma área de negócio e que a diversificação reduz a sua vulnerabilidade: “eu antes só vendia arroz ou outras coisinhas em casa e já depois dessa capacitação quando disseram ‘você não pode cair num só negócio’, então é quando já mudei e já comecei a fazer outro negócio, me ajudou muito.”

A concordância é entendida através do som produzido pelas mulheres, ou seja, de que a mudança teve lugar a partir de uma intervenção coletiva, que incide no individual e, que, depois, por si, tem o poder de intervencionar o próprio meio na medida em que na mulher se cria a disponibilidade e interesse em construir a partir do que apreendeu. Os Movimentos já referidos, ligados às OP do Programa AGIR II, têm o intuito de traçar vias para combater problemas que assolam as mulheres, como é o caso da violência doméstica e dos casamentos prematuros, para o que procuram fazer a divulgação dos seus direitos, como também lutam pela sua defesa.

### **5.1.9.2 Grupo II**

O segundo grupo, mais expansivo nas partilhas e intervenções, segue a mesma linha de apresentação. Duas mulheres, Siteo e Ismael, abriram a discussão a referir que terem passado a pertencer ao Movimento [nome do Movimento e da Organização Parceira do AGIR II] foi algo positivo. Siteo diz: “aconteceu de bom ter-me inserido e as capacitações foram sempre bem-vindas para nós como mulheres rurais agricultoras e hoje também consigo formar outras mulheres”.

Este é um ponto comum aos dois grupos, mulheres que se apresentam pertencentes a Organizações que servem de apoio e estruturam a apresentação das suas necessidades gerando um potencial de defesa de direitos. Mais, organizações com o potencial e capacidade de contribuir para a construção de conhecimento e sua disseminação a partir das próprias mulheres: “Como membro do Movimento também dou formações a outras mulheres.” diz a participante Siteo.

Várias participantes Caie, Bila, Zita e Ismael referem “a comunidade no geral penso que está empoderada”, “no geral penso que está também a melhorar o seu comportamento, mas ainda falta muito, precisamos de aprender mais e também apoios para melhorar as nossas vidas e das nossas família.”. Esta é uma manifestação sobre a importância de que se reveste o processo educativo, nomeadamente através das capacitações, seja pelo aprender a conviver com as pessoas [participante Jaime], seja pelo sentimento de realização pelas várias aprendizagens [participante Mazive], sobretudo pelo que melhorou: “Com as capacitações que recebemos [nome do Movimento e da Organização Parceira do AGIR II] e da [nome da Organização Parceira do AGIR II] muita coisa melhorou na minha vida. O meu estilo de vida mudou, a minha forma de viver e os meus

filhos também estão bem. Eu não estive à espera foi uma surpresa, mais gostei muito foi no tempo da antiga Governadora Maria Jonas e recebi uma machamba” [Fátima].

A última referência, da participante Fátima, constitui uma representação da boa Governação, e faz a ponte com o que as mulheres aprenderam. Concretamente, apresenta o Estado a providenciar bens e serviços aos cidadãos (Sachs, 2005), especialmente aos mais desfavorecidos e vulneráveis e que, ao mesmo tempo, têm o potencial de construir mudança.

Onze participantes<sup>124</sup> adquiriram conhecimentos em cuidados a ter com as crianças. Catorze participantes<sup>125</sup> abordaram a capacitação do ponto de vista do contacto que tiveram com informação sobre direitos: “o meu comportamento [...] já sei exigir do provedor caso haja violação dos meus direitos [...] Aprendi a posicionar-me como mulher” e seis<sup>126</sup> das participantes manifestam-se em uníssono quando uma refere a “consciencialização sobre direitos e deveres da utente dentro da Unidade Sanitária”.

Não podemos deixar de fazer a ligação aos direitos humanos e ao direito à vida saudável, reconhecido no artigo 94º da Constituição Moçambicana, que abriga alguns esforços nacionais,<sup>127</sup> e à Agenda 2030. Para nós uma real ligação da meta 4.7 a outros ODS. Importante para a redução da pobreza e melhoria da condição de vida da mulher, assim como responder aos desafios económicos e sociais que Moçambique enfrenta é o acesso e controlo dos recursos produtivos e socioeconómicos pelos “grupos vulneráveis e menos privilegiados no mercado laboral” (MGCAS, 2016, p. 25), como é o caso da mulher rural. Da mesma forma que as mulheres têm menos posse da terra que os homens, também têm menos posse exclusiva da casa comparativamente aos homens (*ibidem*).

Comentamos a partilha acima, da aquisição de conhecimento, mencionando que as mulheres são as agricultoras, as cuidadoras e criadoras de crianças, realizam uma quantidade incrível de trabalho físico todos os dias para manter vivas as suas famílias, tal como apanhar lenha e água, cuidar dos animais da quinta, cuidar dos campos, cuidar dos

---

<sup>124</sup> Caie, Bila, Uqueio, Azarias, Munguambe, Notiço, Pedro, Jeto, Machatine, José.

<sup>125</sup> Francisco, Munguambe, Jeto, Pedro, Gune, Ismael, Caie, Tivane, Bila, Zita, Uqueio, Azarias e José.

<sup>126</sup> Caie, Bila, Zita, Uqueio, Azarias, Ismael.

<sup>127</sup> A Campanha Presidencial para a Saúde Materna, Neonatal e Saúde Infantil (2008), o Guia Nacional para Acelerar a Redução da Mortalidade Materna e Neonatal (2008), o Plano Nacional Integrado para o Alcance dos ODM 4 & 5 (2009), a Parceria Nacional para a Promoção da Saúde Materna, Neonatal e infantil (2010) e a Estratégia do Planeamento Familiar e Contraceção 2010-2015 (2020). (MGCAS, 2016, p. 21).

doentes (Sachs, et al., 2004). Investimentos como um melhor acesso à água, combustíveis modernos para cozinhar, serviços de transporte melhorados e nutrientes melhorados para o solo, terão um benefício especial para as mulheres já que o aumento da produtividade rural proporciona um aumento dos rendimentos rurais e reduz a fome crónica (*ibidem*). O autor refere ainda intervenções adicionais para estradas, energia, combustíveis e fogões de cozinha melhorados, e água e saneamento são uma base importante. Neste computo, mulheres formadas, com acesso à Educação, geram uma comunidade diferente, não só pelo que sabem, mas pelo que constroem.

Existe um esforço inquebrável da rija mulher rural comprometida com o seu desafio. Aquela que tem acesso a um teto congratula-se com uma das importantes mudanças na sua vida, ligada à aquisição de bens primários, de primeira necessidade: “já não durmo na esteira, consegui comprar a minha cama, congelador, televisão, mas ainda preciso de comprar camas para os meus filhos e outras coisas” [participante Fátima]. Estamos na presença de uma mulher que construiu o controlo do seu rendimento, uma dimensão chave para a sua autonomia das mulheres que decidem como usar os seus rendimentos.

Promover oportunidades económicas e sociais significou dar “a oportunidade de aprender sobre a importância da agricultura para diminuição da fome” [participante Calú], aprender “a trabalhar com a terra, a semear tomate e feijão” pois “antigamente só espalhava a semente [...] mesmo o plantio do feijão verde e pepino era um grande problema. [participante Jaime], aumentar o “conhecimento sobre como conseguir produzir mais e a vender os produtos da machamba” [participante Novela] para “em troca destes poder comprar roupa e alguns alimentos para a cesta básica” [participante Munguambe].

Posto isto, o aumento da produtividade rural pode ser ultrapassado através de uma série de intervenções bem direcionadas (Sachs, et al., 2004) que vão desde intervencionar o solo, irrigação dos terrenos, aumentar capacidade dos recursos humanos e assegurar uma Governação que proporcione bens e serviços adequados no meio rural. Aqui regressamos à importância do desenvolvimento do meio rural, já referenciado em João Mosca (2009) e acrescentamos que o tema central em toda a estratégia de produtividade rural é a necessidade de atenção especial ao papel crítico que as mulheres desempenham na agricultura africana pois são a mão-de-obra utilizada na produção de alimentos tanto para consumo doméstico como para venda, mas enfrentam enormes desigualdades culturais e legais (Sachs, et al., 2004). São necessárias intervenções especiais para lhes proporcionar

o acesso competências que podem utilizar para reduzir o tempo gasto no campo e aumentar a produção e consequentemente gerar melhores condições de vida.

Não menos importante em contexto educativo rumo à sustentabilidade, sobretudo da EDS, é a abordagem às mudanças climáticas e que impacto isso podem ter na vida da própria mulher rural e, ao mesmo tempo, a aquisição de conhecimentos que desencadeiem comportamentos e práticas que promovam a mitigação das alterações decorrentes dessas mudanças já que um dos desafios atuais enfrentados, particularmente pelas mulheres, são as mudanças climáticas e a falta de informação sobre como se adaptar a elas usando culturas mais resistentes a períodos longos de seca (MGCAS, 2016, p. 28). Na fala de Francisco, a capacitação permitiu “perceber que as mudanças climáticas estão a afetar as nossas culturas e que precisamos de plantar árvores de sombra e de fruta”.

No contexto das mudanças climáticas temos de anotar que é provável que as alterações climáticas conduzam a uma redução dos rendimentos potenciais das culturas, agravando a segurança alimentar e aumentando a necessidade total de assistência pelo que é necessário um esforço global concertado para melhorar a capacidade para mitigar e fazer a necessária adaptação às alterações (Sachs, et al., 2004). Neste assunto, a CD necessita de desempenhar um papel crítico junto do Governo para o desenvolvimento e disponibilização dos bens públicos necessários para ultrapassar estes constrangimentos, ou seja, os doadores e OSC precisam de adequar o financiamento para os desafios únicos de África (*ibidem*), em concreto em Moçambique.

Estamos na presença da valorização da mulher rural, uma valorização que a qualifica e a compromete consigo mesma no desafio de aplicar o conhecimento que adquire já que socialmente o “seu trabalho é muitas vezes visto como uma extensão das suas responsabilidades reprodutivas e de produzir para a subsistência da família” (MGCAS, 2016, p. 28). As mulheres falaram de conhecimento adquirido em “agricultura sustentável, segurança alimentar e nutricional, empreendedorismo [...] (e) gestão dos recursos financeiros, através dos grupos de poupança [participante Fátima] e mesmo sobre a criação do “próprio negócio e é disso que sobrevivemos” [participante Pedro].

Estes grupos de poupança, de entre as várias oportunidades que geram, contribuem para a implementação de pequenos projetos [...] para o aumento da geração de renda” [participante Machatine] e para “criar um autossustento com poupanças” [participantes Caie, Bila, Zita, Bila, Uqueio, Azarias]. Fátima partilha que através destes grupos se lhe

ofereceu uma oportunidade de expandir a sua consciência sobre direitos enquanto mulher, sendo que a sentimos empoderada neste momento da sua participação, pela forma como colocou a voz: “aprendi como fazer poupança e mais, melhorou a minha maneira de pensar. E aprendi muito, hoje já tenho um posicionamento como mulher”. A participante Jaime manifesta o mesmo sentimento: “melhorou muita coisa na minha vida e sinto uma paz interior em tudo que aprendi”.

O controlo dos recursos produtivos e socioeconómicos encontra também ligação à questão da nutrição e segurança alimentar. As mulheres, nos seus grupos de capacitação, aprenderam “sobre a importância da agricultura para diminuição da fome e da desnutrição” [participante Novela] gerando mudanças na dieta alimentar [participantes Mazive, Manhique, Siteo]. Em termos de segurança alimentar aprenderam sobre a importância da higiene das mãos e dos alimentos, disse a participante Mbocoda. Fátima, interveio, fazendo uma pequena síntese deste aprendizado e várias mulheres, em unísono, emitiram um extenso som do ‘*sim moçambicano*’:

Houve muito progresso na minha vida, e a minha dieta melhorou muito.

Aprendi que a higiene era muito importante para que os sumos fossem comprados e assim eu fazia tudo de maneira que os clientes vissem e acreditassem que tudo era feito com muita higiene.

Adquirir conhecimentos sobre agroprocessamento, sumo de batata doce, sumo de papaia, sumo de toranja, *jam*<sup>128</sup>, sumo de tomate, bolos e biscoitos foi uma oportunidade para todas as participantes do grupo<sup>129</sup>. A par com a melhoria da dieta, possível com a informação proporcionada pela capacitação, Ismael partilha que aprendeu “a fazer várias coisas e tive várias formações [...] mas precisamos de aprender a culinária toda para melhorar as nossas dietas alimentares e diminuir a vulnerabilidade às doenças e também reduzir a desnutrição crónica nas crianças”. Aqui exibimos novamente que a aquisição de conhecimento se coloca ao nível da expansão da ambição da própria mulher, ela quer saber mais, ela vai além da primeira organização que facilita as capacitações e a empodera

---

<sup>128</sup> Palavra de origem inglesa, usada por influência do uso na África do Sul já que a compota (significado) é um alimento de largo consumo, mas importado.

<sup>129</sup> Embora só referido pelas participantes CJ, RM, AM, ArM, DF, MI, MF e AS.

na geração da sua renda, ela coloca o seu conhecimento ao dispor da melhoria da sua família e da sua comunidade.

De enorme relevo foi a partilha das participantes Tivane e Gune, professoras do ensino primário, que, literalmente, se congratularam por terem aprendido a confeccionar alimentos de forma saudável e assim puderem ensinar aos seus alunos na escola. Estivemos na presença de uma mulher rural que ocupa um posto de trabalho no mercado formal, num posto que podemos dizer qualificado, que tem a oportunidade disseminar e replicar conhecimento com potencial para mudar comportamentos na família daqueles alunos, ainda crianças.

Em termos gerais as mulheres apontam o emprego e a possibilidade de estudarem como aspetos determinantes, mas em falta para alcançarem os seus objetivos pessoais, sentem-se bem-sucedidas e no exercício do seu potencial máximo para o exercício do seu papel social. Na abordagem às suas ‘ainda’ necessidades, ou seja, “*um sonho*” Jaime intervém dizendo que “falta mais porque gostaria de fazer todo o curso de culinária e aprender dietas saudáveis e também pedimos financiamento na agricultura, outras atividades de geração de renda, formações, alfabetização e troca de experiência. [...] para a melhorar os meus negócios”. Bila tem o sonho de um “dia escrever um livro e ter um emprego [...] entrar na escola” e Tivane de “conseguir fazer da machamba um meio de sustento”.

Uma vez que a agricultura é uma atividade comum a todas as mulheres ou mesmo elemento comum às suas famílias, apontam que “ter apoio na agricultura, Educação nutricional e outras atividades de geração de renda” [participante Fátima] é fundamental para proporcionarem uma boa vida aos filhos e mesmo para a comunidade pois, na fala de Ismael, “melhorar o nosso trabalho de agricultura e outras atividades pode resolver os nossos problemas imediatos [...] ver o meu negócio a crescer, eu e o meu marido gostaríamos de abrir uma frescata para podermos conservar o pescado que sobra da venda”. Obtemos ainda uma perspetiva do todo e de sustentabilidade com a partilha das participantes Pedro e Jeto: “as mudanças climáticas estão a trazer-nos muitos problemas e às vezes temos escassez de peixe e noutras alturas temos peixe a mais e apodrece. Isso nos entristece, tentamos secar as sobras, mas não tem sido fácil”.

No espaço social e cultural que temos vindo a apresentar a partir de diferentes intervenientes, a mulher, com a criação do próprio emprego, gera impacto social. Um exemplo de sonho é o de José que gostaria de “abrir uma casa para cuidar de crianças

todo o dia, cozinhar para elas e cuidar delas. Gostaria de ser apoiada para conseguir uma formação sobre as melhores técnicas para cuidar das crianças e alimentá-las adequadamente”. Uqueio, ambiciona “ir trabalhar na cidade para ganhar melhor, abrir uma creche e ser formada para cuidar de crianças. Assim também posso ter condições para sustentar os meus filhos”.

No que se refere a questões de Educação formal a participante Machatine deseja estudar, terminar a “escola e entrar na faculdade de agronomia, para depois ajudar os meus pais a desenvolver a agricultura, uma vez que eles têm muitos hectares de terra, bem usada poderia ajudar-nos a sair da pobreza no Distrito” e Calú ambiciona terminar os “estudos, fazer o ensino superior e fazer um esforço para que os meus filhos também consigam estudar” para não ficarem pobres “como eu e conseguirem um emprego”, diz Novela. Zita sonha ver o negócio da mãe crescer, mas também acabar os estudos assim como Uqueio que deseja “entrar na faculdade de direito, ajudar o meu pai e ter o meu lar e os meus filhos”. Gune, professora, mantém-se na ambição de construir conhecimento e ajudar crianças: “continuar a estudar, para além de crescer na minha carreira como professora, ajudar mais crianças a ler e a escrever”.

Encontramos nestas falas a expectativa da mulher rural em relação ao futuro ligada à esperança de melhoria da sua vida, da sua família e da sua comunidade. Estes aspetos refletem a importância do empoderamento da mulher e este por sua vez abastece-se e fortalece-se na Educação. As mulheres que menos se focam nos estudos enquanto sonho falam da geração de emprego como prioridade. Caie fala da necessidade de ir “além de vender lenha ou carvão, criação de frangos que possa me permitir criar meus filhos e oferecer uma vida condigna e melhorar a dieta alimentar”. Mazive fala de “um negócio sustentável e termos apoio no nosso trabalho de agricultura, tratores, insumos, para melhorar a prática da agricultura, termos insumos para o bom cultivo”, Ismael sonha ter “uma mercearia, mas para tal, tenho que ter um financiamento que possa me permitir criar meus filhos e oferecer uma vida condigna e melhor a dieta [...] que os meus filhos mais velhos conseguissem entrar na Universidade” e Munguambe, que ainda não tinha intervindo: “em algo que me permita criar a minha filha e oferecer uma vida condigna e melhorar a dieta alimentar [...] faltam empresas que nos possam apoiar a sermos verdadeiras empreendedoras, que nos facultem empréstimos, tomando em conta a nossa realidade”.

Em termos de saúde familiar há ainda quem se manifeste na necessidade e no sonho de ver os familiares, pais de Tivane, com acompanhamento regular dos médicos. Jaime refere que “esses do programa não nos perguntam o que queremos aprender [...] ensinaram a produzir adubo, mas precisamos de aprender melhor para poder implementar”; Manhique diz que “por falta do espaço para implementação nada mudou, porque a falta de espaço para implementar o que aprendi [...] O que falta são as condições para a implementação porque se não implementamos não podemos mostrar que temos conhecimentos? Até vamos esquecer como se faz”.

Nas evidências recolhidas a partir das mulheres encontramos que a Educação constitui “uma fonte de autorrealização, o desenvolvimento de conhecimentos e de competências representa um trunfo particularmente importante, num quadro [...] de deficiências do sistema de ensino, de desemprego [...] um investimento em capital cultural que pode ser convertível em capital económico” (Feijó, 2015, p. 224). Não podemos deixar de anotar que em vez de se analisarem processos de desenvolvimento e de prosperidade, devem analisar-se os processos da pobreza e da fome, em que a prioridade na luta contra a pobreza integre a defesa das Organizações que intervêm e que estão orientadas por uma consciência social. Da mesma forma ampliar a dimensão das formações em todas as dimensões que apontámos pelo seu potencial de gerar mudança.

Planear, investir e coordenar esforços para alcançar o DS num país que está preso à pobreza é ambicioso já que os mandatos institucionais mal coordenados das agências mundiais de desenvolvimento são, em geral, um fator limitativo, mas que podem ser alinhados e melhor coordenados (Sachs, 2004).

Deixa nota o mesmo autor que quando a governação doméstica é pobre o dinheiro dos doadores não é suficiente, tem de ser o próprio país a ajudar-se, focando-se nas suas reais necessidades. Perante financiamentos elevados, como é o caso de Moçambique, e com uma história de sucessivas décadas, a comunidade mundial tem de atuar em parceria para ultrapassar as armadilhas da própria pobreza. Este é o moto com que terminamos a apresentação dos dados que todos os informadores nos permitiram obter. Dele vamos passar a uma fase de especial importância, a da apresentação das conclusões do nosso trabalho de investigação.

## 5.2 Retrospectiva

Nesta fase identificamos importante abraçar um curto percurso para gerar uma imagem consolidada de todos os elementos que apresentámos. Estruturamos este momento em três partes importantes. A primeira parte a CD, a segunda, a EDS e a terceira sobre o contributo para a melhoria da condição de vida da mulher rural moçambicana.

Em **primeiro** lugar, temos a **atuação da CD** por nós abordada enquanto compromisso político na responsabilidade de promover crescimento económico e desenvolvimento. Surge associada à mobilização e alocação de recursos para a transformação da economia e da sociedade e a um processo aberto de participação de múltiplos atores - financiadores e recetores para gerar impacto local. Esta atuação assente em práticas político-económicas que estimulam o bem-estar humano e social por meio da capacidade empreendedora individual e não apenas por um conjunto de políticas públicas que enriquecem os detentores de capital que levam ao aumento da desigualdade é vital para a evolução da espécie humana sobretudo se ligada ao desenvolvimento do intelecto do próprio homem.

Neste sentido e no contexto moçambicano, resulta a preocupação com a atuação da CD, visão que contrasta com uma política de valores associada a uma forma de **dominação por uma elite concentrada**, com influência na forma como os indivíduos pensam sobre as suas necessidades e como criam a sua própria conceção de boa vida **que suprime problemas e não atua suficientemente na revitalização do espaço social e do campo cognitivo dos atores sociais**.

Vários atores em diferentes papéis na sociedade, constituem-se enquanto uma elite, que sabe como usar os recursos da CD de forma lícita e canalizá-los para a família que têm no distrito. Estes **recursos apesar de chegarem ao meio rural, ficam na posse de uma minoria local**. Esta é uma realidade em que vemos a elite política e os atores internacionais a atuarem em defesa dos seus interesses e nem sempre nos das comunidades. Existem ainda dados que permitem afirmar uma elite política nacional que interatua com uma elite internacional que gera capital e opera em projetos para beneficiar interesses económicos do Governo assim como os da elite internacional.

Da voz dos entrevistados e das mulheres rurais, que encontramos no nosso capítulo 5, percebemos as burocracias existentes, que se tornam corruptas e ineficazes fazendo com que o dinheiro seja despendido nelas em detrimento de ser diretamente direcionado para

os mais necessitados. Existe um lugar de **intermediação entre as comunidades rurais e a sociedade envolvente** que tem associado um modelo patrono-cliente que gera acesso desigual ao poder, que se realiza num ambiente marginal ao sistema formal devido **à fraca capacidade de organização e controlo social do próprio Estado**.

Neste quadro, **o conceito e a atuação da Cooperação têm de ter subjacente a moral**. A moral estrutura-se a partir de um sujeito de natureza simples e incorruptível e a concretização do objetivo primordial da CD interseta valores humanos pelo que tem de ser desviada de interesses económicos e políticos para residir em princípios igualitários e humanitários.

Além do aspeto da corrupção associada às elites é apontada a existência de extensões de poder no distrito. As lideranças informais e outras figuras locais (líderes tradicionais assim como outras figuras associadas ao poder) podem gerar mais desigualdade ao criar um sistema informal no qual o Estado possui fraca capacidade de controlo e onde, por vezes, os próprios políticos e Governantes se incluem. **Nem sempre são os pobres os beneficiários dos projetos e as relações que se criam nem sempre estão ligados à pobreza, ao humanismo e às reais prioridades das comunidades**. Há um dinheiro que não chega às mulheres o que tem forte relação com a aceitação de subornos por parte do Governo.

Porquanto, é necessária a **construção de um espaço moral** e de um espaço cognitivo partindo-se da desigualdade existente, trabalhando-a por meio da aquisição e distribuição de conhecimento, **construindo responsabilidade para a tomada de decisões éticas**, por cada indivíduo, sob a supervisão das agências sociais e de Cooperação.

Em termos de CD apontamos importante um plano detalhado e monitorizado, com dinheiro entregue na base do trabalho que é feito e que contemple dar grande parte dos fundos diretamente às localidades e postos administrativos para minimizar as hipóteses de desvio pelo Governo. São de considerar em exemplo limitações legais e de contexto associadas ao direito de uso da terra, originadas pelo poder e pelas elites. As próprias **mulheres apontam a insuficiência de recursos, de parcerias e de incentivos para apoiar as suas iniciativas o que significa uma atuação da CD desfasada e descoordenada, com fraca ligação entre Governo e doador, uma atuação limitadamente fundada nas necessidades específicas rurais que não observa a mulher enquanto solução para os problemas locais**. Neste invólucro revela-se o

sentimento das mulheres rurais moçambicanas que se consideram desprezadas pelos detentores de maiores meios.

Estas fraquezas apresentam **um Estado que não assegura a ordem moral e ética e um Governo que não assegura a resolução dos problemas prioritários do distrito, mais concretamente das localidades e postos administrativos, enquanto parte de uma agenda nacional que faça dos problemas locais sua propriedade e prioridade.** Considera-se a moral uma afeção dinâmica forte, um instrumento revitalizador deste campo social e, conseqüentemente, do campo cognitivo sem a qual uma melhorada atuação centrada nas necessidades do meio rural é obstaculizada.

Recolhemos informação de um Estado de parca atuação no meio rural e cujo papel é substituído pelas OSC e pela CD, especificamente no que respeita a assegurar o direito da mulher rural à Educação não formal para o DS. Esta Governação cria espaço para a intervenção do exterior e alimenta dinâmicas que fragilizam o Estado e que não geram mecanismos de sustentabilidade da atuação que beneficiem o país e o próprio meio rural.

As mulheres vivem a falta de prioridade por parte do Estado em apoiar o desenvolvimento rural. Criam-se **espaços economicamente isolados, sem especial interesse para as elites, onde não faz chegar a providência de adequados serviços públicos.** Nisto, permanece-se no ciclo vicioso de pobreza que não é ultrapassável sem os investimentos necessários e que passa pelo investimento em capital humano, sem que se descure a importância do capital físico.

Apona-se que o diferenciador papel da Educação, na formação de capital humano, se direcionada a estes atores tem o potencial de mudar o seu comportamento e assim contribuir para a resolução de problemáticas locais. A Educação tem influência na existência de políticas e instituições democráticas sólidas, responsáveis pelas necessidades das pessoas. Neste ponto, percebeu-se que é imperioso **desenvolver uma arte progressiva de Governação, uma forma inovadora de fazer política para assegurar o que é mais significativo, num processo de inovação conceptual e institucional redutora da elite, sem corrupção, que construa transformações culturais e sociais** e que não reduza o comportamento político a um Estado não emancipado onde **não há um aparelho burocrático independente**, mas sim orientado para a proteção da elite no poder e que limita o acesso da periferia aos recursos detidos pelo centro.

Vemos assim, o universalismo da moral essencial para o DS, alcançável através da EDS, para que se tenham políticas e instituições democráticas sólidas e responsáveis pelas necessidades das pessoas numa forma inovadora de fazer política, ao nível das formas de raciocínio, para atingir fins sociais.

Temos uma sociedade moçambicana local rural com dinâmicas e normas de formação endógena onde existem problemáticas comuns, que coabitam com a fraca capacidade do Estado para a regulação e para impor normas. Temos um Estado frágil seja na Educação, emprego, saúde assim como outras áreas, o que compromete o exercício dos direitos da mulher já que **a Ajuda não é orientada diretamente para as famílias pobres e para as mulheres**. A este Estado frágil acrescentamos **um Estado que tem o poder absoluto do partido que está no poder e vive numa teia de elites gerando uma Governação corrupta que gere os seus interesses e que marginaliza as comunidades** e os pobres e utiliza recursos públicos para o seu enriquecimento.

Estes problemas requerem um processo de inovação conceptual e institucional do Estado, que não estrutura a atuação dos doadores, que não negocia em função das necessidades da sua população, que não se organiza para combater o problema da pobreza da mulher rural, que secundariza o meio rural, que não define estratégias de desenvolvimento transformadoras das bases produtivas e das relações sociais que seria a base para a redução das desigualdades e para gerar mais elementos de coesão territorial tais como Educação e saúde.

Os recursos destinados ao bem-estar humano são desperdiçados através da corrupção, apropriados de forma ilícita através de práticas corruptas, privatizados e partilhados entre pessoas e pequenos grupos - famílias, negócios, partidos políticos - constituindo um impedimento à aplicação de recursos para a produção de benefícios para todos e provisão de bens e serviços públicos.

Estas fracas qualidades do comportamento humano, para o ganho de vantagens pessoais e para assegurar posições de poder e redes clientelistas recoloca a moral, e a própria ética, no centro da atenção para a **construção de uma cultura de comportamento humano na base da integridade e da harmonia enquanto conduta moral estruturada no respeito do bem público**. Assim, em termos da CD e das organizações através da qual atua, importa criar um espaço de troca e de formação de valores e de modelos de conduta.

Observado todo este quadro nacional, que não nos dissocia do local nem do rural, encontramos que a combinação da baixa capacidade ao nível local e dos altos níveis de corrupção gera desigualdades para as pessoas que vivem na pobreza, muito em particular para as mulheres já que seu o acesso a bens e serviços depende de uma combinação de posição socioeconómica e competência sociocultural.

Ainda assim, na arena política local é possível promover a cidadania e o melhoramento das condições de vida dos cidadãos, **reforçar o desenvolvimento local através da inclusão justa e equilibrada, da distribuição de recursos pelos diferentes grupos sociais, valores e prioridades e uma melhor gestão dos projetos de desenvolvimento.**

As Instituições e as Agências de CD nosso foco, orientaram o seu apoio para a consolidação da democracia e da boa governação com vista ao fortalecimento da capacidade institucional e melhoramento das condições de vida das comunidades locais de que são exemplo os distritos da Província de Sofala. No entanto, ao nível distrital a forte influência da Frelimo no Estado, combinada com sistemas de Governação hierárquica, tem consequências negativas para a competência e para a própria Governação democrática.

A partir de todo este contexto temos a importância das *Acções para Uma Governação Inclusiva e Responsável*, promovidas pela Cooperação Sueca. Esta atuação marcou presença na capacitação das OSC moçambicanas para a **construção de uma sociedade onde os seus cidadãos pudessem desfrutar dos seus direitos à inclusão e à igualdade, à redistribuição da riqueza gerada a partir do património do país, a serviços públicos de boa qualidade, às liberdades civis fundamentais e à representação e participação política, num ambiente pacífico e ecologicamente sustentável.**

A atuação da CD, neste estudo a Cooperação Sueca no seu Programa AGIR II e pelas suas OP, é **focada no desenvolvimento de capacidades a partir do fortalecimento e defesa de direitos.** Na sua atuação **gerou a mobilização da sociedade civil e capacitou as pessoas mais pobres, a mulher rural, empoderando-as dos seus direitos e impulsionou responsabilização do Governo.** A atuação das OSC e em especial das Organizações Parceiras, **através de ações educativas não-formais, nas suas diversas metodologias de capacitação, constituíram um primeiro veículo para encontrar soluções para os problemas locais do dia-a-dia.**

Através dos Subprogramas do Programa Agir II e das Organizações Parceiras, **gerou-se um trabalho em rede** e em parceria com Organizações de mulheres. Dele resultou ação coletiva **com recurso a estratégias e metodologias educativas específicas voltadas para a participação da comunidade, focadas na mudança social e no desenvolvimento da capacidade de organização das pessoas pobres, das mulheres rurais.**

A Cooperação, abraçada pelas OP na perspectiva da ligação entre parceiros e ligada a ações educativas, gerou empoderamento das mulheres, deu força e circunscreveu a coordenação de ações para a obtenção de benefícios assentes numa socialização de valores ligada a normas sociais numa abordagem alicerçada nos direitos ligada às políticas e atividades do Governo ao nível local.

As OP da Cooperação Sueca, através do Programa AGIR II, **apoiaram e estruturaram a apresentação das necessidades das mulheres rurais** favoráveis a se gerarem instrumentos, metodologias e ações específicas de ação.

O modelo de ação executado pelas OP do doador Sueco integrou a questão do género no seu planeamento e implementou ações educativas diversificadas de empoderamento para mulheres rurais, nomeadamente na área de ambiente, saúde, mudanças climáticas, nutrição, uso de fogões melhorados e energias renováveis, violência, práticas de agricultura de conservação, agroecologia, agrosilvicultura, hábitos saudáveis, saúde sexual e reprodutiva, alfabetização, empreendedorismo, promoção de associações de mulheres, grupos de poupança e empréstimo.

Assim, a ocupar um **segundo** lugar, complementar à atuação da CD, temos **a Educação para o Desenvolvimento Sustentável**, enquanto instrumento de ação para gerar mudança. Através dos diversos atores foi aplicado um conjunto de metodologias e de ações de potencial transformativo, focado nas necessidades específicas da mulher rural para a construção da sua liberdade.

**As ações de Educação promovidas através do Programa AGIR II incluem-se num processo que deve ocorrer ao longo da vida da mulher rural e que aumenta o poder de argumentação, amplia a sua compreensão e desenvolve virtudes para alcançar a prosperidade e a paz, desenvolve a personalidade nas dimensões moral, mental e emocional, gera espírito de consciência social e mentalidade social.** Somamos que este conhecimento ajuda as pessoas rurais na promoção da sua aldeia, torna as mulheres

autossuficientes no campo económico e são facilitadoras do espírito criativo na tarefa de mudança social.

Com a **emancipação das qualidades humanas**, pela **seleção de conteúdos significativos, métodos de ensino e aprendizagem específicos**, aconteceu a humanização das próprias atividades da mulher rural e mesmo dos outros atores do espaço social se integrados nos processos educativos.

A EDS reconhece-se assim como o tema relevante para este estudo por combinar princípios, conhecimento, aptidões, perspetivas e valores ligados à sustentabilidade para a transformação pessoal e da sociedade, estímulo da aprendizagem e promoção de competências chave tais como o pensamento crítico e tomadas de decisão colaborativas entre as mulheres rurais. **Proporcionou enriquecimento pela aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para promover o DS, com base em estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural.**

Na atuação da Cooperação Sueca observou-se um importante papel para em Moçambique se desenhar e implementar a Meta 4.7 do ODS 4. Apesar de haver dados e práticas que mostram a implementação da EDS no país não há menção nem evidência da consciência de que a atuação no terreno está a ir por este caminho. A ausência identificada é a de que no espaço rural, localmente, devem-se identificar selecionar os assuntos que são relevantes localmente enquanto guia para os princípios da sustentabilidade para daqui se construir um quadro orientador e de Estratégia no país.

A Agenda 2030 e a Agenda 2063, sobre a importância de Moçambique monitorar o progresso da EDS, encorajam a criação de indicadores adaptados às condições nacionais e locais, que reflitam as prioridades específicas e integrem os Planos e Estratégias Nacionais. Esta é uma ausência e **os Ministérios devem trabalhar de forma concertada** nesta matéria, de elevada importância, presente e futura.

Não obstante este particular aspeto, no plano ideológico e de acordo o conjunto dos dados obtidos, identificámos um sistema de resultados positivos que mostram **a necessidade e importância da EDS na vida da mulher rural moçambicana já que a liberta e a empodera para desenvolver mais do que uma atividade reduzindo a sua vulnerabilidade, consciencializa-a em temas que favorecem a sua qualidade de vida**

seja em termos de nutrição, de rendimento familiar e empoderamento económico ou mesmo mudanças de comportamento face às situações que constroem a sua liberdade de ação.

As ações de Educação que identificámos formam um conjunto de **ações de potencial transformativo focado nas necessidades específicas da mulher rural, que contribuíram para a construção da sua liberdade, no respeito pelas características dos princípios bantu** nas qualidades éticas e valores fundamentais *ubuntu* enquanto alicerce para uma nova forma de justiça, fortemente enraizados na EDS.

A pessoa *ubuntu*, a nossa mulher rural *bantu*, é dotada da mais importante qualidade do humano, que é a qualidade ética que constitui o alicerce para a justiça restaurativa que foca nas iniquidades, nas desigualdades e na restauração das relações e dos valores humanos. Posto isto, se o *bantu* for educado, se a mulher *bantu* for educada, para o DS, tendo por base a sua aspiração de fortalecer a vida testa as suas possibilidades de desenvolvimento, usufrui de tudo o que a natureza lhe oferece incluindo o que possa ser potenciado pela mão da CD.

Posto isto, acrescentamos que **os valores fundamentais ubuntu integram a EDS**, nomeadamente o humanismo, a tolerância, a compreensão, paz e humanidade, a empatia, a simpatia, a ajuda mútua, a caridade e a amizade, a abertura e a atitude de ‘mão aberta’, o cometimento, a obediência, a ordem e a predisposição para cumprir normas sociais e, por fim, a coesão, a informalidade, o perdão e a espontaneidade.

Alavancada pela Cooperação Sueca assume importante papel a intervenção coletiva gerada, que constitui em si, também, mudança, a que se associa a Educação. Verificou-se **que o meio local é intervencionado a partir da própria mulher**, individual e coletivamente, na medida do que cada mulher passou a ter disponibilidade e interesse em construir a partir do que aprendeu. A partir das intervenções educativas gerou-se uma tomada de consciência e cada mulher ficou apta e desperta para a expansão e dinamização das suas próprias atividades, sobretudo no que toca a atividades de geração de rendimento.

A ação assumiu a forma coletiva, sendo corporizada por Associações e Movimentos de Mulheres, ligados às organizações do doador, que ajudaram a criar meios para combater os problemas das mulheres. A divulgação dos direitos da mulher associada a uma mobilização conjunta instrumentaliza a mudança a partir de temas como casos de violência doméstica, casamentos prematuros, aspetos culturais, acesso a bens e serviços

públicos e mesmo no que respeita à estruturação da vida individual da própria mulher rural. Estas Associações e Movimentos apresentam-se também como Organizações Parceiras do Programa AGIR II que criam exigências, não apenas no exercício da advocacia, mas também no educativo.

Esta ação coletiva, própria da filosofia *ubuntu* configurou **movimentos sociais a partir de grupos de mulheres organizadas, não institucionalizadas, que defendem e representam em juízo ético e moral**, uma mesma causa e advogam o conhecimento sobre direitos ou sobre a privação destes. Organizaram-se de forma a gerar transformação, pessoal, coletiva e a nível das estruturas, geraram uma rede reveladora de solidariedade entre mulheres que constrói respostas solidárias. Foi uma revelação que **as mulheres de base comunitária, rurais, que beneficiam dos processos educativos fazem parte destes Movimentos, criam comissões para mapear o perfil de outras mulheres necessitadas e organizam-se seja para obter produtos de primeira necessidade ou defender direitos.**

Esta organização e governação do movimento social e da própria Rede de mulheres gera um conhecimento, um modo de atuar com potencial de apropriação global. A mulher rural, consciente dos seus direitos, ouvida nas suas necessidades e participante ativa da estrutura social que integra e é construtora da solução para os seus problemas.

A comunidade que é intervencionada, no geral sente-se empoderada. O verbo sentir assume especial importância já que resulta de um sentimento comum, exprimido pela mulher rural participante deste estudo, sinónimo de realização. Quer dizer que **no aprender e nas ligações que se geram entre mulheres, nas alterações ligadas à forma de viver com a família, no acesso à terra para produzir alimentos e gerar o seu rendimento, sai uma cidadã que se posiciona como mulher**, no exercício dos seus direitos.

Nestes termos, **encontramos a mulher rural que teve acesso a ações educativas para o DS no exercício da liberdade para usufruir do tipo de vida que valoriza, centrada na perspetiva do desenvolvimento humano a ajudar as pessoas, tenha-se outras mulheres, a realizar uma vida boa e com valor, centrada em oportunidades na base da liberdade para se atingirem os fins que deseja.**

A mulher rural que vive na pobreza, que não tem acesso à saúde, a ler, a escrever, a emprego, aos direitos humanos, vive a falta de capacidades básicas não tendo

oportunidade de converter rendimento e outros bens primários em características de uma vida boa e no tipo de liberdade considerada valiosa para a vida humana vive a *capability deprivation* – privação de capacidades. Esta é uma realidade encontrada apesar do acesso à Educação e mesmo ainda persiste numa realidade de conhecimento ampliado.

Nestes elementos vemos **que a CD é potenciada se se faz a partir de cidadãos da sustentabilidade**, a partir de pessoas que têm certas competências-chave que lhes permitem e facilitam envolver construtiva e responsável com o mundo, tenha-se com o meio local. Nas ações educativas as mulheres adquiriram competências da sustentabilidade, habilidades para desenvolver soluções viáveis, inclusivas e equitativas, aprenderam a compreender e refletir em normas e valores, negociar valores, princípios e objetivos sustentáveis. Por conseguinte, a mulher rural moçambicana é cidadã da sustentabilidade.

Em termos **da perceção da mulher rural sobre toda a atuação do doador**, que constitui por si uma outra mudança, confirma-se que atribui importância a ter um parceiro que a apoie, num tipo de intervenção direcionada para os mais pobres e que abranja todas as mulheres. **As próprias mulheres manifestam a necessidade de dialogar, de reunir, para exporem aquilo em que necessitam de ajuda junto dos próprios interventores.** Esta é uma mudança ainda em curso, mas que se percebe encetada pela Cooperação Sueca em colaboração com as suas Intermediárias e Parceiras.

Assim, **o envolvimento dos destinatários ocupa um espaço primário pois ouvidos os atores sociais e a mulher rural é possível perceber o que é necessário para o DS inclusivo no meio rural.** A velha fórmula de apenas uma ida ao distrito e saber o que as mulheres rurais têm necessidade é criticada e não encontra espaço para o futuro da CD. **É necessário entender as necessidades diferenciadas da mulher rural e tem de ser o doador a proporcionar que as mulheres tomem pertença para gerar sustentabilidade.**

O sentimento de pertença gerou consciência nas intervenientes, **levou-as a questionar crenças, costumes ou outras tradições até porque o seu papel deixa de ser singular quando, uma mulher transmite informação sobre a sua mudança, sobre o que aconteceu, na sua família ativa a transformação de consciência noutras mulheres.** Este é um outro aspeto, outra mudança na intervenção direcionada e local que o Programa AGIR II ativou.

Aqui vemos uma **abordagem transversal da Educação** que torna claro que esta não é apenas um instrumento para o DS, mas um conceito de ensino e de aprendizagem que tem de ser usado para que sejam os indivíduos os agentes da mudança potenciando que o ser humano mulher rural atinja o seu máximo potencial a partir do desenvolvimento das suas capacidades. Esta **educação não formal torna-se então indispensável para a mudança de atitudes das pessoas, crítica para a aquisição de uma consciência ética, valores e atitudes, aptidões e um comportamento consistente com o que é o DS** e para a participação pública efetiva na tomada de decisão.

É importante notar que em termos de Governança, dizemos dos Instrumentos Nacionais, há toda uma construção que dá suporte a esta atuação e que, ao mesmo tempo, carece de mais atenção no sentido de potenciar resultados. Verifica-se **uma estrutura convergente, mas ainda com lacunas e que se percebem depois da tomada de contacto com a mulher rural**. O PQG objetiva melhorar as condições de vida do povo moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza e desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, segurança, harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os Moçambicanos. Anotamos que integra a referência à mulher, ainda que parca, e à Educação, mas **sem que exista uma clara especificação que abrace a mulher do meio rural**. Ainda assim, é interessante notar a presença dos três pilares de suporte do Plano na atuação do doador Sueco, sejam, consolidar o Estado de Direito Democrático, boa Governança e Descentralização; promover um Ambiente Macro-económico Equilibrado e Sustentável e o reforço da Cooperação Internacional que reforce e estimule a integração económica.

A Política de Género, particularmente importante em termos dos direitos da mulher, apesar de ainda persistirem desafios no que se refere a formação, acesso aos meios produtivos e ao financiamento, nos sistemas de valores, que limita os direitos das mulheres e diminui o espaço da sua participação. No entanto, **a consciência dos direitos e a maior sensibilidade às questões de género é resultado da influência do trabalho da sociedade civil e das contribuições dos parceiros da CD**. Destacamos a relevância do seu eixo 3 - Educação e formação no qual encontramos lacunas na referência à importância e papel da EDS, onde cabe a Educação não formal e vemos as OSC e a CD a atuar. Naturalmente, estes aspetos melhor concorrerem para o objetivo central do Plano Nacional para o Avanço da Mulher, em termos da emancipação e do empoderamento da mulher e a sua participação nas esferas económica, social e política do país tocando os

objetivos estratégicos dos direitos fundamentais da mulher - dignidade, participação, saúde, empoderamento, educação, equidade no acesso a recursos produtivos, acesso a fontes de energia.

Associam-se a estes instrumentos os Planos Estratégicos da Educação que integram a expansão dos programas de educação não formais concentrados na aquisição de habilidades para a vida reforçando a capacidade de uma mulher rural de intervir ativamente no percurso da sua vida pessoal e da sua família garantia da inclusão e da equidade enquanto contributo para a construção de cidadãos, as nossas mulheres rurais, com conhecimentos, habilidades, valores culturais, morais e cívicos capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade coesa e adaptada ao mundo em constante transformação. Igualmente se observa a atuação da Cooperação Sueca nestes instrumentos.

Em tudo isto é perceptível a intenção de beneficiar o cidadão, mas **os residentes do meio rural continuam marginalizados** para o que é necessário o reforço da mobilização e sensibilização das comunidades e parceiros para a sua participação dando resposta aos desafios atuais.

É preciso **questionar como é que todos estes instrumentos se articulam para que haja resultados que se façam sentir na vida da mulher rural** já que a qualidade das políticas influencia o efeito da Ajuda na pobreza, e, também o doador deve basear a sua atuação com base em estudos que os direcionem para a adequada forma de atuarem alguns sectores, como a Educação, com base em mecanismos de diálogo sobre as políticas sectoriais com a sociedade civil. Na perspetiva das *capabilities* exige-se um maior envolvimento público em torno dos temas que se colocam relevantes para a sociedade e para a própria mulher rural moçambicana.

Em **terceiro** lugar, e a finalizar a nossa estrutura com base nos nossos objetivos do trabalho, importa que haja um investimento sério em saber, com preciosismo, **como é que a CD pode ter um contributo potenciado e eficaz para a melhoria da condição de vida da mulher rural moçambicana**. Percebe-se das próprias mulheres rurais que é preciso **contextualizar a intervenção da Cooperação no espaço local e a partir das prioridades e dos problemas locais**, gerar ligação entre quem apoia e quem é apoiado, como já referimos. Naturalmente, este modo de atuar constitui uma agenda direcionada para as prioridades locais e para a mulher rural. Existem situações próprias de um

contexto e é preciso que sejam ser problematizadas as realidades e as fórmulas dos projetos, que não resolvem certos problemas de pobreza e de desigualdades.

Tem de haver **uma atuação** que vai além do apoio, direcionada para o reforço das capacidades da sociedade civil e da mulher rural **que aproxime os recursos aos grupos mais vulneráveis** facilitando o seu empoderamento e participação ativa no desenvolvimento do país. Este aspeto já é visível na atuação do Programa AGIR II, não integralmente, mas já afirma a mudança no modo de atuar.

Aos processos educativos em que a mulher é envolvida há um trabalho que requer continuidade e que faz parte da sustentabilidade da Cooperação e que tem de ser potenciado por uma Governação sustentável. **Os valores e a ordem moral, que se forma e reforça a partir da EDS, têm de ser parte integrante da estratégia de operacionalização da legislação de género e dos demais instrumentos para se fazer refletir ao nível da Governação local, distrital e provincial.**

Em resumo, são necessárias **intervenções bem direcionadas por parte da CD**, mas que sejam **suportadas por uma Governação direcionada para providenciar bens e serviços públicos adequados ao meio rural**. O desenvolvimento rural tem de ser um tema central e objeto de políticas e estratégias de intervenção próprias que passam não apenas pela produção de bens, mas, complementarmente, pelo desenvolvimento da consciência dos próprios atores por meio da EDS. Estes mesmos atores, colocados no meio rural, promovem desigualdade cultural e social dado fazerem prevalecer os seus interesses e o benefício para as suas famílias.

Portanto, é preciso potenciar a valorização da mulher rural moçambicana seja para os desafios sociais e culturais e mesmo para os decorrentes de mudanças climáticas, por exemplo, é preciso um esforço concertado para **preparar e construir capacidade que ajude a mitigar os desafios futuros sobre os quais há já conhecimento de certeza**. Em vista disso, a CD tem de desempenhar o crítico papel junto do Governo para ultrapassar o constrangimento da adequação dos financiamentos aos desafios únicos de Moçambique.

No futuro, **importa que se olhe para as realidades e para os recursos e que se viva o local da futura implementação de um projeto e se procure entender as mulheres rurais e saber delas como é que acham que sairiam da situação de fragilidade e que situação é essa**, permitindo assim que sejam elas a ter a ideia. Esta forma de atuar gera

representatividade e anula o sentimento de que os próprios não estão a tomar parte direta na ação e de que a suposta sustentabilidade é feita pelos estrangeiros.

Do ponto de vista social observa-se no doador a intenção de uma atuação alicerçada nas necessidades dos indivíduos e nas especificidades sociais e culturais do meio. **A alteração da narrativa da CD, no abandono de uma abordagem quantitavista,** constitui a efetiva mudança. Faz-se notar que a CD do futuro deve ter um conceito e ação agregados ao aumento da volatilidade global, da instabilidade económica e da incerteza como resultados da crescente escassez de recursos chave no Moçambique rural.

### 5.3 Conclusões

Nesta fase final do nosso trabalho é oportuno lembrar que o objetivo do estudo se focou em conhecer a atuação da CD no meio rural e na mulher rural moçambicana para identificar as mudanças que tiveram lugar na sua vida através de experiências educativas para o DS. O estudo criou a oportunidade de fazer uma construção de como é que a CD pode ter um contributo eficaz para a melhoria da condição de vida da mulher rural moçambicana e, conseqüentemente, do próprio meio rural.

Assim, o valor acrescentado desta pesquisa passou por ligar a CD e a EDS à mulher rural moçambicana observadas a partir de um doador único, a Cooperação Sueca tendo contribuído para (i) o enriquecimento do conhecimento sobre como a Cooperação influencia a condição de vida da mulher rural; (ii) para enriquecer com opções metodológicas adequadas o desenvolvimento do meio rural através da mulher rural tendo por base a EDS e (iii) para gerar reflexão sobre como influenciar a redução da pobreza e influenciar o DS através da Educação.

Os contributos dão uma **resposta positiva à questão de investigação e satisfazem os objetivos de investigação assim como geram considerações para o país aplicar a Meta 4.7 do ODS 4.** Em conclusão, a EDS apoia a construção de solução para os problemas da mulher rural e associa-se a **que os projetos futuros sejam da própria gestão das mulheres rurais**, para que o desenvolvimento de competências seja sinónimo de investimento em capital humano e se converta em capital económico. Complementarmente, contribuiu para que o ator da CD, que as OSC e o Governo sejam orientados por uma consciência social, que amplie o potencial de se gerar mudança em defesa das necessidades reais do país e do meio rural.

O conhecimento dos fatores que influenciam o espaço social e cultural moçambicano põe em evidência o que precisa ser corrigido. Percebeu-se que **a Educação compete favoravelmente com as características desfavoráveis do espaço sociocultural e coloca a mulher rural numa situação de vantagem.**

A posição da mulher moçambicana rural não parece ter melhorado significativamente na base das evidências do nosso estudo, da experiência de campo à recolha de dados esta percepção consolida-se. Apesar do avanço conseguido em termos de novos instrumentos legais ou da concretização dos objetivos dos Programas da Cooperação, os resultados não são os desejáveis. No entanto, há uma atuação que tem vindo a produzir mudança, de que a mulher tem vindo a beneficiar.

A atuação das Organizações de mulheres nos meios rurais é um elemento importante para este trabalho. Se por um lado há uma mulher rural não alfabetizada ou sem escolaridade, por outro ela tem capacidade para perceber e analisar os seus problemas e organizar-se para formular tomadas de posição sobre os assuntos da sua vida. Neste ponto específico, **a intervenção do doador sueco e da própria sociedade civil constitui um apoio meritório** pois conseguiu pegar no todo nacional, organizar e planear a sua atividade e colocar ação nas Organizações Parceiras, pequenas Organizações muitas vezes. Isto **gerou atuações locais, impulsionadas e geridas pelas próprias mulheres rurais que beneficiaram de metodologias específicas de atuação geradoras de conhecimento.**

Ao longo deste trabalho, desenvolvemos a tese que pretende sublinhar que **a EDS ao nível da comunidade gera mudanças** de comportamento e tem o potencial de contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento local e reduzir o nível de pobreza entre as mulheres rurais. O estudo aponta para o papel positivo da CD, mas sublinha que **a forma de intervir precisa ser melhorada** para o que é fundamental questionar as metodologias usadas e fazê-las contribuir para a melhoria da condição de vida da mulher rural. De um ponto de vista epistemológico e empírico, esta perspetiva analítica parte da informação que os entrevistados nos proporcionaram ancorando-se na **importância do espaço social e da atuação do Estado**, no que a EDS é o elemento para gerar mudança.

Apesar das mudanças identificadas pela própria mulher rural moçambicana, não confirmamos que tenham sido as OSC e as OP do Programa AGIR II a contribuir para políticas favoráveis aos pobres, que o Governo tenha passado a atuar de forma a produzir as mudanças políticas desejáveis ou que seja a CD que gera a mudança. Antes, são estes

atores a gerar movimento, mas, no final, é cada indivíduo que alavanca a mudança. Sendo identificável o **fortalecimento de capacidade nas mulheres** subentende-se a eficácia dos processos educativos promovidos. Tais processos geraram mudança social, comportamental e de participação. Ainda, foi possível perceber que a atuação do doador, em articulação com os demais atores da sociedade, não dispensa o estruturante papel da Governação.

Consideramos que o trabalho tem importante contributo não apenas para a atuação futura da Cooperação, mas para as linhas de ação que a Cooperação Sueca esteja a desenhar já que existe uma partilha vinda da própria mulher rural. Da mesma forma são elementos a considerar a ação coletiva e a geração de redes de ação cujo movimento é favorável à definição de objetivos e de metas pelo doador.

Em termos de limitações apontamos que o espaço-tempo não foi suficiente para estudar outras zonas do país, outros distritos e províncias, assim como outros doadores para exercer uma saudável e útil comparabilidade, a fim de conhecer se os problemas, as mudanças e as perceções são semelhantes. Em termos futuros coloca-se interessante aprofundar o trabalho com o estudo das dinâmicas locais das mulheres rurais e, mesmo, com projetos nacionais financiados pelo Governo moçambicano.

Consideramos que o Programa AGIR II foi desafiador por abordar o desenvolvimento numa abordagem aos direitos, mas que para se fazer sentir mais ao nível local teria de estruturar a sua atuação de forma a desencadear a atuação do próprio Governo a esse nível, local. Por outro lado, não conseguimos perceber da voz das mulheres rurais e dos entrevistados que exista um mecanismo concreto de influência do Programa no Governo. Apenas se percebe que a atuação dos OSC e das Parceiras do AGIR II, gera informação que apreendida pelas mulheres resulta numa atuação micro, que parte do indivíduo, e não de uma construção global do Programa.

Considera-se que a dependência financeira para a continuidade do DS e da EDS não é um aspeto ultrapassado com o Programa pelo que não fica claro se a sustentabilidade está assegurada, pois pela voz das mulheres rurais ainda existem muitas ausências. Dado que as mulheres rurais se manifestam em necessidade de ajuda contínua, não se percebe se recursos humanos e financeiros são suficientes e se foram adequadamente utilizados ou se manipulados com base num padrão antigo e generalizado sem uma nova abordagem.

Supõe-se, imperativo, que as modalidades de financiamento devem ser melhoradas, por forma a centrar a atuação na própria mulher.

Ainda, não se percebe das próprias mulheres que seja o AGIR II a interferir e a contribuir para a melhoria da sua condição de vida, não existe essa noção, mas sim a noção de alguém que ajuda e cria ação, sendo a imagem principal a de que são outras mulheres.

Não conseguimos identificar coordenação entre doador Sueco e outros doadores bilaterais ou multilaterais. Também, não foi possível tomar contato com os desafios futuros nem com as linhas orientadoras deixadas quando do encerramento do Programa AGIR II em 2020.

Consideramos que não existe uma sistematização simplificada de resultados nas avaliações a que tivemos acesso, informação apresentada de forma a que se pegue nela e se desenhe a próxima intervenção. No entanto, as ineficiências deste Programa podem ser usadas para criar um modelo ótimo de atuação já que se revelou melhor e mais próximo dos que precisam de ajuda. Isto associa-se à importância de definir objetivos mais simples de forma a permitir medir os resultados da EDS desencadeada pelo doador e das mudanças que gera na vida da mulher rural moçambicana.

Apesar do que ainda tem espaço para ser feito, **o Programa produziu efeitos para a mulher rural em termos dos seus objetivos, sejam o desenvolvimento de capacidades - entre as OSC moçambicanas - e o uso dessa competência e capacidade para cumprir os objetivos do desenvolvimento.** Concomitantemente, na sua teoria da mudança, consideramos que **apoiou e contribuiu para o fortalecimento da voz da sociedade civil, para a mobilização e capacitação de pessoas pobres e colocou-as a reivindicarem os seus direitos.**

Atendendo a que as Intermediárias OXFAM e We Effect têm a CD como um contributo para o fortalecimento da capacidade e do conhecimento dos cidadãos e da sociedade civil, como geradora de mudança social e comportamental, fomentadora da participação das mulheres, do exercício da cidadania em combate à violação de direitos e potenciadora de ações de advocacia para a igualdade de género, do aumento do rendimento das mulheres e do seu empoderamento por meio do controlo da terra – reconfirmamos os benefícios da atuação na vida da mulher rural moçambicana.

## Referências bibliográficas

- Afonso, M.M & Fernandes, A.P. (2005). ABCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento. (1ª ed.). Revista FORUM DC.
- Sendo uma revista, é necessário ter o volume e o número
- African union. (2016). Continental Education Strategy for Africa (CESA 16-25). African Union.
- Almeida, A.J. (Realizador). (2020). Deus Cérebro (EP1). [Television programme]. Nova Iorque, Los Angeles, São Francisco, Boston, Londres, Oxford, Julich, Genebra, Ilha de Skye, Barcelona, Lisboa: RTP2
- Aires, L. (2011). Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional.
- Allen, J. (2006). Rable-Rouses for Peace. The Authorized Biography of Desmond Tutu. South Africa
- AMI. (2021a). Universalizar a Saúde Materno-Infantil. AMI Notícias, 1(82), 4-5.
- AMI. (2021b). Mónica Ferro Diretora do Fundo das Nações Unidas para a População. AMI Notícias, 1(82), 6-9.
- AMI. (2021c). AMI Notícias, 1(82), 13.
- Amin, S., Arrighi, G., Baran, P. A., Bettelheim, C., Bukharin, N., Emmanuel, A., ... & South, G. Dependency theory.
- ANAMM. (2020). RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO: Avanços e Desafios de 16 Municípios de Moçambique.  
[https://gold.uclg.org/sites/default/files/mozambique\\_2020\\_portuguese.pdf](https://gold.uclg.org/sites/default/files/mozambique_2020_portuguese.pdf)
- Aristóteles. (2012). Ética a Nicómano. (4ª ed.). QUETZAL textos clássicos.
- Aristóteles (2001). A Política. S. Paulo: Martins Fontes, 187
- Aristóteles, 1989, 1.253b). - ARISTÓTELES. 1989. Política. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales
- Armiño, K. P. (1997). Guia de Reabilitação Pós-Guerra - o processo de Moçambique e a contribuição das ONG. Hegoa.
- Artur, Maria José. (2021, 17 de junho). Reforçando parcerias e promovendo diálogos para mudanças sustentáveis. [Conference Session]. Fórum Consultivo Anual do Programa 2021, Maputo. <https://www.facebook.com/agirmozambique/videos/186343233414474> [acedido a 17 de junho de 2021]
- Axelrod, R., & Hamilton, W. D. (1981). The evolution of cooperation. Science, 211(4489), 1390-1396.
- Bachelard, G. (2008). A poética do espaço. Martins Fontes.
- Bachelard, G. (1996). A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1938.
- Badie, B. & Hermet G. 2001. La Politique comparée. Paris: Armand Colin
- Baker, S. (2015). Sustainable development. Routledge.

- Bauman, Z., & Bauman, Z. (1993). Postmodern ethics.
- Bartenev, V. e Glazunova, E. (2013). International Development Cooperation: set of lectures. The World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/13228>
- Beauchamp, T. L., & Childress, J. F. (2001). Principles of biomedical ethics. Oxford University Press.
- Bell, J. (1997). Como realizar um projeto de investigação. (1ª ed.). Gradiva.
- Bento, P., Jacquinet, M., & Albuquerque, R. (2018). How Social Entrepreneurship Promotes Sustainable Development with Some Examples
- Bierschenk, T. (1998). Les pouvoirs au village: le Bénin rural entre démocratisation et décentralisation. Karthala.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora
- Bourdieu, P. (1989). Social Space and Symbolic Power. *Sociological Theory*, 7(1), 14–25. <https://doi.org/10.2307202060>
- Bourdieu, P. (1984). Espace social et genèse des "classes". *Actes de la recherche en sciences sociales*, 52(1), 3-14.
- Bourdieu, P., & Bourdieu, P. (1983). Campo del poder y campo intelectual. *Folios*.
- Vroodryk, j. (2002). Ubuntu. Life lessons from Africa. Ubuntu School of Philosophy. Pretoria.
- Canhanga, N.J. (sd). Os Desafios da Descentralização e a Dinâmica da Planificação Participativa na Configuração de Agendas Políticas Locais. In Brito et al (Eds), Cidadania e Governação em Moçambique - Comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (pp. 90-117). IESE.
- Cardoso, F. (2020). Sobre a Pandemia, a Cooperação para o Desenvolvimento e as Relações Europa-África. Publicações IMVF
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). Metodologia da Investigação Guia para a Auto-Aprendizagem. (2 ed.). Universidade Aberta.
- Carothers, T. (2002). The end of the Transition Paradigm. *Journal of Democracy*, 13 (1), 5-21
- Castiano, J.P. (2010). Referenciais da Filosofia Africana - Em busca da Intersubjectivação. (1ª ed.). Ndjira.
- Castro, F. (1947). A Lã e a Neve, Guimarães Editores
- Chambers, R. (1983). Rural development putting the last first. Harlow Prentice Hall
- Chevalier, J. 2003. La gouvernance, un nouveau paradigme étatique?. *Revue française d'administration publique*, 1-2 (105-106), 203-217
- Chichilnisky, G. (1997). What is sustainable development?. *Land Economics*, 467-491.
- Chiziane, P. (2014). Balada de Amor ao Vento. (6 ed.). Ndjira.

- CIP, Moçambique et al. (2016). Os Custos da Corrupção para a Economia Moçambicana: Os Custos da Corrupção para a Economia Moçambicana. [https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/CIP-Custos\\_da\\_Corruptcao.pdf](https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/CIP-Custos_da_Corruptcao.pdf)
- Collier, P., 2009. Dead Aid, By Dambisa Moyo: Time to turn off the aid tap? The Independent.
- Collier, P & Dollar, D. (2002). Aid Allocation and Poverty Reduction. *European Economic Review*, 1(46), 1475-1500.
- Cong, Lúcia. (2021, 17 de junho). Fórum Consultivo Anula do Programa 2021- Reforçando parcerias e promovendo diálogos para mudanças sustentáveis. <https://www.facebook.com/agirmozambique/videos/186343233414474> [acedido a 17 de junho de 2021]
- Conselho Europeu. (c2021). Acordo de Cotonu. Conselho da União Europeia. <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/cotonou-agreement/>; <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/TXT/?uri=LEGISSUM:r12101>
- Conselho de Ministros. (2010). Boletim da República. 4º Suplemento, 1ª série, nº 34, Resolução 34/2010. Imprensa Nacional de Moçambique.
- Couto, M. (2010). Terra Sonâmbula. (7ª ed.). Ndjira.
- Couto, M. (2010a). A varanda do Grangipani. (7 ed.). Ndjira.
- Couto, M. (2008). Vozes Anoitecidas. Ndjira.
- Daly, H.E. (1991). Operational Principles for Sustainable Development. *Earth Ethics*, 1(2), 6-8.
- Darwin, C. (1871). *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex*. John Murray, London.
- Davies, W. (2016). *The limits of neoliberalism: Authority, sovereignty and the logic of competition*. Sage.
- Denzin, N. (1984). *The research act*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Degnbol-Martinussen, J., & Engberg-Pedersen, P. (2003). *Aid: understanding international development cooperation*. Zed Books.
- Devi, A.H. (c2021). Gandhi's concept of education and its ethical perspectives for the development of peace. Welcome to the Complete Site on Mahatma Gandhi. [https://www.mkgandhi.org/articles/g\\_edu.htm](https://www.mkgandhi.org/articles/g_edu.htm)
- DGPJ. (c2021). *Cooperação Internacional*. Direção-Geral da Política de Justiça. <https://dgpj.justica.gov.pt/Relacoes-Internacionais/Cooperacao-internacional>
- DSA. (c2021). Can there be a moral vision for international development in a time of populism?. Development Studies Association. <https://nomadit.co.uk/conference/dsa2018/paper/43270>
- EC. (c2021a). Mozambique. European Commission. [https://ec.europa.eu/international-partnerships/where-we-work/mozambique\\_en](https://ec.europa.eu/international-partnerships/where-we-work/mozambique_en)
- EC. (c2021b). Funding. European Commission. [https://ec.europa.eu/international-partnerships/funding\\_en](https://ec.europa.eu/international-partnerships/funding_en)

- EEAS. (c2021a). Equipe de imprensa e informação da Delegação da UE na República de Moçambique. Delegação da União Europeia na República de Moçambique. [https://eeas.europa.eu/delegations/mozambique/7554/sobre-delega%C3%A7%C3%A3o-da-uni%C3%A3o-europeia-em-mo%C3%A7ambique\\_pt](https://eeas.europa.eu/delegations/mozambique/7554/sobre-delega%C3%A7%C3%A3o-da-uni%C3%A3o-europeia-em-mo%C3%A7ambique_pt)
- EEAS. (c2021b). Moçambique Projetos. EEAS 10 2011-2021. European Union External Action Service. [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/search/site/\\_pt?f%5B0%5D=sm\\_specific\\_content\\_type%3Aeeas\\_project%3Aall&f%5B1%5D=im\\_field\\_regions%3A111](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/search/site/_pt?f%5B0%5D=sm_specific_content_type%3Aeeas_project%3Aall&f%5B1%5D=im_field_regions%3A111)
- Embassy of Sweden in Maputo. (2019). Mozambique Multidimensional Poverty Analysis - status and trends. Embassy of Sweden in Maputo.
- Easterly, W., 2006. *The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done so Much Ill and So Little Good* 1<sup>a</sup> ed., Oxford: Oxford University Press.
- Esteves, P., & Assunção, M. (2014). South–South cooperation and the international development battlefield between the OECD and the UN. *Third World Quarterly*, 35(10), 1775-1790.
- Ferreira, M. A. (2005). Sir Karl Popper e o darwinismo. *Scientiae Studia*, 3(2), 313-322.
- Feagin, J., Orum, A., & Sjoberg, G. (Eds.). (1991). *A case for case study*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press.
- Forquilha, S.C. (sd). “Remendo Novo em Pano Velho”: O Impacto das Reformas de Descentralização no Processo de Governação Local em Moçambique. In Brito et al (Eds.), *Cidadania e Governação em Moçambique - Comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos* (pp. 71-87). IESE.
- IIAG. (2019). Mozambique. Ibrahim Index of African Governance. <https://iiag.online/locations/mz.html?meas=GOVERNANCE&loc=MZ>
- IISD. (n.d.). What is sustainable development? [Web page]. Retrieved November 13, 2015, from <https://www.iisd.org/sd/>
- IPAD. (2005). Glossário da cooperação para o desenvolvimento. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.
- Ingram, H., & Fiederlein, S. (1988). Traversing Boundaries: A Public Policy Approach to the Analysis of Foreign Policy. *The Western Political Quarterly*, 41(4), 725-745. <https://doi.org/10.2307/448491>
- Lalanda, P. (1998). Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise social*, 871-883.
- Lave, R., Mirowski, P., & Randalls, S. (2010). Introduction: STS and Neoliberal Science. *Social Studies of Science*, 40(5), 659–675. <https://doi.org/10.1177/0306312710378549>
- Leonard, K. M., Cosans, C., Pakdil, F., & Collaborator, C. (2012). Cooperation across cultures: An examination of the concept in 16 countries. *International Journal of Intercultural Relations*, 36(2), 238-247.
- Ludvik, M.B & Eberhart, T.L. (2018). How Mindful Compassion Practices can Cultivate Social and Emotional Learning. [https://d1c337161ud3pr.cloudfront.net/files%2Ff1d151fa-e993-4e81-a6e6-221a47e4bbb6\\_Mindfulness%20Compassion26112018.pdf](https://d1c337161ud3pr.cloudfront.net/files%2Ff1d151fa-e993-4e81-a6e6-221a47e4bbb6_Mindfulness%20Compassion26112018.pdf)

- Fearon, J. D. (1998). Bargaining, enforcement, and international cooperation. *International Organization*, 52(2), 269-305.
- Feijó, J. (2015). Orientações culturais e recursos de poder-Relações laborais em Maputo. (1ª ed.). Alcance Editores.
- Ferraz, B., & Munslow, B. (Eds.). (2000). *Sustainable development in Mozambique*. Africa World Press.
- Ferguson, J. (2009). The Uses of Neoliberalism. *Antipode*, 41(1), 166–184.  
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-8330.2009.00721.x>
- Francisco, A. (2012). Por que existe o PARP em Moçambique?. *Semanário Canal de Moçambique*, 1(1), 16-18.
- G-77. (c2021). About the Group of 77. The Group of 77 at the United Nations.  
<https://www.g77.org/doc/>
- Galvão, Pedro. (2015). Utilitarismo. In Rosas, João Cardoso (Org.). *Manual de Filosofia Política*. (2ª ed.). Almedina
- Gandhi, M.K. (1938). *Hind Swaraj*. Jitendra T Desai.
- Geldenhuis, D. J. (2015). Social constructionism and relational practices as a paradigm for organisational psychology in the South African context. *SA Journal of Industrial Psychology*, 41(1), 1-10.
- Governo da província de Inhambane. (c2021). A Província. Governo da Província de Inhambane. <https://www.inhambane.gov.mz/por/A-Provincia>
- Governo da província de Inhambane. (c2021a). Geografia. Governo da Província de Inhambane. <https://www.inhambane.gov.mz/por/A-Provincia/Geografia>
- Governo da província de Inhambane. (2017). Zavala. Governo da Província de Inhambane. <https://www.inhambane.gov.mz/por/A-Provincia/Perfil-dos-Distritos/Zavala>
- Governo da província de gaza. (2021, 29 de janeiro). Muzingane Matchelene. [Weblog].  
<https://muzinganerural.blogspot.com/2021/01/muzingane-matchelene-privacidade.html>
- Governo da província de Sofala. (c2021). Geografia. Governo da Província de Sofala.  
<https://www.sofala.gov.mz/por/A-Provincia/Geografia/Geografia>
- Governo da província de Sofala. (c2021a). Características do Distrito de Búzi e Divisão Administrativa. Governo da Província de Sofala. <https://www.sofala.gov.mz/por/Ver-Meu-Distrito/Buzi/O-Distrito/CARACTERISTICAS-DO-DISTRITO-DE-BUZI-E-DIVISAO-ADMINISTRATIVA>
- Governo de Moçambique. (2006). *Constituição da República de Moçambique e Legislação Constitucional*. (1 ed.). Almedina.
- Gore, C. (2000). The rise and fall of the Washington Consensus as a paradigm for developing countries. *World Development*, 28(5), 789-804.
- Gore, C. (2013). The new development cooperation landscape actors, approaches, architecture. *Journal of International Development*, 25(6)
- Governo de Portugal. (2006). *Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa*. IPAD-MNE.

- Governo de Moçambique. (2018). Política de Género e Estratégia da sua Implementação. República de Moçambique
- Griffin, D. E. (1995). Socrates' Poverty: Virtue and Money in Plato's Apology of Socrates. *Ancient Philosophy*, 15(1), 1-16.
- Grimm, S., Humphrey, J., Lundsgaarde, E., & de Sousa, S. L. J. (2009). European development cooperation to 2020 challenges by new actors in international development. Bonn European Association of Development Research and Training Institutes (EDC 2020 Working Paper 4).
- Haerpfer, C., Inglehart, R., Moreno, A., Welzel, C., Kizilova, K., Diez-Medrano J., M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen et al. (eds.). 2020. World Values Survey: Round Seven - Country-Pooled Datafile. Madrid, Spain & Vienna, Austria: JD Systems Institute & WWSA Secretariat. doi.org/10.14281/18241.1
- Hahnemann, S. (1921). *Organon of Medicine*. (6th ed.). Jain Publishers (P) Ltd. P. 121-123
- Hahn, Elizabeth. "The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time by Jeffrey Sachs Penguin Press, 2005." *Sustainable Development Law & Policy*, Fall 2005, 69-70
- Hansine, R.; Arnaldo, Carlos, "Natureza demográfica e consequências do crescimento urbano em Moçambique", in: Conferência Desafios para Moçambique: dez anos pensando no país, 19-20 de Setembro de 2019, Maputo: IESE apud Siúta 2019
- Hancock, G.R.A.H.A.M. (1989). *Lords of Poverty*. Mandarin Paperbacks.
- Hartlief et al.. (2018). Assegurar os direitos da mulher à terra para o impacto real em Moçambique. *Land Governance for Equitable and Sustainable Development*, 1(2), 1-9.
- Harve, D. (1994). The social construction of space and time: a relational theory. *Geographical review of Japan, Series B.*, 67(2), 126-135.
- Harvey, D. (2005). *O neoliberalismo: história e implicações*. Loyola.
- Haslam, P. A., Schafer, J., & Beaudet, P. (2009). *Introduction to international development: approaches, actors, and issues*. Don Mills: Oxford University Press.
- Hawamdeh, A. (2018). *Learning from Complexity: Enabling Governance Frameworks*
- Heath, E. (1981). North-south: A programme for survival. *The Geographical Journal*, 147(3), 298-306.
- Hopkins, C., & McKeown, R. (2002). Education for sustainable development: an international perspective. *Education and sustainability: Responding to the global challenge*, 13, 13-24.
- Honwana, A. (1998). Sealing the Past, Facing the Future: Trauma Healing in Rural Mozambique. *Accord: An International Review of Peace Initiatives*, 1(3), 75-81. [https://rc-services-assets.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/The Mozambican Peace Process in Perspective Accord Issue 3.pdf](https://rc-services-assets.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/The_Mozambican_Peace_Process_in_Perspective_Accord_Issue_3.pdf)
- Horodecki, R., Horodecki, P., Horodecki, M., & Horodecki, K. (2009). Quantum entanglement. *Reviews of modern physics*, 81(2), 865.
- Hughes, G. J. (2001). *Routledge philosophy guidebook to Aristotle on ethics*. Psychology Press.

- Inglehart, R., C. Haerpfer, A. Moreno, C. Welzel, K. Kizilova, J. Diez-Medrano, M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen et al. (eds.). 2014. World Values Survey: Round Six - Country-Pooled Datafile Version: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp> . Madrid: JD Systems Institute.
- IMF. (2014). Republic of Mozambique Poverty Reduction Paper - Progress Report. (14/147 ed.). <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2014/cr14147.pdf>
- James, B.Q. (2002). The Brandt Equation. Brandt21Forum. <https://www.brandt21forum.info/BrandtEquation-19Sept04.pdf>
- Jemuce, C. L., (2015). Lógica e Dinâmica da Eficácia de Ajuda Externa ao Desenvolvimento de Moçambique: uma abordagem baseada na Declaração de Paris. (Dissertação de mestrado). Universidade Eduardo Mondlane.
- Galtung, .Johan. (1969). Violence, Peace, and Peace Research. Journal of Peace Research, 6(3), 167-191.
- Leicht, A., Heiss, J., & Byun, W. J. (2018). Issues and trends in education for sustainable development (Vol. 5). UNESCO publishing.
- Leonard, K. M., Cosans, C., Pakdil, F., & Collaborator, C. (2012). Cooperation across cultures an examination of the concept in 16 countries.
- Livanigo. (2021). Home. <http://livanigo.co.mz/>
- Livanigo. (2021a). Formação é crucial na indução da mulher rural à protecção do ambiente. <http://livanigo.co.mz/https://www.facebook.com/Livanigo-595787387175770/>
- Livanigo. (2021b). As lâmpadas que poupam tempo e dinheiro em Pessene. [https://livanigo.co.mz/2021/08/27/as-lampadas-que-poupam-tempo-e-dinheiro-em-pessene/?fbclid=IwAR0oNzfMz3o0WpS6Uv-uTKj\\_T1BSHXXi1woWWWjBfrnqQPyVwZyC9g0XQkY](https://livanigo.co.mz/2021/08/27/as-lampadas-que-poupam-tempo-e-dinheiro-em-pessene/?fbclid=IwAR0oNzfMz3o0WpS6Uv-uTKj_T1BSHXXi1woWWWjBfrnqQPyVwZyC9g0XQkY)
- Livanigo. (2021f). Livanigo apoia mulheres e raparigas afectadas por conflito armado na província de Gaza através de acções que visam o seu empoderamento económico. <http://livanigo.co.mz/2021/10/13/livanigo-apoia-mulheres-e-raparigas-afectadas-por-conflito-armado-na-provincia-de-gaza-atraves-de-accoes-que-visam-o-seu-empoderamento-economico/>
- Lopes, M. A. (2004). Uma história da idéia de utopia: o real e o imaginário no pensamento político de Thomas Morus. História: Questões & Debates, 40(1).
- Löw, M. (2006). The social construction of space and gender. European Journal of Women's Studies, 13(2), 119-133.
- Kant, I. (1797). A Metafísica dos Costumes. (3ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kant, I. (1781). A Crítica da Razão Pura. (9ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Karnad, A. (1996). Business and Ethics. <https://www.mkgandhi.org/ebks/business-and-ethics.pdf>
- Keohane, R. O. (2005). After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy. Princeton university press.

- Keynes, J. M. (2018). *The general theory of employment, interest, and money*. Springer.
- Keynes, J. M., Moggridge, D. E., & Johnson, E. S. (1971). *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. (Vol. 30), 1971-1989. Macmillan.
- M., & Volcker, P. A. (1920). *The economic consequences of the peace*. (Vol. 178). Macmillan.
- KMK & BMZ. (2016). *Curriculum Framework Education for Sustainable Development*. Jörg Peter Müller.
- Kumar, R. (c2021a). Gandhi on Value Education. Welcome to the Complete Site on Mahatma Gandhi. [https://www.mkgandhi.org/articles/value\\_edn.htm](https://www.mkgandhi.org/articles/value_edn.htm)
- Kumar, R. (c2021). Education and Peace. Welcome to the Complete Site on Mahatma Gandhi. [https://www.mkgandhi.org/articles/edu\\_peace.html](https://www.mkgandhi.org/articles/edu_peace.html)
- Krishnamurti, J. (2019). *Sobre la educación*. Editorial Kairós.
- Krishnamurti, 1989. *Comentários Sobre o Viver*, Editora Cultrix, São Paulo
- Krueger, A. (1995). *Economic Development and Cultural Change*, 43(3), 671-673. <http://www.jstor.org/stable/1154247>
- Macamo, E. (2002). *A Transição Política em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos .
- Manning, R. (2008). *Development Co-operation Report 2007*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/dcr-2007-en> .
- Martin, C. S. (2015). Equity, besides: Adam Smith and the utility of poverty. *Journal of the History of Economic Thought*, 37(4), 559-581. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1053837215000474>
- Marshall, A. “Principles of Economics”, p3, eighth edition, 1925.
- Mason, M. (2009). Making educational development and change sustainable: Insights from complexity theory. *International Journal of Educational Development*, 29(2), 117-124.
- Mazula, J. (2016). *Lago Niassa, Mar de Água Doce*. (1ª ed.). Texto Editores.
- MEC. (c2021). *Cooperação Internacional*. SGEC. <https://www.sec-geral.mec.pt/pt-pt/pagina/cooperacao-internacional>
- Mesbahi, M. S. (2006, January 02). *The Brandt Report*. [Conference sessiona]. Share the World’s Resources. <https://www.sharing.org/information-centre/articles/brandt-report>
- MINEC. (2021). *Parceiros de Cooperação*. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. <http://www.minec.gov.mz/index.php/politica-externa/parcerias-de-cooperacao>
- Mirowski, P., & Plehwe, D. (Eds.). (2015). *The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective, with a new preface*. Harvard University Press.
- Mises, L. von, 2010c. *Uma Crítica ao Intervencionismo* 2a ed., São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Mishra, C. R. (2015). *Gandhian Economic Model as an Alternative*. *Gram Swaraj Decentralisation*, 27.

- UNESCO. (2021). Rethinking Learning. Mahatma Gandhi Institute of Education for Peace and Sustainable Development. <https://mgiep.unesco.org/>
- MNE. (c2021). Agenda 2030. Portal Diplomático. <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-multilaterais/agenda-2030>
- Merrill, R. & Bourdeau, V. (2015). Republicanismo. In Rosas, João Cardoso (Org.). Manual de Filosofia Política. (2ª Ed). Almedina
- Minsky, H. P. (1977). The financial instability hypothesis: An interpretation of Keynes and an alternative to “standard” theory. *Challenge*, 20(1), 20-27.
- Minsky, H. P. (1976). John Maynard Keynes. Springer.
- Mo Ibrahim Foundation. (c2021). Ibrahim Index of African Governance. Mo Ibrahim Foundation. <https://mo.ibrahim.foundation/iiag>
- Mo Ibrahim Foundation. (2020). 2020 Ibrahim Index of African Governance - Index Report. (1 ed.). <https://mo.ibrahim.foundation/sites/default/files/2020-11/2020-index-report.pdf>
- Morais, Ricardo Alexandre - Scientific method. In MILLS, Albert J.; Durepos, Gabrielle; Wiebe, Elden (Eds.) - Encyclopedia of Case Study Research. California: Sage Publications, 2010. ISBN 978-1-4129-5670-3. Vol. 2, p. 840-842
- Moyo, D., 2010. Dead Aid: Why aid is not working and how there is another way for Africa, New York: Penguin Books
- Muhammad, Y. (2007). O Banqueiro dos Pobres. DIFEL.
- Nhantumbo, I., Norfolk, S., & Pereira, J. C. (2003). Community Based Natural Resources Management in Mozambique: A Theoretical Or Practical Strategy for Local Sustainable Development?: the Case Study of Derre Forest Reserve. Sustainable livelihoods in Southern Africa Programme, Environment Group, Institute of Development Studies, University of Sussex.
- Nações Unidas. (c2020). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas - Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Nações Unidas Moçambique. (c2021). Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique. Nações Unidas Moçambique. <https://mozambique.un.org/pt/sdgs>
- Ngoenha, Severino. (2021, 20 de novembro). O imperativo da desmosacanaização. [Weblog]. [https://www.severinongoenha.com/artigos/o-imperativo-da-desmosacanaizao?mc\\_cid=c13f59bf05&mc\\_eid=d978277399](https://www.severinongoenha.com/artigos/o-imperativo-da-desmosacanaizao?mc_cid=c13f59bf05&mc_eid=d978277399)
- Ngoenha, S. E. (1993). Filosofia Africana. Das Independências às Liberdades. Edições Paulinas, África. Maputo.
- Noronha, R. (2006). Ao mata-bicho. Texto Editores.
- Nowak, M. A. (2012). Evolving cooperation. *Journal of theoretical biology*, 299(0), 1-8.
- Nowak, M. A. (2006). Evolutionary dynamics. Harvard University Press
- Nuvunga, Adriano. (2021, 30 de junho). A Pandemia da Dívida. ACEP [assistido online]

- OHCHR. (c2021). Human Rights Indicators. United Nations Human Rights Office of the High Commissioner.  
<https://www.ohchr.org/en/issues/indicators/pages/hrindicatorsindex.aspx>
- OHCHR. (c2021a). SDG indicators. United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Indicators/Pages/SDGindicators.aspx>
- OSCE. (c2021). Education. Organization for Security and Co-operation in Europe.  
<https://www.osce.org/education>
- OXFAM. (2018). AGIR AC Sub-Programme Triennial Report 2015-2017. OXFAM.
- OXFAM. (2019). Programme Document- For the Program of Action for an Inclusive and Responsible Governance (AGIR II) In Mozambique 2015-2020. OXFAM.
- Parpat, J. (2005). «Lessons from the Field: Rethinking Empowerment, Gender and Development in a Post (Post?) Development Perspective». Em *Feminist Post Development Thought: Rethinking Modernity, Post Colonialism and Representation*. Zubaan.
- Plehwe, D., Walpen, B. J., & Neunhöffer, G. (Eds.). (2007). *Neoliberal hegemony: A global critique*. Routledge
- Prabhath, S.V. (2011). Role of education and culture in rural development. NCRI Newsletter, 2(4), sp. [https://www.mk gandhi.org/articles/role\\_edu.htm](https://www.mk gandhi.org/articles/role_edu.htm)
- Proença, C. S., & Santos, T. (2012). Os paradigmas de conhecimento sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento e a evolução do papel da sociedade civil em Portugal.
- Quilligan, J.B. (c2002). *The Brandt Equation - 21st Century Blueprint for the New Global Economy*. (1st ed.). Brandt 21 Forum.
- Quivy, R. e C. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva
- Ramos, B.O. (2006). *A Cooperação Internacional e os Debates Teóricos: Um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília.
- Rankin, K. N. (2002). Social capital, microfinance, and the politics of development. *Feminist economics*, 8(1), 1-24.
- República portuguesa. (2019). Agenda 2030. Portal Diplomático Negócios Estrangeiros.  
<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-multilaterais/agenda-2030>
- República de Moçambique. (2020). Relatório da Revisão Nacional Voluntária de Moçambique da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. República de Moçambique.
- República de Moçambique. (2019). Balanço dos 4 anos do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Governo de Moçambique.
- República de Moçambique. (2015). Proposta do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Governo de Moçambique.
- República de Moçambique. (2011). Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014. Governo de Moçambique.

- República de Moçambique. (2006). Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II). Governo de Moçambique.
- República de Moçambique. (2004). Constituição da República de Moçambique. (1 ed.). Plural Editores Moçambique.
- Resolução n.º 21/2019 IV Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher 2018 – 2024. (2019). Boletim da República nº 77, Série I de 2019-04-22.
- Rieckmann, M. (2017). Education for sustainable development goals: Learning objectives. Unesco Publishing.
- Ridley, M. (2009). Evolução. Artmed Editora
- Rychen, D. S., & Salganik, L. H. (Eds.). (2003). Key competencies for a successful life and well-functioning society. Hogrefe Publishing
- Robeyns, I.N.G.R.I.D. (2005). The Capability Approach: a theoretical survey. *Journal of Human Development*, 6(1), 93-114.
- Rosas, J. C. (2015). Liberalismo Igualitário. In Rosas, João Cardoso (Org.). *Manual de Filosofia Política*. (2ª Ed). Almedina
- Rosa, I. (2015). Emerging Countries, Fading Dichotomy in Development Cooperation?. (1ª ed.). Instituto Diplomático.
- Sachs, J. D. (2005). Can extreme poverty be eliminated?. *Scientific American*, 293(3), 56-65.
- Sachs, J., McArthur, J. W., Schmidt-Traub, G., Kruk, M., Bahadur, C., Faye, M., & McCord, G. (2004). Ending Africa's poverty trap. *Brookings papers on economic activity*, 2004(1), 117-240.
- Sangreman, C. (2009). A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa.
- Santos, M. (1985). Espaço e método (Vol. 3). São Paulo: Nobel.
- Sen, A. (2009). A Ideia de Justiça. Almedina.
- Sen, A. (1985). A sociological approach to the measurement of poverty: a reply to Professor Peter Townsend. *Oxford Economic Papers*, 37(4), 669-676.
- Shenga, C. & Mattes, R. (sd). "Cidadania Acrítica" Numa Sociedade de "Baixa Informação": Os Moçambicanos numa Perspetiva Comparativa. In Brito et al (Eds), *Cidadania e Governação em Moçambique - Comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos* (pp. 119-169). IESE.
- Sianes, A. (2017). Shedding Light On Policy Coherence for Development: A Conceptual Framework: Shedding light on Policy Coherence for Development. *Journal of International Development*, 29(1), 134–146. <https://doi.org/10.1002/jid.2977>
- Silva, C. da. (1981). *Dos Meninos da Malanga*. (1ª ed.). Alcance Editores.
- Simione, S. (2021, 17 de junho). Fórum Consultivo Anual do Programa 2021- Reforçando parcerias e promovendo diálogos para mudanças sustentáveis. <https://www.facebook.com/agirmozambique/videos/186343233414474> [acedido a 17 de junho de 2021]

- Siúta, Moisés, “Protecção Social e poupança em 10 edições do Desafios para Moçambique”, in Conferência Desafios para Moçambique: dez anos pensando no país, 19-20 de Setembro de 2019, Maputo: IESE.
- Siúta, M. 2019, Principais desafios da protecção social em Moçambique in IDEIAS (Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social), 25 de Novembro 2019, Maputo, IESE [http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/11/Ideias-118\\_MS.pdf](http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/11/Ideias-118_MS.pdf)
- Smith, T. E., Roland, C. C., Havens, M. D., & Hoyt, J. A. (1992). The theory and practice of challenge education. Kendall/Hunt Publishing Co., 2460 Kerper Blvd., Dubuque, IA 52001.
- SOS Children’s Village. (c2020). Poverty in Africa. SOS Children Villages. <https://www.sos-usa.org/about-us/where-we-work/africa/poverty-in-africa>
- Stake, R. (1995). The art of case research. Newbury Park, CA: Sage Publications
- Stigler, G. J. (1983). Nobel lecture: The process and progress of economics. Journal of Political Economy, 91(4), 529-545.
- SWI. (2015, 15 de janeiro). Importância dos curandeiros em Moçambique. SWI swissinfo.ch. <https://www.swissinfo.ch/por/import%C3%A2ncia-dos-curandeiros-em-mo%C3%A7ambique/41217184>
- Tempels, P. (1959). Bantu Philosophy. Paris Presence Africaine.
- Thomas, Pogge. (2006). World Poverty and Human Rights. Ethics & International Affairs, 19(1), 1-7.
- Tuan, Y. F. (2013). Espaço e lugar: A perspectiva da experiência. SciELO-EDUEL.
- Yin, R. K. (2011). Applications of case study research. Sage.
- Yin, R. (1989). Case study research: Design and methods (Rev. ed.). Newbury Park, CA: Sage Publishing
- Yukteswar, S.S. (c2011). A Ciência Sagrada. Self-Realization Fellowship
- UNCTAD. (c2021). History. About UNCTAD. <https://unctad.org/about/history>
- UNDP. (2020). Human Development Reports. United Nations Development Programme. <https://hdr.undp.org/en/composite/Dashboard3>
- UNESCO. (c2021). Global citizenship education. GCED. <https://en.unesco.org/themes/gced>
- UNESCO. (2017). SDG 4 Mozambique - Country Profile. UNESCO Institute for Statistics.
- UNESCO. (2017). Education for sustainable development goals: Learning objectives. Division for Inclusion, Peace and Sustainable Development, Education Sector.
- UNESCO. (2017b). Metadata for the global and thematic indicators for the follow-up and review of SDG 4 and Education 2030. UNESCO Institute for Statistics.
- UNESCO. (2015). Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. UNESCO.
- UNESCO. (2012). Education for Sustainable Development. Sourcebook. Education Sector.

- UNESCO. (2006). Section for Education for Sustainable Development. Education for Sustainable Development Toolkit.
- UNDP. (2021). Human Development Index. United Nations Development Programme. <https://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>
- UNFPA. (2021). Igualdade de Género. <https://mozambique.unfpa.org/pt/topics/igualdade-de-g%C3%A9nero>
- United Nations. (c2021). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. United Nations - System Staff College. [https://sdghelpdesk.unescap.org/sites/default/files/2018-03/portuguese\\_2030\\_agenda\\_for\\_sustainable\\_development\\_-\\_kcsd\\_primer.pdf](https://sdghelpdesk.unescap.org/sites/default/files/2018-03/portuguese_2030_agenda_for_sustainable_development_-_kcsd_primer.pdf)
- United Nations. (c2021a). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Sustainable Development. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- United Nations. (c2021b). Human Rights Education and Training. United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner. <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Education/Training/Pages/HREducationTrainingIndex.aspx>
- United Nations. (c2021c). World Programme for Human Rights Education (2005-ongoing). United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner. <https://www.ohchr.org/en/issues/education/training/pages/programme.aspx>
- UNGC. (c2021). A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. United Nations Global Compact. <https://globalcompact.pt/index.php/pt/agenda-2030>
- United Nations. (2015). Transforming our World - The 2030 Agenda for Sustainable Development. United Nations.
- United Nations. (2003). Monterrey Consensus on Financing for Development. United Nations.
- United Nations. (1962). Economic and Social Council. United Nations. Economic Commission for Africa (1962-09). Cairo Declaration of Developing Countries. Standing Committee on Trade (1st 1962). <http://hdl.handle.net/108557151>
- Varvasovszky, Z. & Brugha, R.. A stakeholder analysis. Health Policy and Planning, 15(3), 338–345. <https://doi.org/10.1093/heapol/15.3.338>
- Venkataraman, B. (2009). Education for sustainable development. Environment: Science and Policy for Sustainable Development, 51(2), 8-10.
- Vidal, N. (2011). Poverty eradication in Southern Africa: involvement of civil society organisations: Mozambique, Tanzania, Democratic Republic of Congo and Angola: national and regional poverty observatories. CES-Universidade de Coimbra.
- Viotti, P.R & Kauppi, M.V. (1987). International Relations Theory. (5th ed.). Pearson.
- Wallerstein, I. (1996). Restructuration capitaliste et le système-monde. AGONE, Misère de la mondialisation (16), 207-233.
- Wallerstein, I. (1967). Violence et persuasion: agents du changement social moderne. Cahiers Internationaux de Sociologie, 10-11, 43, 79-84.
- WEF. (2021). Mozambique Economy. World Economic Forum - Strategic Intelligence. <https://intelligence.weforum.org/topics/a1Gb0000000pTCgEAM>

- WE EFFECT. (2017). Triannual Report 2015-2017, The AGIR sub-programme in Natural Resources, Agriculture, Climate Change & Environment – NACE. WE EFFECT.
- World Bank. (c2021a). History. <https://www.worldbank.org/en/about/history>
- World bank. (c2021b). History. <https://www.worldbank.org/en/what-we-do>
- World bank. (c2021c). Topics. SABER Systems Approach for Better Education Results. <https://saber.worldbank.org/index.cfm?indx=8&sub=0>
- WVS. (c2021). What we do. World Values Survey. <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>
- Yogananda, P. (1946). Autobiography of a Yogi. Self-Realization Fellowship, Los Angeles
- Zimmerman, F. & Smith, K. (2011). More Actors, More Money, More Ideas for International Development Cooperation. *Journal of International Development*, 23(5), 722-738.
- Zola, Émile (1885). *Germinal*. La Bibliothèque électronique du Québec, Collection À tous les vents, Volume 57: version 3.0. Edicion Paris, Bibliothèque-Charpentier. Eugène Fasquelle, Éditeur, 1906

## **Anexos**

Anexo 1 – Guião das entrevistas da fase de diagnóstico

Anexo 2 – Guião das entrevistas aos informadores privilegiados

Anexo 3 – Entrevistas aos informadores privilegiados

Anexo 4 – Guião do grupo de discussão com as mulheres rurais

Anexo 5 – Discussão com as mulheres rurais